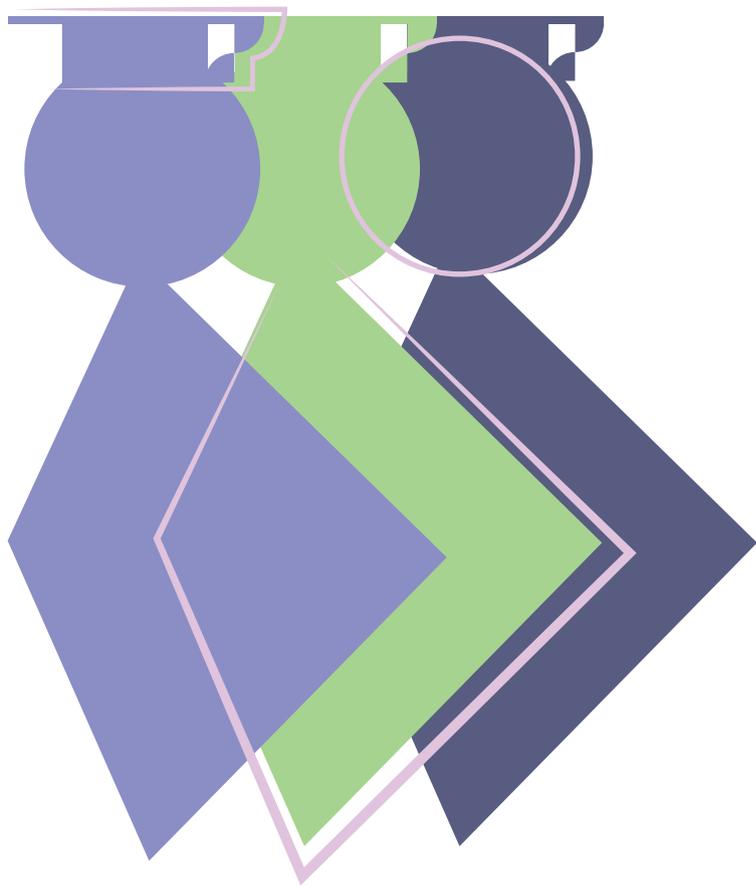


Vialana Ester Salatino



**Universidades comunitárias
e compromisso social em
tempos de mercantilização da
Educação Superior:**

*“o dizer a sua palavra” na percepção de
investigadores da Educação*

**Universidades comunitárias
e compromisso social em
tempos de mercantilização da
Educação Superior:**

*“o dizer a sua palavra” na percepção de
investigadores da Educação*

Fundação Universidade de Caxias do Sul

Presidente:
Dom José Gislon

Universidade de Caxias do Sul

Reitor:
Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:
Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Everaldo Cescon

Pró-Reitora de Graduação:
Terciane Ângela Luchese

*Pró-Reitora de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*
Neide Pessin

Chefe de Gabinete:
Givanildo Garlet

Coordenadora da EDUCS:
Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial da EDUCS

André Felipe Streck
Alexandre Cortez Fernandes
Cleide Calgaro – Presidente do Conselho
Everaldo Cescon
Flávia Brocchetto Ramos
Francisco Catelli
Guilherme Brambatti Guzzo
Karen Mello Mattos Margutti
Márcio Miranda Alves
Matheus de Mesquita Silveira
Simone Côrte Real Barbieri – Secretária
Suzana Maria de Conto
Terciane Ângela Luchese

Comitê Editorial

Alberto Barausse
Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez
Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão
Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo
Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique
*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/
Peru*

Juan Emmerich
*Universidad Nacional de La Plata/
Argentina*

Ludmilson Abritta Mendes
Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró
*Universidad Nacional del Centro/
Argentina*

Nathália Cristine Viecelli
Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan
University of London/Inglaterra



Vialana Ester Salatino

**Universidades comunitárias
e compromisso social em
tempos de mercantilização da
Educação Superior:**

*“o dizer a sua palavra” na percepção de
investigadores da Educação*



© dos organizadores
1ª edição: 2024
Revisão: Laura Deves Alves
Editoração e Capa: Igor Rodrigues de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

S161u Salatino, Vialana Ester
Universidades comunitárias e compromisso social em tempos de mercantilização da educação superior [recurso eletrônico] : “o dizer a sua palavra” na percepção de investigadores da educação / Vialana Ester Salatino. – Caxias do Sul, RS : Educus, 2024.
Dados eletrônicos (1 arquivo).
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web
DOI 10.18226/9786558073185
ISBN 978-65-5807-318-5
1. Universidades e faculdades comunitárias - Aspectos sociais. 2. Ensino superior - Aspectos sociais. 3. Mercantilismo - Educação (Superior).
I. Título.
CDU 2. ed.: 378.4:316.663

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|---------------|
| 1. Universidades e faculdades comunitárias - Aspectos sociais | 378.4:316.663 |
| 2. Ensino superior - Aspectos sociais | 378:316.663 |
| 3. Mercantilismo - Educação (Superior) | 378:330.812 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Servi Gonçalves – CRB 10/1500

Direitos reservados a:



EDUCUS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educus@ucs.br

“Possivelmente, cada um de nós tenha a universidade de seus sonhos rodopiando na imaginação. A minha é tão utópica que nem vale a pena falar dela. Qualquer coisa assim como os votos de feliz Ano-Novo que espalhamos em míticas meias-noites de tempo nenhum para lugar nenhum. Nenhures. Talvez por isso me pareçam tão aborrecidas as sérias discussões sobre o delicado assunto. Acho que estou cada vez mais sabida... Mas como ainda não pude exercer meu sagrado direito à preguiça (quem poderia, com inflação a duzentos por cento?), mãos à obra. Enfrentemos a carranca dos sábios”.

Marilena Chauí

Agradecimentos

A Deus e ao Universo, por estar escrevendo essas linhas em um livro que surgiu de uma tese de Doutorado. Enfim este momento chegou! Em um momento difícil na educação superior no Brasil, decidi ingressar mesmo assim, no Programa de Doutorado em Educação da UCS. Nesse transcorrer de anos, mudanças inúmeras na vida me atravessaram, e no mundo, a pandemia de COVID-19 interferiu também na forma como tive minhas aulas e convívio com professores e colegas para além da diferente imersão em eventos acadêmicos. E ao chegar nesse momento tenho muitos agradecimentos a realizar:

Com afeto, a todos os professores do PPGEduc da UCS, por todos os ensinamentos, experiências e desenvolvimento. Por nos acolherem e serem sempre disponíveis a ajudas diversas.

Aos colegas de doutorado, pelos momentos convívios e lamento pelos momentos interrompidos pela pandemia, que nos jogou numa tela do *Google Meet*, impedindo o prazeroso convívio, a aprendizagem que se faz nos momentos de cantina, café e até mesmo nos sofrimentos compartilhados.

À professora Dra. Andréia Morés, por ter acreditado em mim e nesta proposta, e por ter me acompanhado nesta trajetória na metade do tempo até a qualificação, assim como pela amizade por ela concedida a mim durante a trajetória anterior.

Ao professor Dr. Geraldo Antônio da Rosa, meu querido orientador, que foi um incentivador, e que tornou possível o término desta pesquisa; pelos momentos de parceria, de

entendimento de dificuldades e perdas, e pelo carinho, amizade, acolhimento e aconchego para que essa tese pudesse acontecer.

À professora Dra. Terciane Ângela Luchesi, que me resgatou do “fundo do poço” em um momento difícil e me ergueu para fazer essa pesquisa que tinha relação comigo e com minha vida, por ter acreditado na minha pessoa.

Ao querido professor Dr. Valdemar Sguissardi, que nenhuma relação tinha comigo, mas que ao sentir minha admiração por seu trabalho, mesmo estando aposentado, abriu espaço para me acolher, foi entrevistado e acabou sendo um coorientador indireto. Nem sabe ele o quanto é especial para mim, alguém que muito admiro pelo pesquisador inspirador que é, mas principalmente por ser esse ser humano do bem, admirável, que através das suas lentes luta para mudar o mundo por meio da educação.

Ao professor Ludimar Pegoraro, que foi um dos incentivadores a essa temática, que ajudou a pensar o projeto e os entrevistados; o qual, inclusive, faz parte desse trabalho se expondo com verdade e intensidade em suas respostas; que me deu com carinho seu livro sobre o terceiro setor na educação superior, que muito inspirou essa Tese – refiro-me ao livro e à pessoa do Ludimar.

Ao professor João Pedro Schmidt, que foi inspiração no momento de escrita do projeto de tese, devido ao grande conhecedor, escritor e pesquisador, professor realizador para as Universidades Comunitárias que é, pela acolhida séria e competente no momento da entrevista; pela autorização do texto transcrito e uso de seu nome como um especialista da educação superior.

Ao Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti, a quem me afeiçoei demais, no auge de seus 93 anos de idade, me recebendo e contribuindo com seu conhecimento e experiência de vida. Seu movimento possibilitou à criação de fundações, que

geraram Universidades Comunitárias, as quais puderam ser locais de ensino, pesquisa e extensão para muitas pessoas e que, muito receptivamente, contribuiu com esta pesquisa.

Ao entrevistado anônimo, a quem não posso nomear, mas que prontamente contribuiu com meu pedido de entrevista. Mesmo não podendo ser identificado, utilizou de sinceridade e verdade em sua contribuição e foi de extrema importância para este estudo.

Ao amigo Róger Castro, pela amizade maravilhosa que desenvolvemos, pelos muitos momentos de cafés, almoços, desabafos, brincadeira, contação de histórias, carinho, parceria e apoios diversos e inúmeros, por tudo o que você é e representa na minha vida! Amizade que só foi possível pela inserção de ambos nesse Programa de Doutorado.

Ao Cristian Giacomoni, que me fez pensar sobre talvez sermos os últimos a termos uma bolsa da Capes e a saber valorizá-la. Mais ainda pela amizade sempre acolhedora e motivadora; pelos momentos de café, de conversa, de trocas, de parceria e de amizade.

À queridíssima Andréa Morales, pela amiga cuidadora e carinhosa que é. Uma mulher inspiradora e muito forte, que carrega o mundo nas costas se precisar, sempre com doçura e leveza acolhedora. Inteligente, espiritualizada, guerreira, exemplo. Gratidão a você, Andréa.

À Márcia de Quadros, outra colega, amiga, parceira, batalhadora, inspiradora, sempre precisa, com seriedade e leveza, de uma competência muito grande. A admiro pelas suas qualidades e pelo forte vínculo que desenvolvemos, mesmo que não nos vejamos sempre.

Agradeço imensamente à minha família, meus amores inestimáveis, minha avó Clari, pelo imenso amor envolvido. À minha mãe Maristela, para quem prometi um título de doutora. Ao Clóvis, por ocupar um lugar de pai. Aos meus manos Ismael, Viviana, Bibiana e Felipe, que tanto e inúmeras

vezes reclamaram da minha ausência. Aos meus afilhados mais amados do mundo, todos esses queridos por mim, que sofreram a minha ausência, suportaram e ouviram meus lamentos.

A um dos amores da minha vida, Luis Paulo Soares Munhoz, por tudo o que foi e por tudo o que continua sendo para mim, por ser o mais constante, presente e forte apoiador na minha vida de estudante e não diferente de doutoranda, por sempre ter acreditado em mim e me incentivado a continuar. Por nunca ter desistido de mim e nem me abandonado, pela espera paciente da minha ausência enquanto estudei, pesquisei, evolui e me ausentei. E a Dona Maria por cuidar de você por mim.

À Thais Magnus Munhoz, que é uma filha e uma amiga, nesse ano mais presente que nunca. Aquela que diz que tudo vai dar certo, que me transmite positividade e incentivo com leveza. Parceria alegre nos momentos de diversão e convívio que construímos através de momentos que dividimos ao longo desse último ano.

Ao meu gato Freud, que foi companhia sempre presente nos momentos de leitura e escrita. Que foi diversão, sapequice e amor incondicional.

E em memória, ao meu pai, Luiz Carlos Salatino, onde tudo isso começou. Ao meu Avô Alfredo Lorandi, de quem sinto tanta falta. À minha Vó Iracema, que segue perto mesmo lá do outro lado. E ao meu Avô Juvenal Salatino, que representa uma parte não vivida por mim, mas acolhida dentro de mim.

A Rejane Lemos Soares, que deixa um buraco na minha alma ao partir precocemente neste ano, mas que deixa de presente o Nauri, a Maria e o João, como motivos de vida – de muita vida – com os quais quero sempre estar.

Lista de figuras

- Figura 1 – Resultados Teses da BDTD/ 46
Figura 2 – Resultados Dissertações da BDTD/ 48
Figura 3 – Matrículas no Ensino Superior Público e Privado/ 109
Figura 4 – Número de IESs Públicas e Privadas no Brasil/ 113
Figura 5 – Instituições de Educação Superior por Categoria/ 114
Figura 6 – Contratos do novo FIES em números/ 121
Figura 7 – Número de matrículas por região brasileira/ 124
Figura 8 – Compreensão do número de matrículas da ES no Brasil/ 124
Figura 9 – Compreensão do número de matrículas por UF/ 125
Figura 10 – Categorias emergentes e termos recorrentes essenciais/ 207
Figura 11 – Termos Recorrentes Essenciais/ 213
Figura 12 – Horizontes/Diretrizes da Tese/ 225

Lista de quadros

- Quadro 1 – Método, procedimentos metodológicos e trilha de investigação/ 42
- Quadro 2 – Roteiro de Entrevista/ 44
- Quadro 3 – Resultados da Pesquisa no Repositório da Capes/ 47
- Quadro 4 – Instituições integrantes do COMUNG/ 75
- Quadro 5 – Instituições integrantes da ACAFE/ 76
- Quadro 6 – Caráter colaborativo do COMUNG/ 82
- Quadro 7 – Conceitos essenciais do comunitarismo/ 93
- Quadro 8 – Leis referentes à privatização e à mercantilização da ES/ 118
- Quadro 9 – Perfil dos investigadores entrevistados como especialistas/ 182

Lista de siglas

- ABRUC: Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
- AC: Análise de Conteúdo
- ACAFE: Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- ADAnálise Discursiva
- AI: Ato Institucional
- ATD: Análise Textual Discursiva
- BDTD: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CATÓLICA SC: Centro Universitário – Católica de Santa Catarina
- CEP: Conselho de Ética em Pesquisa
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COMUNG: Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
- COVID-19: Doença que o coronavírus SARS-CoV-2
- CP: Conselho Pleno
- CPC: Centro Popular de Cultura
- CPC: Conceito Preliminar de Curso
- CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
- CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
- EaD: Educação a Distância
- EGR: Empresa Gaúcha de Rodovias
- ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- ES: Educação Superior
- EUA: Estados Unidos da América em inglês: *United States of America*
- FGV: Fundação Getúlio Vargas

FIDENE: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS

FIES: Fundo de Financiamento da Educação Superior

FURB: Universidade Regional de Blumenau

ICES: Instituição Comunitária de Ensino Superior – Sinônimo de Universidade Comunitária

IES: Instituição de Ensino Superior

IGC: Índice Geral de Cursos

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPO: Oferta Pública Inicial – Origem em inglês – *Initial Public Offering*

JEC: Juventude Estudantil Católica

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MIT: Instituto de Tecnologia de Massachusetts

ONG: Organização Não Governamental

PIB: Produto Interno Bruto

PPC: Plano Pedagógico de Curso

PPCs: Plano Pedagógico de Curso no plural

PPP: Parceria Público/Privado

PROUNI: Programa Universidade para todos

PUC: Pontifícia Universidade Católica

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEMESP: Excelência a Serviço do Ensino Superior

SIMPRO: Sindicato dos Professores

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TAI: Termo de Anuência Institucional

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCS: Termo de Confidencialidade e Sigilo

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UCDB: Universidade Católica Dom Bosco
UCS: Universidade de Caxias do Sul
UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina
UEM: Universidade Estadual de Maringá
UF: Unidade Federativa
UFAM: Universidade Federal do Amazonas
UFES: Universidade Federal do Espírito Santo
UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG: Universidade Federal de Goiás
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar: Universidade Federal de São Carlos
UNB: Universidade de Brasília
UNC: Universidade do Contestado
UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural)
UNIARP: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
UNIBAVE: Centro Universitário Barriga Verde
UNIC: Universidade do Contestado
UNIDAVI: Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIEDU: Programa do Estado de Santa Catarina¹
UNIFEBE: Centro Universitário de Brusque
UNIJUÍ: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIMEP: Universidade Metodista de Piracicaba
UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa
UNIPLAC: Universidade do Planalto Catarinense
UNISC: Universidade de Santa Cruz do Sul

¹ Executado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), que agrega diferentes programas de bolsa fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, para atendimento a estudantes da educação superior.

UNISUL: Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE: Universidade de Joinville
UNOCHAPECÓ: Universidade de Chapecó
UNOESC: Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPF: Universidade de Passo Fundo
USAID: (Assessoria Americana de Desenvolvimento)
USF: Universidade de São Francisco
USP: Universidade de São Paulo
UTI: Unidade de Tratamento Intensivo

Prefácio

É com grande entusiasmo que apresento este livro, fruto de uma pesquisa apaixonada e comprometida com a temática atualmente relevante e imprescindível abordada pela autora. No momento em que somos confrontados com o avanço das forças neoliberais sobre os bens públicos, em que até mesmo a água e o sol estão sendo privatizados, considero fundamental refletir sobre as consequências desse processo. Como mencionava Karl Marx, o capitalismo luta para destruir seus próprios fundamentos, a terra e o trabalhador, e essa realidade torna-se cada vez mais evidente nos dias de hoje, em que projetos de poder e acúmulo de dinheiro colocam em risco os alicerces da democracia e do bem-estar humano.

A escolha do tema, do problema e dos objetivos por parte da autora já despertou minha satisfação, mas foi sua declaração de amor à pesquisa, expressa nas Considerações Iniciais, que me deixou ainda mais entusiasmado. “Estudo e pesquisa para ter brilho no olho, para satisfazer minha curiosidade, para ser alguém mais completo a cada passo que trilho na caminhada da investigação”, escreveu a autora, demonstrando a verdadeira paixão que impulsiona seu trabalho.

Um aspecto fundamental abordado por Vialana é a importância de ouvir os professores, que estão na linha de frente do ensino e têm contato direto com os alunos. São eles que sentem as dificuldades, ouvem as reclamações, sugestões e elogios e, portanto, têm um conhecimento profundo sobre as universidades e suas necessidades. No entanto, a mercantilização da educação superior tem silen-

ciado esses profissionais, que vivem com medo de demissão e, conseqüentemente, perdem o brilho no olhar. Quando o trabalho se torna mecânico e o adoecimento físico e emocional se instala, o sofrimento e a dor prevalecem. Ela ressalta a importância de resgatar o brilho no olhar dos educadores e reafirma a necessidade de uma gestão estratégica e especializada em comunhão com os professores para transformar a realidade da educação superior nas universidades comunitárias.

Neste livro, a autora conduz uma profunda análise sobre as universidades comunitárias, contando com a colaboração de renomados especialistas no assunto, como o professor João Pedro Schmidt, um qualificado estudioso do assunto que foi meu colega na graduação, e outros nomes de destaque. Os depoimentos desses professores experientes e qualificados trazem importantes diagnósticos e prognósticos para serem considerados pelas políticas públicas. Eles conhecem o ambiente das universidades comunitárias desde sua origem e alertam para os desvios de finalidade que ameaçam essas instituições, pressionadas pela competição com as universidades públicas e pelo assédio dos altos preços cobrados pelas instituições privadas. A pesquisa permitiu conhecer “o dizer da sua palavra” de investigadores especializados na temática da educação superior, que se mostraram engajados na defesa das universidades comunitárias e na preservação de seu compromisso para com a sociedade. Essas vozes se tornaram fundamentais para a construção de horizontes e diretrizes que possam resgatar o compromisso social dessas instituições em tempos de mercantilização.

Ao longo do livro, destaco a riqueza de ferramentas e abordagens utilizadas pela autora. O roteiro de entrevista, as categorias emergentes e o quadro da Figura 11 – Horizonte/ Diretrizes da Tese oferecem um guia sólido e um direcionamento normativo para o trabalho formativo nesse contexto, caso seja levado em consideração. A metodologia narrativa

de pesquisa, embasada em Clandinin e Connelly, aliada a uma abordagem qualitativa e entrevistas realizadas conforme Lüdke e André, proporciona uma análise textual discursiva dos dados, como indicado por Moraes e Galiazzi. Essa metodologia permite uma escrita metatextual consistente, conforme Galiazzi e Sousa.

Este livro se diferencia não só por sua relevância, pela fluidez da escrita ao longo de sua maior parte, mas também pela ousadia de trazer reflexões potentes que sugerem os sonhos possíveis de uma universidade melhor, mais democrática, inclusiva, qualificada e preocupada com a formação humana e que resgata o brilho no olhar de todos os envolvidos. Tenho certeza de que a memória consolidada nos depoimentos dos entrevistados enriquecerá nosso conhecimento sobre o tema, como um reflexo do caminho a ser trilhado em direção à qualidade futura da formação universitária nas instituições de educação superior comunitárias.

Escrever esse trabalho não deve ter sido tarefa fácil. Como a autora revela na conclusão, isso ocorreu durante a pandemia global de COVID-19 que impôs mudanças significativas na educação, forçando a transição para um modelo de ensino online síncrono. Além disso, o Brasil viveu um contexto político conturbado durante o governo Bolsonaro, com cortes de verbas para as universidades e a exigência de reformas que afetaram negativamente a pesquisa no país, especialmente nas áreas das humanidades. E ainda o país vivenciava a transição para as eleições de 2022, em que o presidente Lula foi eleito, e manifestações e protestos ainda ocorriam dos que não se conformavam com o resultado. A incerteza quanto aos desdobramentos dessa questão política que tanto afeta a educação superior no Brasil é evidente. Tensões políticas e conflitos internacionais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, geram um clima de instabilidade em várias esferas. A biopolítica está em evidência, assim como a lógica do sistema neoliberal, que favorece a mercantilização

da educação superior. Nesse cenário, a incerteza quanto ao futuro e à possibilidade de favorecer uma educação de qualidade nas universidades comunitárias é cada vez maior.

Apesar de todos esses desafios e adversidades, a autora conseguiu estabelecer um trabalho consistente e relevante. O objetivo principal era elaborar possíveis horizontes/diretrizes para as universidades comunitárias, visando superar as amarras impostas pelo cenário de mercantilização. Ao longo da pesquisa, foi possível traçar um panorama conceitual e histórico das universidades comunitárias nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, compreendendo sua importância e seu papel no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

A mercantilização da educação e seus impactos no compromisso social das universidades comunitárias foram analisados em profundidade, revelando a triste realidade em que se encontram. O livro revela essa dura realidade, sem ilusões, e aponta caminhos urgentes que precisam ser trilhados. São desafios difíceis, porém necessários, que envolvem a busca pela excelência na educação superior, pesquisa e extensão, com dignidade e apoio tanto da comunidade em geral quanto dos governos. O compromisso social deve ser cumprido acima de tudo, pois representa a essência de um sistema comunitário de educação.

Seus dados de pesquisa, reflexões e evidências indicam a necessidade de manter o compromisso social como diretriz fundamental. Essa pesquisa instiga ações conjuntas que podem levar a uma realidade mais segura para o sistema comunitário, assegurando o papel essencial das universidades comunitárias na promoção de uma educação de qualidade e no desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

Que esta pesquisa sirva como um chamado à ação, à resistência e à luta para evitar a mercantilização da educação superior. Que possamos buscar alternativas e enfrentar

constantemente os obstáculos para superar essa lamentável realidade, garantindo que as universidades comunitárias cumpram seu compromisso social e promovam uma educação de qualidade, em parceria com a comunidade e os governos, como deveria ser desde seu surgimento. O livro oferece uma contribuição valiosa para o debate sobre o futuro das universidades comunitárias.

Parabenizo Vialana e o professor Geraldo Antônio da Rosa, orientador da pesquisa, por seu compromisso social e pela capacidade de dar voz a essa dimensão comunitária. Nem sempre temos a sensibilidade de olhar para dentro de nossas práticas, preocupados como estamos com as críticas do mercado e do social. A condução dessa discussão com um olhar hermenêutico autocrítico demonstra coragem e criatividade. Que suas reflexões inspirem ações transformadoras e contribuam para um futuro mais justo e equitativo na educação superior.

Encerro este prefácio reconhecendo a importância desse livro e sua contribuição para o debate sobre o futuro das universidades comunitárias. Sua relevância, a fluidez da escrita e a coragem em abordar questões cruciais são características que o destacam. A publicação desta obra certamente será um marco importante para o enriquecimento do conhecimento nessa área.

*Prof. Dr. Amarildo Luiz Trevisan
Professor da UFSM/ULBRA*

Sumário

Considerações iniciais/ 23

I Apresentação/ 26

1.1 Metodologia/ 30

1.2 *Contemplanção teórica metodológica/ 31*

1.3 *Procedimentos e instrumentos metodológicos/ 41*

1.4 *Aproximações com o conhecimento existente/ 45*

2 Educação Superior e universidade/ 49

2.1 *Educação Superior e pandemia/ 49*

2.2 *Educação Superior e conceito de universidade/ 59*

2.3 *Universidades Comunitárias e ICESs (RS, SC – Brasil)/ 71*

2.4 *Universidades Comunitárias e compromisso social/ 83*

2.5 *O conceito de communitas/comunidade/ 88*

2.6 *Relação immunitas/biológica e a communitas/ 95*

3 Educação Superior no contexto mercantil/ 102

3.1 *Educação Superior e mercantilização/ 103*

3.2 *Educação Superior flexibilizada para a mercantilização/ 116*

3.3 *Educação Superior e a tendência a desagregação/ 128*

3.4 *Neoliberalismo e sofrimento psíquico a situação das ICES na mercantilização da Educação/ 136*

4 Educação Superior na concepção freireana/ 158

4.1 *“O dizer a sua palavra” e a concepção freireana/ 158*

4.2 *Educação que muda as pessoas para transformar o mundo/ 163*

4.3 *Educação Superior: uma contribuição para a libertação/ 169*

4.4 *A conexão opressor/oprimido na Educação Superior/ 173*

5	“O dizer a sua palavra” de investigadores da Educação/	180
5.1	Resultado da pesquisa/	180
5.1.1	Quem são os entrevistados/	180
5.1.2	Dados gerados a partir da Pergunta 1 – Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a elas atribuído?/	184
5.1.3	Dados gerados a partir da Pergunta 2 – Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?/	188
5.1.4	Dados gerados a partir da Pergunta 3 – Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?/	191
5.1.5	Dados gerados a partir da Pergunta 4 – No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitárias em relação ao compromisso social diante do cenário que se apresenta?/	193
5.1.6	Dados gerados a partir da Pergunta 5 – O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o Compromisso Social?/	197
5.1.7	Dados gerados a partir da Pergunta 6 – O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?/	198
5.1.8	Dados gerados a partir da Pergunta 7 – Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um Compromisso Social?/	202
5.1.9	Dados gerados a partir da Pergunta 8 – Qual o rumo que a educação superior vai tomar em sua opinião? E isso é favorável ou desfavorável considerando o compromisso social?/	204
5.1.10	Categorias emergentes/	206
6	Metatexto da tese/	214
7	Considerações finais/	227
	Referências/	240
	Apêndice – Entrevistas da pesquisa/	250
	Entrevista com o Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti/	250
	Entrevista com João Pedro Schmidt/	262
	Entrevista com Ludimar Pegoraro/	280
	Entrevista o Professor Valdemar Sguissardi/	296
	Entrevista com Entrevistado Anônimo/	331

Considerações iniciais

Ao me apresentar, acolho nesta escrita a pesquisadora que há em mim. Me coloquei a pensar e, assim, abri a mente para questionamentos e pensamentos sobre onde mora e como é a pesquisadora que agora escreve estas linhas e em como as escreve.

Surge para mim, em um primeiro e ingênuo momento, quando escrevo, estudo ou pesquiso, apenas por ter participado desse processo de doutoramento, seguido ininterruptamente depois do mestrado e reflito, então, o porquê isso é necessário? Manifesta-se um silêncio de alguém que se pergunta profundamente o porquê. E essa resposta emerge com outra pergunta quase de pesquisa: Por que escolho um mestrado, um doutorado e não um curso de pintura de tela, que eu também muito apreciaria? Ou ficar com a família nos finais de semana, sem pressa para alguma leitura ou estudo? Por que fazer isso comigo mesma? Uma vez que estudar e/ou pesquisar exige tempo, e tempo é vida que se esvai.

Mais e mais questionamentos, e a única resposta que me encontra é: pesquiso porque gosto, porque isso satisfaz minha alma de diversas formas, como quando encontro minhas respostas, quando descubro coisas novas ou me inspiro em outros pesquisadores, quando meu mundo se torna mais colorido diante de cada passo rumo à resposta ao meu problema de pesquisa, ou diante de um novo livro, artigo ou autor que vem a somar para a construção da minha tese, da minha tese mesmo, a tese de uma vida cheia de perguntas e repleta de respostas pessoais. Sou um ser que questiona, que se pergunta, que pensa e que existe, que deseja mais achar

respostas do que publicá-las, pois nem todas são de interesse acadêmico, público, comum.

Tenho formação em psicologia, uma especialização em arteterapia e, um MBA em gerência empresarial, devido a ser a área em que atuava na docência em cursos superiores de tecnologia; uma pós-graduação em docência do ensino, a qual busquei responder a algumas questões relacionadas à atuação na docência e, com essa oportunidade, muitos outros questionamentos emergiram em mim. Então fiz o mestrado em educação, no qual pesquisei as práticas avaliativas na educação a distância no ensino superior e tive aproximação com as demandas da mercantilização do ensino superior e as consequências para uma educação emancipatória e para o compromisso social, para o qual a Universidade se constitui.

Enquanto docente do ensino superior e de pós-graduação *Lato Sensu* em um centro universitário privado entre outras faculdades e agora em uma Universidade Comunitária, sinto-me afetada pela mercantilização e, ao mesmo tempo, como outros colegas professores, calada por ela. Questiono-me sobre meu papel enquanto docente e pesquisadora frente aos desafios da mercantilização, diante das necessidades mercantis que vêm sendo instituídas e sobre o quanto isso afeta o compromisso social das Universidades Comunitárias.

Ao findar o mestrado, fui sensibilizada a realizar o Doutorado em Educação, na linha de pesquisa de História e Filosofia da Educação. Além disso, participo do Observatório de Educação da UCS, na linha de pesquisa de Formação de Professores, bem como do GP Forma Serra (Formação Cultural, Hermenêutica e Educação). Atuo como docente e como psicóloga, e meu interesse de pesquisa encontra-se permeado pelas humanidades. Com a construção da tese, e escrita desse livro, busco contribuir para a sociedade e com a educação superior.

Intencionalmente, escrevo essa Tese em primeira pessoa, por se tratar de um movimento crescente nas pós-gradua-

ção, em termos de autoria e em protesto ao produtivismo acadêmico.

Considero que estudo e pesquisa para ter brilho no olho, para satisfazer minha curiosidade, para ser alguém mais completa a cada passo que trilho na caminhada da investigação.

Os desafios das respostas e das escritas, existem para satisfazer perguntas. Eles me fazem pensar sobre a pesquisadora que sou e sobre a pesquisadora que desejo ser, sobre o processo de desenvolvimento e maturação necessário para chegar nesse lugar almejado, que não deixa de ser o lugar da pesquisadora que mora em mim.

Enfatizo que a curiosidade dessa pesquisadora que adentra em um campo novo de pesquisa é idêntica à de uma adulta/criança na idade dos porquês, que tudo pergunta, tudo é novo e curioso, e que não quer perder nenhum detalhe.

Divido com você o livro baseado na tese que aqui inicia e, como não poderia ser diferente, o convido ou a convido, a esta dedicada leitura.

1 Apresentação

Ao instituir a escrita de um livro que se origina da minha tese sobre as “Universidades Comunitárias e Compromisso Social em tempos de mercantilização da educação superior: “O dizer a sua palavra” na percepção de investigadores da educação”, pretendo dar voz aos investigadores especialistas da educação sobre a realidade das Universidades Comunitárias em relação ao seu papel em termos de compromisso social, considerando a sua inserção em tempos em que a educação está sendo imposta ao mercado, mundialmente, mais ainda no Brasil. Entendendo que esses investigadores e especialistas merecem ser ouvidos e que a partir de suas contribuições é possível compreender esse contexto e a temática investigada.

As Universidades Comunitárias surgem com a participação da comunidade e a ela permanece vinculada, seu lugar de constituição como uma instituição nem pública, nem privada, ao mesmo tempo um pouco pública, a particularidade de sua denominação a diferencia das demais e faz com que mantenha o compromisso social e a parceria com a comunidade. Elas não visam ao lucro, mas sua sustentabilidade se dá para a comunidade, para o entorno de sua localização, educando e acrescentando ao desenvolvimento local e tecnológico e ao mercado de trabalho.

Com base sólida no ensino, pesquisa e extensão, as Universidades Comunitárias estendem esse tripé ao retorno social, por meio de ações educativas, jurídicas, de saúde, cultural e outros em devolução para a comunidade. Seu sentido de ser e existir vai além do educativo e acadêmico, e se volta

ao humanitário, contribuindo de todas as formas possíveis para o compromisso social.

Existe uma crise na Universidade, seja ela federal ou privada. Dessa mesma maneira, as Universidades Comunitárias são afetadas. A responsabilidade do Estado com a educação superior se reduz e o incentivo se volta para as Universidades privadas, por meio da flexibilização de legislações pertinentes à educação superior, assim como pela criação de políticas e programas que financiam a educação superior no país, bem como o FIES e o PROUNI.

Tal realidade também possibilita o investimento internacional na educação brasileira, sendo esse um setor lucrativo que apresenta atrativos para investidores internacionais, no entanto, o objetivo maior dos investidores é o lucro, o negócio, e não a educação em si. Daí surge o termo mercantilização da educação, que tende a permitir que a educação seja vista como um produto a ser comercializado nas instituições de ensino privadas.

A consequência da mercantilização da educação superior está no estreitamento do tripé ensino, pesquisa e extensão, transformando faculdades em formadoras para o mercado de trabalho, tornando cursos mais breves, com currículos reduzidos ao máximo, docentes com formação mínima, e uma formação voltada apenas para o trabalho, que passa longe de uma formação humana e emancipatória.

A realidade das Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização passa por enfrentamentos de sustentabilidade em relação à competitividade com as instituições privadas e em desigualdade com as públicas, olhar para essas especificidades é essencial em vista de uma educação superior de qualidade e que vise à autonomia e à libertação dos sujeitos da formação superior no país, nas Universidades Comunitárias, atentando também para a manutenção da condição do compromisso social dessa Universidade e oferecendo um retorno efetivo e importante para a comunidade.

Justifico a escolha da temática desse estudo na importância das Universidades Comunitárias e de seu Compromisso Social. Destaco, segundo Schmidt (2019) e Vanucchi (2011), que a sua origem se pauta na força da comunidade, de onde também se estabelece o vínculo com a devolução para a sociedade de seus resultados em forma do compromisso social, desse relacionamento estabelecido. A Universidade Comunitária apresenta características específicas baseadas em uma

Criação impulsionada por organizações da sociedade civil e do poder público local, a quem pertence o patrimônio; não estão orientadas para a maximização do lucro, sendo os resultados financeiros reinvestidos na própria universidade; têm profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos; os órgãos deliberativos superiores são integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional; os dirigentes são professores da universidade, eleitos pela comunidade acadêmica e por representantes da comunidade regional; a forma jurídica da mantenedora é a de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; o controle administrativo e da gestão financeira é feito pela mantenedora; o patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênere (Schmidt, 2010, p. 29).

As Universidades Comunitárias têm sua origem na comunidade a qual permanece vinculada. Elas se tornam uma parte da comunidade, um serviço orientado para essa comunidade e a quem retorna além do ensino, extensão e pesquisa, objetivos fundantes da Universidade em si, também em compromisso social, oriundo de sua forte vinculação social e com a comunidade.

Entretanto, o compromisso social na essência das Universidades Comunitárias é afetado pela mercantilização da educação superior, pois esse capitalismo voltado à educação afeta a sustentabilidade das Universidades Comunitárias

de acordo com o que ocorre nas demais públicas e privadas, uma vez que o estudante das comunitárias paga por sua formação, e então, é gerada a competição entre as Universidades, que necessitam de alunos para manterem sua estrutura e para poderem investir e reinvestir, manter seus funcionários e docentes, assim como para o cumprimento do seu papel com a comunidade.

Compromisso social e inovação: as instituições comunitárias têm como cerne de sua missão o compromisso com o desenvolvimento regional e a qualificação da vida das populações. Esse princípio está presente em seus projetos político-pedagógicos desde sua criação. A responsabilidade em produzir conhecimento útil à sociedade tem, aos poucos, feito com que as universidades comunitárias sejam reconhecidas em nível nacional e internacional pelo seu ensino, sua pesquisa e sua extensão (ACAFE; COMUNG, 2008).

O compromisso social das Universidades Comunitárias, vai além, pois acaba por ofertar serviços de saúde, jurídicos, esportivos, culturais e sociais. O que onera a mesma, quando se trata de competir com faculdades e centros universitários que apenas vendem formação para o mercado e que reinvestem seus resultados em si mesmas.

Pesquisar a questão do compromisso social nas Universidades Comunitárias frente à mercantilização da educação se faz essencial para encontrar alternativas viáveis para que as Comunitárias possam manter seu papel comunitário em benefício de todos na comunidade em seu entorno, bem como, ouvir a palavra de investigadores, especialistas da educação, pode trazer luz acerca da temática pesquisada e amparar a tese.

O delineamento da pesquisa se apresenta com a temática das Universidades Comunitárias e de seu Compromisso Social em tempos de mercantilização da educação com base no “dizer a sua palavra”, conceito freireano, dando voz a investigadores de referência na educação superior. E pergun-

tas norteadoras se estabelecem em termos do cenário das Universidades Comunitária, seu Compromisso Social no contexto mercantil da educação superior, e chego ao seguinte problema de pesquisa: De que maneira o “dizer a sua palavra”, na percepção de investigadores da educação superior, poderão auxiliar na elaboração de possíveis horizontes/diretrizes no que tange ao compromisso social de Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização?

Com isso, foram definidos os objetivos para se chegar a uma Tese, são eles o objetivo geral: Elaborar possíveis horizontes/diretrizes para as Universidades Comunitárias no sentido de superação das amarras impostas pelo cenário de mercantilização do ensino superior. Já os seguintes objetivos específicos são: Traçar o panorama conceitual e histórico de Universidades Comunitárias no Rio Grande do Sul/Santa Catarina; Analisar a mercantilização da educação e os impactos decorrentes desse processo em Universidades Comunitárias em relação ao Compromisso Social; Conhecer “o dizer da sua palavra” de investigadores da temática da educação superior sobre o Compromisso Social de Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização; Propor possíveis horizonte/diretrizes voltadas para o comunitário de Universidades Comunitárias e seu Compromisso Social em tempos de mercantilização do ensino superior.

A tese foi realizada com a intencionalidade de compreender e buscar alternativas para a educação superior nas Universidades Comunitárias, apesar da mercantilização da educação superior.

O texto desse livro é oriundo da Tese de Doutorado e está publicado no repositório da Universidade de Caxias do Sul.

1.1 Metodologia

A metodologia viabilizou a pesquisa para a tese acontecer e indicou o caminho de ação da investigação que levou

aos resultados. Nesse caso, a trilha percorrida foi uma pesquisa narrativa, com abordagem qualitativa, que utilizou entrevista e análise textual discursiva.

1.2 Contemplação teórica metodológica

A pesquisa narrativa pode ocorrer pela via das histórias pessoais referentes ao passado, ao presente e a uma visão de futuro, podendo essas narrativas serem colhidas em momentos de entrevista é o que afirmam Clandinin e Connelly (2011). Os autores explicam que

as vidas – pessoais, privadas e profissionais – dos pesquisadores têm fluxos através dos limites de um local de pesquisa; de igual modo, embora muitas vezes não com a mesma intensidade, as vidas dos participantes fluem em outra direção (Clandinin; Connelly, 2011, p. 159).

E essa é, uma história a ser narrada e possibilitada por este estudo. Para os citados autores a pesquisa narrativa é definida como “uma forma de entender a experiência” (Clandinin; Connelly, 2011, p. 20), que ocorre com as trocas entre pesquisador e pesquisado. Destacam, ainda, que, nesse tipo de pesquisa, é preciso ter uma atenção especial, pois é necessário refletir continuamente acerca do que se está pesquisando e do que se está encontrando, que pode ser diferente daquilo que se imaginou inicialmente (Clandinin; Connelly, 2011).

Clandinin e Connelly (2000, p. 20) definem pesquisa narrativa como uma forma de entender a experiência em um processo de colaboração entre pesquisador e pesquisado. A pesquisa narrativa mais comum pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre um tema em que o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas e notas de campo.

Com a citação anterior, percebo a proximidade e o respeito que a pesquisa narrativa proporciona ao pesquisador, e, como método, posso associar perfeitamente com as particularidades da pesquisa qualitativa, pois seus objetivos são semelhantes. Lüdke e André (2018) defendem que a intenção que possuem com a pesquisa qualitativa é de “[...] aproximá-la da vida diária do educador, em qualquer âmbito em que ele atue, tornando-a um instrumento de enriquecimento do seu trabalho” (p. 3), e esse é um fato nesta pesquisa, pois a pesquisadora, de certa forma, está atuando no contexto da investigação, como professora de uma IES comunitária.

Na pesquisa qualitativa e, em termos de envolvimento com o objeto de pesquisa “é igualmente importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador” (Lüdke; André, 2018, p. 3), afinal, para existir um problema de pesquisa, uma pergunta, um questionamento o pesquisador busca essas respostas, algo nele diz respeito aos seus valores, àquilo que o movimenta nos rumos ao pesquisar tal temática, visto que, de alguma forma, ele é tocado por ela.

No entanto, esse interesse da pesquisadora por este objeto de estudo não desmerece o resultado e a importância dele para outras pessoas envolvidas com o objeto ou não envolvidas diretamente. Lüdke e André (2018, p. 5) acrescentam que o pesquisador desempenha a função de “[...] veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento construído na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa”. No caso de pesquisa em educação, as experiências do professor-pesquisador podem orientar o entendimento e a investigação. Aqui, além da prática educativa, cito o cenário da mercantilização da educação que afeta a rotina dos professores e que desperta percepções e sentimentos acerca de sua expansão.

Para a realização de uma pesquisa qualitativa, não se pode esquecer do papel da observação do pesquisador.

Lüdke e André sustentam que,

a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é, sem dúvida, o melhor teste de verificação da ocorrência de determinado fenômeno (2018, p. 30).

Destacam, outrossim, que a entrevista é, em si mesma, uma experiência de observação e que nela existe também a interação: “Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (Lüdke; André, 2018, p. 39). E esse contato permite que a observação seja mais apurada, sentida pelo pesquisador, que, de certa forma, interfere nesse processo de geração de dados.

No contexto desta pesquisa e devido ao fato de os entrevistados serem investigadores da educação superior, optou-se pela entrevista, pois reunir pessoas com agendas tão cheias pode ser um problema, e outro possível problema é o cenário da COVID-19, que continua ocorrendo neste momento e que não se sabe até quando pode se estender. Por esses motivos, a entrevista se tornou a possibilidade mais atraente, pois que também poderá vir a ser realizada por meio do *google meet* (com gravação), em caso de necessidade, sem perder a essência da entrevista em si, que é valiosa como fonte de obtenção de dados em pesquisa, sendo que “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (Lüdke; André, 2018, p. 39).

Para essa geração de dados foi pensado um roteiro de perguntas semiestruturado, com vistas a permitir outras falas por parte dos entrevistados, bem como outras perguntas que se façam necessárias no momento da entrevista. Acrescentam Lüdke e André (2018, p. 40): “Parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados.” Uma entrevista mais livre que permita a observação e o surgimento de novas falas que emergem do momento de contato com o campo de pesquisa.

Outro aspecto a ser considerado, segundo Lüdke e André, é o respeito pelos entrevistados, já que salientam que esse respeito compreende,

desde um local e horário marcados e cumpridos de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso. Igualmente respeitado deve ser o universo próprio de quem fornece as informações, as opiniões, as impressões, enfim, o material em que a pesquisa está interessada (2018, p. 41).

Quando se utiliza a entrevista como método de geração de dados, para além da transcrição do texto e da observação do momento da entrevista, existem também sinais subjetivos que podem ser percebidos pelo entrevistador, que poderá optar por utilizar um diário de campo, no decorrer de seu processo de pesquisa e de geração de dados. Conforme Lüdke e André (2018, p. 42-43), existem alguns sinais a serem percebidos como: “gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal” que autêntica a coleta dos dados e traz entendimento que valida as respostas dos entrevistados, e isso deve ser valorizado na pesquisa.

No momento da realização da coleta dos dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado/

autorizado, via aceite no formulário do google, que autorizou a realização da coleta dos dados da pesquisa. Nesse ponto, também já se obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Com a pesquisadora inscrita no CAAE 52645221.8.0000.5341.

Em relação às entrevistas com especialistas Flick (2009, p. 158) diz que: “Elas são integradas ao estudo não como um caso único, mas representando um grupo (de especialistas específicos)”, que trazem o resultado obtido com confiança por serem pessoas especializadas na temática abordada.

Já no quesito de tratamento dos dados e discussão dos resultados “a interpretação das entrevistas com especialista visa, principalmente, a analisar e a comparar o conteúdo do conhecimento do especialista” (Flick, 2009, p. 158), no que tange ao assunto que está sendo pesquisado na Tese, bem como para utilizar o nome deles na Tese esses autorizam sua divulgação, conforme consta nas Apêndice E, nomeado como autorização para divulgação do nome na pesquisa (especialistas).

A utilização da entrevista com especialista visa valorizar o conhecimento desses investigadores da educação, por serem eles importantes a este estudo e significarem o conhecimento a respeito da temática pesquisada.

Depois da fase de geração de dados nas entrevistas, o pesquisador, já tem uma ideia do seu resultado, então, “deve ter uma ideia mais ou menos clara das possíveis direções teóricas do estudo e parte, então, para “trabalhar” o material acumulado, buscando destacar os principais achados da pesquisa” (Lüdke; André, 2018, p. 56). A partir desse momento, começa a fase de análise desses dados, que, segundo Clandinin e Connelly (2000, p. 58), inicia por uma organização do pesquisador, seguida da classificação e da análise. “Para apresentar os dados de forma clara e coerente, ele, provavelmente, terá que rever suas ideias iniciais, repensá-las, reavaliá-las, e novas ideias podem então surgir nesse proces-

so”, bem como uma categorização que deverá ser focada em análise; “é preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado” (2011, p. 58). Dada a importância dessa fase da pesquisa para a obtenção dos resultados é que se escolheu a metodologia de análise a seguir explicitada.

Ao escolher uma metodologia de análise para os dados qualitativos da pesquisa, busquei compreender a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise Discursiva (AD), tendo encontrado a Análise Textual Discursiva (ATD). Pude compreender que essa possui particularidades e diferenças, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2020), que utilizam a metáfora de um rio, dizendo que a AC corre a favor do rio, a AD, contra a correnteza e, por sua vez, a ATD se preocupa em aprofundar no rio. Por esse motivo, escolheu-se a ATD para buscar as respostas da Tese em questão, aprofundando-se nas respostas que emergem dos dados da pesquisa. E, é porque se compartilha da ideia dos autores, quando afirmam que “bons trabalhos necessitam chegar à interpretação, especialmente interpretações alternativas e originais” (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 165), que a opção foi seguir a ATD.

A ATD é representada por uma movimentação em relação aos textos, que envolve não só sua análise, mas também a forma de fazer a pesquisa, definida como “um movimento recursivo de separar e reunir, de descrever e interpretar, de analisar e sintetizar, de unitarizar e categorizar para produzir um texto com estrutura diferente da inicial” (Galiuzzi; Sousa, 2019, p. 10).

Destaco que “a ATD é uma metodologia de análise de textos e discursos na pesquisa qualitativa muito utilizada em pesquisas em Ciências Humanas, especialmente em pesquisas na Educação no contexto brasileiro” (Galiuzzi; Sousa, 2019, p. 1), aplicando-se, pois, perfeitamente a essa pesquisa de Tese de doutorado em educação.

Ademais, percebi que a ATD é mais atual e foi selecionada devido ao fato de ser de autores brasileiros, de modo a valorizar seu conhecimento e ser condizente com as concepções da pesquisadora, que estão envolvidas nesta pesquisa, a exemplo das epistemologias do Sul, e, ainda, com a mudança paradigmática neste contexto de pesquisa.

Em relação à análise de dados, trago que a ATD “valoriza tanto a descrição quanto a interpretação” (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 165), o que permite ao pesquisador aprofundar seu entendimento sobre a pesquisa em si. Mesmo porque “sua interpretação tende principalmente para a construção ou reconstrução teórica, numa visão hermenêutica, de reconstrução de significados a partir das perspectivas de uma diversidade de sujeitos envolvidos nas pesquisas” (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 167).

Ao serem considerados esses aspectos, mostro que o envolvimento com a ATD implica ruptura com o paradigma dominante de ciência, fundamentado em suposta verdade, objetividade e neutralidade. Nesse tipo de análise, exige-se de o pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se como sujeito e assumindo suas próprias interpretações. Nesse movimento hermenêutico, são solicitadas constantes retomadas do concretizado, visando à permanente qualificação dos resultados (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 122).

A ATD se dá pela desconstrução e nova construção dos dados textuais, ou seja, pela unitarização, que leva a categorias ou coincide com pré-categorias, ou ainda, com categorias que emergem dos dados textuais, assim levam a uma nova construção textual expressa como metatexto (Moraes; Galiuzzi, 2020). A desconstrução ocorre ao buscar o significado dos enunciados que constituem os dados da pesquisa e uma nova construção surge quando se escreve o metatexto com as categorias que emergiram desses resultados.

Nas palavras dos autores sobre a unitarização da ATD, tem-se que

é um processo de recorte ou fragmentação dos materiais do corpus de uma análise textual discursiva, que encaminha para o processo de categorização, por sua vez realizado com a finalidade de formar uma estrutura para a elaboração dos metatextos, textos que pretendem apresentar novas compreensões dos documentos analisados e dos fenômenos investigados. A produção analítica do pesquisador está voltada à compreensão dos fenômenos sob investigação (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 72).

Os autores ainda enfatizam que “o objetivo desta unitarização é desmontar estruturas e textos em busca de outros sentidos e produzir outros textos interpretativos” (Galiuzzi; Sousa, 2019, p. 9). Assim, abrem espaço a novas percepções e descobertas que estão contempladas em cada pesquisa em particular.

Conforme Pereira (2019, p. 67), “a reunião de sentidos fragmentados do *corpus* à luz dos norteadores e do problema de pesquisa, auxilia o pesquisador na formação das categorias de análise”. Essas categorias é que irão proporcionar o posterior surgimento de metatextos que emergem da ATD, que ainda tem por base os objetivos do estudo.

Com relação à citação anterior, destaco a necessidade, na ATD, de uma unitarização, que tem por base um entendimento, uma síntese, um recorte dos materiais do *corpus* da pesquisa, sendo que “a participação ativa do pesquisador neste processo de desconstrução, [é] denominado ao longo do texto de unitarização das informações” (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 69). Os autores ainda explicam que esse é um ato de “construir significados a partir de um conjunto de textos, entendendo que sempre há mais sentidos do que uma leitura possibilita elaborar”. Com isso se definem as “unidades de significado” (Moraes; Galiuzzi, 2020, p. 71), que para elas acontecerem exigem um esforço de interpretação

e uma leitura aprofundada desses textos e de uma secção das partes essenciais. “Unitalizar um texto é desmembrá-lo, transformando-o em unidades elementares, correspondendo a elementos discriminantes de sentidos, significados importantes para a finalidade da pesquisa, denominadas de unidades de significado” (Moraes; Galiazzi, 2020, p. 71). Porém, é preciso considerar que existe um balizador, segundo os autores, que é definido pelos sentidos que podem ser oportunizados com a análise dos textos, portanto, quando deixar de fazer sentido, é o limite. O desmembrar e transformar em unidades elementares que os autores comentam parte desse balizador, e extrai os pontos mais significativos em relação ao que o pesquisador está buscando com os dados analisados na pesquisa.

Nessa metodologia, as unidades de significado objetivam a construção de textos descritivos e interpretativos que possibilitem entendimento quanto à pesquisa em si. Para isso, conforme (Moraes; Galiazzi, 2020), são estabelecidas categorias de análise, que surgem dos objetivos do estudo, bem como para a definição dessas categorias, deverão ser respeitadas as três etapas a seguir: a) desmontagem dos textos – que se refere à unitarização e ao exame criteriosos deles; b) estabelecimento de relações – é uma categorização de onde surgem as categorias em si; e c) captação do novo emergente – daqui emergem novas categorias e, assim, é possível chegar ao metatexto.

O metatexto envolve a compreensão do pesquisador, é uma espécie de superação da simples interpretação dos textos. “O metatexto resultante desse processo representa um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (Moraes; Galiazzi, 2020, p. 34).

Pereira (2019, p. 67), em relação ao metatexto, comenta que é o “produto textual em que são costuradas as descrições e interpretações por meio de argumentos utilizados

pelo pesquisador, em contato, mais uma vez, com a teoria e os objetivos investigativos”. A principal contribuição da ATD é mesmo o surgimento do metatexto, afinal, ele simboliza o resultado escrito das descobertas de uma pesquisa, que analisa em profundidade e, simbolicamente, lê nas entrelinhas dos textos as respostas que a investigação busca.

A ATD possibilita certa liberdade, embora com muita responsabilidade em termos de investigação, em especial, com dados textuais na pesquisa qualitativa, sendo que é possível, com essa metodologia, “construir os próprios caminhos [pois] representa um conjunto de movimentos em que o ponto de chegada e seu direcionamento necessitam de, permanentemente, serem revistos (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 119).

Na ATD, até mesmo os objetivos do estudo podem ser redefinidos, ela se mostra trabalhosa, mas imprime um caráter de respeito à pesquisa, conforme ela vai sendo delimitada pelos dados do estudo. “A utilização da análise textual discursiva tem mostrado tratar-se de uma ferramenta aberta, exigindo dos usuários aprender a conviver com uma abordagem que exige constantemente a (re)construção de caminhos” (Moraes; Galiuzzi, 2006, p. 120).

A análise em si e a construção do metatexto acontecem, segundo Galiuzzi e Sousa (2019, p. 19), “em três movimentos: entre ordem e desordem; entre *a priori* e emergente e entre organização da pesquisa pelo pesquisador e auto-organização da pesquisa”, cabe ao pesquisador compreender os dados dispostos nesses três movimentos e, a partir deles, construir sua pesquisa.

Destaco que “são estes processos de categorização e de teorização que vão dar origem aos metatextos” (Galiuzzi; Sousa, 2019, p. 15). Do trabalho com esses textos e da percepção que deles surge, é possível mencionar, conforme os autores, que existe uma relação das partes com o todo, e que “o mesmo acontece no processo de análise, no qual a ordem

e a desordem estão juntas e se produzem nesta presença mútua (Galiazzi; Sousa, 2019, p. 10).

Neste estudo, no entanto, se escolheu o recurso da ATD, intencionando analisar o discurso dos investigadores da educação, em uma entrevista individual, intentando com a condução das entrevistas, coletar e compreender as percepções que possuem sobre a educação superior e o compromisso social em tempos de mercantilização, coletar em seus discursos, o real “o dizer da sua palavra” freireano, acerca da temática estudada. Para a viabilização da pesquisa se escolheu alguns instrumentos e procedimentos metodológicos conforme mencionado na sequência.

1.3 Procedimentos e instrumentos metodológicos

Uma percepção mais clara acerca do caminho percorrido possibilitou novas visões, que ampliaram as escolhas, nesse caso, sobre os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados no todo da pesquisa.

Com o propósito de melhor entendimento da pesquisa, apresento o Quadro 1.

Quadro 1 – Método, procedimentos metodológicos e trilha de investigação

<p>Pesquisa Narrativa Abordagem Qualitativa</p>	<p>Levantamento teórico; Entrevistas, seguindo um roteiro aberto e semiestruturado (a ser realizada com investigadores da educação superior por meio do google Meet e/ou presencial); Análise Textual Discursiva.</p>	<p>Escrita do projeto de Tese; Qualificação do projeto de Tese; Ajustes no projeto de Tese; Autorização do CEP; Realização das entrevistas; Transcrição das entrevistas; Aprovação pelos investigadores da educação das entrevistas realizadas; Autorização de divulgação de nome dos especialistas entrevistados; Levantamento dos dados das entrevistas; Escrita dos capítulos da Tese; Análise dos dados; Metatexto; Considerações finais; Escritas finais e revisões; Defesa da Tese; Tese.</p>
---	---	---

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Em relação a ATD, optei por não realizar indicações de pré-categorias de análise com base na ATD, pois assim, posso contar com as categorias uma vez que elas serão construídas ao emergirem durante o processo da geração de dados nessa pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com cinco investigadores da educação – escolhidos pela sua representatividade com a temática desse estudo – foram convidados para participar dessa pesquisa e assim aderidos à medida que consentiram com o TCLE.

Tais investigadores da educação foram escolhidos por possuírem pesquisas, ou experiência e escritas na área, alguns inclusive são citados no referencial desse estudo, e então foram contatados por e-mail e WhatsApp, sendo convidados a participar da pesquisa, da qual puderam obter toda a informação necessária e perguntar o que foi preciso. A escolha desses investigadores se deu em conjunto com o orientador da pesquisa.

Destaco que as entrevistas foram realizadas pela utilização do *Google Meet*, sendo gravados, nesse mesmo recurso e que uma das entrevistas foi realizada presencialmente, devido à dificuldade de escuta do entrevistado que possui 93 anos de idade.

Em virtude do fato do contato com quatro dos participantes ter sido on-line, os termos de consentimento livre e esclarecido foram validados com a concordância no formulário do *Google Forms*.

Os termos assinados pela pesquisadora foram enviados por e-mail para os participantes, os quais ficaram com uma via do formulário do TCLE que preencheram. Os termos no *Google Forms* seguem as orientações emitidas no documento de orientações “TCLE466 e 510”, o qual está disponível no site do CEP da UCS. No caso da entrevista presencial, o termo foi impresso e assinado no momento prévio da entrevista.

Conforme combinado com os participantes, eles receberam por e-mail os links do *Google Forms* para consentimento com a pesquisa e o link do *Google Meet* com o dia e horário em que seriam realizadas as entrevistas. Eles foram consultados sobre o aceite de que as entrevistas fossem gravadas, para facilitar a transcrição dos dados de pesquisa. O Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti foi entrevistado presencialmente, assim como aprovou a transcrição também presencialmente, devido à sua idade e não ouvir tão bem, via *Google Meet*.

Os investigadores da educação responderam ao roteiro de entrevista, na modalidade de entrevista semiestruturada, para que fosse possível entrevistá-los via roteiro pré-estabelecido, mas sempre que necessário, esse roteiro foi alterado. Visando à qualidade da entrevista, da coleta dos dados com esses especialistas e investigadores da educação.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e enviadas aos mesmos para aprovação da publicação das respostas, bem como de um termo para aprovação da divulgação do nome como especialista na tese em questão.

Para a realização do planejamento anteriormente especificado, foi necessário pensar em um roteiro de entrevistas semiestruturado, que serviu como condutor do diálogo, o qual consta no Quadro 2.

Quadro 2 – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista	
1	Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do Compromisso Social a ela atribuído?
2	Na sua opinião o Compromisso Social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias?
3	Como você percebe a influência da mercantilização da educação no Compromisso Social das Universidades Comunitárias?
4	No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitárias em relação ao Compromisso Social?
5	O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o Compromisso Social?
6	O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização?
7	Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um Compromisso Social?
8	Qual o rumo que a educação superior vai tomar em sua opinião? E isso é favorável ou desfavorável considerando o Compromisso Social?

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Informo que todos os dados da pesquisa foram cuidadosamente guardados em um HD, pois não são virtuais, sendo que, serão guardados por cinco anos após a publicação da tese e depois descartados.

Também foram divulgados os nomes dos especialistas que autorizaram, mediante assinatura a divulgação de seus nomes nessa tese.

Para realizar a pesquisa, foi necessário investigar estudos próximos ao que se realizou aqui. Para isso, foram pesquisadas bases de dados de teses e dissertações e artigos, conforme o subcapítulo que segue.

1.4 Aproximações com o conhecimento existente

Ao instituir a busca por conhecimento existente sobre a temática deste estudo, é de fundamental importância, conhecer o cenário acadêmico sobre o assunto, nos últimos cinco anos (2017-2021). Para isso, se instituiu os seguintes descritores para a pesquisa nos repositórios acadêmicos:

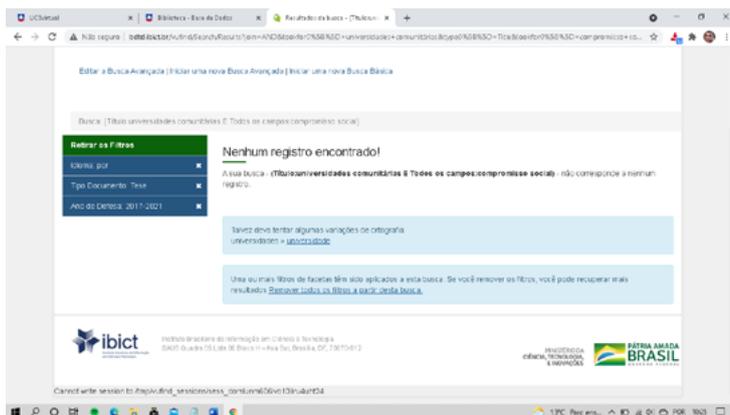
- Universidades comunitárias e compromisso social
- Universidades comunitárias e mercantilização da educação

Com este intuito, foram realizadas pesquisas nos bancos de dados da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), que consta no IBICT, e no Portal de Periódico da CAPES, com a intencionalidade de encontrar estudos já realizados e publicados sobre o assunto, mas todos os estudos encontrados foram analisados conforme similaridade com a presente pesquisa e quando similares foram selecionados para fazerem parte do referencial desse projeto de Tese.

A ponderação desses trabalhos encontrados, foi realizada da seguinte forma: Com os descritores Universidades Comunitárias x Compromisso Social – não surgiram resul-

tados para Teses na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), conforme indica a Figura 1.

Figura 1 – Resultados Teses da BDTD



Fonte: BDTD (2022).

Com os mesmos descritores: Universidades Comunitárias x Compromisso Social, no repositório da Capes, encontrei o seguinte resultado, conforme indica o Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados da Pesquisa no Repositório da Capes

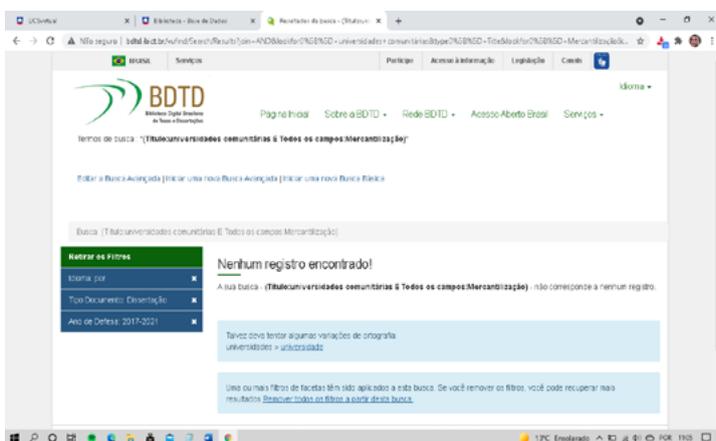
Ano	Autor e Orientador	Título
2017	<p>Autor: Paim, Janir de Quadra</p> <p>Orientadora: Yamaguchi, Cristina Keiko</p> <p>Co-orientador: Gianezi, Miguelangelo</p>	<p>Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento. (Dissertação)</p>
	<p>Endereço Eletrônico http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5473/1/Janir%20de%20Quadra%20Paim.pdf</p>	

Fonte: Desenvolvido pela autora com base em Capes (2022).

Na dissertação localizada o foco se dá na relação entre empresas e instituições de ensino, fugindo da temática aqui abordada e em termos de conceitos sobre as comunitárias, optei por ficar com os autores já reconhecidos, sendo que o João Pedro Schimdt é citado nessa dissertação também.

Já em relação aos descritores: Universidades Comunitárias x Mercantilização não surgiram resultados para Teses ou dissertações na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), conforme evidencia a Figura 2.

Figura 2 – Resultados Dissertações da BDTD



Fonte: BDTD (2022).

Nos periódicos da Capes, encontram-se oito resultados para Universidades Comunitárias e mercantilização, mas os artigos não têm similaridades com esta tese, pois são vinculados a ações sociais na área da saúde e não na educação.

Como a maioria é constituída por artigos e trabalhos que não se referem a teses e dissertações, busquei alguns trabalhos mais antigos, que foram referência em si, nas temáticas aqui estudadas. Eles constam no decorrer da escrita dos capítulos.

Devido à pequena localização de estudos aproximados, foi importante buscar no referencial teórico assuntos sobre educação superior e Universidade, instituições Comunitárias no cenário da mercantilização, educação superior no contexto mercantil, e sobre educação superior na concepção freireana, essencialmente sobre Universidade Comunitária e Compromisso Social e outras temáticas relacionadas à cada um desses capítulos desenvolvidos.

A temática desenvolvida nesse trabalho, foi investigada em separado por outros pesquisadores, compromisso social, mercantilização da educação, mas são estudos anteriores aos cinco anos aqui desejados. Como as mudanças são grandes no cenário das Universidades Comunitárias, optei por utilizar apenas teses que apontam importantes temáticas semelhantes a esta pesquisa e que ainda estão atualizadas nos dados e similaridades. Esses estudos foram encontrados em buscas que realizei e depois foram também indicadas pelos entrevistados.

Na sequência, apresento o levantamento teórico relacionado às temáticas da tese, a começar pela educação superior e Universidade, passando pelo conceito de comunidade e mercantilização da educação superior em uma abordagem freireana voltada para a educação superior e para a emancipação, bem como o “dizer a sua palavra” de investigadores da educação, o metatexto e por fim as considerações finais.

2 Educação Superior e universidade

A realidade das Universidades Comunitárias carrega o Compromisso Social, e em seu cerne o eixo ensino, pesquisa e extensão, bem como a ambientação política que gerou políticas permissivas à mercantilização da educação superior, que hoje está acomodada no cenário das Universidades privadas. Essas são as temáticas que pretendo trabalhar nos subtítulos desse capítulo.

Porém, destaco que em tempos de mercantilização da educação superior, e imersão nas dificuldades enfrentadas pelo atravessamento de uma pandemia mundial causada pela COVID-19, que apresentou como possibilidades uma educação emergencial, via acesso remoto e alterou a normalidade, assim como a educação superior, e que deixará uma ainda desconhecida alteração na tradicional maneira de se realizar as aulas presenciais, pensar a educação superior durante uma pandemia se faz necessário.

2.1 Educação Superior e pandemia

Ao instituir essa viagem rumo ao destino mercantilização da educação, houve no mundo um atravessamento chamado COVID-19. Essa pandemia que traz a morte, ceifa a vida de muitas pessoas sem escolher a classe social, proporciona, bruscamente, o fechamento de muitos ciclos e ataca, também, a forma como se faz educação, veio interferir, dar ordens, mandar e desmandar na vida, nas rotinas,

no trabalho, no capital e no cenário da educação em termos mundiais, instituindo um “novo-normal”².

A pandemia causada pela COVID-19 teve origem “em 29 de dezembro de 2019. Os quatro primeiros casos de uma síndrome respiratória aguda, de etiologia desconhecida foram relatados na cidade de Wuhan, China, entre pessoas ligadas a um mercado local de frutos do mar (Michelin; Lins; Falavigna, 2020, p. 31).

Devido à necessidade de isolamento social, as pessoas ficaram em casa (infelizmente, nem todas para evitar a propagação), e as escolas e faculdades foram contempladas com a necessidade de dar conta das demandas educacionais mesmo em isolamento social.

No Brasil, teve-se que fazer uma necessária pedagogia de emergência, na UTI, pois as escolas não tinham “respiradores tecnológicos”. Muitas escolas e IESs se viram forçadas a transformar suas aulas em um modelo *on-line*, sem muitos recursos, para dar conta das demandas educativas, buscando manter as aulas e acolher alunos, familiares e conteúdos curriculares.

Mais uma vez, nesse Brasil, o problema é delegado aos professores que, repentinamente, de um dia para o outro, precisaram criar conteúdos educacionais de suas próprias casas, com parentes, filhos, animais de estimação interferindo no cotidiano corrido de aulas, as quais, em sua maioria, foram síncronas. Afinal, para os professores “a situação fica mais complicada quando se trata de conhecer e dominar novas ferramentas e metodologias para adaptar as aulas a um novo formato” (Silva, 2020, s. p.), o que demanda desse profissional ainda mais tempo e dedicação.

² O “novo-normal” diz respeito à forma como viveremos após a pandemia, em relação às novas normativas que se estabelecem a partir da sua superação. E, nesse contexto, diz respeito, mais ainda, a um novo modo educativo, talvez mais vinculado ao uso de tecnologias e com características de hibridismo.

No entanto, o reconhecimento por esse empenho não se vê como sempre. E, dessas tentativas desesperadas, surgem possibilidades de enfrentamento dessa crise da reforma universitária, já existente no País. Conforme destaca Chauí (2018), o enfrentamento da mercantilização da educação em busca da autonomia freireana, enseja demandas que podem encontrar respostas em uma pedagogia que emerge de uma emergência, em um período em que a vida muda drasticamente e se começa a chamar essa etapa de o “novo-normal”, “mas com a guerra contra a COVID-19 ainda a ser vencida, tornou-se algo comum dizer que o que nos espera, após a vitória, é um ‘novo-normal’ com relação à forma de organizar a sociedade e de trabalhar” (Ryder, 2020, s. p.).

A COVID-19 mudou a forma como vivemos e ainda não sabemos bem como e nem até quando ela persistirá, haja vista que o período pós-pandemia exige novos ajustes educacionais e em todas as esferas da vida humana.

Silva (2020, n. p.),

diante do cenário que estamos vivenciando, os desafios são gigantes para a educação como um todo e para os professores em particular. O mundo está se transformando e não voltaremos “ao normal”, pois o normal será uma nova realidade, muito diferente do que estamos vivendo até a pandemia da COVID-19. O mundo, provavelmente, não será o mesmo. A educação e os professores também não.

Cabe também destacar que “estudos indicam que crises como essa geram múltiplos efeitos adversos nas pessoas, tais como impactos emocionais, físicos e cognitivos que, inclusive, costumam se prolongar por um longo período de tempo” (Brooks *et al.*, 2020, p. 7), podendo resultar, até mesmo, em quadros emocionais de estresse pós-traumático (Brooks *et al.*, 2020).

Tais impactos

estão diretamente associados a fatores como a longa duração do isolamento, o medo de infecção, as incertezas quanto aos recursos financeiros, a falta de informação adequada e, até mesmo, o convívio prolongado em um ambiente doméstico tóxico, por vezes, de violência e abuso (Cruz; Borges; Nogueira Filho, 2020, p. 7).

Com isso, evidencia-se uma situação ainda mais complicada para professoras, não generalizando, mas observando a situação da mulher nessa profissão, exercida em uma sociedade que estabelece padrões de gênero e que ainda cultua a desigualdade na divisão do trabalho em casa e com o cuidado dos filhos. Menciono Santos (2020, p. 16) que diz: “Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o *stress* será maior e certamente recairá mais nas mulheres.” Ao confirmar esse pensamento, ele ainda concebe que “as mulheres são consideradas as cuidadoras do mundo”, visto que dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias” (Santos, 2020, p. 15).

Sendo professoras ou professores, destaco que aspectos emocionais precisam ser equilibrados, e “a importância de contar com significativo suporte psicológico durante e após a crise, uma vez que, além de serem diretamente impactados, precisarão atuar na minimização dos efeitos sentidos pelos alunos” (Cruz; Borges; Nogueira Filho, 2020, p. 9). Essa deveria ser uma possibilidade nas escolas e IESs, pois todos nós somos, de alguma forma, afetados, e os docentes precisam ser apoiados para poderem apoiar o emocional de seus alunos; caso contrário, há o risco de um adoecimento coletivo nas esferas que permeiam as instituições de ensino.

Importa salientar que as IESs delegaram aos professores, cobraram desses que, mesmo assim, se comprometessem para não perderem alunos no cenário mercantil da ES, e foram cuidar dos números necessários à sustentabilidade, num momento de incertezas e redução de receitas, papel esse que, de gestão da educação se torna, cada dia mais, idêntico ao papel da gestão de organizações diversas. E ao

mencionar gestão, organizações e números, no orçamento também houve redução no salário de professores, de horas, de disciplinas, de benefícios e conquistas anteriores. Todo um sacrifício está sendo necessário para manter a organização e a educação, com corte no número daqueles que fazem essa educação acontecer de fato.

Destaco, mais uma vez, o papel dos professores no contexto da pandemia e do “trabalho docente por meio do teletrabalho, sem considerar a questão em si da inadequação das formas de EaD para uma educação emancipatória, que, necessariamente, inscreve um projeto de sociedade” (Augusto; Santos, 2020, p. 264). Tal sociedade já não representa o que seria o ideal de sociedade, e sem uma educação que a alcance, sem poderes de reflexão e criticidade, a situação é ainda mais caótica.

Com o “novo-normal” para a educação, estabeleceram-se necessidades como a “adoção de tecnologias digitais em ambientes *on-line* na educação brasileira e impôs aos professores [...] uma mudança radical em suas ações e formas de elaborar e entregar o aprendizado” (Chaer, 2020, p. 4). Destaco, até mesmo, que isso se deu de acordo com os recursos disponíveis pelas IESs, mais ainda pelo que os professores tinham em casa, assim como respeitando as possibilidades de recursos dos alunos, até porque alguns não tinham internet.

Uma pesquisa divulgada em 2019 mostra que “58% dos domicílios no Brasil não têm acesso a computadores, e 33% não têm internet” (Chaer, 2020, p. 6). Esse é um desafio importante a ser considerado, uma vez que parece ser simples utilizar recursos *on-line* nesse imediatismo pelo qual a educação passa durante a pandemia, mas existem, sim, os limitadores, e algumas IESs abriram as portas, para que estudantes que não tinham internet, pudessem participar das aulas, isso com todos os cuidados necessários à vida e por respeito a esses alunos. “As desigualdades sociais também

são acompanhadas de exclusão digital” (Couto; Couto; Cruz, 2020, p. 210), e isso se dá também no contexto da vida de professores, que, no início da pandemia, não tinham internet adequada para dar conta da demanda, que recaiu sobre sua vida familiar.

Mas, no contexto de superação docente, “muitos estão repensando e recriando metodologias ativas mais sedutoras e desenvolvendo ambientes digitais mais amigáveis e com interações crescentes” (Couto; Couto; Cruz, 2020, p. 209), e, até mesmo, aqueles que tinham pouco contato com tecnologias começaram a utilizá-la devido à necessidade do momento vivido.

Já àqueles professores mais tecnológicos, “que são influenciadores digitais na docência e pesquisa, que fazem suas transmissões *on-line* por meio de seus canais, plataformas ou redes sociais digitais” (Couto; Couto; Cruz, 2020, p. 209), os materiais podem ser bem interessantes, a ponto de criarem aulas mais atrativas para os alunos. Assim, os mesmos autores destacam que “as *lives* de professores reforçam a condição de que as casas conectadas são espaços de ensino e aprendizagem” (Couto; Couto; Cruz, 2020, p. 209), inclusive, aos familiares de alunos e à comunidade em geral. Esse é um aspecto bastante positivo, ou seja, o fato de despertar interesse por conteúdos relevantes às pessoas, não apenas no contexto universitário, tornando o professor um digital *influencer*³ educacional.

Todo o contexto dessa pandemia mostra-se como uma oportunidade de aprendizado com necessidade de verificação de atos como humanos e pertencentes às sociedades diversas do mundo. Para Santos (2020), existe uma cruel pedagogia do vírus, com a qual todos precisamos aprender,

³ Digital *influencer* é um perfil famoso em redes sociais, que estabeleceu credibilidade em um nicho de mercado específico e, por ter acesso a um grande público nessas plataformas, possui a capacidade de influenciar outros usuários, ditar tendências, comportamentos e opiniões, podendo monetizar essa influência em ganhos financeiros (Klickpages, 2022).

pois, se não o fizermos, teremos outras pandemias, pois o “novo-normal”, não é o “velho normal”. E a falta de cuidado com o planeta e o foco no capital levará a novas pandemias, quarentenas e pobreza. Santos (2020, p. 32) refere que “nesse caso, o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras”.

Para haver prevenção, ainda se pode

criar um novo senso comum, a ideia simples e evidente de que sobretudo nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena (Santos, 2020, p. 32).

É evidente que Boaventura de Sousa Santos desperta em nós a necessidade de operar mudanças na economia, na política, na saúde e na educação, e essas são urgentes, a fim de termos condições de vida no “novo-normal”, e essa ação precisa mesmo acontecer.

Se a pandemia trouxe mortes, dor e sofrimento, precisamos, de fato, agir, a fim de evitar futuras pandemias. Afinal, em especial no Brasil, vivemos em crise política e não vemos sequer nenhuma esperança de melhoria. Em um país onde a desigualdade social é a realidade, a ES custeada nas IESs privadas, não chega a todos, e sua falta causa opressão. Dessa forma, fica mesmo difícil o enfrentamento da corrupção e a falta de competência governamental.

A pandemia destaca as desigualdades sociais, aumenta a pobreza e sobrecarrega o governo por vezes ineficaz no que tange aos cuidados dos cidadãos.

Em meio à exponencial quantidade de mortes que assistimos em função da COVID-19, o Brasil tenta sobreviver e enfrentar algumas das maiores tragédias de sua história contemporânea: as pandemias – tanto a derivada da disseminação do coronavírus, quanto as estruturais,

dos sistemas de opressão e do Capitalismo – além do pandemônio de um governo caótico, incompetente e de perfil fascista (Augusto; Santos, 2020, p. 5).

Em especial, no que concerne à ES no Brasil, com uma forte expansão da mercantilização da educação, parece que o modelo emergencial de educar, nesse período de pandemia, pode influenciar na forma como fizemos educação presencial hoje, e, talvez, contribuir com práticas e inovações para a educação numa modalidade híbrida. Para isso, no entanto, é preciso ter cuidado com as práticas de fazer aulas de improviso e sem recursos apropriados, que garantam a qualidade dos objetos de aprendizagem e da prática de sala de aula *on-line*, uma vez que, até mesmo os professores mais temerosos com as tecnologias tiveram que enfrentar seus medos e aprender, de improviso, a lidar com as mesmas.

Na prática de uma ES para a autonomia, são necessárias práticas desenvolvidoras de autonomia e, em respeito aos educadores e aos educandos, “precisamos criar novos modelos de aprendizagem que garantam que todos, sem exceção, possam desenvolver a autonomia para contribuírem ativamente no desenvolvimento do capital intelectual da sociedade” (Chaer, 2020, p. 17). Dar aulas bem-estruturadas, no sentido de aulas planejadas e articuladas com a realidade dos estudantes e dos recursos necessários para essa prática educacional, emergencial e remota, para garantir que todos os estudantes tenham como aderir e participar das aulas, caso contrário, também é possível que as IESs forneçam salas, com medidas protetivas contra a COVID-19, recursos tecnológicos e internet, que deem conta da necessidade de alguns alunos, que requerem esse auxílio.

Mas o mal-estar sentido em algumas falas presentes no meio acadêmico é de que agora, com a tendência mercantil que engloba a ES nas IESs busquem esses recursos de uma educação remota, para uma prática comum, por ser de baixo custo. Inspirados pela emergência do momento, ela se fez

necessária e resultou em “transferência de aulas e outras atividades pedagógicas para formatos a distância, buscando mitigar os efeitos do distanciamento social no aprendizado dos alunos” (Cruz; Borges; Nogueira Filho, 2020, p. 9).

O medo que se instaura é que essa pedagogia emergencial se torne normativa, afinal, ela difere da modalidade de educação a distância, pois não houve tempo para preparo de materiais e objetos de aprendizagem anteriormente.

Com vistas a um cenário capitalista, a educação fica em segundo plano, e o que mais importa é que as IESs sobrevivam e, principalmente, que o capital não seja afetado. “Daí podemos dizer a respeito da natureza genocida, do modo de produção capitalista que a pandemia apenas a expõe de forma mais flagrante e inequivocamente” (Augusto; Santos, 2020, p. 262). Nada há que já não esteja visível; nós é que não queremos ver.

Como sempre, o lugar dos docentes é desestabilizado, pois são chamados a fazer o enfrentamento necessário, mas, num cenário de mercantilização, esses temem por seus empregos. “A opressão pelo trabalho tensiona todos os limites físicos, emocionais, cognitivos, relacionais, reconfigurando, neste momento, a categoria de professores em todas as esferas educacionais: pública, privada, básica e superior” (Augusto; Santos, 2020, p. 265). Outro fator apresentado é a preocupação com a saúde física e a mental desses docentes, afinal “se o adoecimento docente já era uma realidade, tanto mais agora, por esta lógica alienante” (Augusto; Santos, 2020, p. 265).

Contudo, sobreviver à pandemia é um desafio de todos, ter saúde e força para superar a crise em que a ES se encontra é outro. E, no pós-pandemia, será necessária uma reconstrução a esse respeito. Logo,

o novo normal da educação será feito por pessoas que assumirão o papel de protagonistas desta mudança e suas habilidades e repertório determinarão o quanto a

aprendizagem poderá ser utilizada como alavanca de melhoria do desenvolvimento social e econômico e do bem-estar (Chaer, 2020, p. 17).

Nesse sentido, partir para a luta rumo a uma ES emancipatória é missão de todos – não só dos docentes; é responsabilidade dos estudantes, da sociedade, dos trabalhadores da ES, e é também um direito de todos assegurar essa educação gratuita no Brasil.

Outro destaque necessário está relacionado às políticas e à pobreza no Brasil em relação a uma reação ante a COVID-19, por meio de um enfrentamento voltado à ES em especial, que forçou uma ruptura e exigiu criatividade para superar as dificuldades impostas pelo vírus e a forma como as aulas acontecem em um momento emergencial de educação remota, pois que

a disruptividade provocada pela pandemia do Coronavírus evidenciou, destacadamente, para países que apresentam percentuais significativos de pobreza e desigualdade social acirradas, como o Brasil, as barreiras físicas, culturais, econômicas e tecnológicas que estruturam a sociedade, dando visibilidade àqueles que eram considerados invisíveis e muitas vezes esquecidos. Essa parcela da população vem sendo muito afetada especialmente no que se refere às questões relacionadas à sobrevivência durante esse período. Para essa população, muitas vezes, a educação não é uma prioridade, sobretudo neste momento (Alves, 2020, p. 357).

A realidade das consequências e a insegurança diante do empobrecimento chegam também aos docentes de maneira assustadora e insegura, pois que, segundo Alves (2020, p. 357), causa medo conforme percebem as consequências financeiras e a pressão no trabalho, com a percepção de ocorrência de “(corte de salários, demissões, etc.), que será feito quando retornarem às salas de aula e o que fazer nos encontros remotos para assegurar a participação e a audiência dos estudantes” (p. 357).

A mesma autora enfatiza algumas das características que estamos agora mencionando como educação remota: Nela, “[...] predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais” (Alves, 2020, p. 357). A ênfase, aqui, está na mudança de recursos presenciais para remotos, por meio de tecnologias, mas preservando uma metodologia que dê conta dos objetivos das disciplinas em si. Em outras palavras, uma adaptação, que, ainda assim, precisa ser capaz de auxiliar no desenvolvimento da autonomia dos estudantes, dos desenvolvimentos humano e crítico dos alunos que, nesse momento, têm parte de sua formação acadêmica remota, forçada pela pandemia da COVID-19.

Mudanças causadas, forçadas pela pandemia, permaneceram, de maneira que agora é necessário dar conta do todo enquanto docentes. Ao focar, então, na educação superior independentemente da pandemia, vamos agora compreender a educação superior e o conceito de Universidade para seguir com esta pesquisa instrumentalizados.

2.2 Educação Superior e conceito de universidade

No presente estudo, optei por tomar por base as referências de Boaventura de Sousa Santos (1998; 2006; 2009; 2011), Chauí (2018), Sguissardi (2002; 2011), Vannucchi (2011) e de outros para fundamentar os princípios da ES e da Universidade, considerando o vasto conhecimento dos autores sobre a temática investigada.

Ciente de que a ES contribui para a formação de cidadãos críticos, politizados, democráticos e participativos, na condição de sujeitos ativos e reflexivos, torna-se essencial pensar sobre a finalidade da Universidade, no século XXI, e sobre seu papel diante da formação do cidadão, do pes-

quisador por ela preparado e na qual atua. Isso porque as Universidades contribuem para a formação das novas sociedades e, conseqüentemente, da história humana.

As Universidades são produtoras de conhecimentos por meio do ensino e da extensão e de tecnologias – por meio de suas pesquisas, que também produzem conhecimento – mas precisam sobreviver, isto é, necessitam de investimentos.

Os recursos financeiros direcionados a Universidades, centros universitários e outras instituições de ensino públicas são cada vez mais escassos. Por esse motivo, o governo delega parte de suas obrigações às Universidades da iniciativa privada. Logo, “o favorecimento dado às Universidades privadas decorre do fato de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos” (Santos, 2011, p. 20) e, em muitos casos, representam a venda de conhecimentos científicos e tecnológicos. Desse modo, o ciclo continua e a demanda de diferenças sociais causadas pela visão capitalista permanece em cena.

Nesse âmbito, estão as tecnologias produzidas por meio do conhecimento científico e utilizadas no ensino. Com a inserção tecnológica e a internet, as Universidades expandiram seu entorno, alcançando alunos até de outros países, o que lhes permite ultrapassar fronteiras sem sair de casa. Nessa abertura de mercado, as possibilidades “incluem educação a distância, aprendizagem *on-line*, Universidades virtuais” (Santos, 2011, p. 23).

Esses fatos, que condizem com a abertura de mercado, as tecnologias, as Universidades virtuais e a educação digital, contribuem, de alguma forma, para o crescimento acelerado do mercado do ensino superior. De um lado, as pessoas buscam formação para atender às exigências do mercado; de outro, as instituições de ensino buscam facilitar o acesso dos alunos, via tecnologias e oferta de EaD, a cursos com menor tempo de duração.

Sob essa mesma lógica, Santos (2011, p. 29) destaca que “a Universidade produz conhecimento que a sociedade aplica, ou não, uma alternativa que, por mais relevante que seja socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido”. Ele afirma que esse tipo de conhecimento moldou as Universidades, e, inclusive, gerou uma mudança: a “passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário” (Santos, 2011, p. 30), explicitando que “o conhecimento pluriversitário tem tido sua concretização mais consistente nas parcerias Universidade = indústria e, portanto, sob a forma de conhecimento mercantil” (Santos, 2011, p. 30).

O termo *pluriversitário* refere-se a uma nova Universidade, que continua com o foco em pesquisa e na produção de conhecimento científico válido, que também vai gerando desenvolvimento econômico. Para Santos (2011), o problema é não haver espaço para outro tipo de geração de conhecimento científico útil que não seja apenas o da geração de riqueza e de renda, mas que haja espaço também para a manutenção de culturas, o desenvolvimento do ser humano e outras demandas vinculadas à qualidade da educação e à ecologia de saberes.

Com base nas epistemologias do Sul, a ecologia de saberes – que valoriza saberes diversificados e novos, os quais também podem vir de fora da Universidade – tem o propósito de construção de novos saberes dentro da Universidade, os quais possam ampliar o conhecimento e os saberes acadêmicos constituidores do conhecimento válido. Portanto, “a ecologia de saberes é um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto de que todos eles, incluindo o saber científico, podem enriquecer nesse diálogo” (Santos, 2011, p. 57).

A ecologia de saberes, dessa forma, é entendida como “multiculturalismo emancipatório, parte do reconhecimento da presença de uma pluralidade de conhecimentos e de

concepções distintas sobre a dignidade humana e sobre o mundo” (Santos, 2006, p. 154). Essa forma de pensar combate a cultura única do saber que atenda, exclusivamente, à sociedade e ao mercado.

Segundo Santos (2006; 2009), “o conhecimento científico é, hoje, a forma oficialmente privilegiada de conhecimento, e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação” (Santos, 2006, p. 137). O autor corrobora ainda a ideia de que “não há epistemologias neutras” (Santos, 2009, p. 7), definindo epistemologia como todo conhecimento cientificamente válido.

O conhecimento e a metodologia científica apresentam facilitadores e dificultadores. Já as epistemologias do Sul propõem valorização e respeito aos conhecimentos que não são valorizados nas ciências, por vezes duras, inflexíveis, mas essa liberdade maior, para considerar certos saberes, não implica fazer qualquer coisa. Mesmo assim, encontra responsabilidade em produzir conhecimento válido com seriedade, que também considere aspectos culturais, entre outros, que possam vir a agregar em determinados estudos.

Tal relação está pautada pela importância do conhecimento para a sociedade e o quanto ele não está distribuído de forma igualitária. Também sobre conceitos que seriam superiores, e outros considerados inferiores, durante muitos anos, podem representar um tipo de conhecimento que foi suprimido, mas que não deixa de ser importante.

Nessa linha de pensamento, a Europa e o Norte da América representam as epistemologias do Norte, as quais impuseram sua forma de conhecimento como válida; as epistemologias do Sul são formas de conhecimento dos demais países. E, mesmo com tal definição, considero que não há uma divisão completa, porque, no Norte, existiram grupos dominados de “trabalhadores, mulheres, indígenas e afrodescendentes” (Santos, 2009, p. 13), e, no Sul, houve “pequenas europas, representadas por elites dominantes”

(Santos, 2009, p. 13). Mesmo assim, esse autor apresenta a noção de epistemologias do Sul afirmando que

as epistemologias do sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos de ecologias de saberes (Santos, 2006, p. 13).

Para explicar a distância entre as epistemologias do Norte e as do Sul, o autor utiliza a noção de abismo. E, a partir do termo abissal, apresenta a divisão entre Norte e Sul, destacando a necessidade de uma epistemologia, com base na “ecologia dos saberes e na tradução intercultural” (Santos, 2009, p. 14), que valorize diversas culturas, mas que enfatize também o conhecimento aceito e inserido em um contexto, com experiências e conhecimentos permeados pela diversidade. No entanto, que isso ocorra com critérios de validade também diferentes e por meio de conhecimentos que não rivalizem entre si. Assim, é necessário perguntar: Como isso é possível? E ainda: Como não perder a riqueza existente na multiplicidade cultural?

Quando se pensa em colonização, é possível entender que houve imposição do colonizador a um conhecimento julgado científico, mais aceito, havendo, assim, a supressão do conhecimento dos povos colonizados, considerados primitivos. “Com a colonização, houve uma homogeneização dos conhecimentos mundiais, impondo uma ou outra cultura, o que ocasionou o fim das diferentes culturas sob a imposição de uma única” (Santos, 2009, p. 14). Para Santos, isso foi um “*epistemicídio*”, que suprimiu o conhecimento local em vista de um conhecimento externo nomeado pelo autor de “alienígena” (Santos, 1998, p. 208).

Compreende-se que todo o conhecimento que existia antes da colonização foi submetido a uma epistemologia dominante e o que existia foi suprimido como uma epistemo-

logia inferior, por isso, não importante. Assim, a concepção de epistemologias do Sul traz à tona conhecimentos antes não reconhecidos.

No entendimento de Santos, se a colonização suprimiu saberes culturais, esse autor sugere uma mudança centrada na *descolonização*, principalmente no sentido do poder, defendendo a retomada da cultura que existia antes da colonização. Portanto, visando à tal diversidade de saberes, o autor diz que “a energia deve centrar-se na valorização da diversidade dos saberes, para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais sejam as mais amplas e democráticas” (2009, p. 18).

Em relação às epistemologias do Sul, Santos (2009) afirma que existe a possibilidade de que “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas”, relegados ao “outro lado da linha” (p. 25), sejam também considerados importantes para que participem do cenário da construção de um conhecimento válido.

Questões relativas à educação encontram-se imersas no conflito entre regulação/emancipação e apropriação/violência, pois a educação fica à mercê de políticas que atendem, sem dúvida, aos propósitos dos governos, aos quais os Estados estão submetidos. Com isso, desde a educação básica, as Universidades estão inseridas em um contexto político e, assim, atendem às demandas de mercado, ou da política e, às vezes, ainda que indiretamente, da religião. Mas em relação ao que interessa neste estudo, posso destacar que “a ecologia de saberes é uma contra epistemologia” (Santos, 2009, p. 37).

Vale frisar que,

como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico (Santos, 2009, p. 45).

Se, na atualidade, fala-se em educação híbrida, as epistemologias do Sul defendem também o conceito de “conhecimentos híbridos” (Santos, 2009, p. 56), não no sentido estrito do uso de tecnologias em sala de aula, mas da multiplicidade de conhecimentos, de uma ecologia de saberes.

O que está acontecendo no Brasil atual é que o conceito de uma Universidade que desenvolva ensino, pesquisa e extensão está fragmentado, segundo Sguissardi (2002, p. 35-36). O “Governo Federal reconhece e implementa as denominadas Universidades de ensino, isto é, as Instituições de Ensino Superior, que, por não serem obrigadas a associar ensino, pesquisa e extensão, dedicam-se, quase exclusivamente, ao ensino”. O autor comenta, ainda, que essas são a maioria, e que o contrário é para poucas, o que nos faz questionar se a ES é essa que se estabelece tranquilamente e sem enfrentamentos pelos atores da educação.

Sguissardi (2002, p. 36) destaca que

as universidades de pesquisa (que associariam ensino, pesquisa e extensão) são muito poucas, hoje, mesmo entre as IES que gozam do título de universidades, pois somente as que possuem um nível de pós-graduação bastante consolidado realizam pesquisa em dimensões que permitam a integração desta com as atividades de ensino e extensão.

Sustento que, com isso, a ES tem ganhos ao formar mais pessoas, ao formar pesquisadores e ofertar extensão à comunidade, em uma educação que tem como objetivo a formação humana. Um dos objetivos com a privatização da educação é manter o foco voltado a atender ao mercado de trabalho, o que também é um objetivo pertinente ao país do ponto de vista da formação para o trabalho. Com “[...] impacto nos contextos nacionais e locais, a naturalização do processo de financeirização cuja lógica, dinâmica e alavanca de poder só contribuem para a reprodução do capital” (Dourado, 2019, p. 3). No entanto, a extensão e a pesquisa se perdem nesse

contexto de ES capitalista. Sabe-se que a extensão pode ser facilmente alcançada pelos estudantes por meio de cursos livres, leituras, palestras, enfim, esse talvez não seja um grande problema, mas continua sendo desincentivada e desvalorizada a pesquisa. E isso, por si só, é frustrante e ainda vai contra o desenvolvimento de um país e dos avanços do conhecimento.

Para alavancar a reflexão sobre a mudança que altera os rumos do conceito que se teve de Universidade até o momento, surge a ruptura entre o que é uma IES e uma Universidade, mas parece que, ainda assim, o conceito de Universidade também está sendo desconstruído. Assim, um novo conceito bem neoliberal avança em direção daquilo que se entende, hoje, como instituições de educação superior, que atendem às demandas de formação para o trabalho em um conceito bem técnico e nas Universidades que são imbuídas das demandas atuais, pois competem com essas IESs tecnicistas, incluindo a pesquisa, a extensão e, no caso, as Universidades Comunitárias, que focam ainda mais na comunidade, a quem retornam seus frutos e que estão intensamente mais engajadas no coletivo que as demais.

Assim, as “instituições comunitárias, no sentido de não se distanciarem de sua identidade institucional, mas, ao mesmo tempo, de buscarem a articulação de ações para o enfrentamento da lógica predatório-mercantilista” (Stecanela; Piccoli, 2020, p. 277) buscam a superação dessa imposição de mercado.

Avançando nesse pensamento de Stecanela e Piccoli (2020), que destacam a formação humana como foco das Universidades Comunitárias, como uma estratégica a “posicionar as ICESs como instituições que não serão absorvidas pelo cenário da educação como um negócio, não obstante as fronteiras permeáveis entre o dentro e o fora da academia” (Stecanela; Piccoli, 2020, p. 277) em um posicionamento

que define resistência mercantil e continuidade de uma formação voltada ao humano.

Em relação a tais mudanças nas Universidades, conforme Chauí, é possível refletir sobre

essa definição técnico-administrativa da instituição universitária, produtivista, quantitativa e articulada a interesses empresariais e da administração estatal, pressupondo certa concepção do que sejam os serviços prestados pela universidade à sociedade, criou obstáculos que impedem a efetiva realização da universidade, mergulhando-a em crises sucessivas e em equívocos jamais discutidos, armando uma estrutura de poder tal que promove a alienação, a vida universitária escapando dos objetivos e desígnios de professores e estudantes (2018, p. 293-294).

Atores no cenário da ES, sejam professores e alunos, sejam funcionários, sociedade e gestores, todos parecem assistir ao espetáculo, boquiabertos e esperando o final para saber se choram ou aplaudem, quem sabe até, para ser o último a sair e então fechar a porta para o que já foi.

Há quem “[tenha] como pressuposto, divergência na concepção do que sejam à docência e a pesquisa, os vínculos da Universidade com o Estado e os serviços a serem prestados à sociedade” (Chauí, 2018, p. 294). A autora aponta ainda para a importância de “discutir amplamente a transformação da estrutura dessa Universidade é por entendermos que sua forma atual de organização desconsidera as características do trabalho que nela é ou deveria ser realizado” (Chauí, 2018, p. 296), descaracterizando, assim, o que, de fato, é uma Universidade.

As lutas sociais para a constituição do que representa a Universidade no Brasil estão sendo abaladas em suas bases, cuja “legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica” (Chauí, 2018, p. 348). Atualmente,

obedece-se à lógica de mercado e da sustentabilidade financeira. Conforme a sociedade foi mudando, a Universidade também foi se transformando. Segundo Chauí (2018), de *instituição* passou a ser uma *organização*, com interferências políticas e de capital. A autora destaca que de *Universidade de saber* passou a ser uma *Universidade funcional*, atendendo ao mercado de trabalho e, em seguida, acabou por se tornar uma *Universidade operacional*.

Nesse compasso, vale dizer que,

enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos (Chauí, 2018, p. 350).

Alinhados aos desafios que o conceito de Universidade enfrenta, estão subentendidos os desafios de uma *ES fragmentada* (Chauí, 2018), que atendem às demandas organizacionais do capital, do produtivismo, em que o desempenho pode ser mensurado. A Universidade mercantilizada faz “sombra”, aparece no contexto e obriga a que se dirija um olhar para o cenário das Universidades e instituições de ensino comunitárias, pois “a universidade comunitária representa um modelo alternativo, ou seja, ela não é nem pública, no sentido de estatal, nem privada, no sentido estrito, empresarial. É pública não estatal [...]” (Vannucchi, 2011, p. 30). Nesse contexto desafiador e desestimulante, ainda assim, luta pela superação da crise que a educação, tal qual um produto, traz em si.

Nesse contexto, as Universidades públicas não mais desenvolvem pesquisas e o conhecimento para o mercado, mas seguem as regras do mercado. E o que se chama de autonomia universitária, na verdade, se refere à gestão de capital e recursos, reduzida em sua essência “de acordo com

o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação, ou a não renovação do contrato” (Chauí, 2018, p. 347). Para tal, a Universidade pública faz parcerias com o mercado para, também, garantir a autonomia financeira.

Nesse sentido, no que tange às ICESs, na percepção de Stecanela e Piccoli (2020, p. 180-181) “a manutenção da identidade como uma universidade tem se mostrado um árduo desafio, tendo em conta o processo de mercantilização da Educação e o avanço das instituições mercadológicas”. Saliento que essas estão no mesmo cenário, no mesmo mercado competitivo.

Já as Universidades privadas, como se pode observar, se identificam com o mercado educativo, produzindo disciplinas e cursos, para competir num mesmo mercado com as comunitárias e públicas, porém com diversas flexibilizações e facilidades estabelecidas por um governo que prefere isso a ter que custear a Universidade. Em um país onde a desigualdade social aumenta e os cursos são comparados pejorativamente a uma “venda de diplomas”, o mercado é acirrado, competitivo e desleal para as instituições comunitárias, inclusive, pelo fato de as ICESs terem seus objetivos voltados à educação para a comunidade em um compromisso social e não para o lucro, para o mercado.

Evidencia-se, em relação à mercantilização da educação, no contexto em que hoje o Brasil se encontra que,

nessa perspectiva, é fundamental situarmos a presença de uma agenda global transnacional, cuja proposição é cada vez mais homogeneizadora e, paradoxalmente, plural e combinada. Essa agenda é demarcada pelo ethos capitalista por meio de dinâmicas da sociedade que se inter cruzam, envolvendo políticas de ajuste fiscal, privatização, minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas, novas formas de governança e gestão, tendo por eixo o estado avaliador, o quase mercado e, de maneira mais complexa, permeado por um intenso e de-

sigual processo de financeirização em todas as arenas, inclusive na educação (Dourado, 2019, p. 2).

Portanto, a problemática é mundial, mas o Brasil atua num crescimento acelerado desobrigando o Estado de suas obrigações fundamentais, entre elas, a ES.

Entendo que, neste momento, no Brasil, “o governo Bolsonaro, [...], tem desferido várias sinalizações envolvendo críticas ao papel e à finalidade das universidades públicas, atacando sua eficiência e impondo restrições à sua autonomia” (Dourado, 2019, p. 13); e, ainda, segundo esse autor, “[faz] questionamentos sobre conhecimento científico”, e essas ações representam uma desvalia do papel da Universidade e da ES gratuita – um direito do cidadão – em favorecimento de um ponto de vista que visa a atender aos interesses do acúmulo de capital e não dos conhecimentos humanos e culturais, ao se referir aos resultados de pesquisas que atendem apenas aos interesses capitalistas, que dão retorno financeiro.

Santos (1998; 2006; 2009; 2011), Chauí (2018), Sguissardi (2002; 2011) e Vannucchi (2011) apresentam suas contribuições acerca de uma ES emancipatória, assim como da função da Universidade nesse contexto. Tais concepções colaboram para aumentar uma reflexão sobre a educação ofertada nessa IES em comparação com a educação freireana, quanto ao conceito de autonomia como um sinônimo de educação emancipatória. Com isso, pode-se também transpor a autonomia e a emancipação ao cenário das ICESs, de maneira ainda mais responsável por manter a educação para a autonomia, uma vez que devem contribuir de forma significativa com a comunidade na qual estão inseridas, conforme se percebe na sequência deste e nas particularidades das ICESs em especial no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, mas com alguns aspectos gerais voltados ao país como um todo.

2.3 *Universidades Comunitárias e ICESs (RS, SC – Brasil)*

As Universidades Comunitárias⁴ reproduzem muita expectativa na sociedade, de modo que foram criadas pela comunidade e com ela tem um compromisso social. Normalmente, a Universidade encontra sua responsabilidade no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão; no entanto, as Comunitárias também são responsáveis por retornar à comunidade os benefícios de sua constituição de inúmeras formas. Portanto, conhecer sobre o seu contexto é essencial para compreender suas demandas, compromissos e realidade na atualidade mercantil, que se solidifica na educação superior.

No Rio Grande do Sul, o cenário das Universidades Comunitárias se estabelece com a participação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) e elas fazem parte do COMUNG, que significa Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas e, que, hoje, representa o maior sistema de ES no Rio Grande do Sul. O COMUNG é constituído de instituições de ensino, em sua maioria universidades, que colaboram entre si com a intenção de fortalecer as instituições de ensino e prover a comunidade com a qual têm vínculo expressivo. Já em Santa Catarina essa representatividade das instituições de ensino comunitárias fica por conta da ACADE, que significa Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

A legislação mais atual que valida a existência das ICESs é a Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Embora muitas delas já se fizeram possíveis muito antes disso, conforme apresento nesta escrita, por meio de outras legislações, foi

⁴ Universidades Comunitárias, no plural, aqui se refere não ao conceito de todas as universidades comunitárias do Brasil, mas ao fato de serem constituídas de forma diferente, algumas confessionais, outras não, umas contam com auxílio governamental, como é o caso em Santa Catarina e outras não, caso do Rio Grande do Sul.

possível abrir algumas possibilidades, de forma que as comunitárias puderam ir se organizando. Essa Lei, no entanto, dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das ICESs. Em seu art. 1º, no inciso 4, regulamenta: “As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade” (Brasil, 2013, s. p.).

Por se tratar de ICESs, não são nem públicas, nem privadas, por isso, não visam lucro, e o que fazem é se manter, reinvestir e atender à comunidade, de formas específicas a cada instituição. Em relação à definição de comunitária “pública não é, porque não pertence ao governo; e privada também não, pois não é propriedade particular” (Vannucchi, 2011, p. 30).

De acordo com o recorte de Schmidt, são características das comunitárias:

Criação impulsionada por organizações da sociedade civil e do poder público local, a quem pertence o patrimônio; não estão orientadas para a maximização do lucro, sendo os resultados financeiros reinvestidos na própria universidade; têm profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos; os órgãos deliberativos superiores são integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional (entidades da sociedade civil e do poder público local); a forma jurídica da mantenedora é a de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; o controle administrativo e da gestão financeira é feito pela mantenedora; o patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênere (2018, p. 40).

Tais características demonstram o caráter e a especificidade desse tipo de IES e, dessa forma, penso o contexto das ICESs em meio às influências da mercantilização da educação. Stecanela e Piccoli (2020), ao se referirem à Lei n.

12.881/2013 e às características das ICESs, destacam que “essas instituições possuem algumas características que favorecem uma relação muito próxima da comunidade onde estão inseridas” (Stecanela; Piccoli, 2020, p. 277). Essas autoras visam a isso como um diferencial ante outras IESs no contexto mercantil.

Apresenta-se um conceito de Universidades Comunitárias conforme entendimento de Vannucchi (2011, p. 37): “É uma universidade sem fins lucrativos, pertencente a uma comunidade é dirigida por representantes dessa comunidade, comprometidos com o desenvolvimento dela.” Destaca-se, no entanto, a importância da comunidade real, e não só no contrato social das ICESs.

Devido à LDB estabelecer as características das IESs privadas, a ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) baseou-se nela, de forma que seu estatuto abrange a participação de representantes da comunidade em sua constituição jurídica, não existindo exigências específicas sobre o termo *comunitária*, e é isto que Vannucchi (2011, p. 29) destaca: “Não enfocam traços característicos e essenciais de uma comunidade, como a posse em comum, a colegialidade participativa, o pertencimento, o vínculo orgânico, a coesão interna.” Logo esse significado foi criado pelo conjunto das ICESs, que, desde o início colaboram entre si, assim como as gaúchas por meio do COMUNG e as Catarinenses por meio da ACAFE, sendo que em todo o país existem outras associações, conforme a região.

Acentuo, com base em Schmidt (2018), que, historicamente, no Rio Grande do Sul, devido à colonização europeia, existia uma cultura de associação que ainda é percebida no século XIX. De acordo com Schmidt (2018, p. 38), “na ausência de serviços públicos prestados pelo Estado, desenvolveu-se um considerável leque de iniciativas comunitárias, que estão no núcleo do expressivo estoque de capital social gerado historicamente nessas regiões”; muitas vezes pelo

esforço da comunidade, política e religião em parceria e colaboração.

Ainda: “Somos um País com uma forte e histórica presença da comunidade no âmbito educacional”, logo Universidades Comunitárias não seriam o problema, mas uma possibilidade (Schmidt, 2018, p. 38). Devido a isso, o COMUNG foi criado em 1996 e compreende Universidades significativas no âmbito da educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Fazem parte do COMUNG, conforme o Quadro 4, as seguintes ICESs:

Quadro 4 – Instituições integrantes do COMUNG

Sigla	Nome da Instituição de Ensino Superior
FEEVALE	Universidade Feevale
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
UPF	Universidade de Passo Fundo
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UFN	Universidade Franciscana
UNILASALLE	Universidade La Salle

Fonte: Desenvolvido pela autora com base em COMUNG (2000).

No Estado de Santa Catarina, a ACAFE foi fundada em 1974 com o intuito de proporcionar intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as Instituições de Educação Superior, assim como o COMUNG.

Fazem parte da ACAFE, conforme indica o Quadro 5, as seguintes ICESs:

Quadro 5 – Instituições integrantes da ACAFE

Sigla	Nome da Instituição de Ensino Superior
FURB	Universidade Regional de Blumenau
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
Católica SC	Centro Universitário – Católica de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UNIDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UNIARP	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

Fonte: Autoria própria com base no site da ACAFE (2022).

As associações COMUNG e ACAFE contam com Universidades e ICEs, conforme a menção nos quadros anteriores, e constituem um sistema de comunitárias que se unem para sobreviver às interferências de mercado causadas pela mercantilização da educação superior.

Quanto ao advento das Universidades Comunitárias, destaca-se que “o surgimento das Universidades Comunitárias gaúchas ocorre exatamente nessa fase posterior ao arrefecimento do comunitarismo no ensino primário de Santa Catarina.” (Bittar, 1999, p. 94). Destaco ainda que algumas das Universidades Comunitárias são confessionais e outras não confessionais, o que se deve ao fato de comunidade, política e igrejas terem iniciado o processo de criação das fundações que estabeleceram as Universidades Comunitárias. As ICESs permanecem vinculadas “à necessidade de tornar conhecida a denominação comunitária, outras ideias-força moviam o segmento como a 'dimensão pública não-estatal' e o fato de colocar-se como 'um modelo alternativo' de ensino superior” (Bittar, 1999, p. 144), incluindo o tipo de ensino de qualidade oferecido pelas comunitárias, desde seu surgimento.

Vannucchi (2011, p. 14) comenta que, no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, surgiu, antes mesmo da UFRGS (que iniciou em 1934), uma Universidade Comunitária, ou seja, a conhecida PUC que iniciou suas atividades três anos antes da instituição federal, demonstrando que as Universidades Comunitárias já eram uma realidade antes mesmo de a UFRGS existir no Estado gaúcho.

Realmente, em um caráter bem colaborativo e em comunidade,

para superar as defasagens educacionais e culturais, a sociedade civil rio-grandense, não devidamente atendida pelo Poder Público, se organizou e se mobilizou pela instalação de escolas superiores, mediante associações, fundações e consórcios com tal objetivo (Vannucchi, 2011, p. 15).

Assim, as pessoas poderiam estudar e, ao mesmo tempo, o capital seria reinvestido em instituições de ES, para que mais pessoas pudessem ter acesso à ES, sendo que a

formação acadêmica também devolve à comunidade o conhecimento gerado.

Para além do conceito de comunitária, ou de pública não privada, também temos a nomenclatura de formação de um terceiro setor, “o conceito de 'terceiro setor' implica compreender que a vida pública não é feita apenas e tão somente de atos provenientes do governo, mas inclui também as atividades dos cidadãos” (Bittar, 1999, p. 166), que merecem ser consideradas, pois estão a fazer algo, que seria de obrigação do governo, para que as pessoas tenham onde e como estudar.

Em meados de 1980, o conceito de Universidade Comunitária se torna mais conhecido em âmbito nacional; todavia, no Rio Grande do Sul, já existiam comunitárias que já se destacavam, entre elas, estão as Universidades de “Passo Fundo e de Caxias do Sul, criadas, respectivamente, em 1967 e 1968” (Vannucchi, 2011, p. 16) além da PUCRS, conforme comentado anteriormente.

Ainda por volta de 1980, Vannucchi (2011) explica que o Governo Sarney em um relatório final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, acrescentou que cabia ao Estado “garantir a liberdade de ensino em todos os seus aspectos e apoiar financeiramente as iniciativas educacionais de origem privada e comunitária, de inegável interesse público e relevância social” (Vannucchi, 2011, p. 16). Essa movimentação política também interferiu na legislação, que favoreceu a mercantilização da educação no Brasil, mas foi um importante apoio para as comunitárias se consolidarem.

Com isso, “vinte e três reitores de Universidades Comunitárias constituíram, em 29 de agosto de 1991, o Fórum das Universidades Comunitárias do Brasil” (Vannucchi, 2011, p. 18), e essa ação visava à união entre eles para acompanharem as legislações pertinentes às comunitárias, mas, com isso, “estavam assim preparando o campo para se constituir

a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC, em 18 de janeiro de 1995” (Vannucchi, 2011, p. 18).

A LDB, de 1996, acaba enfatizando o conceito das comunitárias, mesmo que ao se referir às escolas. O que gerou uma incumbência legal, é “a participação da comunidade nas Universidades Comunitárias, que merece realce e vem consagrar a experiência histórica dessas instituições enraizadas em modestas comunidades locais e regionais” (Vannucchi, 2011, p. 18-19). A partir de 1940, conseguiram ter ES ao dispor da comunidade, onde foram sendo instituídas e mantidas, muitas delas até os dias de hoje.

O autor apresenta, ainda, o sentido que está na base do entendimento do que é uma Universidade Comunitária, quando afirma que “lexicamente, comunidade denomina uma realidade baseada em pessoas que assumem o mesmo encargo, um grupo humano unido e identificado por determinadas obrigações e compromissos, em função de uma mesma finalidade” (Vannucchi, 2011, p. 25), existindo, nesse caso, um ou mais propósitos que são pensados no coletivo. Outra forma de entender as comunitárias está em saber que a “comunidade ultrapassa de longe o mero conceito de sociedade, associação, agrupamento, coletividade” (Vannucchi, 2011, p. 26).

Em termos de fundações e Universidades Comunitárias, “[...] as experiências comunitárias do sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) acabaram por constituírem-se numa espécie de inspiração ou, até mesmo, de um “modelo” a ser seguido” (Bittar, 1999, p. 227), e, que assim, foi se fortalecendo.

Enfatizo que, ao fazer referência às Universidades Comunitárias, se está, de fato, citando instituições, fundações ou associações, que existem com o intuito de atender às demandas da comunidade em geral. Por conta dessa comunidade, existe toda uma busca por sustentabilidade, reinvestimento

e crescimento que sejam percebidos e recebidos por essa comunidade.

Como contrapondo a essa visão, de as comunitárias serem uma criação gaúcha, Passos (2008) destaca que o conceito de comunitária está inserido no âmbito da própria Universidade, desde que surgiu no século XIII. “O próprio termo *universitas* deixa flagrar o significado social emergente naquele contexto, tanto quanto outras experiências de associações livres” (Passos, 2008, p. 25). Ou seja, todo tipo de Universidade, pública, privada ou comunitária, deveria existir para a sociedade.

Nesse sentido, de acordo com Vannucchi (2011, p. 31), em relação ao conceito de Universidades Comunitárias, com base no caráter público das ICESs, destaca que “o reitor não é o dono”, mas é a pessoa que faz a gestão e toma decisões com as instâncias envolvidas, inclusive a comunidade e o “funcionamento, pautado pelo interesse da população, a serviço da sociedade, sem visar ao lucro. A Universidade é um bem da sociedade, antes e acima de tudo”.

A Universidade Comunitária se institui como uma organização estatal, mas com responsabilidades auditadas pelos órgãos competentes. Outro fator relevante é a socialização para a comunidade dos saberes produzidos pelas comunitárias em geral. Esses quesitos demonstram bem o cenário das ICESs no Brasil e acabam por enfatizar o conceito comunitário, que existe no cerne das Universidades Comunitárias (Vannucchi, 2011).

Em outras palavras,

a universidade comunitária, enfim, se identifica pela sua gestão participativa e democrática, vivenciada em reuniões periódicas, nas quais se elaboram, se discutem e se revisam não apenas o seu plano de desenvolvimento institucional, mas também o orçamento e a sua fiel execução, com a contribuição da reitoria, dos diretores de faculdade, dos chefes de departamento, dos coordenadores de curso, dos professores, dos funcionários,

da representação estudantil e da comunidade externa (Vannucchi, 2011, p. 35).

Nesse tipo de instituição, a participação – a opinião e o devido cumprimento das responsabilidades – das diversificadas esferas envolvidas é fundamental para manter seu perfil de comunitária, inclusive e principalmente, quando envolve a comunidade externa. Isso a diferencia das demais públicas ou privadas, devido à “participação institucional efetiva de todos os seus segmentos na concretização de seus objetivos e funções, sem os liames da burocracia governamental e sem o império do lucro de uma empresa” (Vannucchi, 2011, p. 36). Garantir, assim, um perfil mais democrático e social, no entanto, necessita do lucro para reinvestir e se manter, com o compromisso de devolver à comunidade o conhecimento gerado.

Nesse sentido, Stecanela e Piccoli destacam

[...] a importância de que as ICESs considerem o seu papel como vetor do desenvolvimento regional. Esse desenvolvimento de entorno socioeconômico pode ser traduzido por meio de avanço das capacidades humanas dos indivíduos, atingida pela formação integral; criação de novo conhecimento e preservação do passado; interação universidade-sociedade nos seus ambientes de ensino e de pesquisa; pesquisa sistematicamente a sociedade em que está inserida, a partir de seus múltiplos ângulos (saúde, educação, história, gestão, engenharia); e, a partir disso, promove ações para uma sociedade mais próspera e melhor (2020, p. 180).

O que responsabiliza todos na sociedade, de fato, é o caráter social e a responsabilidade de devolver à comunidade o ensino, o conhecimento, a pesquisa, a extensão e seus resultados que pertencem à essência da Universidade em si, sendo sentido e/ou percebido por quem, de alguma forma, está inserido no contexto de uma das ICESs. “A organização e coordenação das ações comunitárias têm também uma direção externa, como serviço prestado à sociedade” (Passos, 2008, p. 33).

Nesse contexto, o COMUNG se destaca pela parceria, pela colaboração e pelas trocas realizadas entre as ICESs participantes do consórcio. Para destacar a conexão que existe em seu núcleo, foi criado o Quadro 6.

Quadro 6 – Caráter colaborativo do COMUNG

Síntese da Cooperação existente no COMUNG	
A história das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul integrantes do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG – é rica, singular e pontuada de fatos que revelam a oportuna articulação existente entre si, de acordo com o que segue:	
1º	A maioria dessas universidades comunitárias nasceu do esforço e do anseio de comunidades que, por iniciativa e recursos próprios, estruturaram instituições capazes de oferecer ensino superior de qualidade aos seus filhos.
2º	Seguindo o espírito que as instituiu, essas universidades procuram a interação institucional, via programas conjuntos e ações políticas em defesa desse modelo. Não foi por acaso que os Distritos Geo-educacionais, no RS, experimentaram uma vivência interessante.
3º	Importante foi a iniciativa dessas instituições, em conjunto com outras do País, na época da discussão e elaboração da atual Constituição brasileira, de incluir o reconhecimento expresso desse modelo (art. 213).
4º	<ul style="list-style-type: none"> • Várias iniciativas conjuntas traduzem essa salutar articulação existente entre as universidades comunitárias, com destaque para: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O programa de avaliação interinstitucional das comunitárias; ▪ O programa de qualificação profissional; ▪ O programa de capacitação docente; ▪ A luta pela consolidação de programas de crédito educativo federais e estaduais; ▪ A ação de implantação de um fundo de ciência e tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul; ▪ O esforço para a constituição de uma entidade que pudesse congregar, em nível nacional, todas as comunitárias; e ▪ A ação em defesa da filantropia e do reconhecimento da relevância social dessas instituições.

Fonte: Desenvolvido pela autora com base em COMUNG (2000, p. 9).

O quadro apresenta o ideário comunitário nas ICESs do COMUNG. Fica claro com esses norteadores o que representa não só as Universidades, mas também o que o governo e a comunidade esperam dessas Universidades, assim como o seu papel com o compromisso social. “Estas universidades mereceram sempre, apesar de sujeito a oscilações, o apoio técnico e financeiro do governo, em reconhecimento aos serviços que prestavam” (Bittar, 1999, p. 71), como referência as Universidades Comunitárias e seu Compromisso Social.

Em tempos de mercantilização da ES, “as universidades comunitárias têm uma identidade a zelar nessa posição desconfortável: sobreviver sem se entregar à lógica do mercado” (Passos, 2008, p. 30), mantendo seu caráter comunitário, sendo que

nos últimos anos, as tensões entre a necessidade de cortes de gastos com vistas à sustentabilidade econômica e as demandas por investimentos para o desenvolvimento da qualidade, bem como por adoção de novos modelos de gestão, vêm se tornando questões centrais nas universidades comunitárias (Bertolin; Dalmolin, 2014, p. 140).

O que está em risco é justamente manter o vínculo com a comunidade, retornar os resultados, quando cortes são realizados, nas ações sociais, investimentos culturais, na extensão e na pesquisa. Dessa forma, como se manter comunitária é a grande questão. E como isso será possível?

Contudo, evidencia-se a necessidade de uma vigilância negociada, cuja negociação aqui empregada associa-se ao sentido original da palavra *negócio*, do latim, não *ócio*, como forma de se dedicar ao que é positivo, de trabalhar para, vinculada a um processo de resistência e de persistência em preservar as origens e a identidade de uma universidade comunitária (Stecanela; Piccoli, 2020, p. 290).

Nesse sentido, Passos (2008) destaca essa influência do mercado ao se referir às instituições comunitárias confessionais quando afirma que

as universidades comunitárias confessionais assentam-se sobre pressupostos filosóficos e teológicos que lhes dão fundamentos e direção. A perda da opção fundamental por esses pressupostos pode empurrá-las para os mecanismos de adaptação da instituição: os disfarces para sobreviver se tornarão inevitáveis na conjuntura atual regida pela lógica de mercado. As universidades confessionais têm o dever de manter vivas suas razões de fé na educação do ser humano e da sociedade, ou seja, de afirmar sua confessionalidade como marca que inclui qualidade acadêmica e dar as razões mais profundas de sua dimensão comunitária (Passos, 2008, p. 30).

Por esse diferencial, acredita-se que as ICESs repassam uma concepção fundamental de educação, que oferecem por estarem ideologicamente focadas nesse compromisso social, conforme menciono no próximo subtítulo.

2.4 Universidades Comunitárias e compromisso social

A origem da palavra Universidade abrange o compromisso social, e, o fato de estar constituída como comunitária, faz com que esse compromisso seja redobrado. Mas como exercer o compromisso social quando a mercantilização da educação superior se impõe na realidade das Universidades tanto no Brasil como no mundo, causando necessidade de esforços no sentido do compromisso que está subentendido com a comunidade.

Para Pegoraro (2013), esse desafio se estabelece conforme as nuances do terceiro setor na educação superior brasileira, o que nessa pesquisa nomeamos como mercantilização da educação. O autor também destaca que a Universidade foi incumbida de resolver problemas mundiais

na contemporaneidade, de onde advém o seu compromisso social.

Em termos de compromisso social é imprescindível que se perceba quais os imperativos da sociedade atual. As mudanças constantes no mundo, faz com que as necessidades sociais sejam a cada momento redefinidas. Pegoraro (2013) destaca diversos fatores que devem ser considerados nesse sentido na atualidade:

[...] mercados globais, acumulação flexível, políticas transnacionais de importação e exportação, velocidade da informação e comunicação, tecnologia, hiperacumulação do capital; e, em contrapartida fome e miséria, desemprego, falta de moradia, analfabetismo, exploração de trabalho infantil, prostituição como condição de sobrevivência, consumo de drogas. Todas essas realidades demarcam este momento e esta sociedade e são mais contundentes nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, como é o caso dos países latino-americanos (p. 285).

Infelizmente, em especial no Brasil, menciono, além desses fatores, o desemprego é uma política que não cumpre seu papel em relação às necessidades da população, o que se evidencia em 2020 e 2021, com o nefasto efeito da pandemia da COVID-19, que devasta vidas e a economia. O descaso com a vacinação e o desrespeito às vidas perdidas e às vidas que sobrevivem a isso é também uma necessidade que recai na Universidade, afinal, a ela é atribuído o conhecimento científico, em relação às soluções para a saúde, tratamento e até mesmo para a produção de respiradores e suporte de saúde, aonde além do compromisso social, uma cobrança efetiva recai sobre as Universidades.

Com base no contexto em que a Universidade se encontra, em especial as Comunitárias, pode-se compreender o funcionamento percebido nas intervenções universitárias tanto no ensino, como na pesquisa e extensão. Assim,

para exercer a verdadeira responsabilidade social, a Universidade, muitas vezes, necessita assumir posicionamentos críticos, opondo-se ao modelo socioeconômico estabelecido, especialmente quando este não atende às reais necessidades da sociedade (Pegoraro, 2013, p. 288).

Esse também é um compromisso social das Universidades, com vistas ao enfrentamento das demandas que recaem na sociedade e comunidade.

Sobre estar comprometida com a sociedade, a Universidade ao formar pessoas, torna-os titulados, o que Pegoraro (2013) considera um grau público concedido pela Universidade em consignação com o Estado. Tal responsabilidade reflete na sociedade e, portanto, a Universidade compreende “[...] um bem que não pode ser propriedade privada de instituições e tampouco de indivíduos. Trabalha com conhecimentos e/ou competências que só encontram seu sentido se disponibilizados para a sociedade” (Pegoraro, 2013, p. 289-290). Percebo esse ponto como o bem/produto subentendido na educação que a mercantilização da educação superior impõe, que equivale ao risco do sucateamento dos conhecimentos e competências comercializadas com sucesso e, por vezes, negligenciadas em desenvolvimento dos formandos, que podem vir a receber o título/bem sem de fato estarem em condições de o serem/exercerem. Sendo que ao compromisso social universitário está implicada a responsabilidade da qualidade da educação que fornece/oferece/vende à comunidade acadêmica.

Na lógica mercantil, a Universidade oferece cursos, currículos e competências do lugar onde se encontra e estes “[...] estão profundamente afetados por essa lógica progressista que incorpora visões de curto prazo e não se dá conta das ameaças que pairam no futuro do homem e da natureza” (Pegoraro, 2013, p. 290). O que reflete na sociedade mesmo que a maioria das pessoas não percebam esse movimento e mudança. Nesse sentido Pegoraro (2013) acresce que:

“[...] a Universidade se torna cega e surda aos anseios da comunidade em que está inserida” (p. 290-291), servindo de alerta para uma sociedade também cega e surda, frente às problemáticas sociais, aonde se perde nem tão lentamente o compromisso ético social das Universidades Comunitárias.

Ao papel da Universidade Pegoraro (2013) comenta: “um projeto de inclusão social, visando o desenvolvimento da sociedade à abolição de iniquidades que suprimem a igualdade de condições, de exercício da cidadania (p. 292)”. Perpassando o subjetivo compromisso social da Universidade, destaco a importância e responsabilidade desse compromisso, que necessita ser visto pelos seus atores com seriedade. “Essa relação Universidade-sociedade exige o envolvimento da Universidade como um todo, repensando através de política institucional de ensino, pesquisa e extensão, o seu verdadeiro sentido social” (p. 293). Assim como pensar em novos projetos, em inovação educacional e em ser motivadora da resistência necessária para que seu objetivo maior não se perda, afinal “uma universidade pode ser um polo mobilizador e aglutinador das forças e dos movimentos por uma sociedade mais equilibrada e justa” (Pegoraro, 2013, p. 295).

E uma sociedade equilibrada requer educação emancipatória, senão na educação básica ao menos na educação superior. Para isso, a Universidade passa por reforma. Isso ocorre da Universidade pública à privada. De acordo com Pegoraro (2013), em relação ao terceiro setor na educação superior brasileira, destacam-se quatro importâncias na elaboração de projetos voltados para a Universidade. A primeira tem foco na gestão da Universidade; a segunda impõe a necessidade de inovação e excelência acadêmica; a terceira destaca a natureza identitária com um vínculo na sociedade; e a quarta enfatiza a relevância da Universidade para o contexto regional e nacional. Todos muito pertinentes na percepção que o estudo apresenta, sobre a realidade das

Universidades nesses tempos de mercantilização da educação superior e em relação ao Compromisso Social.

Assim, com políticas sérias e bem estruturadas institucionalmente, é possível que a Universidade retome seu papel social e seja construtora de futuros. Dessa forma, poderíamos dizer que os momentos de crise da Universidade podem ser geradores de espaços de criatividade, permitindo pensar não apenas em circunstâncias especiais, mas no desenvolvimento de projetos sustentáveis por meio de parcerias com os segmentos públicos e privados, doações voluntárias, etc., que criam condições para o exercício da cidadania.

Para seguir com essa escrita, vamos pensar nas instituições comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior e até que ponto é possível manter o compromisso social com as práticas mercantis, instituídas legalmente em nosso país e ainda em competição indireta com as instituições de ensino superior públicas e as privadas.

As instituições comunitárias de ensino superior, em sua definição de serem nem públicas e nem privadas, encontram-se em dificuldades no cenário da mercantilização da educação.

Como manter o compromisso social, do que as constitui enquanto Universidades de qualidade superior às demais, isso desde sua constituição enquanto fundações, que priorizavam o compromisso de parceria com a sociedade e seu entorno, e que por essa comunidade foram possibilitadas de existir.

Agora em forçada competição com as privadas e em desvantagem em relação às públicas, como manter o vínculo com as comunidades e como podem se manter financeiramente, além de continuar a oferecer uma educação de superior qualidade.

Vou analisar o conceito de comunidade, para depois adentrarmos às outras questões relacionadas ao que são de

fato Universidades Comunitárias e suas dificuldades nesse momento fortemente mercantilizado.

2.5 *O conceito de *communitas*/comunidade*

O conceito de comunidade remonta ao fato do ser humano viver em sociedade, sendo político, considerando desde sempre o comunitário em um pensamento Aristotélico, em que o bem comum é fundante. Claro que podemos nos perguntar se o bem comum é mesmo comum a todos? Sabemos de certa forma que não. Mas o conceito se refere a uma amplitude de coisas e características gerais benéficas ao ser humano e na comunidade onde se insere. Conforme Sawaia (2007) na concepção freudiana é injusto ver todos na comunidade como iguais em desejos e nas necessidades.

Ramos (2014) apresenta esse conceito a partir de Aristóteles, o qual tem a “concepção forte do em comum, constituído pela via de uma racionalidade prática, mediante a qual todos são capazes de ordenar valores, seja na vida individual, seja na coletividade” (p. 63). Em contraposição ao individualismo liberal, “indivíduos que possuem suas próprias e independentes concepções em relação a um bem comum que, eventualmente, a comunidade poderia professar como essencial para o viver humano” (Ramos, 2014, p. 62).

Em comunidade, se entende que os interesses são em comum, mas para que a comunidade se mantenha é necessário atender também ao que é pessoal, individual, próprio a cada um. Conforme essas demandas se impõem, o todo apoia e adere ao que é só de um ou de alguns, na medida do possível, ao ponto de se manter a comunidade. “O “comum” se liga aqui paradoxalmente ao “próprio”: quer se tratasse de apropriar-se do que é comum, ou comunicar-se o que é próprio, a comunidade seria definida como uma apropriação” (Ferraz, 2018, p. 25). No entanto, as pessoas se mantêm como comunidade, porque interesses comuns e próprios são respeitados.

Segundo Schmidt (2011, p. 301), a comunidade está “presente em todas as grandes religiões mundiais, como o judaísmo, o cristianismo, o islamismo e o budismo, e em todos os grandes sistemas de pensamento”. O autor destaca nove matrizes que contribuem para o conceito de comunidade, entre eles estão:

- a. A filosofia grega**, com base no pensamento Aristotélico, e menciona que: “a união entre os homens é natural porque o homem não é um ser completo por si próprio, é um ser que necessita de outras pessoas para alcançar a plenitude.” (Schmidt, 2011. p, 301). E por sermos seres sociais faz parte de nós vivermos em comunidade e estar no meio de outras pessoas em harmonia.
- b. A tradição judaico-cristã**, em que a comunidade está no cerne do Antigo e no Novo Testamento, e por acolherem “distintas classes sociais, nacionalidades e culturas; pela colocação em comum dos bens de todos os membros, uma espécie de comunismo de bens de todos os membros [...]”, valorizando a família e a comunidade doméstica (Schmidt, 2011. p, 302). Verifica-se como é possível estar inserido em uma comunidade que colabora entre si, que aceita dividir e viver com os outros como uma família.
- c. A tradição utópica**, de Thomas More, que enfatiza “a vida social, os costumes e as leis que se baseiam na vida natural. Há alternância entre a vida urbana e a vida no campo. O trabalho manual é praticado por todos” (Schmidt, 2011. p, 303). A igualdade na divisão do trabalho é vista aqui com simplicidade, e como fazem parte do que todos precisam de fato fazer para viverem bem.
- d. O liberalismo** com o pensamento da comunidade e anticomunidade, com origem europeia entre os séculos XVII e XVIII, representados por uma “corrente antimunitária, individualista, que colocou o indivíduo como

o elemento primário e as relações sociais como o elemento secundário da explicação do mundo humano” (Schmidt, 2011. p, 303). Aqui é possível perceber a ruptura com a naturalidade das comunitárias, partindo para o sistema competitivo, solitário do individualismo.

e. O ideário socialista e anarquista, que apoiavam a comunidade, sendo que, “valorizavam a vida comunitária de outrora e os experimentos do presente, mas não deixavam de ver a necessidade de edificação de novas comunidades.” (Schmidt, 2011. p, 304). Esse ideário desconsidera de certa forma de uma gestão centralizada no poder; e, por outro lado, abre perspectivas voltadas ao comunitarismo.

f. Estudos sociológicos sobre comunidade, Tönnies (2009) reflete sobre as possibilidades da comunidade a partir de três questões que são: “a consanguínea, calcada em laços de parentesco, a de proximidade, assentada nas relações de vizinhança, e a espiritual, fundamenta em metas, sentimentos e afetos comuns” (Schmidt, 2011. p, 304-305). Um conceito pertinente e interessante dos laços que nos aproximam enquanto seres sociais e comunitários, a própria família, é a nossa primeira comunidade a ser frequentada.

g. O Autoritarismo, que é mencionado com

variados nacionalismos, de direita e de esquerda, buscaram conferir legitimidade emocional a situações de opressão, desigualdade e exploração valendo-se de noções genéricas como nação e comunidade nacional, [...] camaradagem horizontal (Schmidt, 2011. p, 305).

A direita e a esquerda oscilando no sentido de buscarem um ponto de equilíbrio, que parece, nesse momento, ter caído por terra. A polaridade toma conta da sociedade em geral, e isso, está sendo revivido por nós na atualidade.

h. O republicanismo cívico e as teorias do capital social, baseado na “ênfase na cooperação, a ideia de que a vida em sociedade se rege prioritariamente pela cooperação e não pela competição [...]” (Schmidt, 2011. p, 306). Nesse ponto surge uma mudança, uma tentativa de quebra de paradigma social, favorecendo os ideais comunitários.

i. O comunitarismo responsivo em que “a comunidade é a melhor alternativa na prestação de uma série de serviços sociais e indispensável para a difusão de valores morais compartilhados” (Schmidt, 2011. p, 307). Um tipo de responsabilidade, uma liberdade com responsabilidade, assumida por todos os que valorizam o comunitarismo e a vida em sociedade.

As matrizes mencionadas são fundantes ao conceito de comunidade atual, passando pelos diversos momentos e tendências históricas, o comunitário continua sendo sobre o viver com os outros e estarmos em comunhão, em comunidade, colaborando e cooperando de formas variadas para uma vida em coletividade. Schmidt (2011, p. 308-311) também destaca outros seis tópicos essenciais ao conceito de comunitarismo que são mencionados no Quadro 7.

Quadro 7 – Conceitos essenciais do comunitarismo

Conceitos essenciais do comunitarismo	
A	A comunidade como condição ontológica do ser humano.
B	Oposição ao individualismo e ao coletivismo.
C	Oposição ao gigantismo e centralismo estatal.
D	Primazia dos valores pessoais sobre os valores do mercado.
E	Subsidiariedade, poder local, cooperação associativismo e autogestão.
F	Fraternidade, igualdade e liberdade.

Fonte: Desenvolvido pela autora com base em Schmidt (2011).

Todos esses fatores contribuem significativamente para a constituição de uma sociedade comunitarista, afinal, quando o interesse está em uma comunidade e não no mercado fica mais fácil existir cooperação, colaboração e associação. O foco está em cada ser dentro da comunidade, favorecendo o que é fraterno, igualitário e a liberdade pode ser sentida como uma possibilidade.

A importância da comunidade na constituição de uma sociedade ideal

traz valiosos elementos para a construção de uma ordem sociopolítica condizente com os mais elevados ideais humanistas, democráticos, de inclusão social e de desenvolvimento sustentável (Schmidt, 2011. p, 311).

A junção de elementos justos para com o humano forma uma comunidade forte e que favorece a vida em sociedade.

O comum sempre foi entendido na modernidade como uma forma de propriedade, Esposito (1998), ao contrário, o opõe ao *proprium*. “O comum se diferencia do público e do privado no sentido de não poder ser objeto de propriedade, nos destitui até mesmo de “nossa própria” subjetividade” (Ferraz, 2018, p. 31). É um viver com interesses em comum, sem destituir o que é próprio daqueles que estão nessa comunidade, embora pareça contraditório, uma espécie de consenso, que considera as particularidades próprias daqueles que estão na comunidade.

Para o ser humano

a dimensão do viver junto numa forma de sociabilidade comunitária, mediante um relacionamento conveniente a esse viver com base na justiça e na amizade, [...] constituem virtudes ético-políticas (Ramos, 2014, p. 68),

que fazem parte do humano e, por isso, são sentidas com naturalidade, oportunizando a existência da comunidade, mesmo que subjetivamente.

O ser humano é inserido na comunidade, por meio de sua sociabilidade e individualidade. “Além de manter sua identidade e singularidade, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém” (Guareschi, 2007, p. 95). Ele existe na comunidade, e cada um dentro dela tem a oportunidade e direito de mostrar o que é importante para si.

Ramos acrescenta que “para os gregos, no momento em que a identidade do indivíduo se afirmava na comunidade política, os interesses individuais estavam alinhados com o bem comum” (Ramos, 2014, p. 70). A individualidade dizia respeito ao bem de todos e não ao individualismo, o que permitiu manter a concepção de comunidade. Para ele, a comunidade é uma força moral relacionada a uma vida feliz.

Com isso, a tese aristotélica desfavorece o liberalismo, “sobretudo, ao que diz respeito à autonomia do indivíduo e aos direitos humanos” (Ramos, 2014, p. 71). Afinal, não é possível, a partir da concepção de Aristóteles, justificar outra constituição social, que não permita a comunidade garantir os direitos de homens e mulheres em valorização ao mercado, ou de direitos individuais, que não estão inseridos na comunidade, mas sim no individualismo. Esse conceito é contrário ao que é privado e valoriza a melhor forma de vida para as pessoas. Sendo o homem um ser social e político, a comunidade faz parte da constituição humana.

Em termos do humano, essas pessoas inseridas em uma sociedade existem e se representam nessa constituição comunitária. “Na comunidade, elas têm voz e vez, podem colocar em ação suas iniciativas, desenvolvem sua criatividade, mas seu ser não se esgota nelas mesmas” (Guareschi, 2007, p.95). Nessa concepção, o ser exerce seu papel político na sociedade em que se insere.

Esposito (1998), com base em diversos autores, reformula o conceito de comunidade, a qual é “entendida como um conjunto de personas unidas não por uma propriedade,

mas por uma falta, não de um mais, mas de um menos, de uma ausência” (Ferraz, 2018, p. 31). E essa ausência, essa falta, faz com que a comunidade exista em busca do que lhes é comum, mesmo que isso seja o que lhes falta. O comum é constituído pelo impessoal, pelo singular; é a “singularidade plural” (Ferraz, 2018, p. 31).

O termo comunidade remete na atualidade ao que é utópico; é “a utopia do final do século, para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária, mas uma utopia reacionária, saudosista [...]” (Sawaía, 2007, p. 36), pois está voltada ao passado, na concepção de comunidade e não ao futuro, uma vez que tem base antiga.

Vários foram os movimentos contrários à ideia de comunidade, e historicamente

comunidade era o inimigo do progresso que se vislumbra no final do século XVIII, representando a persistência das tradições a serem vencidas, pois impedia o desenvolvimento econômico e a reforma administrativa (Sawaía, 2007, p.38).

Em termos de democracia todos na comunidade devem ser ouvidos e ter capacidade de argumentar até que se chegue a um consenso do que é melhor para todos, sem alienar aos demais. Deve valer “o exercício de sensação e de reflexão, para que o sujeito se sinta legitimado, enquanto membro do processo dialógico-democrático” (Sawaía, 2007, p.49).

Assim, “normalmente se diz que democracia exige participação, respeito a dignidade e singularidade de todos os citados, etc.” (Guareschi, 2007, p.95). De forma justa e quase utópica, a democracia contempla o conceito de comunidade de forma ampla, mas ainda assim com a valorização das pessoas inseridas nesse contexto.

Ainda para Guareschi (2007, p. 95), “é somente quando existem verdadeiras comunidades, onde as pessoas “são chamadas pelo nome”, isto é, são identificadas e podem

participar, que pode existir democracia”. Vinculando o ser humano como participativo é que existe a possibilidade democrática enquanto sociedade. O mesmo autor acresce que: “Somente será democrático se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas” (Guareschi, 2007, p. 95), com direitos, deveres e igualdade no seu cotidiano, na sua essência e existência, enquanto seres sociais e políticos.

Schmidt (2011) destaca a importância de se considerar a realidade histórica, cultural e as instituições do Brasil ao se pensar nas concepções de contextos internacionais, para as inovações sociopolíticas no país.

Assumo o conceito de comunidade como um lugar comum, onde as pessoas ajudam umas às outras e ainda assim defendem seus interesses pessoais. Esse não é um lugar de competição ou individualismo, mas um espaço de parceria e colaborativismo.

Prosseguindo com a reflexão a partir do conceito de comunitárias, busco trazer, baseado nas lentes da biopolítica, questões relativas à comunidade e à imunidade. Vamos refletir a esse respeito no próximo subtítulo desse capítulo.

*2.6 Relação *immunitas*/biopolítica e a *communitas**

Ao instituir o pensamento político, que sustenta o conceito de *communitas*, embora valorizando o conceito de comunidade desde Aristóteles, temos um olhar que se volta para as relações de poder na concepção da biopolítica em Foucault e no *Immunitas* de Esposito.

O entrelaçamento dessas relações é essencial para compreender o conceito de *communitas*, “se a *communitas* liga seus membros a um recíproco empenho, a *immunitas* os desonera de tal incumbência” (Ferraz, 2018, p. 26).

Valorizando, assim, a individualidade, a preocupação se volta para si próprio, enquanto no *communitas*, o próprio é preservado, mas a preocupação das pessoas é comum, é na comunidade, no entre si, na busca conjunta.

Se no comunitário, as ações se dão em conjunto, no imunitário existe individualidade, assim como se entende “a linguagem biomédica como uma forma de isenção ou de proteção a uma doença qualquer” (Ferraz, 2018, p. 26). Existe então a necessidade de isolar, afastar, ou de prevenir o contato e a proximidade com a “doença”, com o que possa representar risco para a imunidade.

De onde se origina o entendimento da necessidade de afastar tudo o que possa vir a fazer algum mau, daí

barreiras, muros, fronteiras, linhas de separação diante de algo que ameaça, ou pelo menos parece ameaçar nossas identidades biológica, social, cultural, ambiental. uma doença qualquer (Ferraz, 2018, p. 26).

O que representa o distanciamento do outro e de tudo que é comum.

Com isso, percebemos e agimos como evitativos do contato de comunidade. De acordo com Esposito (2017, p. 141), “O contato, a relação, o estar em comum, parece imediatamente esmagado sob o risco da contaminação”. Com essa prática instituída, nem percebemos na sociedade o porquê dessa evitação, desse medo de contaminação com o outro e o que nos é comum, apenas se vive repetindo os padrões existentes, sem nem mesmo muito questionamento. Então cada vez que em comunidade tentamos romper essa ruptura de barreiras, assim como no nosso sistema imunológico, “a imunidade as reconstrói de forma defensiva e, às vezes, agressiva em face de qualquer agente externo que venha a ameaçá-la” (Ferraz, 2018, p. 69).

O *immunitas*, a nível global, transforma o *communitas* em uma realidade de resistência simbólica ao sistema imunizante. Afinal,

a vida em uma cúpula protetiva, a comunidade (entendida aqui como falta, desposseção, contrária a lógica do próprio e da propriedade), seria uma fenda, uma brecha, uma cunha que se esforça conceitualmente em liberar-nos [...] (Ferraz, 2018, p. 27-28).

Dessa maneira, se estrutura uma política com conotação no comunitário.

Logo, comunidade e imunidade estão entrelaçadas, uma precedendo a outra e se alternando com o passar dos dias, sem se saber se existirá um final, uma que se consolide diante da outra.

Parece que a imunidade que protege a vida, também nos rouba-a.

No sentido de que a aprisiona, é uma espécie de jaula ou armadura, pela qual se perde, não apenas nossa liberdade, mas o sentido mesmo de nossa existência individual e coletiva (Barbosa, 2018, p. 239).

Essa jaula nos isola dos outros e da comunidade.

Barbosa (2018, p. 241) reitera que a comunidade, a imunidade e a biopolítica consistem em “uma original visão sobre as relações de força que movimentam os conflitos humanos mergulhados nas relações de imunização promovidas pelo Estado”. De alguma forma, como sociedade, estamos inseridos nessa cultura de imunidade, e acabamos agindo automaticamente nesse padrão de comportamento, que se destaca na biopolítica.

Contudo, o ser humano é um ser social e tende ao comunitário. Daí essas tensões acabam por se encontrar no decorrer dos papéis sociais. A biopolítica se propõe a “proteger e promover a vida, uma vez que, assim, a morte é o fora

absoluto e radical que a biopolítica, ao menos em sua faceta imunitária, não tem como atingir” (Esposito, 2009, p. 163).

Quando me refiro ao modelo biopolítico, que envolve a *immunitas* e *esbarra* no *communitas*, quero enfatizar que as “estratégias de proteção pela submissão ao risco, ao confronto desestabilizador, antes que realmente ocorra” (Nalli, 2013, p. 93). É seu objetivo máximo; e é necessário enfatizar o quanto a biopolítica pretende evitar a aniquilação. Por isso, a biopolítica se contrapõe a *tanatopolítica*, no sentido de uma imunidade que proteja as vidas.

Com isso, Nalli (2013, p. 85) defende que “a dialética da relação sujeito-comunidade revela não apenas a realização do homem como *bios politikos* – mas, simultaneamente, a possibilidade mesma de sua aniquilação”. O que também é observado nesse momento em que vivemos, como a iminência de uma Terceira Guerra Mundial, em função da guerra da Rússia e da Ucrânia. Temendo o desfecho trágico, que pode aniquilar a vida no planeta, por armamentos que tem essa característica. Não menos aniquilador, são os muitos civis que estão sofrendo, morrendo ou sendo punidos pela disputa de poder de poucos. Num cenário que afeta a todos que, infelizmente, vivem esse momento trágico.

Quando nos referimos a biopolítica, preza-se pela proteção da vida, pelo preparo para se proteger de ameaças externas e valorizar a vida. Sendo uma estratégia de proteção, a “submissão ao risco, ao confronto desestabilizador, antes que realmente ocorra” (Nalli, 2013, p. 92). Uma espécie de preparação para agir diante de ameaças reais da vida em comunidade.

Na *immunitas* e na biopolítica, a ideia é proteger a vida em individualidade. No *communitas*, a forma de vida está no que é comum, respeitando o que é próprio a cada um. Na biopolítica, em comum com a *immunitas*, “tanto um como a outra tomam a vida como conteúdo e objeto privilegiado de sua atividade” (Nalli, 2013, p. 87). É de se perguntar se

realmente podem proteger a vida de fato, ou se fatores externos, relacionados ao poder, ao capital, aos interesses de poucos em detrimento de muitos, isso é mesmo possível? Fica o questionamento para refletirmos, afinal, a resposta é uma incógnita.

A visão de biopolítica para Esposito passa por essas questões, pelo *immunitas* em contraposição ao *communitas*, que por vezes está entrelaçado ao respeitar o que é próprio aos indivíduos na *communitas*. “Ele relê a biopolítica moderna a partir das categorias conceituais de “comunidade” e “sistema imunitário” (Nalli, 2013, p. 79). Contudo, o conceito de biopolítica envolve “correlacionar não só a vida e o direito, mas o poder de conservação da vida” (Neves, 2017, p. 10).

Embora não pretendo nessa tese aprofundar a concepção foucaultiana de biopoder ou biopolítica, se faz necessário abordar brevemente os conceitos de Foucault, pois estes levam ao conceito de Esposito sobre biopolítica.

Foucault define biopoder como:

o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, podem entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder (Foucault, 2008, p. 3).

Considerando, assim, o que temos de mais humano, biológico, agregado a estruturas de poder. Essa definição nos leva ao conceito de biopolítica.

Percebendo o poder do que nos é biológico, da saúde humana em contraposição à doença e a morte, é que Foucault inaugura o conceito de biopoder e depois de biopolítica, pois percebe que “vivemos num regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc.” (Foucault, 2010b, p. 171). A influência que a saúde e a prorrogação da morte causam nos seres humanos, acaba por fundar a bio-

política à medida que os governos também percebem essa relação de saúde ou doença, vida ou morte.

Desse modo, “o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função dos seus reclames” (Foucault, 2010a, p. 148). Um governo que possibilite acesso à saúde e proteção, vacinação, contra potenciais inimigos biológicos, pode parecer interessante aos governados.

Foucault (1999) destaca que na teoria clássica da soberania, o soberano é aquele cujo poder reside no direito sobre a vida e a morte dos homens. Isso representa muito poder, biopoder, que permite a fundação da biopolítica.

Com uma pseudoproteção da vida, os governos dominam e “o conceito de biopolítica em Foucault pode ser visto como manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado” (Andreotti, 2011, p. 74). Um estado que a cada dia fica mais forte e na concepção da biopolítica intenciona a vida das pessoas, que exerça controle e intervenção em questões de taxas de natalidade, longevidade, vacinação x epidemias, fluxos de migração, e outros fatores, é biopolítica da população.

A questão do controle de natalidade, se refere ao homem e sua sexualidade, ao fato de esse ser possuir o poder de se reproduzir, sendo essa questão vista como elemento político e vital, de uma espécie que se reproduz (Foucault, 2010a).

Conforme Foucault (2010a, p. 156),

o homem, durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.

O que o ser tem a perder é sua própria vida e com certeza o que mais lhe é importante em sua existência humana.

O poder sobre a vida estabelece reflexão sobre o entendimento daquilo que teria sido a política predominante na sociedade contemporânea, porém, é necessário observar o liberalismo e o neoliberalismo, conforme destaca o próximo subtítulo. Assim como o fato de estarmos vivendo uma pandemia mundial, que retoma a preocupação com o biológico, de forma que o Immunitas se fortalece em contraposição ao Communitas. Existe também a possível relação entre Communitas e Immunitas que nos remete ao contexto daqueles que são os incluídos e dos que são os excluídos à medida que o sistema seleciona.

A relação existente entre o Immunitas e a questão da biopolítica leva ao entendimento necessário do que é o papel do neoliberalismo em termos de sofrimento psíquico, ocasionado nas pessoas e as suas consequências para a educação superior e para a mercantilização, o que abordo no próximo capítulo, iniciando pela educação superior no contexto mercantil.

3 Educação Superior no contexto mercantil

A educação superior no contexto mercantil não é a mesma educação de antes. Há cerca de vinte anos, a educação vem se tornando um produto comercializado em nosso país e no mundo, mas no Brasil a preocupação está se tornando necessária, uma vez que, a forma como a mercantilização vem priorizando as instituições privadas de ensino superior, com foco na lucratividade, que propiciam aos principais grupos educativos mundiais e pouco à educação em si.

A educação superior apresenta estrutura voltada para o mercado, com currículo reduzido, professores com menor qualificação, alguns apenas possuem pós-graduação lato sensu, o ensino é mais tecnicista, existe desvínculo com a pesquisa e extensão, e expansão da EaD (Educação à Distância) algumas vezes sem muita qualidade. Essas são as características da educação superior submetida à mercantilização.

O neoliberalismo apresenta a desoneração do governo com as Universidades federais, que se dá pela privatização da educação superior, acompanhada pelo desinteresse em investimento em pesquisas, que não sejam tecnológicas; pela falta de uma população emancipada ao ponto de perceber o que está acontecendo; e, ainda, pelos professores calados por medo de perderem seus postos de trabalho e por estudantes com pouca criticidade. Isso, infelizmente, faz o pior cenário da educação superior se tornar uma realidade.

Compreender a mercantilização da educação superior, o que flexibilizou sua expansão; a tendência a desagregação; e

ainda o papel do neoliberalismo nessa situação em que nos encontramos atualmente, é fundamental. Por isso, adentramos a essas questões neste capítulo.

3.1 *Educação Superior e mercantilização*

O termo *mercantilização* da ES vem sendo utilizado para definir o cotidiano da educação com foco no mercado de trabalho e na sustentabilidade de instituições privadas que a assumiram. Essa é uma tendência mundial. Dessa forma, porque não mencionar que essa é uma realidade no Brasil? Existem sinônimos de Mercantilização da Educação, tais como: Capitalismo Educativo, Mercadorização da Educação, Privado/Mercantilização da Educação Superior, Educação Mercantilizada, Empresarialização da Universidade e Homogeneização da Educação Superior.

Afinal, o investimento em educação pública é bastante reduzido ao se praticar a privatização das IESs, sendo que “na expansão da educação superior pública federal, reduzem-se os recursos a ela destinados de 0,91% para 0,54% do PIB de 1995 a 2003” (Sguissardi, 2015, p. 874), o que se torna um negócio lucrativo para o Brasil, no sentido exclusivamente financeiro. Afinal, atualmente, o país investe pouco em educação, e

apesar de investir em educação 5,7% do PIB, um percentual maior do que a média dos países desenvolvidos, o Brasil gasta, em comparação, pouco por aluno. Os US\$ 4.450 anuais aplicados por estudante na rede pública são 54% menor do que a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que reúne 36 nações, em sua maioria desenvolvidas. (Brasil/FUNDACRED, 2020, s. p.).

Tais dados se referem à educação em geral, ao investimento com pessoal, à estrutura e a tudo que tange aos custos e investimentos em educação pública no Brasil. Apresento esse dado para atualizar a citação anterior de

Sguissardi (2015), e enfatizar que se a demanda financeira da educação for repassada às IESs privadas, isso reduzirá a responsabilidade financeira do país com a educação. Com base na reforma viabilizada pós LDB de 1996, foi possível perceber que “a redução do gasto público passou a ser meta prioritária, especialmente na área da educação superior” (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 227).

Mas, afinal, qual será o preço a se pagar por isso? Qual é a qualidade da educação que vem sendo flexibilizada a cada dia? Em termos de responsabilidades por novas legislações, que facilitam a vida das instituições educacionais, mas que não garantem uma educação para a autonomia, ou um compromisso social e que apresenta avaliações fracas acerca da qualidade dos cursos ofertados, por meio de atribuições da Capes e do Enade?

Imprescindível é refletir sobre a essência das Universidades, para além da educação, pesquisa e extensão, posto que ainda existem outras missões: “É muito mais ampla do que o objeto econômico, abrange notadamente as dimensões sociais, culturais e ambientais que, em muitos momentos, conflitam com a lógica do mercado” (Bertolin; Dalmolin, 2014, p. 141). Isso tudo por uma finalidade maior e até mesmo mundial.

De acordo com Sguissardi (2015, p. 869),

a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou ‘serviço público’ [...] em serviço comercial ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora.

É o que professores e instituições de ensino vêm vivendo, alguns negando essa mudança, outros temerosos com ela, e tantos outros aplicando a prática de mercado, visando à sobrevivência. Isso também é o que nos divide como profissionais da ES e que nos enfraquece como categoria profissional.

Na visão de Chauí (2018) sobre a Universidade e a educação mercantilizada, “a universidade como grande empresa, ou seja, a educação é um investimento, um capital social, que deve gerar lucro social e tem um mercado como finalidade” (p. 253). Dessa forma, ocorrem as interferências na ES, para garantir a lucratividade das IESs.

No art. 16 da LDB, encontra-se a legalidade na manutenção da educação mantida pela iniciativa privada (Brasil, 1996, s. p.). Essa demanda coloca em risco a ideologia da ES enquanto é vista como formadora de seres humanos com criticidade, pensamento autônomo, emancipados, e isso ainda não garante a qualidade do que ensina, sem pensar muito em quem aprende, e, conseqüentemente, desvalorizando quem ensina e o Compromisso Social da Universidade em especial da Universidade Comunitária.

Chamo a atenção, uma vez que essa é uma realidade e que,

entre Instituições de Educação Superior (IES) privadas com fins lucrativos, ao final de 2017, o número dos docentes demitidos somava dezenas de milhares, tendo se destacado o caso, bastante divulgado na grande mídia, da demissão, numa única vez, de 1.200 docentes pela Universidade Estácio de Sá, com sede no Rio de Janeiro, a segunda maior empresa do setor, com cerca de 500 mil matrículas (Sguissardi, 2018, p. 29).

A citação supracitada de Sguissardi (2018) evidencia a desvalorização do trabalho docente, em vista da educação-produto, cujo o valor maior é o lucro e não uma educação para a autonomia. Devido ao foco na lucratividade, o trabalho docente passa a ser visto como custo, e a educação, como o produto a ser comercializado. Nessa mercantilização, currículo de professor com especialização passa a ser a maioria nas IESs, pois a hora-aula é mais barata, e, assim, muitos são demitidos para dar lugar a mão de obra menos especializada, não importando tanto o currículo desses docentes.

A educação superior expande com as IES e, por sua vez, a Universidade fica estabilizada. Com isso, “na modalidade de IES que exige menos investimento em infraestrutura, qualificação docente e pesquisa”, a qualidade docente cai e com ela a educação superior também acaba perdendo (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 233).

O fato é que esse docente não é um pesquisador e nem é requerido que o seja. Em termos de educação, ela se volta ao mercado de trabalho, ao menos na maioria dos cursos, sem interesse no desenvolvimento de criticidade no educando ou de desenvolvimento humano, pois o foco é produzir cursos vendáveis e lucrativos, que atendam ao mínimo necessário para o trabalho. É curioso que “Em 2004, por exemplo, seis cursos novos de graduação foram criados por dia (2.191 cursos novos, sendo 622 nas IES públicas e 1.569 nas privadas)” (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 231 *apud* Brasil, 2006, p. 35), o que enfatiza o foco mercantil da educação superior já naquele ano, bem como, favorece a desvalorização docente com o mesmo foco.

Todavia,

a liberdade acadêmica, por conseguinte, é vista como obstáculo à empresarialização da universidade. O poder tende a deslocar-se dos docentes para os administradores treinados a promover parcerias com os agentes privados (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 227).

Logo, o docente sai de cena, a educação superior é vista como produto e a Universidade torna-se um mercado competitivo.

Percebo a mercantilização da educação e do trabalho docente, nesse contexto, em que parte da obrigatoriedade da ES foi repassada ao mercado, que, com vistas ao lucro, a fim de se manter como empresa, rapidamente se voltou à profissionalização, no intuito de atender às demandas privadas, o que se estabeleceu a partir do marco regulatório inaugurado pela Lei de Inovação Tecnológica, Lei n. 10.973/2004

(Brasil, 2004a) e pela Lei da Parceria Público-Privada, Lei n. 11.079/2004 (Brasil, 2004b).

Essas leis permitiram que a ES no país obtivesse um caráter de produto a ser comercializado, ainda mais forte que a LDB de 1996, que também possibilitou maior acesso à ES com foco no mundo do trabalho, sem dúvida, o que se questiona é a liberdade que tolhe a qualidade e leva a educação a ter o caráter de mero produto a ser comprado nas prateleiras virtuais das Universidades.

Com a privatização da ES, a nação perdeu o direito à gratuidade dessa educação que deixa de ser pública – inclusive nas comunitárias existirá custo para os estudantes.

Resta ainda a contra-argumentação de muitos que, enérgica e reiteradamente, apontam ao ensino gratuito, que caracteriza e marca tantos pontos para a universidade pública e que não acontece nas comunitárias (Vannucchi, 2011, p. 32-33).

Com isso também é reduzido o poder de comprometimento social da Universidade Comunitária, que também se volta ao quesito sobrevivência no mercado.

Outro fator a se destacar é a reformulação das Universidades pelo MEC, sobre a qual Chauí (2001, p. 256) afirma que

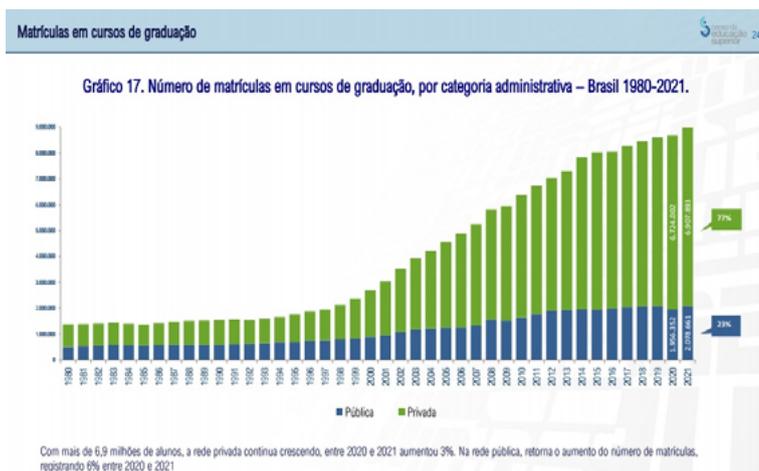
com certeza, [é] uma grande perda, que corrobora o empobrecimento cultural e social do País, a transformação das Universidades em fundações e, como corolário disso, a instituição do ensino superior pago.

Isso também acaba incentivando a mercantilização da educação, praticamente transformando-a em um produto a ser comprado, financiado, parcelado em um mercado rentável.

O Instituto SEMESP (2021, p. 9), em relação ao número de matrículas em IESs privadas, informa que essa “detém 75,8% das matrículas do País graças a uma série de políticas

públicas voltadas à expansão do acesso ao ensino superior por meio da parceria com o setor privado [...]”. O Instituto SEMESP (2021, p. 13) ainda compara o relatório de 2020 ao de 2022, e afirma sobre os dados respectivos a 2018 e 2019, que “o acréscimo das matrículas na rede privada foi de 2,4%, um pouco maior do que no período anterior (2,1%)”, o que demonstra uma certa estabilidade na expansão da educação superior no Brasil, os números são idênticos ao do Censo da Educação Superior de 2021. Destaco e penso na situação da pandemia da COVID-19, afinal a crise financeira que o país experimenta pode ter estabilizado o número de matrículas que deixaram de ter um forte crescimento. O mapa da educação superior do Instituto SEMESP, apesar da pequena expansão do número de vagas, não comenta que essas matrículas todas se referem a uma educação que será custeada pelo estudante. Conforme se observa na Figura 3, do Censo da Educação Superior (2021) acerca dos dados referentes a cada 100 mil habitantes.

Figura 3 – Matrículas no Ensino Superior Público e Privado



Fonte: Censo da Educação Superior (2021).

Na tendência mundial de causar mudanças, a Universidade e o ensino superior têm sido percebidos por

diferentes rótulos: nos EUA como "capitalismo acadêmico", na Europa, como homogeneização da educação superior e, na América Latina, como mercantilização e comoditização da educação superior pública (Serafim, 2011, p. 242).

Isso inicia com uma prática neoliberal ou social-democrata e se mantém aceita.

Na visão de Rodrigues (2007, p. 16),

pode ser nitidamente detectada uma tendência com duas faces das IESs privadas se transformarem em efetivas empresas de ensino [...], buscando adaptar seu produto às demandas do capital produtivo.

Contudo, alterações no formato das aulas e de como os cursos são pensados afetam docentes e discentes.

O aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade das publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age (Chauí, 1999, p. 3).

Com o fenômeno da mercantilização da educação, é possível perceber os cursos, como que se desintegrando, em favorecimento de currículos mais breves, focados em mercado de trabalho, em uma entrega rápida para o estudante, mas que, nem sempre, garante qualidade e autonomia. Isso causa a demissão de professores; de modo que aqueles que permanecem assumem muito mais do que dão conta, pois precisam também atender às demandas de produção científica, cumprir com as metas internamente definidas pelas IESs, onde estão vinculados, e, ainda, se envolver com a comercialização dos cursos, visando a manter seu empregado.

Dessa forma, docentes com viseiras sem querer acreditar em tais mudanças, passam a competir entre si por seu lugar ao sol. Em tempos em que a EaD reduziu a demanda de professores, tolheu colegas e continua a delegar a tutores o papel do educador, cujas disciplinas presenciais estão se reduzindo, virando híbridas, uma vez que são tempos de mudança.

No cenário em que a EaD se expande enormemente, conforme dados “de 2017 para 2018, as matrículas saltaram 16,9% nos últimos 10 anos (2009 a 2018), o crescimento foi de 145%” (Instituto SEMESP, 2020, p. 14). Já no novo relatório, o crescimento de 2020 para 2021 foi de 14,0% (Instituto SEMESP 2021, p. 12). Outros dados, no mapa do ensino superior no Brasil, apontam que

apesar do número de IES ser representativo (88% do total), a rede privada detém pouco mais da metade dos docentes e funcionários técnico-administrativos no ensino superior. São 212 mil funcionários técnicos-administrativos e 180 mil docentes na rede privada contra 203 mil funcionários técnicos-administrativos e 172 mil docentes na rede pública (Instituto SEMESP, 2020, p. 18).

Tal mapa não distingue as ICESs, apenas foca no ensino público e privado, então aqui podemos perceber que o contexto das instituições que não são públicas, se encontra sobrecarregada, pois opera com mais matrículas e número de técnicos-administrativos e docentes, afinal, como vimos anteriormente essas possuem 75% das matrículas do país.

Embora esses dados não contemplem uma distinção entre públicas, comunitárias e privadas, cito alguns dados sobre as comunitárias, pois há particularidades que se referem somente a essas Universidades.

Adianta-se desde logo que as ondas de demissões de docentes nas instituições comunitárias e confessionais possuem características e razões diversas daquelas das IES privadas com fins lucrativos. As demissões de do-

centes nas primeiras tendem a se impor, via de regra, em razão da redução do número de matrículas e, em última instância, portanto, de seu déficit operacional. As das segundas (IES privadas com fins lucrativos) correspondem à necessidade de promoção da rotatividade (turnover) de seu corpo docente, majoritariamente contratado em regime de hora/aula, cujos membros, desligados, são substituídos por outros passados apenas alguns meses (de férias ou não), com salário ou pagamento por hora-aula menor e, assim, garantir-se aumento do lucro dessas empresas e de sua competitividade no mercado (Sguissardi, 2018, p. 30).

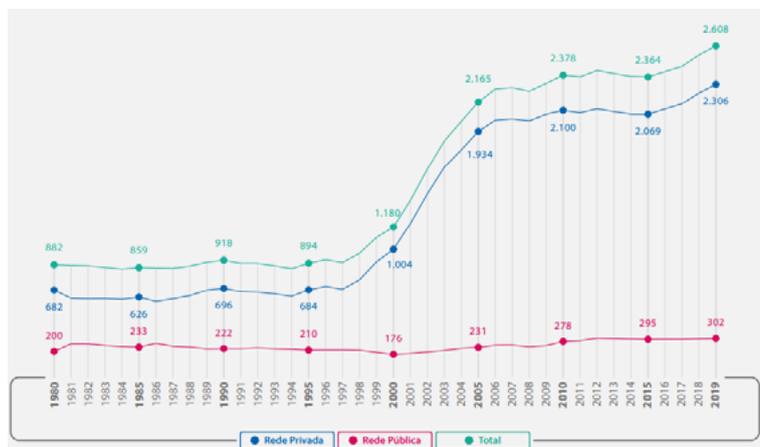
Nesse caso, é uma necessidade de sobrevivência, e não meramente de lucro, mas que, ainda assim, causa demissões, mudanças mercantis, perda de conhecimento e experiência, causando feridas nos docentes, que, em nada, merecem tais cortes, sentidos por eles como amputações. Isso tudo é mais fortemente constatado pelas Universidades Comunitárias, afinal, para elas que não são públicas nem privadas, a necessidade de lucro é necessária, mas não apenas para reinvestir, crescer e lucrar mais e mais. Bertolin e Dalmolin (2014, p. 141) questionam se “será possível ‘competir’ com faculdades mercantis de baixo custo sem abdicar da qualidade acadêmica, da produção do conhecimento e do compromisso social”.

Em vista disso, questiono se será possível manter a qualidade acadêmica, já que as ICESs são cobradas a devolver seu lucro à sociedade e, por meio do compromisso social subjetivo a sua existência, nesse caso, acreditam em uma educação mais voltada a resultados na comunidade onde se inserem. Seus docentes costumam ter este objetivo: o desenvolvimento humano e comunitário e tendem a rejeitar uma educação mercantilizada. Ao serem brutalmente cortados – demitidos – se percebem obrigados a oferecer seu currículo por vezes a uma instituição privada. Com esse viés de mercado acentuado, arrisca-se a dizer que alguns não mais conseguem se inserir. Nessa reflexão, traz-se um destaque em relação à situação das Universidades Comunitárias, apre-

sentado por Stecanela e Piccoli (2020, p. 289): “O desafio de se abrirem ao mercado sem ter uma tradição mercadológica; por outro, ainda, o abalo na imagem percebida como consequência da crise identitária instalada”, se faz perceptível nesses docentes.

Sguissardi (2018) atento às mudanças no cenário da ES no país, em relação à sua expansão *acelerada e desregulada*, visando ao lucro, concluiu que isso provoca “redução do espaço de atuação do setor privado sem fins de lucro, mormente das IESs comunitárias e confessionais, tanto no número de instituições como no de matrículas” (Sguissardi, 2018, p. 30). Esses imperativos levam a uma inércia por parte das IESs comunitárias diante das suas limitadas possibilidades de ação e leva ao outro extremo: crescimento e fortalecimento daquelas que são privadas, como ilustra a Figura 4.

Figura 4 – Número de IESs Públicas e Privadas no Brasil



Fonte: Instituto SEMESP (2021, p. 11).

Destaco que 302 IESs da rede pública em comparação com 2.306 na rede privada estão operando com um número idêntico de funcionários e docentes, o que mais uma vez enfatiza o estresse sentido por todos que fazem parte da

ES que não é pública e, então, se compreende o contexto mercantilizado.

A figura 5 abaixo demonstra a divisão de Instituições Públicas por categoria, conforme segue:

Figura 5 – Instituições de Educação Superior por Categoria

Resultados gerais do Censo da Educação Superior de 2021

Estadísticas Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2021

Estatísticas Básicas	Total Geral	Categoria Administrativa				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.574	313	119	134	60	2.261
Educação Superior - Graduação						
Curso ¹	43.085	10.856	6.842	3.409	605	32.229
Matrícula	6.986.204	2.078.661	1.371.128	633.785	73.748	6.907.893
Ingresso Total	3.344.827	482.141	320.759	151.226	20.156	3.452.756
Concluinte	1.327.188	219.342	128.771	76.244	14.327	1.107.846
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matrícula	566	245	6	239	0	321
EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO e SEQUENCIAL						
Matrícula Total	6.987.120	2.078.906	1.371.134	634.024	73.748	6.908.214
Função Docente em Exercício ^{2,3}	358.825	175.970	119.792	50.085	6.093	162.805
Docente em Exercício ^{4,5}	323.376	171.840	118.546	48.344	6.010	151.869

Nota: Matrícula - SÉQUENCIAL: Valor agregado por instituição.

1) Não incluem dados de cursos de Área Básica de Engenharia.

2) Não incluem as atividades que foram realizadas em 2020 de acordo com o Plano de Adaptação Lato Sensu.

3) Compreensão do conceito de função de docente a partir do Censo de Instituições de Educação Superior.

4) Quantidade de DCEs, incluindo não docentes em exercício em todas as Categorias Administrativas, podendo ser docente em um ou mais níveis de ensino e em diferentes categorias.

5) Quantidade de DCEs, incluindo não docentes em exercício em todas as Categorias Administrativas, podendo ser docente em um ou mais níveis de ensino e em diferentes categorias.

Fonte: Censo da Educação Superior (2021).

Compreendo que as ICESs, nesses dados, estão representadas também pela rede privada, pois elas não se enquadram como públicas e nem como privadas, mas fica mais evidente que aqui estejam incluídas nas privadas, devido à característica de serem elas as que buscam se manter e não o Estado, embora não se possa afirmar, pois o material não contempla essa informação. Nesse mapa da educação superior brasileira elaborado por um instituto privado, percebe-se a preocupação mercantil com os dados da educação superior, uma vez que a pesquisa tão completa não se encontra em órgãos do governo e sendo mapeados dados anualmente. Destaco que as organizações privadas representam 88,4% das instituições de ensino superior no país, ou seja, a grande maioria da educação superior está na mão das privadas.

Outro fator é que o cenário competitivo entre as IESs passa a ser um agravante, e o ranking de avaliação do MEC, que deveria avaliar a qualidade e os principais critérios de confiabilidade de cursos, torna-se mais um desafio a ser ga-

rantido, ou por vezes, até manipulado por alguma IES sem seriedade, a fim de manter o lugar no *ranking* ou mesmo para melhorar sua posição nessa avaliação. Esse é um forte garantidor de que a mercantilização existe fortemente no cotidiano da ES no país.

Em relação ao *ranking* da ES no país, tem-se que

as classificações e rankings gerados e divulgados pela imprensa, com base nos resultados dos exames aplicados aos alunos, quase sempre foram interpretadas pelos governos, pelas empresas e pela sociedade como uma espécie de certificação da qualidade ou da não qualidade dos cursos e instituições de educação superior (Bertolin; Dalmolin, 2014, p. 143).

No entanto, isso acabou virando uma forma de competir, e, para tanto, é possível que as IESs preparem seus estudantes para obterem bons resultados no modelo da prova Enade, se assim o desejarem, para ficarem bem-colocados no *ranking*, o que nada tem de errado, desde que seus formandos também sejam preparados para o exercício profissional e principalmente para o enfrentamento da vida, por meio de seus aprendizados na ES. Tudo isso é questionável e fica no imaginário de cada docente.

Segundo Bertolin e Dalmolin (2014, p. 144), no que se refere às avaliações que geram os *rankings*, “o principal problema refere-se a um aspecto técnico, visto que o perfil sociocultural e econômico (*background*) dos alunos pouco impacta no resultado do Enade e, conseqüentemente, nos conceitos dos cursos (CPC)⁵ e das instituições (IGC)⁶”. É

⁵ CPC – Conceito Preliminar de Curso – É o conceito que avalia o curso em uma escala de 1 a 5. Para o cálculo, são considerados: Conceito Enade (desempenho dos estudantes na prova do Enade); Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); corpo docente (informações do Censo Superior sobre o percentual de mestres, doutores e regime de trabalho) e percepção dos estudantes sobre seu processo formativo (informações do Questionário do Estudante do Enade) (Brasil, 2019, s. p.).

⁶ IGC – Índice Geral de Cursos – É o indicador que avalia a instituição. Fazem parte do cálculo do IGC: média dos CPCs do último triênio do Enade

imprescindível questionar sobre de qual lugar esses cursos e ICESs são avaliados, visto que a diferença social deveria impactar esses resultados, pois, dependendo do público de cada IES, existem diferenças significativas nesses índices.

Mas a gênese desses fatores reside na mercantilização da ES e resta saber quanto a legislação está flexibilizando as exigências anteriores voltadas a essa educação, com foco em atender às demandas mercadológicas, essas que o Estado repassa à iniciativa privada, há alguns anos no Brasil e cada vez mais. O Instituto SEMESP (2020, p. 9) apresenta que “esse crescimento foi atrelado à criação de políticas públicas de incentivo por parte do governo federal, como o FIES e o PROUNI, por exemplo, demonstrando a importância do Estado [...]”, que se refere, principalmente, à expansão de acesso à ES.

Há 20 anos estamos passando por esse processo de privatizações na educação que iniciou com a mercantilização da educação em nosso País, e não se percebe nenhum movimento em relação a resistir a essa danosa mudança, que faz a ES perder os caracteres público, social e comunitário, se tornando um espaço competitivo, sendo que os *rankings*, hoje, são vistos como uma realidade.

No Brasil, o processo de emergência da mercantilização teve início em meados da década de 1990, principalmente por meio de políticas de expansão privada e de inserção de mecanismos que incentivam a regulação de mercado como, por exemplo, a avaliação de larga escala geradora de rankings (Bertolin; Dalmolin, 2014, p. 142).

O processo de privatizações foi constituído por uma sequência de legislações que possibilitaram as privatizações e um conjunto de políticas que definiu critérios para avalia-

(2016, 2017 e 2018), relativos aos cursos avaliados da instituição; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na última avaliação trienal disponível; e distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2019, s. p.).

ções que constituem os *rankings*, via Enade e Capes, e que, de certa maneira, flexibilizam a mercantilização da educação.

Conforme Pegoraro (2013) o terceiro setor na educação superior brasileira demonstra a necessidade de, em relação a Universidade Comunitária, se manter o Compromisso Social.

E ao que tange à mercantilização da educação superior tem-se que

o processo de reforma implantado compreendeu, entre outros aspectos uma política de ajuste fiscal, maior autonomia dos gestores públicos e a utilização de formas expressas de redução de custos, quais sejam, as privatizações e a “publicização”, com a transferência para o setor público não estatal das atividades não exclusivas ou competitivas do Estado, campo de atuação do terceiro setor (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 227).

Para isso ocorrer existiram flexibilizações de legislação e políticas a nível nacional, que possibilitaram a inserção no terceiro setor, no mercado educativo em si. Do capitalismo educativo é necessário atentar para essa flexibilização, que favorece a mercantilização da educação superior em nosso país, como se apresenta.

3.2 Educação Superior flexibilizada para a mercantilização

Mesmo que seja um acontecimento mundial, a mercantilização da ES, no Brasil se deu, também, pela flexibilização de legislações e pela adoção de políticas favoráveis ao cenário de privatizações e que hoje seguem sustentando a possibilidade de Universidades sem pesquisa e extensão continuarem com foco no mercado de trabalho e profissionalização, sem muito se preocupar com o desenvolvimento humano, compromisso social e seguindo inseridas no terceiro setor da economia.

De acordo com as pesquisas de Sguissardi (2002), Trevisol, Trevisol e Viecelli, (2009), a partir de 1994, já foi possível observar alterações sugestivas na mercantilização

da ES, como o aumento das instituições privadas até meados do ano 2000. Mudanças na legislação sobre ES, expressas pela LDB de 1996, geraram exigências e medidas de ação que foram postas em prática.

Para compreender melhor essas mudanças, pode-se dizer que, após a LDB de 1996, a esse respeito, surgiram as seguintes flexibilizações legais, conforme revela o Quadro 8.

Quadro 8 – Leis referentes à privatização e à mercantilização da ES

Lei e Data	A que se refere
Lei n. 9.394, de 20/12/1996	Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Interferência dos Decretos n. 2.207/1997 e n. 2.306/1997 – que legalizam o negócio mercantil na educação.
Lei n. 10.260, de 12/7/2001	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Alterada pela Lei n. 12.513, de 26/10/2011; e especialmente pela Lei n. 13.530, de 7/12/2017.
Lei n. 10.861, de 14/4/2004	Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) n. 2.051, de 9/7/2004.
Lei n. 10.973, de 2/12/2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Alterada pela Lei n. 13.243, de 11/1/2016.
Lei n. 11.079, de 30/12/2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público/privado (PPP) no âmbito da administração pública.

<p>Lei n. 11.096, de 13/1/2005</p>	<p>Medida Provisória – MP n. 213, de 10/9/2004, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a lei n. 10.891, de 9/7/2004, e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 12.513, de 26/10/2011</p>	<p>Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, entre outros.</p>
<p>Lei n. 13.243, de 11/1/2016</p>	<p>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n. 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei n. 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional n. 85, de 26 de fevereiro de 2015.</p>
<p>Lei n. 13.530, de 7/12/2017</p>	<p>Altera a Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória n. 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n. 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências.</p>

Fonte: Revista Brasileira de Educação (2005, p. 6); Sguissardi (2015, p. 874); Brasil (Leis diversas.)

As legislações citadas possibilitaram a transformação da ES brasileira, a qual iniciou com a LDB de 1996 e especialmente porque “a edição desses decretos, em 1997, desencadeou um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IESs privadas de 1997 a 1999” (Sguissardi, 2015, p. 874), viabilizando a abertura de inúmeras instituições educacionais privadas de ES.

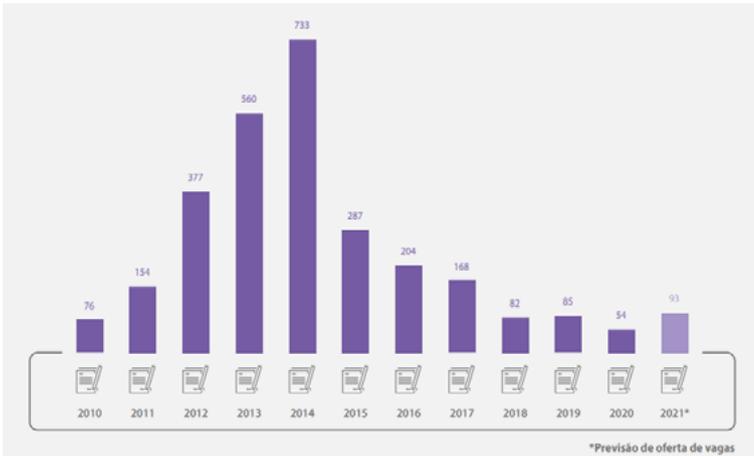
Já a lei que institui o SINAES permite às instituições privadas uma maior autonomia, no momento que institui metas relacionadas à avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes, o que também flexibiliza a existência de IESs privadas. A Lei n. 10.973, de 2004 dispõe sobre incentivos à inovação e às pesquisas científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; e a Lei n. 13.243, de 2006, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Essas duas leis surgem para firmar parcerias no âmbito da pesquisa com empresas privadas. Isso também favoreceu a privatização da educação, que não mais depende exclusivamente de laboratórios de grandes Universidades.

Ainda, a Lei n. 11.079, de 2004, conhecida como a Lei da Parceria Público/Privada, veio, mesmo, para regularizar a parceria e favorecer a privatização, o que viabilizou o contexto mercantil da educação.

A Lei n. 11.096, de 2005, estabeleceu a relação das IESs com o PROUNI com o intuito de aumentar a ocupação das vagas na ES com incentivo do Estado para o favorecimento do acesso à educação, mas também, foi desenvolvida para auxiliar das instituições de ensino por meio de recusa fiscal. Destaco que “no 1º semestre de 2020, foram ofertadas 252,5 mil bolsas do PROUNI: 122 mil integrais, e 130 mil parciais” (Instituto SEMESP, 2020, p. 26), proporcionando uma noção da proporção do PROUNI.

Também o FIES, com a Lei n 10.260, de 12/7/2001, alterada por outras leis e entre elas a Lei n. 12.513, de 26/10/2011; e especialmente a Lei n. 13.530, de 7/12/2017 que é mais atual, dispõe sobre os possíveis auxílios às IESs, mesmo que de modo mais criterioso. Apresento, na figura 6, o número de contratos do novo FIES, dado confirmado no Censo da Educação Superior (2021):

Figura 6 – Contratos do novo FIES em números



Fonte: Instituto SEMESP (2021, p. 32).

Destaco ainda, com base nos dados do Instituto SEMESP (2020; 2021), que, em 2015, houve uma crise no FIES e que, com isso, as IESs criaram seus próprios financiamentos estudantis para oferecer aos estudantes, o que gerou um crescimento do lucro dessas instituições de ensino e garantiu matrículas. Nesse cenário, muitos dos estudantes e suas famílias ficaram endividados, que é um aspecto importante a ser observado.

Saliento que as legislações aqui mencionadas estão em constante mudança, flexibilizando o cenário para a privatização da ES no Brasil. Algumas legislações (como a do FIES e a do PROUNI) favorecem não apenas as instituições privadas,

mas as políticas auxiliam mais as privadas, com parcerias, acordos governamentais que propiciam recusa fiscal e a abertura de capital para oferta pública visando à captação de valores por meio de ações na bolsa de valores. Essa última não pode ser uma ação ou estratégia a ser utilizada pelas IESs comunitárias.

Esses fatores governamentais também influenciam a concretização da mercantilização da ES brasileira como menciona Sguissardi (2015, p. 875):

A abertura de capital e IPO⁷ na Bovespa das quatro primeiras empresas educacionais que se dará um passo decisivo em relação tanto à mercantilização da educação superior quanto à oligopolização⁸ do setor.

Tal ação permite que se formem oligopólios na ES, que se caracterizam pela entrada de investidores nacionais e inclusive internacionais, que visam ao lucro no produto-educação. Assim, também se formam grupos educacionais que dominam a educação em estudo em todo o País, até o presente momento (2020).

Tais políticas e legislações estão causando a transformação da ES no Brasil.

Esse processo tem se caracterizado por duplo movimento de alternância na valorização das esferas pública e privada, dando-se ora a restrição de uma e a expansão de outra, ora vice-versa, mas mantendo-se com continuidade o crescente caráter mercantil das instituições de educação superior, com graves consequências para sua autonomia⁹ e seu financiamento, assim como para a organização do Sistema Federal da Educação Superior;

⁷ IPO – Refere-se a uma sigla em inglês de *Initial Public Offering* que, significa Oferta Pública Inicial e trata-se ao procedimento que empresas realizam ao abrir capital e distribuir suas ações na Bolsa de Valores pela primeira vez.

⁸ Oligopólio – Quando um setor da economia possui um número reduzido de empresas ofertando um produto ou serviço.

⁹ Autonomia – Aqui se refere à independência financeira das IESs privadas e, não, ao conceito de pedagogia da autonomia que também se aborda nesta pesquisa.

enfim, para sua identidade institucional (Revista Brasileira De Educação, 2005, p. 6, s. autor).

A autonomia financeira das IESs são uma utopia, pois as decisões que atravessam o cenário dessas instituições dependem do governo, de decisões externas, do mercado e muito pouco delas mesmas. Essa é uma concepção defendida por Chauí (2018, p. 256), que enfatiza que “a questão da autonomia universitária é uma questão a ser posta. Por isso, não faz sentido sair defendendo a autonomia quando ela não existe. Tem que começar a perguntar por que não existe”.

Essa questão pode ser pensada a partir de autores como Santos (2020), Chauí (2018) e Sguissardi (2015), que mencionam a influência do capitalismo na mercantilização da ES no Brasil, que começa com a ruptura da democracia, a adoção de uma sistemática neoliberal, e que, atualmente, é mencionada como social-democrata, mas que foram impulsionadoras dessa espécie de avalanche que, com toda força, ocorre na educação como um produto na prateleira de uma loja.

Santos (2020) fez uma belíssima reflexão ao mencionar a pandemia da COVID-19 e o cenário político que tão bem nos atende. Como país

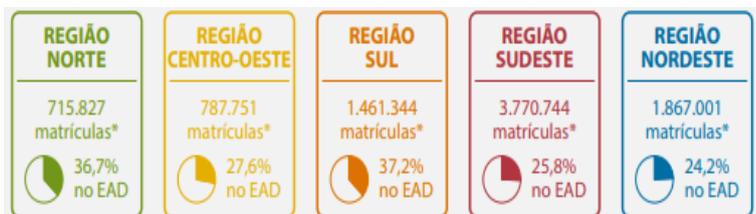
Tal como o vírus, é insidioso e imprevisível nas suas mutações, e, tal como Deus (Santíssima Trindade, encarnações), é uno e múltiplo. Exprime-se no plural mas é singular. Ao contrário de deus, os mercados é omnipresente neste mundo e não no mundo do além, e, ao contrário do vírus, é uma bênção para os poderosos e uma maldição para todos os outros (a esmagadora maioria dos humanos e a totalidade da vida não humana). Apesar de omnipresentes, todos estes seres invisíveis têm espaços específicos de acolhimento: o vírus, nos corpos; deus, nos templos; os mercados, nas bolsas de valores. Fora desses espaços, o ser humano é um ente sem-abrigo transcendental (Santos, 2020, p. 11).

Essa onipotência governamental tem nos tornado mais pobres e, ao mesmo tempo, nos enfraquece como país, em

especial, por tornar mercantil um bem valioso que é a educação e ao transformá-la em ações na bolsa de valores, tornando-se um atrativo negócio, diante do qual a educação vira um produto para atender aos objetivos capitalistas dos grupos educacionais e empresas de educação.

Outra problemática que tange à ES no Brasil se refere à “sua má-distribuição regional, especialmente quando se verifica a distribuição desigual das IESs e vagas do setor privado” (Sguissardi, 2002, p. 28), o que se comprova nos dados apresentados na Figura 7 (foi utilizada a figura do SEMESP, mas os dados se confirmam no Censo da Educação Superior 2021)

Figura 7 – Número de matrículas por região brasileira



Fonte: Instituto SEMESP (2021, p. 8).

Os dados, nesse mapa, demonstram a desigualdade em número de matrículas para cada região brasileira e se refere ao ano de 2019, sendo que os números de 2018 são divulgados na Figura 8 (Foi utilizada a figura do SEMESP, mas os dados se confirmam no Censo da Educação Superior 2021).

Figura 8 – Compreensão do número de matrículas da ES no Brasil

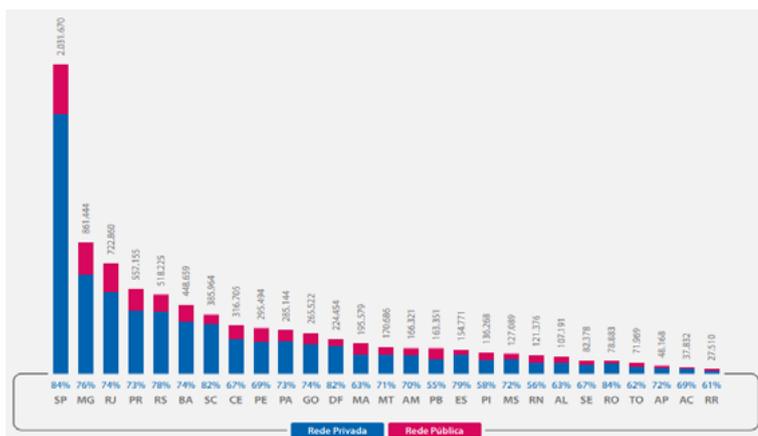
Região	População	% População	Matrículas Total	% Matrículas total	% Matrículas em relação a população total	Qtde Matrículas a cada 100 mil habitantes
Norte	18.430.980	8,8%	691.639	8,2%	3,8%	3.753
Nordeste	57.071.654	27,2%	1.799.761	21,3%	3,2%	3.154
Sudeste	88.371.433	42,1%	3.755.825	44,4%	4,3%	4.250
Sul	29.975.984	14,3%	1.429.029	16,9%	4,8%	4.767
Centro-Oeste	16.297.074	7,8%	774.260	9,2%	4,8%	4.751
Brasil	210.147.125	100%	8.450.514	100%	4,0%	4.021

Fonte: SEMESP (2020, p. 8).

O número de matrículas, conforme a figura supracitada, tem relação com o percentual da população em cada região, e se dá por um enquadramento a cada 100 mil habitantes. O Instituto SEMESP ainda refere que “nos últimos dez anos (de 2009 a 2018), período acompanhado pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil, as matrículas saltaram 41,2%, enquanto o número de IESs cresceu 9,6%” (Instituto SEMESP, 2020, p. 9), o que deixa claro um aumento do número de matrículas nesse mercado e o crescimento das IESs.

A Figura 9 refere-se ao último mapa desenvolvido pelo Instituto SEMESP (2021), (Foi utilizada a figura do SEMESP, mas os dados se confirmam no Censo da Educação Superior 2021) e apresenta os seguintes dados:

Figura 9 – Compreensão do número de matrículas por UF (unidade Federativa) no Brasil



Fonte: Instituto SEMESP (2021, p. 14).

Concernente a isso, destaco que a pobreza no Brasil, ainda hoje, faz com que muitas pessoas, por resultado de ações de exclusão social, sejam excluídas da ES. E temos grupos educacionais concorrendo por lucro, além das IESs menores que lutam para ganhar um lugar ao sol e, quem sabe, serem compradas por um desses grupos. Contudo, a distribuição de

vagas nem sempre é suprida, e a distribuição de IESs tem maior concentração aonde existe maior possibilidade de preenchimento de vagas, o que, nessas regiões, causa uma concorrência típica de um mercado educativo-competitivo.

Basta olhar para os dados estatísticos “considerando os indicadores de matrículas (líquida e bruta), que a ES ainda é considerada de elite, apesar dos processos de expansão vivenciados nos últimos anos” (Dourado, 2019, p. 12). Outro dado que diz respeito à mercantilização refere que esse nível de ensino é predominantemente privado (respondendo por 75% das matrículas), “ainda que tenha havido a duplicação de matrículas efetivadas no ensino superior público-federal na última década” (Dourado, 2019, p. 12), o que demonstra o crescimento das IESs privadas em detrimento de uma educação gratuita por parte da ES pública brasileira.

Comprovando esses dados,

o perfil dos estudantes do ensino superior brasileiro mostra mais uma contradição do país: as pessoas que estudam em escolas privadas precisam trabalhar porque precisam de renda para pagar as mensalidades; enquanto que as pessoas de famílias com maior poder aquisitivo acessam o ensino superior pela rede pública e gratuito, daí não precisam trabalhar (Instituto SEMESP, 2020, p. 40).

Para completar essas constatações, sustento que, em termos de mercantilização da ES, os grupos educacionais que investem na educação no Brasil, mesmo que com capital internacional, tendem a se concentrar nas regiões com maior concentração de matrículas.

No cenário dessa pesquisa, existem 14 instituições comunitárias de ES, representadas pelo COMUNG, e outras 14 ICES representadas pela ACAFE. Sendo que o contexto das comunitárias, nessa competição em que se encontra a educação, representa um lugar onde a competição é desleal. Mesmo que o objetivo central dessas ICESs não seja a

competição, o lucro e o mercado, as ações que reverberam na comunidade são beneficiadas pelo ensino, pela pesquisa, pela extensão e pelas ações sociais, culturais e outras.

Olhando para o contexto, em que as IES comunitárias, devido a seu propósito e constituição, não se colocam no mercado de ações, fica mais difícil estar nesse cenário com instituições privadas que se beneficiam dessas práticas e ainda de todos os benefícios que foram flexibilizados pela legislação da ES pertinente às IESs privadas. Assim, o cenário identificado para as ICESs é, no mínimo, desafiador, uma vez que precisam entrar na competição forçadamente, para poderem se manter, mas competem com legislações, benefícios e flexibilizações desiguais, pois as públicas estão ao encargo do Estado, as privadas são incentivadas por esse Estado e pelo mercado, e as comunitárias, encontram-se em um lugar desprivilegiado (devido a não poderem abrir ações na bolsa de valores), mas estão no mesmo cenário competitivo, no que se refere à sua sobrevivência, mesmo que distantes de seus propósitos de comunitárias e carregando em si o compromisso social.

Por mais que a ES se expanda, ainda assim, essa educação no País continua sendo para uma minoria, pois a situação financeira de estudantes e de suas famílias, ainda é de pobreza, e esse é “o principal fator de produção da expansão elitista da ES, tanto na graduação como na pós-graduação” (Sguissardi, 2015, p. 870).

O autor refere que apenas “1/5 do total da faixa etária adequada” (Sguissardi, 2015, p. 870), ingressa na ES, e que “5% dos concluintes da graduação” chegam à pós-graduação (Sguissardi, 2015, p. 870). Outro fator importante que ênfase é o fato de os estudantes, na graduação, precisarem trabalhar, ou seja, são trabalhadores que estudam. Logo, estudam à noite, e muitos também já têm família para sustentar, o que muitas vezes, impede a conclusão de tais cursos superiores. “A maioria dos alunos que frequenta um curso de

graduação recebeu, pela atividade remunerada exercida em 2019, até 2 salários-mínimos mensais, um percentual de 72%” (Instituto SEMESP, 2020, p. 42).

Sguissardi (2002, p. 38), ao se referir à ES brasileira, considera que a “expansão com privatização pode ser uma rima, mas, além de pobre, não casa com efetiva democratização do direito a uma ES que mereça o nome”. Mas, infelizmente, essa é a ES, transformada em produto. Muitas vezes, a venda em um *e-commerce* no caso da EaD, contém disciplinas de prateleira, de forma que muitas ainda podem ser escolhidas, por quem menos entende de currículo, o próprio aluno, que as adquire e, depois de inseridas no carrinho de compras, é só efetuar o pagamento, pois nem mesmo existe muita preocupação com o processo de ensino e aprendizagem em si, mas sim com o prazo de entrega, com a lucratividade.

A cada mudança de currículo dos cursos superiores, objetivando à venda do produto-*educação*, a cada redução de horas, visando à sustentabilidade das IESs, a cada demissão de professores (com foco em folha de pagamento mais baixa), conseqüentemente, de educadores menos qualificados e experientes, reduz-se também a qualidade de formandos, que parecem ser produzidos em série.

O objetivo não é se opor ao acesso à ES, mas ao tipo de educação que estão acessando. Mais uma vez, questiono a gratuidade dessa educação, que, a cada dia, deixa de ser uma responsabilidade do Estado e passa a estar à mercê das pessoas que precisam custear sua educação, enquanto trabalham para viver e pagar a educação, a saúde, a segurança e os impostos. Se a educação é política, o contexto desse projeto de doutorado adentra em questões políticas e pretende gerar alternativas estratégicas a esse enfrentamento, por um país mais educado, crítico, vivo, substituindo uma nação quase zumbi, que morre antes mesmo de conhecer onde vive.

Seja no cenário das Universidades Comunitárias, seja no conceito de ES, também se pode aproximar os conceitos de

emancipação, autonomia, Compromisso Social, além de termos consequências para a educação como um todo e com a privatização, conforme comentado. Também se pode refletir sobre a tendência internacional de uma desagregação na ES, evidentemente gerada pela influência mercantil no contexto das Universidades.

3.3 Educação Superior e a tendência a desagregação

Ao refletir sobre ES, destaco o que seria educar em si e não apenas para o mercado. A educação superior configura uma educação para a autonomia dos educandos? Ou evidencia o cenário emergente da mercantilização? A mercantilização da educação superior afeta o conceito de ES, o seu compromisso social, a forma a promover uma educação de qualidade, que forme seres críticos, emancipados e autônomos, que vai além da política, pois é um projeto social, do qual, normalmente a sociedade se abstém, deixando de lado o que é mais importante, ou seja, refletir o tipo de educação que estamos recebendo e qual o seu propósito.

Tristan McColwan (2015a) explica que

a educação se expressa em formas múltiplas e muitas vezes contraditórias; muito do que é desenvolvido nas escolas em todas as regiões do mundo geralmente é sem sentido e, em alguns casos, extremamente prejudicial aos educandos. Mesmo em ambientes considerados positivos, em que ocorre certo nível de aprendizado, há visões conflitantes sobre o que a educação almeja e como ela é organizada (Mccowan, 2015a, p. 27).

Portanto, é comum chegar, até as Universidades, estudantes que não são críticos, que não se questionam sobre o que estão a fazer e sobre porque estão sendo levados a estudar. Afinal, uma vez que, na educação básica são condicionados a aceitar o que chega até eles, por que, então, se sentiriam capazes de questionar na ES? A menos que esses alunos tenham experiência em um tipo de educação, em que

a relação com o saber de Charlot (2002; 2005) as ensinou a buscar o sentido naquilo que estudam e fazem na vida, ou ainda com uma pedagogia freireana, que também desenvolve a autonomia desses sujeitos, agora universitários.

A educação também é um direito humano, e essa educação para a autonomia é o tipo de educação a que se deve receber por direito. Para o autor, a

educação em direitos humanos deve considerar o educando como um sujeito no sentido freireano, alguém que é agente de sua própria aprendizagem, e, respectivamente, um agente nos processos políticos (McCowan, 2015a, p. 43).

É esse o nível de educação que também se ambiciona na ES.

Mas a visão geral que a sociedade tem acerca das Universidades é que não preparam para o mercado de trabalho especificamente o que se confirma na seguinte citação de McCowan (2018, p. 465): “Retratadas como sendo fora de contato, arcaicas, burocráticas e despreocupadas com as necessidades da sociedade, as universidades são comumente criticadas pelo seu desempenho na prática [...]”. Isso se refere à específica formação para o trabalho, pois uma grande parcela da sociedade não entende que a educação não é apenas formação, e infelizmente a ignorância faz com que não compreendam por que há a necessidade de uma formação humana voltada à autonomia. Esse também é o motivo pelo qual não se incomodam com a mercantilização da educação.

McCowan (2018) destaca que uma tendência internacional que advém da mercantilização é a desagregação, ou *unbundling*, termo original em inglês, sendo que

este processo envolve a separação da instituição em seus papéis constituintes e atividades diferentes, e o corte de funções, percebidas como supérfluas, permite ao cliente comprar apenas os elementos desejados (p. 465),

ou seja, cada estudante escolhe o que quer estudar, compra separadamente cada disciplina, conforme entende ser necessário para si, assim como deixam de existir os currículos e cursos, e as instituições de ensino, também nessa prática, se tornam certificadoras, não mais criadoras de cursos e formadoras.

A desagregação não é uma utopia e nem uma loucura, visto que o autor afirma que “o processo de desagregação já está em andamento” (Mccowan, 2018, p. 466). Ainda não se percebe a desagregação, de fato, no Brasil, mas ela é uma tendência à medida que o foco é tecnicista e porque a Universidade perde o foco no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Parece que a venda isolada de disciplinas se torna uma alternativa que agrada a população em geral, que vê, nesse formato, uma possibilidade de aprendizagem focada em algo de que necessita para sua vida profissional, assim também desatrelada da aquisição de um curso todo ou de disciplinas que não agradam a seus pontos de vista. Certo ou errado, quem poderá afirmar com certeza?

Estando fragmentada e fragilizada a ES no Brasil, caminha para a desagregação.

O processo de desagregação é, portanto, incipiente e concentrado em alguns países. No entanto, a probabilidade é que ele se espalhe e aumente, em particular à luz de seu estreito vínculo com o setor com fins lucrativos, em que está localizada na atual expansão do ES e a natureza transnacional de muitas empresas com fins lucrativos (Mccowan, 2018, p. 466).

No Brasil, empresas internacionais constituídas de grandes grupos educacionais, assumem a ES no País estrategicamente e com políticas nacionais que legalizam essa prática. Logo, o foco é no lucro e não exatamente na educação em si, até porque, são esses grupos, empresas investidoras, que buscam resultado financeiro. “Em sintonia com as orientações dos organismos internacionais, as verbas para

o financiamento do ensino superior deveriam ser obtidas a partir da iniciativa privada” (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 227).

McCowan (2018) faz uso de uma metáfora para exemplificar a desagregação que ocorre no ensino superior; ele se refere a *prateleiras* de uma loja de departamentos, utilizando a palavra *produto* para as disciplinas, e *pacote* para os cursos, conforme descreve em três tipos:

“pacote inter-relacionado” para me referir ao primeiro tipo, quando todos os itens são necessários para que o bem seja apreciado; “pacote de conveniência” para o segundo, quando o pacote funciona nos interesses dos consumidores para economizar tempo e possivelmente dinheiro; e “pacote atrelado” para o terceiro, em que os produtores obrigam os consumidores a comprar bens desnecessários para seu próprio benefício financeiro (McCowan, 2018, p. 468).

Com isso, se pode pensar em inúmeros prós e contras, assim como nos questionar sobre cada uma das consequências, benefícios ou malefícios desses três tipos de pacote, com foco no futuro próximo da ES, bem como, se existe alguma alternativa para as perdas que a mercantilização da educação está forçando a cada dia. Ainda: analisar se, talvez, esse novo tipo de ES pode conter alguma dignidade. Afinal, ele facilita o pagamento e a permanência dos estudantes, uma adesão mais fácil, quiçá possa até representar maior inclusão na ES. Pergunta-se: Qual é a relevância de uma educação para a autonomia e da pesquisa? Muitas são as dúvidas e os questionamentos, e poucas ainda são as respostas.

Apesar de parecer o contrário, McCowan (2018, p. 469) afirma que “[...] a Universidade de pesquisa com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ainda representa o padrão global de instituição e o ponto de partida para o processo de desagregação”. E das Universidades, em que essa fragmentada desagregação tem início, é possivelmente co-

piada por outras IESs, que são menos estruturadas e muitas vezes nem pesquisa possuem.

Outro aspecto que o autor destaca é que “na desagregação, todas as partes ainda podem ser consumidas, mas adquiridas de diferentes produtores” (Mccowan, 2018, p. 469). Logo, se já existe concorrência, será que a tendência é aumentar, ou essa acirrada competição teria fim?

Em relação ao conceito de desagregação no ensino superior, McCowan (2018) explica que essa desagregação interfere nos “sistemas de educação superior, nas instituições em si, nos cursos e no quadro acadêmico”, que, com o uso de recursos *on-line* e tecnologias, pode reduzir ainda mais o número de docentes nas IESs.

Com a desagregação, torna-se possível que as Universidades virem certificadoras e deixem de ser formadoras, ou seja,

o surgimento de provedores alternativos de validação do conhecimento e a probabilidade de empresas como Pearson assumirem um papel cada vez mais significativo na avaliação de competências em áreas específicas (com múltiplos certificados específicos dados aos alunos, em vez de um único diploma de graduação) (Mccowan, 2018. p. 470).

Mas essa formação tão individualizada, também apresenta suas perdas, pois “em particular, o papel potencial da Universidade em reunir pessoas de diversas origens (socioeconômicas, raciais, étnicas, religiosas, etc.) e promover a compreensão e o respeito mútuos é severamente restringido” (Mccowan, 2018, p. 474). Mais uma vez, a oportunidade de socialização e desenvolvimento humano é minimizada, ao menos nesse espaço da formação que a Universidade representa.

Ainda se pode pensar em termos pedagógicos, pois a desagregação se estabelece pretendendo os quesitos de “personalização e empregabilidade – pode ser identificada

uma série de limitações. Um fator primário é que as formas de ensino desagregadas podem não dar suporte suficiente para o aluno” (Mccowan, 2018, p. 476). O que ocorre, então, é uma espécie de lacuna pedagógica, que nem mesmo será conhecida por muitos e que, assim ficará.

Outro fator em destaque pelo autor se refere à importância de

considerar não somente os benefícios instrumentais e posicionais acrescidos pelos estudos da ES, mas também seu valor intrínseco e as experiências dos estudantes durante o período de estudo (Mccowan, 2015b, p. 167).

A troca existente entre colegas, a interação social e a construção coletiva do conhecimento são de fundamental importância não somente para a aprendizagem como igualmente para os desenvolvimentos social e humano.

Tal situação remete a um cenário, conforme descrito por McCowan (2018, p. 476) ao referir que

O retrato de aprendizagem associado à desagregação é predominantemente baseado na transmissão, envolvendo a aquisição de conhecimentos e habilidades através da absorção monodirecional em indivíduos isolados.

Esse é um modelo de ensino e aprendizagem mecânico e isolado, e não significa que não funcione, mas também não abre espaço para o desenvolvimento, que é mais treinamento que desenvolvimento na verdade, e isso preocupa, em um país como o Brasil, onde a educação básica também não desenvolve a criticidade e autonomia nos educandos.

Conforme considera McCowan, três pontos são fundamentais acerca da Universidade desagregada:

Primeiro, a alavancagem reduzida de instituições e sistemas para garantir a igualdade de oportunidades e promover o bem público; em segundo lugar, o empobrecimento de concepções de aprendizagem em modelos de instrução reduzidos e a perda de sinergias

entre diversos elementos das universidades (entre ensino, pesquisa e extensão, e também entre diferentes disciplinas); e, em terceiro lugar, ao mesmo tempo que reconhece a natureza altamente desejável das fronteiras porosas e a interação extensiva, a necessidade de manter um espaço distinto e alguma autonomia para as atividades de ensino e pesquisa (2018, p. 478).

Esses três pontos são negativos pelo que se percebe na ES em nosso País, uma vez que vão em direção contrária ao que se espera de uma educação emancipatória, e empobrecem a pesquisa, o compromisso social e o vínculo com a sociedade, já que parecem gerar ainda mais competição, fortalecendo a mercantilização da ES, entendendo que a “[...] interação entre Universidade e sociedade é claramente uma tendência desejável, aumentando a relevância do ES e a participação de segmentos mais amplos da sociedade na determinação de suas prioridades” (Mccowan, 2018, p. 477). Afinal, só assim, a sociedade se constituirá por seus direitos e propósitos, pois conseguirá fazer parte do processo constitutivo em si mesma; caso contrário, mais à mercê do Estado se encontrará, submissa e alienada. Voltando à ES, em âmbito mundial, mais uma vez, o foco é elitizado, pois

apenas as universidades de elite poderão continuar como instituições agrupadas: para essa pequena proporção de universidades em todo o mundo que está na corrida para rankings mais altos, mantendo o ensino e a pesquisa e todas as aparições é de interesse, mas não para os outros (Mccowan, 2018, p. 479).

Nesse contexto, para as classes menos privilegiadas, fica a ideia de que estão sendo facilitadas as formas de ingresso à Educação Superior, uma vez que, desagregada, se foca em disciplinas/produtos individuais mais acessíveis e apenas focados na aprendizagem técnica, no treino de habilidades e competências para a vida profissional, sendo que as competências comportamentais, humanas e emancipatórias não são contempladas. Nesse ínterim, o cenário histórico do capitalismo se repete, volta a existir um em-

pobrecimento principalmente intelectual da maioria e uma concentração educativa, intelectual e cultural centralizada em uma minoria, de modo que a antiga lógica de poder permanece ou ganha força, sem que muitos percebam e nem sequer reclamem.

Outro prejuízo é considerar a ES como um direito, nesse país onde a maior parte da população não tem condições financeiras de custear esses estudos, nem mesmo requerer esse direito, que, na verdade, segundo a contribuição deste grande pesquisador (Mccowan, 2015b), se trata de um privilégio para poucos e não de um direito para todos.

Ele considera que

as elites têm interesse pessoal em manter o tamanho restrito do sistema universitário e, tendo em conta o papel proeminente das universidades como locais de crítica ao governo, também tem havido desincentivos para que os estados expandam o acesso “às massas”, exceto sob a forma de instituições privadas que absorvem a demanda, oferecendo formação profissional estreita (Mccowan, 2015b, p. 170).

O autor enfatiza, ainda, que esse direito tem relação com os direitos humanos e com o fato de ser um privilégio, e não que seja para privilegiados. Também entende que a educação é vista como um direito, de modo que a ES gratuita poderia ser devolvida pelos estudantes por meio de trabalhos e contribuições à sociedade, sendo que essa não deveria ser uma obrigação e, sim, uma escolha deles. Mas nesse mesmo sentido “ao invés de um direito, uma mercadoria. O acesso deixa de ser pela via da cidadania para ser pela via do consumo” (Trevisol; Trevisol; Viecelli, 2009, p. 225). Todavia, a ES não seria tão custosa aos governos, pois nem todas as pessoas ambicionam esse tipo de educação, mas para aqueles que a desejam, essa deveria ser uma possibilidade (Mccowan, 2015b).

Sobre a gratuidade da ES, também defende que alguma taxa seja cobrada, porém defende que “as mensalidades – além de pequenas taxas de matrícula – não devem ser cobradas” (Mccowan, 2015b, p. 177), justamente para garantir o direito e o privilégio a esse nível de educação. A desagregação traz uma falsa noção de facilidade de acesso e custeamento da ES, e, de fato, ela deveria ser gratuita, ou ao menos, possuir mensalidades acessíveis a sociedade em geral.

Pensando no propósito deste estudo, no subtítulo que dá sequência a esta escrita, pretendo evidenciar a influência do neoliberalismo no sofrimento psíquico e na mercantilização da educação superior.

3.4 Neoliberalismo e sofrimento psíquico a situação das ICES na mercantilização da Educação

Se por um lado o liberalismo e o neoliberalismo nos remetem à liberdade, e por outro a biopolítica nos remete ao imunitas, quais seriam as consequências dessas formas de poder para o emocional da população? E qual a implicação com a educação mercantilizada na educação superior?

A biopolítica se interessa pelo biológico, pela imunidade, saúde/doença e vida/morte. O neoliberalismo nos remete a uma nova forma de liberdade, será? Em um conceito de liberdade “assentado na generalização irrestrita da forma-propriedade e que encontra suas raízes na noção liberal da liberdade como propriedade de si” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 5). Ambos modelos políticos apresentam consequências sociais, mas o neoliberalismo afeta o emocional, traz sofrimento psíquico, enquanto a biopolítica se volta para a questão da imunidade biológica, embora ambos incentivem o individualismo.

Safatle, Silva Junior e Dunker (2021, p. 6) destacam que em meados de 1970 período de ascensão do neoliberalismo

houve “a reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico através da hegemonia do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua terceira edição (DSM III)”. Destaco que hoje estamos na quinta edição, o manual é editado quando surgem novos transtornos mentais. Os quadros patológicos que demonstram a falta de saúde mental, tem aumentado durante o neoliberalismo. Além disso, destaca-se, essencialmente, que a estruturação da doença psíquica foi alterada na reformulação da terceira versão.

A adoção do Neoliberalismo no Brasil, foi acontecendo por meio de uma doutrina divulgada por “organizações criadas por empresários nos anos 1980 dedicadas a defender e divulgar preceitos do neoliberalismo mediante a doutrinação das elites brasileiras – e segmentos formadores de opinião em especial [...]” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 70). Devido aos projetos de políticas públicas, no entanto, fica evidente o foco da sua consolidação baseada nos interesses da elite.

Em relação ao papel atribuído ao Estado no neoliberalismo diferentemente do liberalismo “não mais o Estado mínimo, mas um Estado forte o suficiente para garantir apoio jurídico e policial à gestão social como setor lucrativo” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 69). Ou seja, as pessoas na sociedade, individualmente passam a ser responsáveis pelos seus bens e geração de lucro, sendo o Estado o poder que garante suas leis e punição em relação a garantir o capital humano, gerando lucratividade, e isso vai, conseqüentemente, se reverter para a educação a partir do momento que o indivíduo, precisa buscar conhecimento para gerar ele lucro, e um conhecimento que seja breve, e se volte ao fazer, em uma cultura maker.¹⁰ Pela qual “compreender

¹⁰ A cultura *maker* consiste em as pessoas serem capazes de fabricar, construir, reparar e alterar objetos, projetos, serviços diversificados. Fazem isso por si só ou com a colaboração de outras pessoas, colegas, professores, amigos etc.

e analisar porque a empresa se tornou um mundo guerreiro e destrutivo, ao mesmo tempo suscitando a adesão de seus membros” (Gaulejac, 2007, p. 26), uma necessidade de sobrevivência financeira que ocasiona sofrimento emocional e adoecimento psíquico.

Para o indivíduo, no neoliberalismo, se abriu uma espécie de “[...] palco da realização de uma série de valores, sob a condição de que ele participe do jogo da concorrência e otimize suas capacidades competitivas” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 64).

Com o passar do tempo, essas capacidades vão se tornando doenças psíquicas, à medida que os sujeitos estão sempre sozinhos e competindo com muitos outros sujeitos, cada um querendo se manter, crescer, progredir e vencer na vida, mesmo que a um alto custo emocional. Afinal, os ideais do neoliberalismo têm base nos conceitos de dignidade e individualidade, o que parece bom. No entanto, a sociedade de indivíduos segura o Estado nas costas, faz “rodar a roda” e possui um regulador, mas não um parceiro no Estado, e isso começa a ser pesado, assim que a lei do mercado se impõe e o capital é o soberano. “Bem entendida, essa liberdade individual só seria possível em uma situação de livre-concorrência” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 58). E “a mobilização sobre o trabalho leva a inverter a ordem das prioridades, como se a sociedade inteira tivesse de se colocar a serviço da economia” (Gaulejac, 2007, p. 27), a inversão de valores sociais, humanos e pessoais em favorecimento do neoliberalismo.

O ser humano pelo simples fato de existir, “não está plenamente satisfeito, e sempre age para buscar maior conforto; a busca desse conforto é a busca pela felicidade; quanto mais se satisfaz, mais o indivíduo se torna feliz” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 55).

É nessa busca individual por felicidade, que o neoliberalismo se ancorou. Se o indivíduo não é o empreendedor, ele precisa

trabalhar para quem é, pois assim terá um salário e terá como viver. A essência de ser humano está baseada em interesses e “tendem naturalmente à troca, porque o que os move é a vantagem individual”, daí a possibilidade da consolidação do individualismo assegurado pelo neoliberalismo (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 43).

Destaco outro aspecto relacionado ao neoliberalismo que, nos importa nessa tese é que ele possibilitou a educação ser transformada em produto em especial na educação superior. A mercantilização da educação modifica também a condição das Universidades Comunitárias em relação ao Compromisso Social, uma vez que altera o cenário da educação superior no Brasil e no Mundo, possibilitando o lucro sobre a educação e o capital intelectual, e o torna tecnicista, à medida que se volta para o mercado de trabalho, deixando de lado o desenvolvimento humano. “Em outras palavras, a educação fornece o conhecimento de que se precisa para ser bem-sucedido na competição de produtos e de pessoas” (Spring, 2018, p. 167).

O neoliberalismo acaba por incentivar além do individualismo, a competitividade, visa ao foco no trabalho, empreendedorismo, competitividade empresarial e com isso busca educar com vistas ao mercado. “Posto de maneira simples, o ensino baseado em habilidades educa peças da engrenagem a enquadrarem-se no maquinário corporativo de modo a garantir os lucros crescentes” (Spring, 2018, p. 133). O que é um tanto sem sentido para os trabalhadores que acabam por adoecer nessa corrida produtiva, um adoecimento do ser, do emocional do psiquismo.

De acordo com Dejours (2015, p. 125),

a erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável a produção. O sofrimento mental aparece como um intermediário necessário à submissão do corpo.

Aos poucos os trabalhadores vão sendo moldados a produzir sem questionar.

Com a mudança do conceito de trabalho, que deixou de ser uma prestação de serviço para se tornar um empreendedorismo, surgem também as necessidades de competências voltadas ao mercado de trabalho, de forma que a educação é cobrada a dar conta dessas competências e habilidades.

O currículo baseado em habilidades pode resultar em trabalhadores conformados, que não questionam as ordens internas das empresas e que não agem de modo a defender os próprios direitos econômicos (Spring, 2018, p.133).

Isso tudo pode ser muito bom para as empresas, mas e para o trabalhador?

Assim o adoecimento psíquico aumenta à medida que os resultados individuais não são vistos ou sentidos pelas pessoas. A medicina e psicologia caminham no mesmo sentido, fazendo “a diluição da noção de doença e a intensificação das práticas médicas de aprimoramento, parecem obedecer à mesma estrutura que essa mudança vista no mundo empresarial” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 157). A saúde tenta fornecer as condições de certa cura para que a demanda produtiva seja atendida. Dessa forma “Tanto o estresse como o hiperativismo são fenômenos sociais, antes de serem “doenças” pessoais” (Gaulejac, 2007, p. 231), mas são tratadas como um problema individual, como fraqueza da pessoa, do profissional e acarretam ainda mais sofrimento.

Quais os reais objetivos dos trabalhadores? Será o atingimento das metas do trabalho, das vontades causadas pelo neoliberalismo, ou da vida pessoal? Sabe-se que a “valorização do caráter individual da produtividade e num regime de compensação baseado na indiferenciação entre os objetivos demandados do trabalhador e aqueles que seriam por ele desejados” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 158). Esses são causa de adoecimento da população em geral.

A depressão atingindo índices nunca observados avança e traz com ela outros adoecimentos emocionais. Em um período de 40 anos, que se dá ao final da Segunda Guerra Mundial até os anos 1980, “a depressão passou de uma coadjuvante tardia no grande espetáculo da loucura, em meados do século XIX, à condição de atriz principal e diva preferencial das formas de sofrimento de nossa época” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 168). Contudo, é visto com normalidade o que nada de normal tem.

Antes de ser entendida como categoria psicopatológica, a depressão se tornou conhecida na economia, e se deu pela conhecida Grande Depressão, que aconteceu em “24 de outubro de 1929, quando o valor das ações caiu drasticamente na Bolsa de Nova York, o mundo entrou em depressão e depois em recessão” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 169). Esse evento ocasionou desemprego, quedas produtivas mundiais, queda das ações em vários países e esse fenômeno deu significado ao termo depressão. “Não é possível ignorar que o significante “depressão” assumiu gigantescas proporções narrativas e conceituais depois da crise de 1929” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 169).

Em termos de saúde mental, a depressão representa exatamente uma crise pessoal proporcional ao que foi a Grande Depressão para a economia, no caso no emocional abalado da pessoa dividida entre lutar por si ou por corresponder às expectativas neoliberais. “O indivíduo liberal é aquele que se entende como dividido e em conflito, entre a esfera pública e a privada, entre a lei da família e do trabalho” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 171). Assim, perdendo as referências, o ser não sente mais o sabor da vida, não tem ânimo e nem vontade. Falta energia para o viver e então começam os pensamentos suicidas.

Mas o que fazer com uma população deprimida, desanimada, borderline, bipolar, entre outras patologias? Bom, criar tratamentos e adequar as pessoas ao mundo em que

vivem se tornou a possibilidade, então, “descobre-se que a administração do sofrimento, em dose correta e de forma adequada, pode ser um forte aliado para o aumento da produtividade” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 172).

A pessoa medicada se acalma, trabalha docilmente, consegue dormir a noite e segue o fluxo do que se espera dela socialmente falando e mais ainda em termos de trabalho e entrega de resultados.

Com o avanço de estratégias, na psiquiatria/psicologia para o tratamento das patologias emocionais, o sofrimento pessoal, humano deixa de ser um obstáculo ao sistema, ao crescimento do mercado industrial e produtivo, “mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 173).

O ser humano passa a buscar mais conhecimento e busca por diplomas, pois assim, dará conta do que é esperado dele a nível de mercado. Alguns assim vão empreender com maior segurança, outros que não desejam ou não tem condições financeiras para empreender, vão ser empregados daqueles que empreendem. O indivíduo passa a se cobrar mais por resultados, pois, ao redor, todos fazem o mesmo, e se ele não se cobra, os outros apontam na sua direção o fracasso enquanto ser.

Mais uma vez se produz o sofrimento psíquico, que se não for superado individualmente, será pela medicina psiquiátrica ou pela psicologia, aliados no processo de formatação de seres humanos para o mundo em que se está inserido. “Esta nova narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma da culpa, sem interiorizá-lo na forma de conflitos” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 181). Então, se o indivíduo não está bem-sucedido, a culpa é dele mesmo. Essa é a mensagem, pois ele tem que fazer o que os demais estão

fazendo para se dar bem na vida. Se houver depressão pelo caminho, ele que não foi forte o bastante para a jornada, e inclusive, precisa se recuperar o quanto antes. “De um lado o agravamento contínuo das perturbações e das despesas de saúde; de outro, a cegueira sobre a degradação das condições de trabalho e de suas consequências sociais” (Gaulejac, 2007, p. 232). Bem como o sistema neoliberal fornecendo solo fértil para as empresas exagerarem na dose de trabalho, e para as pessoas se forçarem a um nível de trabalho hiperativo que o leva ao adoecimento e fracasso.

A vida cobra um preço cruel no neoliberalismo e “com isso ela consegue isolar completamente a dimensão política, das determinações objetivas que atacam nossas formas de vida, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 181). Essa situação constitui algo que deveria ser repensado, por todos nós e que acaba sendo negado na medida em que estamos seguindo o fluxo da vida, que foi estabelecida pelos determinantes do neoliberalismo em nosso país. Ao pensar que

[...] por séculos sem fim, os homens sonharam libertar-se da obrigação de trabalhar, é paradoxal pensar que hoje a libertação passa primeiro pelo trabalho, com o risco de perder a vida para ganhá-la [...] (Gaulejac, 2007. p.235).

Com isso voltamos a problemática social, individualista causada pelo neoliberalismo.

No Brasil no tempo da ditadura militar, houve uma parceria entre civis e militares que foi o ponto de partida para o neoliberalismo que temos estabelecido hoje, e ele foi estruturado pelo pensamento de Meira Pena entre outros militares, que convenceram alguns civis sobre o pensamento neoliberal no Brasil, conforme comentei anteriormente. Com isso, permanece o objetivo de formar uma elite orgânica e influente tanto no ensino superior quanto nas camadas dirigentes da

vida social brasileira” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 215).

Essas são origens do que acontece hoje na educação superior. O ensino de qualidade custa caro e quem consegue pagar é a elite. Existem outras formações baratas, sem qualidade e que apenas preparam para o trabalho, o que parece bom aos filhos dos pobres, pois assim conseguem um trabalho e um diploma, mesmo assim com sofrimento. Todavia, a qualidade da educação superior não é questionada.

Já o papel do gerenciamento do sofrimento psíquico que recai na psicologia, apresenta também sua face neoliberal. “A psicologia neoliberal, entendida como forma de vida, redundando assim no casamento entre a personalidade sensível das antigas elites econômicas e mentalidade gerencial das elites emergentes” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 215). Isso num jogo de desenvolvimento de competências e habilidades voltadas ao trabalho, de maneira que essas competências devem ser desenvolvidas na sala de aula ainda, mas principalmente na sala de aula da educação superior, que deve se voltar ao mercado de trabalho na visão neoliberal. Constata-se que “A necessidade desse currículo inclui as habilidades interpessoais pensadas para a criação de uma personalidade corporativa que supra a necessidade das empresas globais” (Spring, 2018, p. 133).

Ao instituir um ser propício ao mercado de trabalho, quando ele entra na competição e adoece por ter que dar conta do trabalho, do sustento de si e de ter que estudar para desenvolver as tais competências que o mercado requer, sem muito tempo e dinheiro para se voltar ao seu próprio ser e ao desestresse de si, ao convívio com os seus. Tudo isso é sacrificado para a maioria da população. Sem recursos financeiros, entram na corrida por um lugar de trabalho que permita crescimento e se entende como responsável por si, por ser apto ao emprego, ao trabalho. Esse ser facilmente adoece e quando isso ocorre, fica nítido que [...] as práticas

psicológicas são parte do mercado e que suas ideias e seus procedimentos fazem parte da circulação entre ofertas e demandas” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 217). Isso conduz, por vezes, dentro das próprias empresas, seres humanos para o foco principal do neoliberalismo.

Diversos transtornos e patologias da personalidade surgem para dar conta do enquadramento desses humanos estudantes e trabalhadores, acima de tudo. Com isso, é natural que “novas narrativas de sofrimento emergem com visibilidade social, mas sobretudo individualizando ao extremo o sofrimento psicológico, bem como psicologizando o fracasso laboral, afetivo e discursivo como um problema de moralidade individualizada” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 221). Assim, se o ser não for bem-sucedido, a culpa é dele mesmo, talvez porque não estudou o suficiente e agora não é capaz de se manter empregado ou empreendendo. E ele sabe que “a desocupação é um luxo. Ela é insuportável para aquele que tem fome e impraticável para aquele que é estigmatizado” (Gaulejac, 2007. p.237). Coisa de pessoa rica, saudável emocionalmente, que foi bem sucedido porque estudou e trabalhou e superou a pobreza, o que não é a verdade.

Contudo, o liberalismo era entendido como uma espécie de

[...] proteção ou limitação do sofrimento do trabalhador, o neoliberalismo pode ser definido como uma gestão do sofrimento, porque ele se baseia na sua administração calculada, elevada à dignidade de método (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 239).

Ou seja, perdemos a proteção e os limites ficaram alargados. Agora é necessário gerir o sofrimento psíquico/emocional.

Pelas ruas e em todos os lugares, pessoas vivem em sofrimento psíquico, seguindo a vida escravizada pelo neoliberalismo, fazendo uso de seus medicamentos, gerindo suas emoções para dar conta do ideal neoliberal, se não for ser

um empreendedor, ao menos um bom funcionário. De acordo com Dejours (2015), “A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode diminuir marca o começo do sofrimento” (p. 51). Ele também menciona que uma das formas de melhoria da produtividade é deixar claro para os trabalhadores a sua impotência produtiva e a partir daí o problema passa a ser seu.

A prática neoliberal imprime o adoecimento nas pessoas. Isso ocorre não apenas na indústria, mas também com professores universitários, basta observar que:

dar mais serviço do que alguém pode realizar, atribuir mais controles e responsabilidades do que alguém é capaz de cumprir no horário regular de trabalho, criar metas inexecutáveis para “puxar ao máximo” os esforços do trabalhador, criar políticas de competição entre departamentos e sistemas predatórios de bônus são exemplos de como o aumento de sofrimento, segundo a racionalidade da gestão e principalmente da microgestão, extrai valor de condições precárias de trabalho, o que acaba reunindo o mundo corporativo com aqueles que já têm um relação precarizada com o labor (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 240).

Nesse contexto, sentidas as cobranças de produtivismo acadêmico, ameaças de demissão e doações de horas de trabalho em detrimento da organização faz os professores oprimidos formarem alunos que também serão oprimidos. Por outro lado, as empresas e governos que retiram os direitos e benefícios dos trabalhadores, e os substituem por manipulações sobre terceirização da mão de obra, contratos, empreendedorismo, e faz com que as pessoas se tornem motivadas a dar mais ainda de si e o que já muitas vezes não possuem, e em algum momento a pessoa percebe o que lhe ocorre e o quanto irracional isso é (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021).

Existe a formação de um indivíduo em sofrimento que nem entende o que lhe acontece, até porque, “há um sujeito que foi produzido especificamente pela formação discursiva” (Safatle, 2015, p. 10).

siva neoliberal, com suas formas de verdade, seus valores” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 253). É onde o estado comanda uma “lógica na qual não apenas sua mão de obra é continuamente explorada, mas também seus sofrimentos se tornam novos filões do mercado” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 259). Esses indivíduos cada um cuidando do “seu próprio umbigo” estão sozinhos no mundo, lutando por “um lugar ao sol”, e, se preciso for, podem buscar na psiquiatria ou psicologia formas de não enlouquecer, porque em surto ninguém é produtivo, não é mesmo?

De acordo com Foucault (2010a, p. 1645), “na medida em que a biopolítica toma a vida da população como um bem do Estado, ela também dispõe de sua morte.” Esse é o poder mais cruel possível, deixar a vida na mão do Estado e de um sistema como o neoliberalismo é preocupante, afinal, ainda em Foucault (2010b, p. 1645), citado por Safatle; Silva Junior; Dunker, (2021, p. 292). “Fazer viver, e deixar morrer são, assim, indissociáveis, e toda biopolítica é também uma tanatopolítica”. Deixar a vida por conta do sistema, do governo, enfim, gera insegurança, ainda mais após as mortes ocorridas pela pandemia de COVID-19 no Brasil, um número absurdo de mortes que ainda não parou de ocorrer. Essas mortes foram sentidas pela população como um descaso com a vida. A morte dessas pessoas significou apenas um número trágico.

Existe também aqueles que fogem da dor, que negam o sistema e que acabam desempregados, pois não foram estudar, não se submeteram aos mercados de trabalho com suas regras, metas e pressões, e como não há lugar para todos, esses são os miseráveis, os desajustados que só não chegaram a serem empreendedores, porque são doentes emocionais, aos olhos do sistema neoliberal e, com isso, nem devem ser ajudados, pois servirão de mão de obra quando pararem de resistir, ou não, e tanto faz, pois aos olhos do neoliberalismo não tem importância, até porque muitos estão fazendo “a

roda girar”. E a roda gira porque muitos estão estudando para poder trabalhar e trabalhando para poder estudar. Uma dupla jornada, sem falar da vida pessoal, do cuidado de filhos e casa, que caracterizam uma terceira jornada, mais ainda para as mulheres.

Mas a educação superior passou a ser um imperativo do mercado e um infeliz mercado, que colocou a educação em uma prateleira tal qual um produto, que também pode ser vendido à distância, basta escolher a preferência. “Ao investir financeiramente na própria formação, o sujeito se concebe necessariamente como uma empresa que deve prospectar novos mercados e optar pelas possibilidades mais lucrativas e seguras” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 264). Quem não está fazendo isso, está precarizando seu próprio futuro.

Há cerca de 20 anos, o país experimenta o veneno da mercantilização da educação superior, “Políticas construídas pela redefinição da função da formação universitária a partir da ideia de habilidades e competências e pelo incentivo fiscal dado às instituições privadas” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021, p. 264). Dessa maneira, favorecem os quatro grupos hegemônicos internacionais que dominam a educação superior no Brasil e que se preocupam em oferecer o básico e o que é técnico, com o intuito de garantir a lucratividade própria.

O neoliberalismo que subjetivamente causa sofrimento psíquico e induz à busca de um diploma é o mesmo que possibilita a mercantilização da educação ao tornar a mesma um negócio lucrativo, flexibilizando políticas para essa obtenção e facilitando o ingresso de investimento de outros países na educação brasileira, também proporciona uma mudança significativa na educação superior que para dar lucro reduz o currículo, contrata professores menos especializados, trabalha no foco das competências técnicas e não se preocupa com a formação humana e a autonomia dos estudantes. Os cursos importantes são aqueles voltados para o empreendedorismo e para as tecnologias, pois geram capital. “Todas

as formas de ensino podem ser justificas, contanto que produzam resultados altos nos testes e ensinem habilidades voltadas ao ambiente profissional” (Spring, 2018, p. 93).

O investimento americano na educação brasileira justifica um olhar para o pensamento americano sobre o capital intelectual e a educação superior. Conforme o economista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT): “diplomados ganharam em média 98% a mais por hora no ano de 2013, em relação aos que não tem diploma” (Spring, 2018, p. 56). Ao analisar esse indicador, percebo que o MIT consegue incentivar ainda mais a população a estudar e esses dados vem para o Brasil, trazendo o mesmo efeito sobre as pessoas no mercado de trabalho. Spring (2018, p. 56) diz ainda que: “isso representa um aumento de 89% desde cinco anos antes, de 85% de uma década atrás e de 64% desde o início dos anos 1980”. Diante de tais indicadores, qualquer ser humano minimamente inteligente vai buscar um diploma.

E esse é um movimento neoliberal que ocorre em toda a educação, outros dados do mesmo autor demonstram que estudar com foco para o trabalho traz resultados financeiros e apresentam, em cálculos, o retorno do investimento mesmo; e entendem que essa realidade é uma possibilidade por meio da “[...] modelagem da Universidade, da pré-escola e dos ensinoss básico, fundamental e médio para o ensino de habilidades voltadas ao mercado” (Spring, 2018, p. 56).

Mesmo assim, é preciso questionar se “será a economiação da educação a morte das ciências humanas, ou serão estes cursos forçados a ensinar habilidades mercadológicas?” (Spring, 2018, p. 55). Afinal, a tendência nesse modelo é uma educação robotizada e voltada ao tecnicismo.

Sobre o neoliberalismo e sua influência na mercantilização da educação superior, alguns detalhes precisam ser entendidos. Quando menciono a educação superior e mercantilização demonstro a evidência de vínculos da mercantilização como uma consequência do neoliberalismo que

evolui com a flexibilização de leis e/ou decretos e regulamentos, que facilitam a mercantilização, via políticas criadas a seu favor. Também mencionei anteriormente a tendência de uma desagregação da educação superior a nível mundial, todas essas situações são o resultado da adoção do neoliberalismo em nosso país e no mundo.

O domínio neoliberal deixou sequelas irreversíveis na educação superior, e caminha a passos nem tão lentos para a educação básica. Em uma cultura de competitividade, individualismo e empreendedorismo, as pessoas buscam cada vez mais um diploma, então o mercado da educação superior se tornou atraente e lucrativo para investidores, inclusive internacionais e, uma desoneração para o país.

Contudo, “o fato fundamental é que o neoliberalismo se tornou hoje a racionalidade dominante, não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio” (Dardot; Laval, 2016, p. 384), que deverá ser preenchido em grande parte por meio da educação superior, que se tornou lucrativa e, pelo fato de a educação superior ser o principal veículo de formação para o empreendedorismo e competitividade acirrada, ainda pelo desenvolvimento de tecnologia que favoreça ao capital. Sendo que a desagregação da educação poderá permitir nesses tempos, que as pessoas busquem apenas o conhecimento estritamente necessário. Na concepção de Laval, a escola não é uma empresa, nome inclusive de um de seus livros.

É preciso dizer que não se intenciona formar educandos críticos, conscientes, preparados para uma vida em sociedade, mas sim, pessoas robotizadas para o empreendedorismo e para o trabalho exacerbado, em busca de um lugar ao sol, mesmo que para isso seja preciso tornar alguns uma espécie de escravos disfarçados de trabalhadores remunerados, que também poderão seguir o exemplo, aos moldes de seus empregadores.

A consciência crítica desses trabalhadores ou empregadores é que poderá fazer a diferença, “um indivíduo pode ser oprimido em um sistema democrático, assim como pode ser livre num sistema ditatorial” (Dardot; Laval, 2016, p.384). Destaco o valor essencial da liberdade individual como um diferencial que vai propiciar a criação da propriedade individual. O ser consciente e educado para a autonomia pode sofrer com esse sistema de governo, mas saberá construir um sistema mais justo, saberá o que realmente lhe importa, independentemente de imposições de uma pseudoliberalidade.

Afinal, “o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um antidemocratismo” (Dardot; Laval, 2016, p. 384) fundamentado no empreendedorismo e na competitividade, que, conforme Dardot e Laval (2016), é uma lógica que permite questionar até mesmo os fundamentos da cidadania, pois os sujeitos precisam fazer para ter, parece que os direitos são extintos e só existe troca. Para os autores, essa é uma racionalidade global, que “veda qualquer possibilidade de prolongamento de si mesmo no plano social” (Dardot; Laval, 2016, p. 390). A vida passa a ser definida por valores de gestão governamental e não mais pelos indivíduos sobre o que desejariam para si. Prevalece o livre mercado, que, na verdade, aprisiona.

Com isso, a estratégia neoliberal visa a modificar a sociedade por meio da educação, e isso ocorre desde a escola básica, que, segundo Laval (2019a, p. s. n.), “é o lugar de criação de um “capital humano”, pensado como tal, que vai alimentar um sistema produtivo baseado na concorrência generalizada”. Essa transformação se concretiza com a educação superior que a cada dia que passa preocupa-se com a competição e prepara para o mercado de trabalho.

Quem aprende virou capital intelectual e a educação uma mercadoria. Segundo Laval (2019b), a escola não é uma empresa, o autor menciona ainda que: “da minha parte, atribuo à introdução do neoliberalismo uma grande respon-

sabilidade na degradação mundial das condições de vida e trabalho, mas também na deteriorização das instituições educacionais, universitárias e científicas” (Laval, 2019b, p. 9).

Laval (2019b, p. 13) comenta que “o Brasil chegou antes que outros países ao estágio do “capitalismo escolar e universitário”, de modo que a transformação das Universidades, centros universitários e faculdades em empresas no Brasil, se deu com facilidade. Conforme o neoliberalismo incitou, sendo que a maior fatia da educação superior no país está sob responsabilidade de instituições privadas.

Com a mercantilização da educação superior é necessário destacar também que o Estado se desonera com a terceirização da educação para capitais inclusive internacionais. Sendo que, de certa forma, os pais que podem pagar por Universidades caras estão conscientes que terão filhos melhor preparados e os que não conseguem, também não esperam e nem exigem muito de seus filhos.

Ao destaque de que “o crescimento notável do ensino superior privado no Brasil nos últimos 20 anos, sob a dominação de grandes oligopólios cotados em bolsa [...] faz do país um caso único no mundo” (Laval, 2019b, p. 13). Verifica-se o descaso com a educação superior no país, por parte dos governantes nos últimos 20 anos e ainda a ignorância da população em geral, onde muitos ainda nem perceberam o que está acontecendo. Professores se calam por medo de perder seu emprego, mas também sua profissão e uma vida de estudos para ser um professor universitário.

As instituições de ensino que não são privadas, como no caso das comunitárias, se esforçam para conseguir se manter e entram na competição com as privadas. Já as federais vão se mantendo, embora bastante sucateadas e sendo forçadas a buscar por iniciativas privadas, em parcerias, que também as mantenham.

Com o neoliberalismo, a lógica da superação de si mesmo no trabalho, também é a lógica de custear seus estudos a altos valores. Se nas Universidades em alguns países fora do Brasil, como nos Estados Unidos, Portugal, Canada, a educação superior não é gratuita, ao menos ela é acessível, os estudantes pagam taxas de um valor baixo, mais viável para as famílias e estudantes custearem. Não é o que ocorre aqui, de maneira que o direito à educação, cai por terra, cedendo aos interesses do capital neoliberal.

Tal situação de mercadoria educativa no Brasil, foi aceita, sem contestação devido à falta de percepção e educação da sociedade em geral. Com “a lógica da propriedade, que continuou a crescer com o capitalismo cada vez mais predatório, procurando explorar todas as possíveis fontes de lucro, particularmente no campo do conhecimento” (Laval, 2018).

A mercantilização da educação superior é um fato a ser suportado, uma vez que não é combatido pela passividade do público acadêmico e pela sociedade. O próprio professor foi calado, afinal, “os professores exercem uma profissão que perdeu muito de seus benefícios simbólicos e de suas relativas vantagens materiais” (Laval, 2019b, p. 15). Um profissional que não é valorizado socialmente, perde sua força de luta. Sendo que nas instituições de ensino não universitárias “as relações flexíveis baseadas exclusivamente nas horas aula, executadas pelos docentes que nelas desenvolvem seu trabalho” (Rodrigues Filho, 2015, p. 103), enfraquecem ainda mais o professor, pois o vínculo, não lhe garante a segurança e o status de ser de fato um professor universitário reconhecido como tal.

O fator que desfavorece o fortalecimento profissional dos professores é justamente a falta de Universidades e o crescimento das instituições de ensino superior, que visam uma formação técnica, voltada ao profissional, sem vínculo com a pesquisa e a extensão. O que é uma das consequências da mercantilização da educação superior no país que: “[...]”

fizeram por preservar os fracos laços de relação de trabalho entre os docentes do ensino superior e as instituições de ensino” (Rodrigues Filho, 2015, p. 31), demonstrando um enfraquecimento do profissional e a desvalorização dos mesmos pela sociedade em geral, que os torna passivos, na hora de lutar por uma educação não apenas profissionalizante e mercantil, com suas consequências neoliberais.

Para Laval (2018), “O golpe de 2016 no Brasil abriu caminho para prolongar e mesmo radicalizar a política neoliberal conduzida pelo presidente Temer” (Laval, 2018, s. p.). Com isso, o neoliberalismo consolidou-se soberano e “Bolsonaro, que com sua demagogia, sua violência verbal, suas mentiras, conseguiu chegar à frente dos outros candidatos da direita 'clássica’” (Laval, 2018, s. p.). Mais que isso foi eleito incentivando uma nova fase do neoliberalismo e, segundo o autor, assim como no Brasil, esse novo modelo foi se expandindo em escala mundial um novo neoliberalismo, ainda mais forte em suas ideologias de livre mercado.

Para Laval (2018), “o novo neoliberalismo explora o ódio e o medo de diferentes frações da população e os direciona contra 'bodes expiatórios’” (Laval, 2018, s. p.), aqui ele se refere a questões de gênero, raça, desigualdades, ódio generalizado, enfim, ao modelo do que se vive no Brasil hoje, no Governo do presidente Bolsonaro.

Conforme afirmam:

O neoliberalismo engendrou uma crise profunda da democracia liberal-social, cuja manifestação mais evidente é a forte ascensão dos regimes autoritários e dos partidos de extrema direita, apoiados por uma ampla parte das classes populares nacionais (Dardot; Laval, 2019, p. 5).

Nesse sentido, o neoliberalismo avança e se consolida, assim como destacam os mesmos autores “uma variante contemporânea do poder neoliberal fez sua a retórica do soberanismo e adotou um estilo populista para reforçar e

radicalizar o domínio do capital sobre a sociedade” (Dardot; Laval, 2019, p. 6) e prevalece, impondo seus ideais, que fazem parte do plano de ação da sociedade, que em sofrimento, e calada, avança fazendo mais do mesmo. Até porque sobre si está a responsabilidade por si mesmo. Do estado nada se pode esperar, apenas um sutil controle, quase imperceptível, mas profundamente sentido da forma mais arbitrária possível, no que diz respeito a carregar o “mundo nas costas”, buscar conhecimento para isso e fazer “a roda girar”.

Dardot e Laval (2019, p. 3) enfatizam que as características desse sistema de governo são: “a 'pilotagem' à distância das condutas pelo ordenamento do meio em que acontecem a vida cotidiana, o trabalho, os estudos, o lazer a saúde, a residência etc.”. Então, como se sai disso? Como viver de forma diferente, estando inseridos, mergulhados e enxarcados de neoliberalismo, no que parece também uma tendência mundial de poder, a alternativa é a morte por afogamento, a menos que exista resistência.

Mais uma vez ênfase, conforme os autores, que: “o neoliberalismo é uma racionalidade política que tem por originalidade histórica estender ao conjunto de domínios sociais as normas do mercado [...]” (Dardot; Laval, 2019, p. 3). Então, somos forçados a competir, sermos individualistas e é cada um por si. Logo, existe a constante necessidade de autossuperação. A busca alucinada por conhecimento, que impulsiona o mercado da educação, para se sobressair perante os demais. Isso faz com que as pessoas adoçam, como já foi dito antes. Mas logo precisam estar a postos, pois senão irão fracassar. A lógica aqui imposta oprime e esmaga as pessoas, que nem tempo de pensar como sair disso tem. É uma estratégia perfeita.

Define-se o imaginário do neoliberalismo como: “[...] o indivíduo calculador e responsável, trabalhador, econômico e previdente, conforme um discurso que acompanha, o desmantelamento dos sistemas de aposentadoria, de educação

e de saúde públicas” (Dardot; Laval, 2019, p. 5). Crueldade mascarada de empreendedorismo, livre mercado, a cada dia as pessoas estão mais por si, e menos unidas, uma manipulação infalível, formidável do ponto de vista do poder soberano.

Conforme Dardot e Laval (2019, p. 5), “O sujeito do neoliberalismo se prende ao seu próprio esforço para superar-se, para atingir objetivos, sempre mais elevados”. No Brasil, quem não se aposentou nem mais espera se aposentar. A saúde pública é caótica e a educação para quem é pobre, é uma ilusão.

Mencionando os mais desfavorecidos: “Ora todos esses, que pertencem aos níveis inferiores da hierarquia social, que são os mais mal pagos e frequentemente os mais desprezados, não fazem parte dos heróis do imaginário neoliberal” (Laval, 2020, p. 7). O autor faz essa citação ao pensar a pandemia de Covid-19 e a falência dos imaginários dominantes, uma análise do neoliberalismo quando o mundo parou, em que a vida, passa a ser mais importante do que os ideais de mercado. E claro, traz também a noção de apelo para a recuperação financeira na saída do isolamento. A volta por cima do neoliberalismo, sendo o que é e se impondo de forma soberana.

Durante a escrita dessa tese, perpasssei por um período decisivo de eleições no Brasil, um momento ainda de pandemia mundial por COVID-19 e um momento de desinvestimento em pesquisa; de modo que programas inteiros de pós-graduação se desfizeram, houve corte de verbas nas Universidades federais, entre outros desmontes da educação superior emancipatória.

Ainda a tempo, antes da finalização da tese, apresento o resultado das eleições para presidência da república ocorrido em 30 de outubro de 2022, conforme Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Presidente eleito com 50,9% foi Luiz Inácio Lula da Silva, contra 49,1% de Jair Messias Bolsonaro; 1,43% de votos em branco e 3,16% de votos nulos.

Dou sequência à teorização da tese com a concepção freireana adaptada à educação superior, conforme segue, abordando “o dizer a sua palavra”; a educação que muda as pessoas para transformar o mundo; a educação superior: uma contribuição para a libertação; e a conexão opressor/oprimido na educação superior.

4 Educação Superior na concepção freireana

Freire, apresenta em sua concepção de educação que ela é algo mais para a vida que para apenas o trabalho. Proporcionar que educandos se tornem seres com consciência crítica, voltados a uma educação para a autonomia é um ideal.

Com vistas a compreender o que tem ocorrido hoje no contexto da educação superior nas Universidades Comunitárias, resolvi ouvir o dizer a sua palavra de investigadores especialistas na educação superior em Universidades Comunitárias nesses tempos de mercantilização, sendo por isso interessante apresentar algumas concepções de Freire ao longo do capítulo, como autonomia, opressor/oprimido, liberdade e principalmente o “dizer a sua palavra” termo de Fiori no prefácio do livro pedagogia do Oprimido.

4.1 “O dizer a sua palavra” e a concepção freireana

A concepção de educação freireana pode ser encontrada em “o dizer a sua palavra”, ao refletir sobre o método de alfabetização, proposto por Freire, que utiliza palavras geradoras, que possibilitam a reflexão e a expressão cultural de cada comunidade, valorizando os saberes populares dos círculos de cultura e as palavras de cada pessoa, de cada cultura. As palavras para aquelas pessoas simbolizam a sua realidade, aonde a verdade de cada um é percebida e simboliza também o poder de dizer.

Enfatizo que “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana” (Fiori, 1987, p. 13). “O dizer a sua palavra” é falar daquilo que realmente está em si, na sua cultura, no seu campo de visão e ao valorizar “o dizer a sua palavra” de investigadores da educação superior é que a tese em questão poderá ser constituída.

Sob a voz e percepção de cada um desses que cria a sua realidade no campo da educação e da Universidade Comunitária, diante de seu Compromisso Social em tempos de mercantilização da educação, tais investigadores podem contribuir com seu conhecimento a respeito da temática aqui pesquisada.

Nas palavras do professor Ernani Maria Fiori, no prefácio da *Pedagogia do Oprimido*, “o dizer da sua palavra” se faz fundamental para a aprendizagem e a alfabetização. Segundo ele: “o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos níveis do labor universitário” (Fiori, 1987, p. 13). Logo, na educação superior também podemos nos apropriar dessa metodologia, quando o foco é de fato uma educação que perpassa os conhecimentos prévios e entende o contexto em que o educando está inserido como fundamental para sua aprendizagem efetiva.

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária. Poderíamos dizer que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação – a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto (Fiori, 1987, p. 19).

É por meio da palavra que podemos dialogar, comunicar e conhecer, fazer parte do mundo e estar no mundo. “O dizer a sua palavra” dá voz ao pensamento, às ideias, ao pessoal e

a tudo que é comum ao mundo. E por isso: “O homem 'humaniza-se' expressando, dizendo o seu mundo” (Fiori, 1987, p. 19). É algo de muito importante para cada ser humano, pois através do “dizer a sua palavra” é que se consegue um lugar no mundo das ideias, das pessoas, da educação.

Logo, na pedagogia freireana “a alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra” (Fiori, 1987, p. 20). E faz toda a diferença na vida saber dizer a sua palavra, e não o dizer o que ouviu dos outros, saber também compreender o que de fato o outro diz, e saber a diferença entre a sua palavra e a palavra externa, e é só assim que o homem

expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum (Fiori, 1987, p. 20).

Dessa forma,

ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, sendo necessário interagir dialogicamente com os outros, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo a todos de forma comunicativa (Streck; Redin; Zitzoski, 2018, p. 153).

Dar voz ao outro sem desistir de “dizer a sua palavra” nos situa no mundo e evita a opressão.

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer tem condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais, é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a “pedagogia do oprimido” (Fiori, 1987 – Prefácio).

O direito de “dizer a sua palavra” é imprescindível na sociedade, na pedagogia do oprimido e na vida. Destaco a importância de dar espaço para que investigadores relacionados à educação façam ser ouvida a sua palavra, para que com isso esta pesquisa possa de fato dizer a sua palavra.

O discurso que parece ingênuo relacionado a “o dizer da sua palavra” na pedagogia freireana, sustenta uma educação para a autonomia, afinal traz à tona o importante significado que a palavra possui, quando representa o poder e a opressão. Possuir o direito de dizer a sua palavra é poder e poder de mudança, resistência e melhoria para si e para o mundo que se faz mediatizado pelo diálogo (Höelz, 2020, p. 97).

Somente ao “dizer a sua palavra” e ao ouvir o “dizer a sua palavra” do outro é que existirá diálogo, e na educação em uma concepção freireana essa é uma necessidade que visa a uma educação para a autonomia, a prática da liberdade e contrária à opressão.

Afinal,

a práxis educativa que se pretende libertadora e progressista entende que professor e aluno são sujeitos ativos do processo de ensinar e aprender; que a atividade docente deve ser permeada pela rigorosidade metódica, a segurança e a competência profissional e não pode estar fundamentada unicamente na transmissão de conteúdos, mas deverá estar comprometida com o desenvolvimento da autonomia do educando, o pensamento crítico e reflexivo, a problematização, a investigação e sua participação como protagonista do processo (Höelz, 2020, p. 97).

Contemplando o respeito ao “dizer a sua palavra” na educação superior, educadores e educandos podem escolher a forma de agir, estando conscientes da sua condição, inclusive dos aspectos históricos, pelos quais foi possível chegar exatamente onde cada um se insere em termos de realidade e, somente a partir disso, é então possível intervir e buscar mudanças e melhorias, para si e para os demais em diálogo

com as demais realidades humanas, sem que a opressão cale a voz de cada ser no mundo. Ao menos, a educação deve dar voz e ouvidos, para favorecer o diálogo da autonomia e o favorecimento da liberdade em um estado consciente.

Por isso “o dizer a sua palavra” é por vezes subversivo, é uma atitude de mobilização e libertação. Enfatizo que nós, educadores, ao buscarmos “aprender a dizer a nossa palavra”, que possibilita a nossa participação, o nosso posicionamento, a nossa intervenção nas realidades como agentes de transformação social” (Höelz, 2020, p. 101), o que se faz essencial, afinal de contas, ninguém educa para a autonomia se não for também emancipado, que ninguém pode formar pessoas para não oprimirem ou que não se deixem oprimir sendo um oprimido.

Em uma educação superior de concepção freireana “o dizer a sua palavra” é essencial. “Logo, dizer a palavra verdadeira, como trabalho escolar, práxis socioeducativa, implica em transformar o mundo. Isso não pode ser privilégio de alguns seres humanos, mas direito de todos [...]” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153), e da educação básica à superior, uma vez que “a palavra verdadeira” é constituidora de consciência.

Com isso “é natural, embora não aceitável, que muitos de nós não estabeleçamos a relação entre não “ter voz”, não “dizer a palavra” e o sistema de exploração em que vivemos (Freire, 1976a) (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153). Quando a educação não constrói a conscientização, emancipação, autonomia, nem mesmo requerer a sua voz, os sujeitos “docilizados” são capazes, assim como tomar para si “o dizer a sua palavra” não é sentido como uma necessidade. Por isso “na cultura do silêncio, no âmbito da educação bancária, existir é apenas viver” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153). Não se requer nesse modelo que os sujeitos sejam conscientes, críticos, reflexivos, apenas recebem sem questionar.

Em um sistema em que seres pensantes são dispensáveis, a educação não viabiliza autonomia. “Se pensar torna-se

difícil, dizer a palavra é essencialmente proibido nesse contexto silencioso e opressivo” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153).

Na pedagogia freireana, na educação básica e ainda mais na superior “[...] aprendizado nesta perspectiva crítica e verdadeira requer compreensão da significação profunda da palavra” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153), bem como, aprender a tomar para si o direito de “dizer a sua palavra”.

Romper com a cultura do silêncio, tomar para si “o dizer a sua palavra” e resistir à educação bancária, emancipar-se “agindo contra-hegemonicamente, dizer a palavra é fazer história e por ela ser feito e refeito” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153).

Com isso, pode-se avistar uma ação cultural para a liberdade, afinal, “[...] entre dizer a palavra verdadeira para nós e o silêncio castrador que no oprime, entre a esperança do vir a ser e o desespero do sem porvir, entre ser mais e quase não ser no mundo vivido (Freire, 1993)” (Streck; Redin; Zitkoski, 2018, p. 153).

É natural entender o quanto é importante “o dizer a sua palavra” e o ouvir a palavra do outro. Dialogicamente, viver e criar o mundo onde vivemos, em parceria com as outras vozes no mundo, em um enorme “dizer a sua palavra”. Só será possível transformar o mundo mediante a mudança das pessoas com a contribuição da educação em uma concepção da autonomia freireana.

4.2 Educação que muda as pessoas para transformar o mundo

Para Paulo Freire (1987) – na obra *Pedagogia do oprimido* – a educação não transforma o mundo, mas muda as pessoas, e essas, sim, podem transformar o mundo se assim o desejarem. Para tal, a educação, com foco na autonomia dos educandos e, em fazer, de fato, a diferença para

a sociedade em que vivemos, é um importante objetivo na educação. Entende-se, também, que não é apenas educando para a autonomia que se transforma o mundo, mas por meio de educadores livres, autônomos e bem-intencionados, que estejam preparados para exercer com qualidade sua profissão e na qual não sejam passivos, ao aceitar uma educação que possa vir a ser ineficaz.

A educação para a autonomia na concepção de Freire (1996) demanda o desenvolvimento dos educandos, um processo de aprendizagem que leva certo tempo – por não ser apenas técnico – pois a autonomia está relacionada ao processo de tomada de decisão e somente quando os educandos se tornam autônomos é que conseguem decidir com facilidade, daí sua importância, uma vez que isso é entregar ao mundo pessoas com criticidade, capacidade de pensar e agir, num formato de educação desejável.

A *Pedagogia da autonomia*, de Freire (1996), em sua concepção, valoriza a formação de professores e entende que estes podem de fato fazer a diferença. Essa práxis não ocorre sem que o professor também seja autônomo; ela surge dessa autonomia e parte do exemplo e da interação educador/educando e educando/educandos. A autonomia freireana se baseia na socialização em sala de aula, na autenticidade, sem imposição de padrões, no planejamento docente, no aprender mútuo entre educadores e educandos e entre outros educandos em conexão mútua, em uma dialogicidade e participação conjunta, num aprender participativo entre as partes envolvidas no ensinar e aprender.

Com vistas à *pedagogia da autonomia*, é necessário um processo educativo, em que o professor não deixe de ser quem é para estar no processo educativo. Por conseguinte, ele ensina e aprende em todos os momentos, com base em uma ética e estética que deverão permear sua prática educativa. A ética deverá estar presente na prática diária em sala de aula, no modo de trabalho do educador, naquilo que ele

ensina, nos autores que escolhe utilizar e como os referenda, no conhecimento que deve ter para poder mediar os processos de aprendizagem (Freire, 1996).

Em uma pedagogia ética, o contexto histórico deve ser considerado a cada passo do ensinar e aprender; afinal, somos sujeitos que constroem, a cada dia, uma nova história humana (Freire, 1996, p. 58). Assim, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. O respeito, diz Freire (1996), valoriza a ética educativa e o vínculo entre educador e educando, na relação existente entre esses atores no cenário educativo, pois “[...] não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção” (Freire, 1996, p. 11).

Ensinar, enfatiza Freire, não é a simples transferência de conteúdo, mas sua construção conjunta. Afinal, o educador é capaz de crítica, pode escolher no que acreditar, no que e como ensinar, porém, “isso não significa [...] que nos seja indiferente ser um educador ‘bancário’ ou um educador ‘problematizador’” (Freire, 1996, p. 12). A educação que muda o mundo depende da autonomia e emancipação dos sujeitos dessa educação.

Em *Pedagogia da autonomia*, ser ético é ser responsável pelo que se faz e pelos processos educativos; é ser um educador que proporciona oportunidades para que seus educandos se desenvolvam, e, nessa prática, são fundamentais o convívio e a construção da aprendizagem, pois, quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (Freire, 1996, p. 13).

E, na boniteza de ensinar e aprender, é responsabilidade do educador proporcionar aos educandos o desenvolvimento da criticidade, a qual lhes possibilita tornarem-se autôno-

mos, em condições que permitam a construção do mundo ao seu redor, por esses atores do cenário da ES. “E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (Freire, 1996, p. 13). Outro fator imprescindível é a segurança que o educador deve ter sobre seu papel no processo educativo, despertando a confiança dos educandos. Nesse contexto, Freire (1996, p. 39) acrescenta: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem que ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de essa pedagogia acontecer, no papel de cada educador, e, é claro, que esse precisa ser validado pelas IESs, estar nas suas propostas de cursos e formação, mas muito dessa prática ocorre, mesmo, na postura do professor em sala de aula.

Outra responsabilidade do educador, nessa pedagogia, é o de ser um pesquisador, de estar sempre buscando conhecimento, e, por isso, atualizado. “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (Freire, 1996, p. 14). Enfatizo que a criticidade do educador também reside no quanto ele aprende a se questionar, ver e rever sua prática, suas ações, sua postura pessoal e profissional. Pesquisar é olhar além, buscar conhecimento, mas também se desenvolver e ser um ser humano melhor e, conseqüentemente, um melhor educador.

Um fator indispensável ao educador da autonomia é inserir, na sua forma de ensinar, o contexto histórico-cultural, conforme dito. Então: “Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (Freire, 1996, p. 15). Portanto, é importante valorizar os conhecimentos e a cultura dos educandos para educar, para fazer com que se interessem pelos assuntos a serem estudados. Dessa forma, torna-se a aprendizagem mais atra-

tiva por se aproximar da realidade dos educandos e partindo daquilo que lhes é familiar, para, assim, avançarem em sua aprendizagem.

O educador freireano vai potencializando o desenvolvimento crítico e a autonomia de seus educandos numa perspectiva libertadora, em que é comum falar sobre essa pedagogia como progressista, visto que, do mesmo modo que a ética, deve permear toda sua trajetória educativa: “Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão” (Freire, 1996, p. 16).

Na mesma perspectiva, educar é ser congruente com aquilo em que se acredita e é, para além de se ter humildade e proximidade com os educandos. “Não é possível ao professor pensar que pensa certo, mas, ao mesmo tempo, perguntar ao aluno se ‘sabe com quem está falando’” (Freire, 1996, p. 16). O educador deve pensar sobre seu fazer, um pensar certo, que dê o exemplo, uma reflexão crítica sobre sua própria prática (Freire, 1996). Sendo ele mesmo um educador praticante daquilo em que acredita, educadores que assumem a responsabilidade por aquilo que sabem que precisam fazer e por tudo o que conhecem, e por sua própria autonomia e pelo desenvolvimento da autonomia dos educandos (Freire, 1996), como praticantes coerentes com suas próprias concepções educativas.

O fazer docente envolve conhecer, transmitir segurança e confiança sobre o que se ensina e, acima de tudo, em ser verdadeiro com os educandos, respeitando-os para ser respeitado, mostrando-lhes o que é e em que acredita, permitindo que eles também o façam. Para ensinar, diz Freire (1996), é preciso primeiro aprender, e quem ensina também aprende no contato com os educandos, e destaca:

Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. A prática docente que não há sem a discente é uma

prática inteira. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor (Freire, 1996, p. 37).

Mudanças constantes vêm ocorrendo no cenário da ES no Brasil, assim como no mundo. Essas mudanças fortalecem a expansão da EaD e a mercantilização dessa educação, e, por vezes, isso pode estar atribuindo uma escassez de qualidade à ES, devido às características impostas pelo mercado, ao passo que a educação vem se tornando um produto – que atende às demandas do capital mais do que a demanda da educação para a autonomia e emancipação dos educandos envolvidos nesse processo – no qual tudo muda a passos largos. O que não muda é a esperança, a essência da busca por uma educação não alienante, mas emancipatória, que busque, mesmo em suas características distintas de ensinar e aprender, uma educação de qualidade para um país que necessita de protagonismo social.

Acredito que, como educadores, teremos condições de mudar os educandos e a nós mesmos, e que, em conjunto, o mundo. Mudar o mundo para melhor, é claro; na concepção freireana, e que possamos, portanto, resistir a tudo aquilo que nos desvie desse caminho, no exercício de uma consciência crítica realizadora.

Enfatizo, como uma alternativa na ES, que a pedagogia da autonomia poderia indicar um caminho em que educador e educandos se libertam, lutam por seus direitos e por uma educação de fato constituinte de autonomia (Freire, 1996), e é por esse motivo que este estudo valoriza a ES voltada à autonomia.

A pedagogia da autonomia representa uma prática pedagógica, consciente, planejada e de referência para os educandos, educandas e para educadores e educadoras. Enfatizo que para Freire (1996), educar é formação moral, é ensinar a pensar e é exemplo. Essa forma de educar pode enfrentar a influência da mercantilização da educação, quando ela for negativa para uma educação emancipatória,

bem como no sentido positivo, colaborar para uma educação que vise à autonomia e que contribua para a liberdade, bem como no contexto das Universidades Comunitárias para que se respeite o Compromisso Social. Conforme abordo no próximo subcapítulo em relação a uma educação que favoreça a libertação.

4.3 Educação Superior: uma contribuição para a libertação

Se a pedagogia pode contribuir para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento profissional e ainda para a formação de educandos com criticidade, emancipados e autônomos, então perceber a formação na ES, como uma ação cultural para a liberdade, faz parte de uma concepção pedagógica freireana e, com base nela, vai-se refletir sobre a construção de um mundo melhor e mais livre.

Evidencio a forte indicação de uma relação entre educador e educando que é construída por meio do diálogo. Completamente diferente do modelo tradicional de educação, como o próprio Freire destaca, é diferente de um educador *bancário*, que apenas repassa conhecimentos; esse não cultiva um diálogo entre educador e educando. É essa relação dialógica que vai proporcionando a aprendizagem, sendo que “o diálogo engaja ativamente a ambos os sujeitos do ato de conhecer educador-educando e educando-educador” (Freire, 1981, p. 42).

Esse diálogo necessita ser verdadeiro, autêntico, mas ele somente não assegura a aprendizagem, conforme ensina Freire (1981). É importante, nesse diálogo, observar, ainda, o contexto concreto do educando, ou seja, identificar qual é o lugar onde os educandos estão inseridos, perceber a realidade social em que se encontram – cada um deles – e, a partir dessa realidade, propor temas geradores, que levarão à discussão e à reflexão sobre assuntos a serem trabalhados em aula. Embora ele se refira à alfabetização de adultos,

tais premissas também se aplicam à educação básica e à superior, no sentido de aprendizagem e desenvolvimento de autonomia.

Nesse sentido, “é que o processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve [...] pensamento-linguagem; envolve desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado” (Freire, 1981, p. 35). No enunciado, subtende-se não só uma ação cultural para a liberdade, mas já fica subentendida a pedagogia da autonomia, pois é, por meio da curiosidade, que a aprendizagem e a ação do ser humano mudam o mundo ou permitem que ele continue como está.

Para Freire (1981, p. 40), “assim como não é possível linguagem sem pensamento e linguagem-pensamento sem o mundo a que se referem, a palavra *humano* é mais que mero vocábulo – é palavração” é exercer uma ação crítica sobre o mundo, ser ativo em relação à vida, isso prenuncia a liberdade. Mas essa atividade só ocorre em um nível de consciência crítica e quando, como seres humanos, mesmo que como educadores, não atingimos esse nível de consciência, existe passividade, opressores e oprimidos. “A consciência crítica dos oprimidos significa, pois, consciência de si, enquanto classe para si” (Freire, 1981, p. 40). Só assim exerceremos um papel ativo no mundo em que vivemos.

De acordo com Freire (1987), a tese e a antítese dialéticas do conhecimento, que se referem a refletir sobre a prática e sobre o que se conhece, está sempre se refazendo se, mudando (melhorando ou não), conforme entende sua prática, sua situação concreta, que é codificada e decodificada por meio de uma *ad-miração* que leva a uma compreensão, a uma reflexão – que é se afastar e ver com outros olhos – em outros momentos – de novo e de novo. Sendo que, conhecimento remete a conhecer com confiança o *outro*, nessa construção de troca, nesses diálogos possíveis e desejáveis.

“Os educandos necessitam descobrir o que há por trás de muitas de suas atitudes em face da realidade cultural para, assim, enfrentá-la de forma diferente” (Freire, 1981, p. 44). Com isso também se faz necessário aos educadores, ainda conforme Freire (1987), que, mesmo conhecendo muito, precisam *re-admirar* seus conhecimentos e conceitos constantemente, em uma prática educativa consciente que proporcione autonomia em especial na ES.

O apassivamento dos seres no mundo se dá pela falta de consciência crítica, e ela é forjada na ação, na reflexão, no diálogo e, com o passar do tempo, então, sair disso e mudar o mundo exigem esforço, desejo e desenvolvimento humano. Passivamente e alienados nada de melhor é constituído socialmente, “homens e mulheres, pelo contrário, podendo romper essa aderência e ir além do mero estar-no-mundo, acrescentam à vida que têm a existência que criam” (Freire, 1981, p. 53).

Essa pedagogia proporciona autonomia para se mudar o jogo, mesmo que seja de dentro para fora, mas, para tal, as pessoas precisam estar conscientes disso, assim, a utopia de um mundo melhor se fará naturalmente. O fato é que não temos a prática de pedagogia da autonomia conscientizando opressores e oprimidos; afinal muitos educadores são também oprimidos, bem assim, não têm uma consciência crítica. Logo, é preciso que pratiquemos uma pedagogia que torne isso possível, um mundo melhor, senão para todos, ao menos para a maioria.

Sobre o processo de transição de consciência, Freire destaca que

o caráter preponderantemente estático da “sociedade fechada” vai, gradativamente, cedendo seu lugar a um maior dinamismo em todas as dimensões da vida social. As contradições vêm à superfície e os conflitos em que a consciência popular se educa e se faz mais exigente se multiplicam, provocando maiores apreensões nas classes dominantes (1981, p. 61).

Para a liberdade existir, “o indispensável, porém, é que busquem a comunhão com as massas populares” (Freire, 1981, p. 66). Tal comunhão é essencial para que exista uma ação cultural que leve à libertação, de fato, já que as classes populares são a maioria da população.

O pensamento freireano, no entanto, se embasa em uma concepção, que contribui com uma noção de ser humano, bem como, em um fundamento epistemológico, em uma construção sólida e radical de uma teoria do conhecimento que dá origem a uma concepção política (não partidária), mas política, com base no social de um Estado Democrático de Direito. Essas bases são indissociáveis e acabam por fundar a teoria pedagógica freireana, que enfatiza a autonomia e a liberdade.

É essa pedagogia tão bem-fundamentada e comprovada que se pretende defender, ao pensar em uma educação que mude o mundo, por meio de seres de consciência crítica que tanto percebem o que ocorre no contexto social em que estão inseridos, quanto interferem no mundo a ser praticado. Freire se refere à sua pedagogia como sendo “utópica porque, não ‘domesticando’ o tempo, recusa um futuro pré-fabricado que se instalaria, automaticamente, independente da ação consciente dos seres humanos” (Freire, 1981, p. 48). E seu pensamento em relação a essa utopia continua na citação a seguir:

Utópica e esperançosa porque, pretendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto, e implica a dialetização da denúncia e do anúncio, que têm na práxis revolucionária permanente, o seu momento máximo (Freire, 1981, p. 48).

Concluindo, se faz necessário manter uma postura de criticidade e luta no sentido de perceber e agir na sociedade e no mundo que estão sendo criados por todos nós; também se faz necessário refletir sobre nosso papel no mundo,

ou seja, se somos opressores ou oprimidos e, a partir disso, que ES estamos proporcionando aos educandos mesmo na Universidade conforme o próximo subtítulo

4.4 A conexão opressor/oprimido na Educação Superior

Existe uma possível conexão entre opressor e oprimido na ES, que é importante para ser analisada, pois não se trata, apenas, da indesejável educação em que o educador oprime o educando, o que, inclusive, não combina com a educação e, menos ainda, com a ES, durante a qual, os estudantes já são capazes de repudiar esse tipo de funcionamento, que envolve outras facetas a serem pensadas.

Neste estudo, destaca-se que o mercado – fundamentado do capital – oprime por meio da mercantilização da ES e dos reitores e gestores das ICESs, sendo que esses também se obrigam a oprimir os professores, mesmo que também o sejam eles mesmos, pois se sentem oprimidos com isso – sofrimento inevitável a ambos os papéis desempenhados e que definem esse funcionamento forçado na maioria das vezes pela mercantilização.

Atendendo às demandas do capital, visando ao lucro para seus investidores, as IESs tornam oprimidos seus professores que, mergulham nesses fazeres, oprimidos, os educadores não refletem sobre a mudança, e o mercado cresce oprimindo os que se submetem a essa lógica do capital. Segundo Freire (1987), “mais uma vez, os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema” (p. 29). Aqui cabe a ação cultural para a liberdade, agindo para a conscientização desses docentes, que anseiam por libertação desse lugar de oprimido e pela conscientização de seus educandos.

Para Freire (1987), os opressores não se percebem opressores, e somente o oprimido é quem traz à tona a li-

bertação, isso quando esse não sonha em oprimir, e, assim, o ciclo nunca finaliza. Na concepção freireana, o opressor exerce seu papel com o consentimento do oprimido, afinal, o opressor em si não se vê como opressor; ele acredita que está ajudando o oprimido (Freire, 1987).

Nesse contexto, a libertação ocorre de dentro para fora, e, no caso da mercantilização, talvez, pela atuação de cada educador envolvido com a ES. Então, “quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora?” (Freire, 1987, p. 31). O professor oprimido pode, sim, buscar a libertação e influenciar nos educandos a não se deixarem oprimir e nem a serem opressores, o que seria possível na concepção de pedagogia da autonomia e na transição almejada para uma consciência crítica. Até porque a consciência acaba por tornar insuportável a acomodação, e essa possibilita a movimentação libertadora, a ação.

De acordo com o pensamento freireano, o homem tende a possuir consciência ingênua, e não compreende o que se passa em sua vida e na sociedade (Freire, 1987). Talvez o homem ou a mulher nem reflita sobre sua condição, mas, assim que começa a buscar mudança e crescimento pessoal, começa a se movimentar, talvez até a buscar estudar mais; a essa fase o autor nomeia de consciência transitiva, justamente por se tratar de uma transição (Freire, 1987). Dessa forma, a conscientização vai acontecendo, mas esse é um processo ativo e nada passivo, porque depende da intenção do ser humano, e, é claro, pode ser um processo iniciado na escola e continuado na Universidade, mas, de fato, na ES ele tem uma importância na autonomia e na emancipação dos estudantes.

Na atualidade, é essencial pensar a ES agora inserida como – produto no mercado de capital – havendo a necessidade de libertação desse lugar, e, para isso, uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos

oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que essa pedagogia se fará e se refará” (Freire, 1987, p. 32). Renovada e baseada na construção de uma ES voltada à emancipação dos educandos, de modo que os educadores possam não ser o oprimido pelo contexto de mercado e que a Universidade Comunitária possa de fato exercer seu compromisso social com a comunidade.

A libertação se dá em um processo em que

a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se com a práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 1987, p. 41).

Nesse sentido, e de acordo com (Freire, 1987, p. 34), “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz”, no entanto, a liberdade se constitui no engajamento pela conscientização de homens e mulheres em relação à sua condição de oprimido ou opressor.

O que presenciamos, na atualidade, são professores com medo de perder seu espaço de trabalho, o próprio emprego e, ainda, pressionados a dar resultados de produtividade mercantil, até mesmo, buscando estudantes para seus cursos. A valorização da categoria (que nunca foi muito forte no Brasil), resulta em mercantilização, desmotivação e sentimento de opressão. Conforme Freire (1987, p. 50) lembra, “a autodesvalia é outra característica dos oprimidos, resultando da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores”.

Por isso, a educação que não desejamos é dicotômica em relação ao homem fazendo parte do mundo ou fazendo o mundo do qual faz parte. Homens espectadores e não

recriadores do mundo concebem sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como “corpos conscientes” (Freire, 1987, p. 62-63). Essa assunção de responsabilidades em relação ao mundo, à sociedade, à sua vida consciente e crítica, pode deixar os oprimidos com medo. Freire (1987) diz que o “oprimido tem medo da liberdade” (p. 34), afinal ela é desconhecida para ele, e requer ação diante dos fatos da vida no mundo em que vive. Esse é mais um motivo para a ES valorizar uma educação para a autonomia.

Essa educação para a autonomia também é considerada subversiva por muitos olhares; afinal, ambiciona muito além de uma mera educação técnica, que, inclusive, pode ser por muitos ainda não compreendida:

Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlamos os oprimidos, mais os transformamos em “coisa”, e algo que é como se fosse inanimado (Freire, 1987, p. 46).

São meros objetos, portanto, assim facilmente dominados, oprimidos e encaixados perfeitamente no sistema vigente, quase robôs, semiescravos de trabalhos alienantes e dominadores. São oprimidos por opressores e nem mesmo sabem disso. O pior é que, na própria academia, muitos educadores já se enquadram nesse papel e, se, pretendem mudar isso, romper com a opressão, então, assim, podem mudar a realidade e a relação com o opressor. Mas, se permanecem calados e humilhados, então oprimem a si mesmos nessa dinâmica cíclica e infeliz.

Diante disso, para Freire (1987, p. 32), a

pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização.

Somente dessa maneira, encontrará alternativas de rompimento e mudança de sua condição de oprimido.

E “dessa forma, essa superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela” (Freire, 1987, p. 34). Os atores da ES podem, se desejarem, ser a mudança necessária no cenário da mercantilização e na forma como desenvolvem suas práticas em sala de aula; a cada educando consciente, um passo a mais em direção à melhoria do mundo.

Freire (1987, p. 41) diz que “seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora”. Por isso mesmo, são os oprimidos que podem fazer uma ES da autonomia em detrimento da alienação, e da opressão. Dessa forma, em termos de educação, atualmente, na maioria das ICESs, no formato apenas tecnicista,

[...] ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo (Freire, 1987, p. 63).

Tal é a educação tradicional, mesmo na ES, ainda em nossos dias,

nas aulas verbalistas, nos métodos de avaliação dos “conhecimentos”, no chamado “controle de leitura” na distância entre o educador e os educados, nos critérios de promoção, na indicação bibliográfica, em tudo, há, sempre a conotação “digestiva” e a proibição ao pensar verdadeiro (Freire, 1987, p. 64).

Destarte, cabe às ICESs e aos educadores a tarefa de mudar esse quadro de dominação e opressão, e, para isso, é possível trabalhar com base na pedagogia da autonomia. Freire traz “que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos,

mediatizados, ambos, pela realidade, portanto, na intercomunicação” (Freire, 1987, p. 64).

Nada existe de errado com uma educação voltada às competências necessárias a uma profissão, mas ela é vazia sem a consciência desse futuro profissional. “A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ [...]” (Freire, 1987, p. 67), que fazem suas apropriadas escolhas e o mundo em que vivem.

A preocupação com o avanço da mercantilização é justamente que a essência libertadora, desenvolvedora de consciência crítica se perca pelo caminho. Tal perda traz consequências para todos nós, pois constitui a sociedade.

Por esse motivo, uma educação na qual “educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador *bancário*, supera também a falsa consciência do mundo” (Freire, 1987, p. 75) e possibilita uma mudança real na vida desses atores da ES. Logo, “[...] a concepção problematizadora da educação não pode servir ao opressor” (Freire, 1987, p. 75), é como assinala o oprimido que se liberta e liberta seu opressor conseqüentemente.

Freire concebe que “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (Freire, 1987, p. 9). É o ser humano agindo, construindo seu destino, fazendo suas escolhas, aceitando, ou não, o que lhe está dado.

Nesse viés, buscando

uma educação que contribua para uma sociedade menos desigual e para a boniteza que Freire idealizou; educação que não muda o mundo, mas muda as pessoas, e, sim, estas poderão mudar o mundo se assim o

quiserem e em comunhão o fizerem (Salatino; Morés, 2018, p. 188).

Ainda em virtude da concepção freireana, que colabora com o conceito de um saber que faça sentido na medida em que se entende a educação como um lugar que valoriza conhecimentos culturais, visa à autonomia e à criticidade dos estudantes, assim como a liberdade no mundo.

A seguir, “o dizer a sua palavra” dos investigadores especialistas em educação, os possíveis horizontes/diretrizes, para as Universidades Comunitárias, em termos de seu compromisso social nesses tempos mercantis, competitivos.

5 “O dizer a sua palavra” de investigadores da Educação

Para que alguém diga a sua palavra de fato, é preciso que outro alguém a ouça, a leia e se dedique a essa escuta ativa. Neste capítulo está a síntese, a análise, o entendimento da palavra de cada um dos entrevistados e de todos eles. De extrema importância para a tese, esta é a qualificada escuta, o entendimento possível do “dizer a sua palavra” da expertise desses investigadores especialistas em educação superior.

5.1 Resultado da pesquisa

Aqui apresento os resultados da pesquisa, que são possíveis com a análise dos dados gerados nas entrevistas com os investigadores e especialistas da educação, que constam na íntegra no Apêndice, enfatizando que a leitura dessas entrevistas agrega imensamente ao trabalho aqui sintetizado. Eu digo que são impressionantes e imperdíveis, mas preciso sintetizar aqui e compreender suas falas, que trazem contribuições importantes e das quais emergem diversas categorias.

Começo, então, por destacar quem são esses importantes investigadores especialistas em educação superior nas comunitárias gaúchas e catarinenses.

5.1.1 Quem são os entrevistados

Os entrevistados apresentam expertise com relação à temática das Universidades Comunitárias e são ou foram alunos e/ou professores de Universidades Comunitárias.

Contei com a colaboração atenciosa do Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti, que participou ativamente no movimento comunitário de base que originou a fundação nomeada Fidene, que instituiu a UNIJUÍ. Ele auxiliou na constituição de outras fundações, também foi professor e gestor ou da diretoria universitária, hoje atua como Bispo, ele possui uma vivência fundamental a essa investigação.

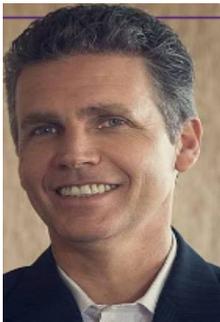
Os demais entrevistados são ou foram professores universitários, pesquisadores. Alguns foram da gestão ou da pró-reitoria das Universidades onde estavam ou estão vinculados. Eles possuem muitas publicações acerca das temáticas investigadas nessa pesquisa e são, por isso, entendidos aqui como investigadores especialistas na área da educação superior. Alguns estão aposentados, mas ainda seguem publicando, envolvidos com a missão da educação.

Embora relatem em suas entrevistas qual sua experiência e conhecimento em relação às Universidades Comunitárias, apresento o Quadro 10, para facilitar o entendimento de seus perfis de especialistas e investigadores da educação superior no Brasil.

A maioria deles estudou na Europa ou nos Estados Unidos focados na temática da educação e no comunitarismo, mas todos estão implicados, de alguma forma, no entendimento, pesquisa e direta participação na questão das Universidades Comunitárias no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, embora existam algumas experiências mencionadas também do estado de São Paulo.

Destaco que a autorização do uso do nome, encontra-se no TCLE e em documento próprio no Apêndice E dessa pesquisa. Digo isso, por terem autorizado sua divulgação, e quem não concordou com a divulgação, não menos importante, está sendo preservado nesse contexto, sendo nomeado apenas como entrevistado anônimo, conforme indica o Quadro 9.

Quadro 9 – Perfil dos Investigadores Entrevistados como Especialistas

Bispo	Descrição
 <p data-bbox="141 687 396 772">Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti</p>	<p>O Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti, foi um dos participantes do movimento comunitário que instituiu a primeira fundação do Rio Grande do Sul que possibilitou a criação da UNIJUÍ, utilizando a metodologia estabelecida junto de Mário Osório Marques com quem teve convívio e trabalharam em parceria. Ele também participou da criação de escolas, foi professor e auxiliou em diversificadas demandas sobre educação e educação superior, inclusive estabelecendo o compromisso social das Universidades Comunitárias, por meio da cobrança de que ela ocorresse, junto a professores e estudantes. Auxiliou na criação e implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul.</p>
 <p data-bbox="158 1184 378 1243">Professor Doutor João Pedro Schmidt</p>	<p>O Professor Doutor. João Pedro Schmidt atua na educação superior na UNISC a mais de trinta anos, anteriormente foi docente na PUC em Uruguaiana. Ele participou do processo de democratização da UNISC onde foi por dez anos pró-reitor de planejamento. Foi um dos “agentes da formatação das leis das Universidades Comunitárias, a Lei 12.881 de 2013, fazendo a interlocução com o COMUNG e a ACAFE, depois com a ABRUC e o Congresso Nacional” (fala dele na entrevista Apêndice D). O professor também tem essa área como interesse de pesquisa e inúmeras publicações sobre as comunitárias assim como vivência em uma comunitária.</p>



Professor Doutor
Ludimar Pegoraro

- O Professor Doutor **Ludimar Pegoraro** possui experiência de cerca de trinta anos na educação superior no Estado de Santa Catarina, atuando como gestor, docente e pesquisador na educação superior e pós-graduação *strictu sensu*. Como pesquisador tem um reconhecido livro publicado PEGORARO, Ludimar. **Terceiro Setor na Educação Superior Brasileira**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2013. 337p. – que apresenta uma relação direta com esta Tese.



Professor Doutor
Valdemar Sguissardi

O Professor Doutor **Valdemar Sguissardi** formou-se em uma Universidade Comunitária, na antiga Fidene, que depois se tornou a UNIJUÍ e ele diz que foi uma formação de alto nível. Integrou o movimento comunitário de base, foi professor universitário no Paraná e em São Paulo, hoje aposentado, mas sempre na ativa, com publicações sobre a mercantilização da educação, e sobre a educação superior em geral, também como pesquisador participou de estudos e/ou orientou e foi banca de estudos sobre as comunitárias e sobre o momento atual da educação superior no Brasil, vários específicos sobre a mercantilização da educação. O Professor tem um site no seguinte link: <https://vsguissardi.com.br/#>, em que é possível acessar suas publicações, sejam artigos, capítulos ou livros.



Professor Doutor
Entrevistado Anônimo

O Professor Doutor **Entrevistado Anônimo**, integrou uma Universidade Comunitária em Santa Catarina, da qual fez parte do processo de criação e depois atuou nela por dezenove anos como professor. E quando doutor foi pró-reitor, coordenou programa de pós-graduação e muitos outros projetos nessa comunitária. Ele orientou dissertações e escreveu artigos sobre as Universidades Comunitárias e ensino superior no Sul do Brasil e em Santa Catarina. Hoje atua em uma Universidade federal, mas acompanha o processo da educação superior no Brasil, incluindo a situação das ICES.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Todos eles contribuíram imensamente com o entendimento dos assuntos investigados, e com os resultados que sigo apresentando aqui. Conforme o roteiro pré-estabelecido de questões, que foram utilizadas durante a entrevista, apresento as respostas relativas a outras perguntas que foram realizadas, conforme constam no Apêndice D, com intuito de acrescer a essa investigação para a construção da tese.

5.1.2 Dados gerados a partir da Pergunta 1 — Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a elas atribuído?

Com base na fala dos entrevistados, ou seja, no “dizer a sua palavra” dos investigadores da educação, em relação às Universidades Comunitárias, foram destacados aspectos históricos e conceituais importantes em termos do compromisso social a elas atribuído. Dentre eles, está a existência de um fortalecido espírito de comunidade, no momento do surgimento dessas Universidades, mas que também foi sempre incentivado a existir, sendo necessário, hoje, ser restituído.

Esse espírito de comunidade na vida das pessoas teve início com Mário Osório Marques, que criou a metodologia do movimento comunitário de bases, visando que as bases fossem ouvidas, para depois atingir ao núcleo maior e, conseqüentemente, às comunidades específicas, conforme suas necessidades. Com essa metodologia as pessoas conseguiam expor suas opiniões e necessidades.

As Universidades Comunitárias carregavam a importância da responsabilidade social, pois estavam sendo criadas pelas comunidades, representantes da política e da igreja católica. Aqueles que estavam em contato como o Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti, sabem que ele e outras lideranças do mesmo movimento, incentivavam essas práticas comunitárias da comunidade acadêmica, para com a comunidade em geral, por meio de projetos de extensão.

Foram criadas várias Universidades Comunitárias devido à necessidade de cursos nas regiões, pois as instituições federais não estavam sendo viáveis, ou não estavam nos planos, mas as regiões tinham necessidade de pessoas com formação. Em especial, em Santa Catarina, com o surgimento e expansão dos frigoríficos, e das madeireiras que demandavam pessoas qualificadas para trabalhar. Assim, começam a ser criadas as primeiras fundações comunitárias, que originaram as Universidades Comunitárias. Portanto, o Compromisso Social está no cerne das ICES.

No momento de criação das Universidades Comunitárias, o prefeito era o presidente da mantenedora devido ao seu caráter bem-intencionado para com as fundações e não se pensava naquela época na criação de regras para eleger o presidente, pois se confiava nas pessoas íntegras que eram os prefeitos e que intencionavam naquela época o desenvolvimento da comunidade da região.

Destaco que embora todas as comunitárias tenham origens parecidas, algumas são confessionais outras não, e as de Santa Catarina possuem em sua constituição auxí-

lio de verbas estaduais que a elas são repassadas, fazendo com que possam se manter. Os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul serviram de exemplo para muitas outras comunitárias surgirem, como é o caso da UNIJUÍ. Como as comunitárias se fortalece na economia, um terceiro setor é criado, afinal, não são Universidades públicas e nem privadas. As Comunitárias não visam ao lucro e não tem um dono. Outra característica é que buscam a atender às necessidades das regiões e, assim, se fortalecem e expandem suas atividades.

A criação das Universidades Comunitárias, teve um contexto sócio-político-econômico favorável, pois conseguiram se estabelecer em função de ser um período em que a ditadura militar estava se delineando e não havia intenção política com a criação das Universidades naquele momento. Por isso, foi mais fácil de serem aceitas. No momento da ditadura, foram enfraquecidas e, mesmo assim, o sistema fundacional assumiu responsabilidades que, naquele momento, seriam do Estado.

Aos poucos, os cursos foram surgindo, inclusive os de formação de professores, pois era necessário para o início das Universidades e, assim, as Comunitárias foram expandindo em suas cidades e regiões.

Existiu, segundo Valdemar Sguissardi (2022), até mesmo uma CPI internacional (Norte-Americana), na época da ditadura militar, intencionando transformar todas as Universidades do país em Comunitárias, pois acreditava-se nas fundações para delegar a responsabilidade da educação.

De acordo com o entrevistado anônimo, compromisso social é um termo amplo que envolve um compromisso com a educação, com o desenvolvimento regional, com a sustentabilidade e com o desenvolvimento científico e tecnológico. Ele destaca a emancipação de municípios, que necessitavam de pessoas com conhecimento para fazer sua gestão e que as Universidades Comunitárias também atenderam a esse

papel, e dessa forma acabaram por se consolidar nas suas regiões de atuação.

Hoje, com o modelo neoliberal, as Universidades Comunitárias passam por dificuldades, pois competem com as privadas que ofertam pouca qualidade e não são públicas para receberem incentivos governamentais. O compromisso social fica implicado no quesito da mercantilização da educação superior, que teve início no Governo Fernando Henrique Cardoso, e que permitiu a privatização da educação superior no país. Ludimar Pegoraro (2022) ainda enfatiza que, o ministro da educação da época, Sr. Paulo Renato, tinha uma empresa que criava Universidades com foco mercantil, e que estava por traz da Anhanguera e de outras interessadas no ensino superior no país com foco mercadológico.

Dessa forma, entende-se que o compromisso social fica prejudicado quando instituições comunitárias precisam atuar como privadas, ou se perdem nesse processo, sendo tão mercantis quanto as demais privadas. O que pode ser visto no valor das mensalidades, mais elevado que das privadas e em competição por alunos.

Como as comunitárias foram criadas em um terceiro setor econômico, com uma fundação que as mantém e são patrimônio municipal e da comunidade, ainda não se privatizou as mesmas, embora exista a intenção, ainda não existe legislação para isso, uma vez que são patrimônio da comunidade e não são públicas para serem privatizadas.

Apesar de tudo o que estão passando, elas oferecem ainda uma educação de qualidade e excelência de ensino, pesquisa e extensão para a comunidade que precisa ser valorizado pela comunidade de dentro e de fora da Universidade.

Assim, algumas comunitárias já se venderam ou romperam ao sistema mercantil, de maneira que suas ações relativas ao compromisso social estão prejudicadas. Há

quem aponte para um fim próximo das comunitárias, devido às dificuldades que elas vêm passando.

A sociedade civil e a comunidade não se envolvem com a questão das comunitárias, no modo como os professores e a comunidade acadêmica estão acuados, com medo da demissão e gestores fazendo o que é preciso para se manter funcionando, mesmo que, por vezes, por meio de intervenções questionáveis do ponto de vista comunitário. Não é à toa que algumas Universidades Comunitárias já cederam ao mercado, embora ainda carreguem o nome de Universidades Comunitárias.

Hoje, as Universidades Comunitárias estão fazendo um grande esforço para manterem a pós-graduação, ainda mais com a retirada governamental de recursos, de verbas da pesquisa e desmantelamento da CAPES/CNPQ. Então, façamos ideia de como fica afetado o compromisso social neste contexto.

5.1.3 Dados gerados a partir da Pergunta 2 – Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?

A respeito da importância de se manter o compromisso social pelas Universidades Comunitárias, apesar do cenário da mercantilização da educação superior, os investigadores especialistas da educação contribuíram da seguinte forma: todos eles entendem que é importante e essencial manter o compromisso social nas Universidades Comunitárias. Alguns destacam as atividades de extensão para a comunidade e o trinômio de ensino, pesquisa e extensão, como um diferencial da Universidade Comunitária. É a Universidade avançando para uma contribuição na sociedade em si.

O compromisso social fica prejudicado pela mercantilização e entendem que a educação não é mercadoria, de

forma que não pode ser vista como lucrativa apenas em favorecimento dos grupos hegemônicos, que dominam a educação superior no Brasil atual.

Foram feitos apontamentos sobre a tecnologia a favor da comunidade, em benefício das Universidades e dos alunos. Não com o foco de atender as demandas do capital, mas como modo de expansão da educação, de desenvolver pesquisas importantes e de proporcionar o acesso à educação a mais pessoas.

A Universidade Comunitária precisa manter seu projeto de educar para a vida em comunidade, não apenas para o indivíduo e o mercado, apontando a interferência do liberalismo como sistema que impede a valorização humana e foca apenas no empreendedorismo e competitividade.

Como compromisso social, também é necessário valorizar as pessoas, Dom Orlando Octacílio Dotti (2022) diz que: “O sistema valoriza o lucro, nosso trabalho deve ser da valorização das pessoas, de seus valores, da corresponsabilidade, da solidariedade. O sistema cria desigualdade, o trabalho que nós devemos fazer é da valorização da comunhão do espírito comunitário e dos valores espirituais e morais”. Manter o foco na valorização humana e no compromisso social é papel das comunitárias.

O evidente vínculo das Universidades Comunitárias com o regional, em termos de atender demandas desses locais, onde não existiria Universidade, se não fosse pela expansão das Universidades Comunitárias, pensando em acolher as necessidades de cada local próximo de seu alcance e favorecer o desenvolvimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, uma vez que esta recebe as demandas dessas comunidades. Esse compromisso social precisa ser demonstrado para as pessoas dentro e fora das Universidades Comunitárias, pois esse é um diferencial que envolve esse compromisso com a sociedade.

Mostrar o que faz em termos de compromisso social é fundamental para as Universidades Comunitárias, afinal, muitas vezes, as pessoas não percebem esse diferencial enquanto pessoas que inclusive usufruem desses benefícios. Independentemente de qual classe social essas pessoas pertençam, é importante mostrar à comunidade qual é a entrega social que vem sendo realizada pelas Universidades Comunitárias.

Quando alguém da gestão diz que a Universidade não é para pobre, conforme exemplo de Ludimar Pegoraro (2022), tristemente já se corrompeu ao sistema, pois a Universidade Comunitária é para todos, todos aqueles que fazem parte da comunidade, não se escolhe classe social e se exerce a responsabilidade social independentemente disso. Se para isso for necessário baratear mensalidade ou o contrário, que ao menos se mantenha o compromisso social e pela qual se originaram.

É importante resistir a mercantilização da educação, que segundo Valdemar Sguissardi (2022), se faz por meio do compromisso social. Essa é uma das lutas da comunitária, pois as mercantis não apresentam real interesse em ensino, pesquisa e extensão.

Enfatiza-se que desde 1997, quando se possibilitou a mercantilização, e desde 2007, quando os grupos educacionais abriram capital na bolsa de valores a educação no país, vem sendo entendida como mercadoria, e esses investidores, conforme os números apresentados no quadro anterior, estabeleceram um oligopólio econômico em cima do que para eles é a educação-produto. Salienta-se que as Universidades Comunitárias caminham em sentido contrário, não abrem capital, pensam em ofertar educação de qualidade e estar a serviço da comunidade, acreditam na educação e rejeitam a ideia de que a educação possa ser vendida como um produto qualquer.

É preciso brigar pelo compromisso social. Esse é o diferencial. Essa é a educação de qualidade, que valoriza as pessoas e as comunidades. Assim, esse propósito deve ser perseguido, como diz o Entrevistado Anônimo (2022), “precisa ser um princípio norteador das Universidades comunitárias”, porque elas são da sociedade e para elas existem.

No contexto da educação mercantil, a crescente concorrência das privadas dificulta a oferta relacionada ao compromisso social para as Universidades Comunitárias, afinal, essas ofertas sociais têm um preço, um custo, um investimento envolvido. Como as privadas são mercantis e pouco praticam de ofertas sociais, nem mesmo se ocupam delas, a menos quando o objetivo subjetivo é exclusivamente direcionado aos fins lucrativos.

Dessa forma, para se manterem, muitas Universidades Comunitárias entram no mesmo tipo de concorrência e acabam por se corromper com o sistema de mercado, deixando de lado o objetivo maior, que é o compromisso social e a entrega para a comunidade, da qual fazem parte.

5.1.4 Dados gerados a partir da Pergunta 3 – Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?

Quanto à percepção da influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias, os entrevistados apontam que a educação superior está sob responsabilidade de organizações com fins mercantis lucrativos, desde os anos 1990, que inclusive estão em franca expansão, o que gerou uma quebra no monopólio das Universidades Comunitárias, fortalecidas pelas regiões onde atuavam e livres de interferência, pois as federais estavam mais nos grandes centros.

No momento de início da mercantilização da educação, com a flexibilização para novas Universidades e cursos, as

comunitárias buscavam fortalecer a pesquisa, manter uma educação de qualidade e continuar com a forte marca da extensão. Como aponta João Pedro Schmidt (2022), em relação a característica do compromisso social das Universidades Comunitárias:

A característica das comunitárias era a presença no interior, presença nos bairros, vínculo com as empresas, com as diferentes entidades regionais e justifica que as comunitárias podiam na época transformar o retorno social em relação à filantropia em projetos sociais.

Schmidt (2022) defende que com o posterior surgimento do PROUNI, o retorno ocorreu por meio de bolsas, deixando a extensão prejudicada. Dessa maneira, “a mercantilização prejudicou profundamente todas as Universidades Comunitárias”. Destaco que esse prejuízo, sentido pelas comunitárias, afeta diretamente o compromisso social por elas exercido.

João Pedro Schmidt (2022) ainda diz que: “a mercantilização agudizou o uso da lógica de mercado em uma área que deveria estar protegida da lógica de mercado”. Afinal, a educação não é produto, ao menos quando os objetivos são para com a valorização do humano, dos valores sociais.

Com tanta mudança que enfraqueceu as estruturas comunitárias, Ludimar Pegoraro (2022) destaca que, “há muita gente na universidade que não tem a menor noção do que é ensinar e aprender, e eles estão preocupados com uma única coisa, que se chama sucesso”. Sabendo que as Universidades Comunitárias não têm dono, a instituição deveria se manter focada em seus princípios, mas é afetada pela educação mercantil, de forma que acaba por enfraquecer seus valores institucionais e se corromper com o sistema.

Nessa influência mercantil, professores experientes com excelentes currículos foram substituídos por outros com pouca formação e sem experiência e isso fez com que o espírito comunitário fosse sendo esquecido, deixado de

lado. Ainda conforme Ludimar Pegoraro (2022), “o sistema fundacional, não discute mais a sociedade, só se pensa em ganhar dinheiro, se perderam pelo caminho”, até mesmo as instituições do Estado de Santa Catarina que ainda possuem incentivo do governo estadual.

Valdemar Sguissardi (2022) salienta o lugar onde as Universidades mercantis investem seus recursos e aponta a área do Direito e de Negócios, áreas estas que não exigem muito investimento, pois os demais cursos têm sido oferecidos pelas federais e pelas comunitárias, o que as onera mais ainda e precisam manter a estrutura de laboratórios que são bem mais caros, que apenas uma sala de aula. Desse modo, as mercantis apostam apenas naquilo que trará retorno financeiro rápido e sem grandes investimentos.

O Entrevistado Anônimo (2022) diz que “a mercantilização é um processo agressivo para as instituições, o mercado é agressivo. E daí os grupos fortes hegemônicos, que têm maior poder, concentram milhões de matrículas”, e com isso continuam crescendo e expandindo.

Destaco que oferecer cursos mais voltados ao empreendedorismo é sucesso em uma sociedade neoliberal. O fato de oferecerem esses cursos em modalidade de educação à distância, os favorece ainda mais em função dos baixos custos administrativos em relação aos presenciais.

5.1.5 Dados gerados a partir da Pergunta 4 – No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitárias em relação ao compromisso social diante do cenário que se apresenta?

Em relação às possibilidades para as Universidades Comunitárias diante do Compromisso Social no cenário que se apresenta, os entrevistados defendem as seguintes perspectivas: que as Universidades Comunitárias devem ser responsáveis pela sua salvação, precisam fortalecer o com-

promisso social em suas discussões internas e desenvolver o espírito comunitário em sua comunidade acadêmica, começando por dirigentes/gestores, professores, funcionários, alunos, para, depois, expandir para seu entorno, para a comunidade em geral.

Conforme o Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti (2022),

a maneira pela qual o compromisso social deve ser preservado, se faz pela reflexão e criação de instrumentos com esse propósito. No conceito de comunidade é um por todos e todos por cada um a comunidade tem também laços afetivos, e principalmente demonstram solidariedade nas horas difíceis das pessoas.

É essencial que os alunos estejam nessa conscientização sabendo que o compromisso social também depende deles e do que praticam com a comunidade.

Outro ponto fundamental, de acordo com os entrevistados, é o retorno do FIES, PROUNI e outros programas de incentivo, pois ajudaria as comunitárias. Para João Pedro Schmidt (2022), “o FIES permite que muitas famílias optem por qualidade ao invés de pagar o que conseguem, algo que milhares de famílias hoje enfrentam”. Esses programas ajudam muito às Universidades Comunitárias. Enfatizo também a fala dos entrevistados em relação a famílias de classe média alta investirem em educação cara e de qualidade para seus filhos, pois sabem da importância da educação em sua vida; enquanto famílias pobres ficam endividadas para pagar uma educação mercantilizada, sem muita qualidade.

Os entrevistados destacam ainda que uma mudança política efetivada nas eleições, por meio da eleição de um governo de centro-esquerda ajudaria a educação em função do desinvestimento que foi realizado no atual governo Bolsonaro, em termos dos programas FIES e PROUNI, ou ainda com o desmonte das bolsas da Capes e do CNPQ, por retirada de verba, que afetou a pesquisa no país.

Outro fator importante é que exista uma maior *integração/cooperação* entre as comunitárias, formando um bloco nacional. João Pedro Schmidt (2022) defende que é difícil devido ao vínculo com o regional que parece impedir a nacionalização das comunitárias, o que daria mais força a essas Universidades, como ele menciona seriam um bloco. Seria essencial que existisse algum tipo de repasse de recursos públicos para as comunitárias [...], para oferecer um serviço de qualidade a um preço mais acessível para a comunidade. Querendo ou não, a educação superior de qualidade custa caro. Claro que se isso acontecesse seria necessário conscientizar a comunidade em geral sobre porque o dinheiro dos impostos é utilizado para Universidades que cobram. Afinal, no Brasil a educação não paga é só nas federais, que são públicas. E se esse repasse não ocorrer, é preciso se unir em um bloco nacional forte.

Já o entrevistado anônimo (2022) refere que “é necessário criar linhas mais estáveis de financiamento para as IES comunitárias em âmbito estadual também. Não apenas no âmbito federal”. Ele também apoia a ideia de uma federalização das comunitárias, assim como ocorreu a estadualização, ou municipalização das escolas de educação básica. Isso seria para esse entrevistado uma alternativa de salvar as comunitárias das dificuldades que elas vêm passando.

Na visão de Valdemar Sguisardi (2022) as ICES precisam ver internamente o que é necessário fazer, mas também buscando recursos junto a instituições públicas, porque, por exemplo, na pós-graduação, as bolsas da Capes e do CNPq são uma fonte de recursos. Hoje, infelizmente, a própria Capes está sendo abandonada pelo atual governo. Atualmente, recebem-se recursos que correspondem a 1/5, ou pouco mais de um quinto, do que recebia há cinco anos. A Capes, tendo que coordenar cerca de 4.600 programas de pós-graduação, mais do que o dobro do que existia há quinze anos, com 400 mil mestrandos e doutorandos, mais do que

o dobro do montante de 15 anos passados, está recebendo o mesmo volume de recursos.

É como se disséssemos que hoje a Capes está oferecendo ajuda de bolsas e auxílios no valor total de 1/3 ou 1/4 do que oferecia cinco anos atrás. Isso é um absurdo, porque estamos destruindo o sistema de formação de pesquisadores, porque a Capes, hoje, tem por função, essencialmente, ocupar-se da formação do pesquisador e não tanto com a formação do professor universitário, como quando foi instituída.

O destaque que se dá para a forçada competição com empresas mercantis é que, segundo Valdemar Sguissardi (2022), barateia-se o ensino reduzindo o salário dos professores, conseguindo recursos junto *aos acionistas na bolsa de valores*. Destaca-se que a mercantilização é uma das causas do fracasso das comunitárias, das privadas sem fins lucrativos, das comunitárias-confessionais.

Outro aspecto é a administração das ICES serem feitas por competentes administradores, pessoas que entendam de gestão e administração, ao contrário do que ocorre hoje, em que a gestão é feita por professores de qualquer tipo de área. Até porque, para concorrer com as privadas, quando se precisa manter altos padrões de qualificação do corpo docente com bons salários, garantir evolução na carreira etc. tende-se a levar as comunitárias ao fracasso e não conseguem praticar valores parecidos, uma vez que suas mensalidades são caras. O entrevistado anônimo (2022) diz que, muitas IES já renunciaram aos seus compromissos sociais para conseguir sobreviver.

E um grande desafio a ser enfrentado pela educação superior segundo o Entrevistado Anônimo (2022) é o novo perfil demográfico do País, onde existe uma grande redução do número de alunos para a educação superior, o que vai deixar ainda mais acirrada essa competição entre instituições de ensino, em especial, entre as ICES e as privadas mercan-

tis, mas é algo que precisa ser percebido pelas Universidades Comunitárias o quanto antes possível.

5.1.6 Dados gerados a partir da Pergunta 5 — O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o Compromisso Social?

Os entrevistados indicaram formas de superação da mercantilização da educação superior, no sentido de favorecer as Universidades Comunitárias e o compromisso social. Busca-se conhecer o tipo de comunidades que temos hoje, se ainda existe um espírito comunitário ou, conforme evidencia Dom Orlando Octacílio Dotti (2022), se o individualismo já matou esse espírito comunitário. Ele ainda se refere a uma metodologia e uma prática que leve em conta a comunidade como centro de toda a educação. A comunidade na qual a pessoa humana é sujeito e não objeto.

Outro fator relevante é o repasse de verbas públicas para a educação. De acordo com João Pedro Schmdit, em Santa Catarina existem algumas iniciativas importantes. O repasse de recursos públicos está prescrito na Constituição Estadual, de 5% para bolsas de estudo. Aqui no Rio Grande do Sul, o COMUNG está reivindicando novamente 0,5% do orçamento das receitas estaduais para bolsas para os alunos. Ele destaca que não existem milagres. Alguém paga a conta da educação e, nesse caso, melhor que seja o poder público.

Na análise anterior se falou em gestão adequada, aqui também é almejado que se tenha pessoas preparadas para gerir as Universidades Comunitárias com expertise de gestão, com mais agilidade na tomada de decisões, mesmo que seja difícil encontrar alternativas viáveis diante desse cenário da mercantilização e ao mesmo tempo buscar conscientizar políticos e comunidade sobre a situação atual das ICES.

Para Ludimar Pegoraro (2022), por serem instituições pertencentes ao terceiro setor, as Universidades Comunitárias, acabaram assumindo muitas funções do Estado. O terceiro setor não deve substituí-lo. Ele deve ser parceiro do Estado. Ele também acredita na necessidade de direcionamento de recursos do estado para as comunitárias.

A cobrança de mensalidade para vários entrevistados não seria um erro, no entanto, o valor praticado é inacessível. Destaca-se que deveriam ser cobradas mensalidades baixas, assim como as praticadas em outros países, mas, para isso ocorrer é necessário ter incentivo governamental.

Enfatizo que o neoliberalismo e os dados aqui analisados apresentam uma noção de que, por exemplo, de acordo com Ludimar Pegoraro (2022), temos uma sociedade de mercado, nós não temos políticas sociais, por isso, o que regula tudo é o mercado. Esse é um dos problemas das Universidades Comunitárias que precisa ser visto pela comunidade em geral – acadêmica e externa.

Para Valdemar Sguissardi (2022), a questão pode ser resolvida quando, diminuir a desigualdade social, pois ela está na raiz, na origem, da mercantilização da educação. Outros entrevistados, e principalmente o entrevistado anônimo, destacam a pobreza e a dificuldade da sociedade de agir fora da cultura neoliberal, no entanto, enfatizam que a mudança do cenário, onde as Universidades Comunitárias estão inseridas, ocorre a partir dos resultados das urnas, nas eleições de 2022.

5.1.7 Dados gerados a partir da Pergunta 6 — O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?

As críticas construtivas para as Universidades Comunitárias como caminhos possíveis para a superação da

mercantilização da educação apontam para os seguintes pontos: existem pessoas bem-intencionadas com o futuro da educação trabalhando contra a mercantilização e a favor do comunitário. Muitas dessas pessoas estão dentro das Universidades Comunitárias.

Novamente é apontada a necessidade de uma gestão de qualidade, realizada por profissionais qualificados para isso e não por professores de áreas aleatórias a gestão. Destaca-se também a fala de João Pedro Schmidt (2022) que afirma que “grande parte das consultorias voltadas à educação superior disponíveis hoje no país têm uma visão de mercado, só pensam em termos de público e privado, aonde o comunitário é apenas um segmento do setor privado”. Ele também evidencia que “nós precisamos de recursos humanos com mentalidade comunitária, de profissionais com visão comunitária quando vêm trabalhar nas nossas instituições”. Se não a possuem, é preciso desenvolver essa visão, mentalidade ou espírito comunitário. Tal mentalidade repercute na pesquisa e na extensão, assim como na sala de aula e nos alunos.

É importante que se tenha um planejamento estratégico, conforme o pensamento de Valdemar Sguissardi (2022), contratar pessoal especializado em cada campo para projetar o funcionamento de uma instituição, que não tem fins lucrativos, que não pode abrir o capital; entrar na bolsa de valores, mas que tem que ter condições de sobrevivência, no mercado. E se não for possível, então, tem que denunciar, tem que combater a mercantilização, tem que exigir do Estado ajuda para uma instituição que não é estatal, mas tem muito de público. O entrevistado menciona esse quesito em especial às Universidades Comunitárias que praticam sua responsabilidade social.

Existe a denúncia da falta de qualificação dos professores principiantes e da educação que perde a qualidade no contexto da mercantilização. Assim como é necessária a trans-

parência e a consciência dos dirigentes das Universidades Comunitárias para com a comunidade acadêmica.

Discute-se ainda acerca da educação que não envolve a pesquisa, e sim, que só prepara para o mercado de trabalho. Alerta-se para o pensamento de que uma educação superior que é cara e de qualidade é só para aqueles que podem pagar, já os pobres fazem qualquer curso em uma privada e não são inseridos na pesquisa, apenas aprendem a ser profissionais. Conforme Sguissardi (2022) “pesquisa e ensino não é para nós, essa é a visão e a consciência do atual governo brasileiro”.

Alunos e comunidade em geral precisam ajudar na reivindicação da democratização da educação, não apenas professores, comunidade acadêmica e Universidades, mas todos. Conforme Sguissardi (2022),

O que é democratizar a educação, a Universidade? É fazer com que todos tenham igualdade de condições de acesso, de proveito, aproveitamento dos estudos nas áreas selecionadas. E esse é um conceito amplo para ele que passa por igualdade de acesso e de condições de permanência, abertura igualitária no mercado de trabalho, entre outros quesitos. Como, por exemplo, nós temos oito milhões e meio de matrículas na educação superior, contra três milhões há quinze anos; mas isso é democratização ou é massificação mercantil?

No sentido de qualidade da educação, que a maioria desses três milhões de estudantes vem recebendo, Sguissardi (2022) refere a igualdade de condições de acesso, bem como destaca que o ritmo que tínhamos até a chegada de Temer, até o golpe de 2016, iríamos levar uma ou duas gerações para democratizar o acesso, três ou quatro para democratizar a permanência e, talvez cinco ou seis, para democratizar o engajamento no mercado de trabalho, mas agora vai demorar mais ainda. Ele enfatiza o problema social, a questão do preto pobre, dos que se autoexcluem por não terem condições de acesso, ou por não acreditarem que é possível nesse país. Assim, destaca que a desigualdade social tem tantos

matizes, tantos traços que vão desde a cor da pele, ao gênero, à riqueza, à religião, e a tantos outros (Sguissardi, 2022).

É preciso perceber ao se falar de mercantilização da educação e do enfrentamento da crise que se está desmontando a educação superior no país. Sguissardi (2022) ainda acresce que a democratização tem que fazer desaparecer a diferença de riqueza, a diferença de cor, a diferença de religião, a diferença de orientação sexual, de tudo. Isso é democratizar.

Ao encontro dos pensamentos anteriores, o entrevistado anônimo (2022) faz esse comentário que considere essencial repetir: Muitas IES comunitárias abriram mão do compromisso social e de seus vínculos com a comunidade regional. Abriram mão de um valor importante, de um grande patrimônio cultural. Quando se abre mão dos valores e dos princípios, fica-se livre para adotar qualquer filosofia de gestão. Se for necessário demitir docentes, demite; se tiver que implantar cursos mais rápidos, se tiver que fazer mudança curricular de PPCs para tornar os cursos mais rápidos, muda-se! Vai vendendo, vai reduzindo os padrões de qualidade, em troca de retorno financeiro.

O problema é que grande parte dos jovens e das famílias não dimensionam isso. Eles querem é um diploma, de preferência, que exija o menor esforço. A qualidade vai sendo comprometida. O detalhe é que a precarização da educação não afeta a todos. A precarização do ensino afeta principalmente os estudantes mais pobres. Os ricos não defendem a precarização para os filhos deles; os ricos sabem que a educação faz a diferença. O Brasil não é um país pobre; é um país desigual. Por tudo o que foi dito aqui, é necessário mais que apenas resolver a problemática pela qual passam as Universidades Comunitárias, mas também resolver a problemática da desigualdade em nosso país.

5.1.8 Dados gerados a partir da Pergunta 7 – Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um Compromisso Social?

No que tange à educação emancipatória, como uma espécie de compromisso social das Universidades Comunitárias, os entrevistados inferiram que sim, a educação emancipatória é importante e é considerada como compromisso social.

O conceito de educação emancipatória para Dom Orlando Octacílio Dotti (2022), deve coincidir com o conceito de igreja de comunidade libertadora, que está presente, no antigo testamento, nos profetas e no novo testamento, principalmente em Jesus Cristo, que quer a libertação. Isso é a emancipação das pessoas no sentido mais completo da palavra. Afirma-se que ninguém liberta ninguém, mas cada um liberta-se a si mesmo comunitariamente. É um conceito religioso, mas idêntico a concepção freireana para a educação e libertação dos oprimidos.

João Pedro Schmidt (2022) diz que a emancipação precisa ser pensada numa perspectiva mais macro. Ou seja, nós queremos de fato uma sociedade em que a sociedade civil seja parte da solução, mesmo que não seja a salvação dos problemas, ou vamos continuar ensinando que a salvação só pode se dar pelo estado ou pelo mercado?

O entrevistado elenca também, junto ao conceito de comunidade, a prática de associativismo que pode ser valorizada no pensamento comunitário e refere que a educação emancipatória, para essa nova perspectiva, é aberta por teorias como a de capital social, de comunidade, de comunitaristas, da cooperação. Isso ainda está pouco assimilado pela literatura brasileira (Schmidt, 2022). Daí questiona-se: emancipar de que e para quê? Comenta-se que as Universidades Comunitárias são o melhor lugar onde a emancipação, aliada à cidadania, tem sido tentada.

Ludimar Pegoraro (2022) vê a emancipação como um projeto e conscientização política que precisa ser construída e enfatiza que se a Universidade não traz isso nos seus conteúdos, no seu trabalho de formação, como poderá existir mudanças? Questiona ainda: o que é discutido de comunitário no sistema comunitário? E aponta a consciência política do professor como exemplo, como falha, em especial, quando ele só se preocupa em entregar conteúdo. Afinal, o professor deveria ensinar a pensar, a construir no estudante uma consciência crítica, emancipatória mesmo.

A dificuldade encontrada no sistema neoliberal, no individualismo por ele estabelecido em uma vida ditada pelo empreendedorismo, competitividade e outros fatores, torna difícil o processo emancipatório. Sguissardi (2022) salienta que a escola tem que ser necessariamente emancipatória e deve levar autonomia aos sujeitos, de forma que as pessoas aprendam a pensar, a buscar, a questionar, a serem críticas e não dominadas pelo sistema.

O autor questiona: a quem interessa que a escola seja a escola que nós temos aí hoje? Massificada, a escola sem partido, a escola doméstica. Esqueceu-se que a principal função da educação escolar, na escola, é a socialização. Demonstrase também a necessidade de tornarmos, com a educação, pessoas autônomas que saiam do heteronomismo, para a autonomia (Sguissardi, 2022). A autonomia no conceito freireano representa, de fato, a educação emancipatória.

Ao enfatizar a importância da emancipação na educação como um compromisso social, também aparece o destaque e questionamento do papel do professor hoje, em termos de emancipar para a autonomia freireana e, ao mesmo tempo, como ser emancipado. Daí surge a questão inerente do produtivismo acadêmico, tão acirrado nesses tempos de mercantilização da educação superior. Esse produtivismo representa também a perda da qualidade na pesquisa, em função de uma produtividade sem sentido, que está a serviço

da competição entre professores, programas de pós-graduação e instituições de ensino e, que sem intencionar, acaba por oprimir aos docentes que se tornam produtivistas.

Destaco que o entrevistado anônimo (2022) afirmou: eu não acredito que o processo de mercantilização vai promover a emancipação. É continua: a gente não faz educação emancipadora sem ter as condições para fazer. Nós temos que lutar para ter as condições para fazer o nosso trabalho bem-feito. O entrevistado define como principal empecilho o neoliberalismo e a mercantilização como inimigos desse processo de emancipação. Professores e instituições voltadas para uma educação emancipatória, libertadora, que precisam fazer acontecer as condições, para que de fato essa educação possa ser uma prática comum.

5.1.9 Dados gerados a partir da Pergunta 8 – Qual o rumo que a educação superior vai tomar em sua opinião? E isso é favorável ou desfavorável considerando o compromisso social?

Em relação a opinião dos entrevistados sobre o rumo que a educação superior vai tomar e se isso é favorável ou desfavorável, considerando o compromisso social, seguem os resultados obtidos. Em primeiro lugar, ter esperança, pois segundo o Bispo Dom Octacílio Dotti (2022): a gente sempre tem que acreditar. É melhor pecar acreditando que desacreditando. Nós sempre temos que manter a esperança viva e a esperança não é a última que morre, porque a esperança não morre.

Esperar pelo Estado em termos de incentivo e proteção das Universidades Comunitárias é ineficaz. É preciso lutar por isso, bem como, pelo FIES e PROUNI. Segundo Schmidt (2022), é preciso ação política, algo em que nós não somos bons. Então precisamos reconhecer isso e aprender a ser bons com isso. Ele comenta ainda que a ação das comunitárias catarinenses para conseguir a dotação orçamentária,

é de um por cento das receitas estaduais lá. Essa foi uma boa ação. E, depois, a nossa junção nacional em torno da Lei das comunitárias foi muito importante (Schmidt, 2022). É preciso reinventar nossa ação política e buscar o fortalecimento e uma certa proteção pública, para as Universidades Comunitárias.

Conforme Ludimar Pegoraro (2022), eu não vejo perspectivas, porque o sistema está contaminado. Então precisa retomar algumas coisas a nível nacional, algumas políticas que são necessárias, para que essa consciência coletiva se reestabeleça. Ele aponta a necessidade de fortalecimento e apoio dos estudantes e comunidade acadêmica, para brigar pelo que a Universidade Comunitária oferece.

Surge a noção de que além de fortalecer a regionalização que está presente na história das comunitárias, existe também a nacionalização, e quem sabe uma internacionalização dessas instituições, em função das possibilidades que a modalidade de EaD oferece. Oportunidades estas que surgem, mesmo diante das dificuldades percebidas nas Universidades Comunitárias.

Conforme Valdemar Sguissardi (2022),

não dá para responder a essa pergunta se a gente não pensar o que é que faz da educação uma educação de qualidade, uma educação democrática, uma educação que leve à emancipação, que leve à autonomia. Para isso, primeiro, é preciso uma economia democrática, é necessário que haja a menor desigualdade social possível. Segundo, é necessário que se tenha um sistema, um Estado de direito que valorize a educação, a cultura, a arte, tudo aquilo que vá além da produção material, do consumismo, da produção de bens materiais.

Ele ainda acrescenta a questão da mudança política, mudança de governo. Em suas palavras:

Se continuar o mesmo regime do governo, o mesmo sistema de governo que nós temos hoje, a minha expectativa é a pior possível, é a destruição do que resta de

democrático, do que resta de qualidade na educação, desde a creche, na educação formal, até a pós-graduação, até o doutorado.

A questão do neoliberalismo e o enfoque individualista, competitivo faz com que, conforme Sguissardi (2022) refere, “o dono do conhecimento, possuidor do conhecimento-mercadoria seja mercantilizado, seja uma mercadoria. [...] A educação formando empreendedores. Esses são trabalhadores e empreendedores escravizados pelo sistema”.

A mercantilização da educação é agressiva. Para o entrevistado anônimo (2022), acessam-se recursos e se cresce, independentemente da linha ideológica do governo. O segundo é o setor público, formado pelas IES públicas, que consiste em um segmento que sofreu muitos cortes nos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, diz respeito a um setor estratégico para o desenvolvimento do país, que tem compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa. O entrevistado acredita que as Universidades Comunitárias estão no meio desses dois modelos. Elas procuram alianças ora com um, ora com outro segmento. Por isso, não se fala em três modelos, se fala de dois, porque arrisco a dizer que, no futuro, daqui a vinte ou trinta anos, o setor comunitário vai se redefinir. O entrevistado não acredita muito que ele vá ter força para se consolidar como uma terceira opção.

Parece claro o quanto é necessária a ação política nessas indicações dos entrevistados para a sobrevivência das Universidades Comunitárias e, conforme o Bispo DON Orlando Octacilio Dotti Sguissardi (2022), ter esperança também é essencial.

A seguir, destaco as categorias que emergiram da coleta e análise dos dados.

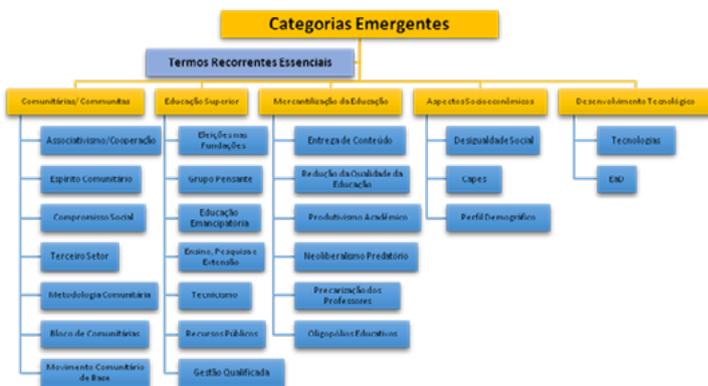
5.1.10 Categorias emergentes

Emergiram desse estudo categorias de acordo com as entrevistas realizadas e termos recorrentes e/ou essenciais

de acordo com as temáticas do compromisso social das universidades comunitárias, da mercantilização da educação superior, e “o dizer a sua palavra” de investigadores especialistas em educação superior.

A seguir destaco a figura 10 que os apresenta:

Figura 10 – Categorias emergentes e termos recorrentes essenciais



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados gerados nas entrevistas da Tese (2022).

Clarifico agora em breve descrição os termos recorrentes essenciais dentro de sua categoria emergente da pesquisa:

Categoria – Comunitárias/Communitas

Associativismo/Cooperação – indica-se uma prática de colaboração entre as pessoas de uma comunidade, que pode também se dar pelo associativismo. Essa prática tem sido percebida e ocorre com maior facilidade quando se estabelece um espírito comunitário.

Espírito Comunitário – trata-se de uma condição que pode ser desenvolvida, e já foi no passado, pela educação em uma Universidade Comunitária, de parceria entre pessoas

de uma comunidade específica, podendo ser fomentada por uma prática social de alunos e professores universitários, que se expande na comunidade. Pode estar relacionada à tomada de decisões em comum para aquela comunidade, relativa à melhoria de alguma escola, igreja, grupo, enfim, de uma espécie de espírito comunitário, um querer fazer coisas em sociedade ou para uma comunidade.

Compromisso Social – é uma prática social da comunidade universitária, que deve ser mantida em função de estar no cerne da criação das Universidades Comunitárias. Uma necessidade de comunidade acadêmica de levar benefícios para a comunidade em geral.

Terceiro Setor – apontado como o lugar das Universidades Comunitárias por não serem nem públicas e nem privadas. Elas se encontram nesse terceiro setor da economia, que não é reconhecido por muitas pessoas.

Metodologia Comunitária – a necessidade de se ter ou desenvolver os recursos humanos para uma mentalidade comunitária, que funcionários e professores das Universidades Comunitárias saibam que trabalham em uma Universidade com essa mentalidade do comunitário, pois isso é diferente para o sistema comunitário e essencial.

Bloco de Comunitárias – em termos de ação política, existe a necessidade de se criar um bloco de comunitárias nas bancadas do congresso nacional, assim como existem nos demais seguimentos. Isso com intuito de se ter força política, que reivindique políticas e recursos para o sistema comunitário como um todo, assim como a união, quem sabe a nível nacional das Universidades, criando um bloco não apenas regional, mas um forte bloco nacional de Universidades Comunitárias.

Movimento Comunitário de Base – surge aqui como uma categoria, em função de ter surgido, por meio do movimento comunitário de base, a primeira fundação que possibilita o

desenvolvimento de uma Universidade Comunitária; e esse movimento expandiu, viabilizando também a criação de outras Universidades Comunitárias.

Categoria – Educação Superior

Eleições nas Fundações – as eleições para presidente das fundações, reitoria e pró-reitoria passam por uma eleição de interesses de diversos organismos envolvidos com a constituição das fundações e, como mantenedoras de Universidades Comunitárias, acabam por gerarem consequências para as Universidades Comunitárias, baseado em interesses pessoais e nem sempre no que seria melhor para essas instituições de ensino.

Grupo Pensante – refere-se à criação de um grupo pensante na Universidade comprometido com uma mudança social, que vai de fato criar as possibilidades da expansão do compromisso social, que preze pela excelência do ensino, da pesquisa e da prática de extensão para a comunidade em geral.

Educação Emancipatória – a educação que visa à autonomia, à liberdade, a qual é destacada por todos os entrevistados, como uma necessidade e um compromisso das Universidades Comunitárias. Formar a consciência crítica dos educandos, para que esses construam possibilidades de criação de uma comunidade, um mundo melhor, adaptado ao que é necessário, com criticidade, para exigir melhorias e mudanças quando não está sendo dessa forma.

Ensino, Pesquisa, Extensão – a excelência em ensino e pesquisa e a prática da extensão é vista como um diferencial das Universidades Comunitárias em garantia do Compromisso Social por ela assumido em sua criação, de forma a valorizar esse trinômio.

Tecnicismo – refere-se à educação superior voltada ao estudo técnico, somente preparando para o mercado de

trabalho. Uma formação técnica, focada, sintetizada, curta e que apenas prepara para o trabalho.

Recursos Públicos – os entrevistados apontam para a necessidade de buscar recursos públicos, para a educação comunitária, com o intuito de baratear ou custear a educação superior de qualidade, em especial, por esse sistema comunitário estar praticando o compromisso social a ela atribuído e por não serem instituições privadas, instituições de mercado, que visam ao lucro e abrem o capital para a bolsa de valores.

Gestão Qualificada – essa categoria aponta para a extrema necessidade de se ter pessoas com qualificação em gestão, pensando e administrando as Universidades Comunitárias, no sentido de gerir como um negócio e não como sendo professores.

Categoria – Mercantilização da Educação

Entrega de Conteúdo – refere-se ao professor concludista, que se ocupa em sala de aula apenas a cumprir o currículo. Seu foco está em dar conta dos conteúdos e não consegue ir além disso, como desenvolver outras competências e discutir sobre outros assuntos necessários.

Redução da Qualidade – em tempos de mercantilização da educação superior, a qualidade da educação fica comprometida, à medida que os professores são substituídos por professores mais jovens com menos qualificação e menor experiência, assim como pela redução do currículo e do tempo dos cursos.

Produtivismo Acadêmico – refere-se a professores que produzem conteúdo científico, publicações em escala, visando um ranking da Capes, de forma que nem sempre se prioriza a qualidade: é um anti-intelectualismo. Nesse caso, as pesquisas reduzem a qualidade em função do critério quantitativo. As produções dos alunos sendo nomeadas

como de professores, sem nenhum rigor adequado, apenas visando à pontuação.

Neoliberalismo Predatório – o neoliberalismo evidenciado como uma prática contrária ao comunitário, que incentiva o individualismo e acaba por adoecer as pessoas e a sociedade. Apontado como a porta de entrada para a mercantilização da educação.

Precarização dos Professores – a demissão de professores para contratar professores menos qualificados, com menor ou nenhuma experiência, o que acaba prejudicando a qualidade do ensino superior no país.

Oligopólios Educativos – a categoria se refere aos grupos educacionais que dominam a educação privada mercantil no país atualmente. São elas nesse momento: a Kroton/Pitágoras (holding Cogna, que incorporou também a Anhanguera), a Estácio e a Sistema Educacional Brasileiro (SEB). Essas empresas dominam o mercado em educação superior privada, uma vez que se preocupam apenas com o lucro e as ações na bolsa de valores, oferecendo uma educação tecnicista e de pouca qualidade.

Categoria – Aspectos Socioeconômicos

Desigualdade social – A desigualdade social no Brasil torna difícil o acesso a uma educação superior de qualidade. Aqui se fala de raça, pobreza, gênero e outras desigualdades.

Capes – A função da Capes enquanto recursos, como bolsas para a pesquisa e pós-graduação, além da regulação e avaliação, se faz importante nas Universidades Comunitárias, afinal de contas, a pesquisa pode expandir para o interior e regiões, assim como esses programas precisam, por meio das bolsas, se manter financeiramente, para poderem existir.

Perfil Demográfico – o perfil demográfico brasileiro e em nossas regiões precisa ser observado, uma vez que ele aponta para a redução de estudantes do nível superior, de-

vido às pessoas estarem ficando mais velhas, já formadas, várias inclusive depois de certa idade, se formaram com o surgimento da EaD. Hoje, o cenário aponta para um decréscimo do número de estudantes universitários nos próximos anos, o que reduz o público e aumenta a concorrência com as Universidades privadas.

Categoria – Tecnologias

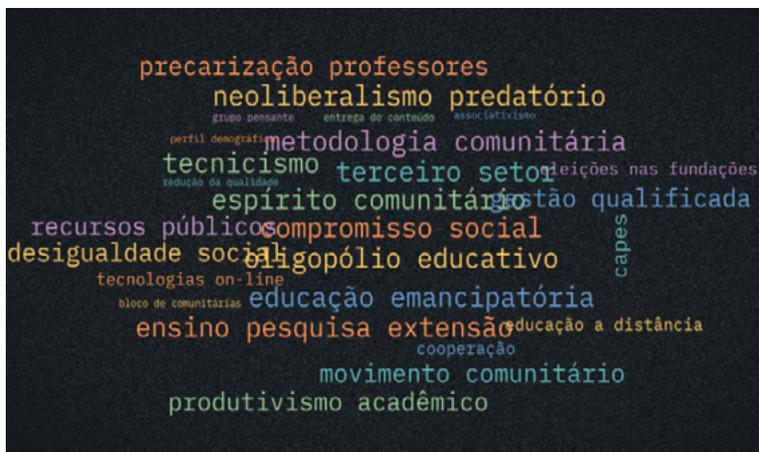
Tecnologias On-line – a tecnologia como um fator positivo para as Universidades Comunitárias, no sentido de se poder criar aulas a distância ou na EaD mudou muito a educação superior e pode ser um fator favorável conforme a próxima categoria.

EaD – a expansão da EaD e do acesso à educação que ela proporciona a comunidades distantes é favorável para a educação superior nas comunitárias se estas souberem expandir seu ensino na região, e, até mesmo, pode ocorrer uma nacionalização, ou facilitar a internacionalização da educação, mas, para isso, é necessário destacar que precisa ser uma EaD de qualidade e que ela também possa ser recurso para muitas ações de extensão.

Destaco que não foram utilizadas bibliografias para fundamentar as categorias e os termos recorrentes essenciais em evidência nesses dados de pesquisa, pois elas foram trazidas pelos próprios autores utilizados nessa tese, por meio de suas entrevistas enquanto investigadores, especialistas da educação.

A Figura 11 demonstra em uma nuvem de palavras a incidência dos termos recorrentes essenciais conforme a fala dos entrevistados.

Figura 11 – Termos Recorrentes Essenciais



Fonte: Autoria própria com base nos dados das entrevistas desta tese.

A seguir, apresento o metatexto da Tese, que deriva de todo o trabalho de pesquisa realizado até aqui.

6 *Metatexto da tese*

Imersa nos resultados das entrevistas, analisando e refletindo sobre os dados, sobre os estudos, leituras e escritas até aqui realizados, escrevo as próximas linhas de um metatexto da tese. Esse metatexto tem sua gênese em todo processo de investigação. Agora eu evidencio a minha palavra, que traz muitos elementos da palavra dos investigadores especialistas.

Historicamente, a comunidade, a igreja e alguns políticos bem-intencionados instituíram um processo de criação de uma fundação que possibilitaria a criação de uma Universidade. Estavam imersos no espírito comunitário e no movimento comunitário de bases, junto de Mário Osório Marques, movimento que o Bispo Dom Orlando Dotti fez parte, e então eles fizeram esse bem maior de criação da fundação FIDENE, que criou a UNIJUÍ. Esse exemplo se disseminou e outras Universidades Comunitárias foram também possibilitadas de existir. Elas atenderam e atendem a demandas educativas locais, quando outras Universidades não existiam e não havia previsão para as federais atenderem essa demanda. Em Santa Catarina, já existia uma federal na capital, mas no Rio Grande do Sul, ainda não. Logo, começaram a atender as necessidades de suas regiões, mesmo quando as Universidades federais já estavam presentes, pois era mais próximo ir a uma Universidade na região do que tentar uma vaga na federal e precisar se deslocar, ou morar na capital, com um custo elevado para isso.

Ao conceituar comunidade, o Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti (2022) define que *é um por todos e todos por cada um*. A

comunidade tem também laços afetivos, e principalmente demonstram solidariedade nas horas difíceis das pessoas. Existe uma união que pode ser percebida, no sentido de buscar o melhor para todos, e não deixar de atender ao bem pessoal, conforme definições de *communitas*, visto no referencial teórico desta pesquisa. Essas comunidades é que iniciaram o processo de criação das Universidades Comunitárias, por isso, elas recebem essa assinatura de serem Comunitárias.

Esse processo legítimo democrático e participativo dessas comunidades gerou Universidades Comunitárias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Suas histórias diferem um pouco em cada situação: algumas são confessionais, outras não. Em Santa Catarina, elas contam com apoio em termos de tributos do Estado. Com a criação dessas Universidades, se propiciou emprego, desenvolvimento e pesquisa a todas essas cidades e suas regiões, pois empresas estavam em expansão nessas cidades ou próximo delas e necessitavam de mão de obra qualificada. Foram as Universidades que embasaram o desenvolvimento dessas empresas em suas regiões. Todos os entrevistados desta tese, foram pessoas que de alguma forma conviveram com esse processo de criação das Universidades Comunitárias ou fizeram parte desse momento e/ou movimento.

As Universidades Comunitárias possuem uma Associação em cada Estado, no Rio Grande do Sul é o COMUNG, em Santa Catarina a ACAFE e a nível nacional estão associadas à ABRUC. A educação superior proporcionada pelo sistema comunitário é de qualidade. As Universidades possuem estrutura, laboratórios e ensino de excelência. Seus professores são qualificados e experientes. A pesquisa é levada a sério, bem como a extensão, e esses fatores já representam o compromisso social por elas defendido.

O aspecto fundamental no alicerce das Universidades Comunitárias é o Compromisso Social a elas atribuído, subjetivamente no cerne de cada fundação, afinal, foram criadas

pela comunidade e pelo espírito do comunitarismo e principalmente para benefício dessa comunidade. Por isso, como podem agora abandonar sua base em detrimento de competirem com as Universidades privadas, que praticam uma educação mercantil?

Outro aspecto é a constituição social das Universidades Comunitárias, pois não são públicas e nem privadas, estão num terceiro setor da economia e, por isso, sofrem nessa competição com as privadas, que podem abrir ações na bolsa de valores e são mantidas por oligopólios em sua maioria. As federais não competem porque são mantidas pelo governo, embora na atualidade passem também por uma crise e por corte de verbas que estão afetando sua estrutura.

A lamentável situação brasileira com a educação, em que privatizar ou desinvestir é um projeto do governo. Em especial, porque desonera o país, que deixa de pagar essa conta e ainda recebe impostos das demais. Muito embora em outros países a educação superior não seja gratuita, ao menos ela é subsidiada pelo governo até que a prestação paga pelo estudante seja um valor acessível, algo que ele possa pagar. No Brasil, as comunitárias possuem já uma estrutura a ser mantida, investem em ensino de excelência, pesquisa e extensão, como devoluções para a comunidade. Com isso, seus valores de mensalidade são mais elevados do que o das instituições de ensino superior mercantis.

Ainda o desmonte feito pelo atual Governo Bolsonaro à Capes que acaba por limitar excessivamente verbas de pesquisa aos programas de pós-graduação, prejudicando, dessa forma, as Universidades Comunitárias que fazem pesquisa diferentemente das instituições de ensino superior privadas, que não se ocupam de pesquisa. Ao exemplo do ocorrido, uma comunitária gaúcha, que é a UNISINOS fechou, no ano de 2022, treze programas de pós-graduação, para o espanto de toda a comunidade, representando uma perda significativa para a educação superior, pois com o fechamento dos

programas também as revistas científicas e tudo o que envolve um programa de pós-graduação deixa de existir.

Valdemar Sguissardi (2022) destaca que a *Capes* está sendo abandonada pelo atual governo; hoje, está recebendo recursos que correspondem a 1/5 ou pouco mais de um quinto do que recebia há cinco anos. Hoje a *Capes*, tendo que coordenar cerca de 4.600 programas de pós-graduação, mais do que o dobro do que existia há quinze anos, com 400 mil mestrandos e doutorandos, mais do que o dobro do montante de 15 anos passados, está recebendo o mesmo volume de recursos. É como se disséssemos que, hoje, a *Capes* está oferecendo ajuda de bolsas e auxílios no valor total de 1/3 ou 1/4 do que oferecia cinco anos atrás¹¹. Isso é um absurdo porque estamos destruindo o sistema de formação de pesquisadores, e, com isso, desestimulando a pesquisa, tanto para os pesquisadores como para as Universidades Comunitárias, pois para as federais, mesmo com todo o desinvestimento ainda estão numa situação econômica mais favorável que as comunitárias. Para Pegoraro (2022), por serem instituições pertencentes ao terceiro setor, as Universidades Comunitárias, acabaram assumindo muitas funções do Estado. O terceiro setor não deve substituir o Estado, ele deve ser seu parceiro.

Tais questões começaram a ocorrer no sistema comunitário de ensino desde o governo Fernando Henrique Cardoso, que assinou e autorizou a existência de instituições de ensino superior privadas, bem como o investimento de capital internacional na educação brasileira, abrindo espaço para os oligopólios que dominam a educação hoje. Dessa forma, também permitiram que a mercantilização da educação superior se consolidasse no país.

Na mercantilização da educação superior essas instituições de ensino, que normalmente não são Universidades,

¹¹ Em seguida ao término da Tese, o então presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, destinou reajuste nas verbas das bolsas da *Capes* de cerca de 20% do valor.

ofertam cursos mais baratos; reduzem currículos e o tempo de duração dos cursos; contratam professores menos qualificados, pagando menos a esses docentes; e ofertam uma educação tecnicista voltada apenas para o mercado de trabalho, atendendo o perfil de ensino para o empreendedorismo, incentivado pelo neoliberalismo, que consolida a educação mercantil. Todavia, a educação não é um produto e não pode continuar sendo tratada como tal. Em muitas das instituições privado/mercantis, a EaD foi desvirtuada do seu objetivo e se tornou uma opção ainda mais barata, e quanto mais barata menos qualidade oferece.

Para fugir da tendência a ceder ao mercado, as Universidades Comunitárias precisam valorizar o humano e incentivar o comunitário, buscando conscientizar alunos, funcionários, professores, gestão e comunidade em geral para a sua função com o compromisso social e aos benefícios de uma educação de qualidade, muito embora sabendo que quem pode pagar por essa educação não são os filhos dos pobres. Constatase que a desigualdade social piora ainda mais a exclusão da educação superior.

Além destas questões, o perfil demográfico não é favorável para a educação superior, afinal, a população brasileira está envelhecendo e esses já fizeram sua faculdade no tempo ou tardiamente com a oferta da EaD, quando surgiu. Mas, hoje, a tendência é a redução de estudantes e consequente competição acirrada entre as Universidades Comunitárias e as instituições de ensino privadas.

A busca por ações políticas se faz com a comunidade, explicando a ela a importância desse investimento em uma Universidade que é paga, conscientizando quem paga que vale a pena, levando benefícios comunitários para sua região, expandindo o potencial da Universidade Comunitária por meio da formação de um bloco comunitário. Como indica João Pedro Schmdit (2022), “um bloco forte nacional do sistema comunitário”, que fará compras em quantidade,

barateando seu custo, que brigará na bancada nacional do congresso para políticas de incentivo e repasse de recursos públicos, com intuito de que as comunitárias possam baratear suas mensalidades para que mais alunos possam de fato se beneficiar.

Por terem nascido das necessidades da comunidade, as Universidades Comunitárias se expandiram regionalmente e, hoje, olhando para a possibilidade da EaD, como uma possibilidade de acesso, que pode sim representar uma educação com a mesma qualidade ofertada no presencial. Nas Universidades Comunitárias esta pode se tornar uma realidade de fortalecimento e expansão, que podem ser além de regionais, nacionais e por que não pensar em planos de internacionalização? E o valor das mensalidades não precisaria necessariamente ser tão baixo quanto o das instituições privadas, desde que oferte uma educação superior desejada por quem pode pagar, e que talvez também possa subsidiar os que não podem pagar com bolsas, que seriam recursos de entrega para a sociedade em geral.

Outro benefício da EaD seria ofertar cursos gratuitos para a comunidade em geral, a nível de extensão e porque não de graduação e pós-graduação em um percentual que lhe seja possível, dentro da administração de cada curso pela Universidade Comunitária?

A resistência à mercantilização da educação superior no Brasil precisa ser exercida e essa é uma responsabilidade de todos os envolvidos com as Universidades Comunitárias. Inclusive, a sociedade que nunca a frequentou, mas que utiliza de suas ações sociais, da orquestra, dos serviços de saúde física e mental, dos serviços jurídicos, das ações culturais e de todas as bem feitorias de uma Universidade Comunitária.

Destaco que as Universidades Comunitárias e as federais oferecem os cursos mais caros dentre o catálogo de cursos, aqueles que exigem laboratórios diversos, o que eleva o valor dos cursos. Já as Universidades mercantis, conforme

Sguissardi (2022) menciona, *tendem a ofertar cursos que não exigem muito investimento, como Direito, Administração, Cursos da área de Gestão, Negócios e Tecnólogos, que exigem menos investimento*. Assim como, ofertam esses mesmos cursos na EaD, muitas vezes, com a utilização de tutores e pouquíssimos professores.

Com certeza, todo investimento e incentivo público para as comunitárias é bem-vindo, como o FIES e PROUNI, que são formas de valorização para essas instituições. Como diz o entrevistado anônimo: é necessário criar linhas mais estáveis de financiamento para as IES comunitárias em âmbito estadual também. Não apenas no âmbito federal. Ele ainda menciona que muitas IES já renunciaram aos seus compromissos sociais para conseguir sobreviver.

Schmidt (2022), comenta que, *em Santa Catarina, são desenvolvidas algumas iniciativas importantes. O repasse de recursos públicos está prescrito na Constituição Estadual, de 5% para bolsas de estudo. E aqui, no Rio Grande do Sul, o COMUNG está reivindicando novamente 0,5% do orçamento das receitas estaduais para bolsas para nossos alunos*. Ele destaca que não existem milagres. Alguém paga a conta da educação e, nesse caso, melhor que seja o poder público.

Existem pessoas bem-intencionadas com o futuro da educação trabalhando contra a mercantilização e a favor do comunitário. Muitas dessas pessoas estão dentro das Universidades Comunitárias. Essa é uma constatação do Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti (2022). Conforme Valdemar Sguissardi (2022): *o que é democratizar a educação, a Universidade? É fazer com que todos tenham igualdade de condições de acesso, de proveito, aproveitamento dos estudos nas áreas selecionadas*. E esse é um conceito amplo para ele que passa por igualdade de acesso e de condições de permanência, abertura igualitária no mercado de trabalho entre outros quesitos. Como, por exemplo, nós que temos oito milhões e meio de matrículas na educação superior, contra três milhões há quinze anos;

mas isso é democratização ou é massificação mercantil? Ele destaca que estamos perdendo como comunitárias e mais ainda como país, pois a precarização do ensino afeta principalmente os estudantes mais pobres. Para o entrevistado anônimo, o Brasil não é um país pobre; é um país desigual.

Manter a educação como um produto de luxo para os filhos dos ricos pode ser uma estratégia, mas se muitos no país tivessem essa mesma educação de qualidade, aonde esse país chegaria? Quanto mais de impostos seria pago? Qual o lugar que o Brasil ocuparia nos Rankings mundiais? É preciso se perguntar sobre isso, não é mesmo? Afinal, esse é o país onde vivemos.

Destaco ainda o que os entrevistados, em geral, propuseram – e que eu concordo –, que precisamos de expertise de gestão, com mais agilidade na tomada de decisões, em nossas Universidades Comunitárias. Mas creio que é fundamental ouvir os professores, pois são eles que estão em contato direto com os alunos e que sentem as dificuldades e ouvem as reclamações, sugestões ou elogios para as Universidades. Gestão com visão estrategista e especializada em comunhão com os educadores, pode mudar a realidade da educação superior nas Universidades Comunitárias, mas os professores foram silenciados com a mercantilização da educação superior, eles estão oprimidos, com medo da demissão e com isso calados. Essa é a pior forma de ser um educador, pois o brilho no olho pelo que se faz, vai embora. O trabalho se torna mecânico e o adoecimento físico ou emocional se instala, causando sofrimento e dor.

Se os educadores estão desmotivados, desesperançados, oprimidos e talvez doentes, os educandos sentem, percebem, reclamam, dão sinais, ao menos os que estão alertas. Eles não se sentindo bem, vão embora, desistem, ou trocam de Universidade, pois sentem o desconforto. Existe neles a necessidade de serem ouvidos e compreendidos en-

quanto clientes, pois pagam caro para estarem em nossas instituições comunitárias.

Quando as Universidades Comunitárias estão inseguras, os professores oprimidos, os alunos insatisfeitos ou alienados, os funcionários também adoecem e o clima organizacional é o pior possível, todos entram em sofrimento psíquico pouco a pouco e isso é uma bomba relógio, com hora marcada para explodir pelos ares. Como e onde fica então a educação superior, a educação emancipatória, libertadora e para a autonomia?

A dificuldade encontrada no sistema neoliberal, no individualismo por ele estabelecido em uma vida ditada pelo empreendedorismo, competitividade e outros fatores voltados ao capital, torna difícil as inúmeras demandas a serem resolvidas e mais ainda o processo de educação emancipatório, pois ele acaba sendo deixado de lado na luta pela sobrevivência; e a formação de educandos para a autonomia, a liberdade, a emancipação, são essenciais como um dos principais compromissos sociais que a Universidade Comunitária possui perante sua comunidade.

Afinal, como comenta o entrevistado anônimo (2022): “a gente não faz educação emancipadora sem ter as condições para fazer. Nós temos que lutar para ter as condições para fazer o nosso trabalho bem-feito”. Então, ele define o neoliberalismo como principal empecilho e a mercantilização como inimigo desse processo de emancipação, de libertação e de autonomia. Esse educando emancipado é essencial, como resultado de excelência do ensino, da pesquisa e da extensão.

Mas como um educador oprimido forma um educando para a autonomia, se ele mesmo não está sendo livre? Seu status foi desvalorizado, sua profissão está acabando em um país onde os cursos de licenciatura estão sendo esvaziados, os professores das comunitárias sendo demitidos e com currículos bons demais para serem contratados pelas mer-

cantis, que preferem professores menos qualificados e mais baratos. Ao serem demitidos não encontram mais emprego em suas áreas e como professores, ao serem contratados, são desvalorizados em seus salários, como eles podem então educar para a emancipação?

Para além disso temos ainda a questão inerente do produtivismo acadêmico tão acirrado nesses tempos de mercantilização da educação superior, e esse produtivismo representa também a perda da qualidade na pesquisa em função de uma produtividade sem sentido, que está a serviço da competição entre professores, programas de pós-graduação e instituições de ensino, e que sem intencionar, acaba por oprimir aos docentes que se tornam produtivistas e, por vezes, até oprimem seus educandos em busca de um produtivismo nas costas destes; ou ainda com produções de baixa qualidade, para dar conta da pressão que recebem.

Logo, educadores robôs e cansados, recebem educandos robôs que só cumprem seu currículo, não são autônomos, nem livres, nem emancipados, não sabem onde estudam e nem como estudam, pouco sabem do porquê escolheram o curso, se é que o escolheram. Estes apenas buscam cumprir o currículo, o quanto antes, para antes terem seu diploma e assim serem reconhecidos com migalhas a mais nas empresas onde trabalham.

Como vem a somar Sguissardi (2022) refere que “O dono do conhecimento, possuidor do conhecimento-mercadoria vai ser mercantilizado, vai ser uma mercadoria, o trabalhador vai ser reconhecido como mercadoria”. Esses são trabalhadores e empreendedores escravizados pelo sistema. Quando pensam em sair disso, quando acordam, abrem um olho, por vez com medo, ou os dois de uma vez só para um susto absurdo da visão que nunca antes tiveram, do quanto estão escravizados, robotizados, automatizados, então adoecem emocionalmente para romper com essas estruturas alienantes, ou fecham novamente e rapidamente os olhos,

para não verem o que é possível, para não se desafiarem e continuarem sendo empregados, dominados, escravos, depressivos, acomodados e infelizes, até que a morte ou o suicídio os encontre, ficam fazendo mais do mesmo, em movimentos repetitivos do ir e vir repetindo o mesmo a cada dia, fazendo a roda girar.

Numa sociedade neoliberal que rotula de bem-sucedidos apenas aqueles que fazem a roda girar, que são empreendedores ou docilizados trabalhadores, que trabalham por três para quem sabe um dia serem promovidos e ganharem mais algumas migalhas, além de trabalharem por quatro pessoas e assim sucessivamente até o infinito e muito além. É a roda do sistema girando e produzindo trabalhadores-produto de uma educação-mercadoria em uma prateleira educativa qualquer, mas que atende aos princípios do sistema.

Defendo a tese de que as Universidades Comunitárias devem ter a ousadia de reavaliar o compromisso social, a partir de metodologias comunitárias. Portanto, o compromisso social das Universidades Comunitárias deve ser mantido, bem como, a excelência do ensino, pesquisa e extensão e, para isso, é necessário inovar, criar cursos potentes e adequados à realidade local e regional, sejam esses, presenciais, semipresenciais ou na EaD. Para mantê-los, deve-se buscar recursos governamentais que reduzam os custos para a Universidade e para os alunos; ter uma gestão das Universidades especializada e estratégica; buscar parceria com empresas; e atender essas organizações com conhecimento, pesquisa, educação superior e extensão, sem ceder exclusivamente aos ditames do mercado. Isso com o desenvolvimento de uma consciência do que é o comunitário difundida na sociedade em geral, valorizando professores e com eles emancipando educandos para uma sociedade mais democrática. Desafiador com certeza, mas melhor do que ceder ao mercado, fazendo aquilo que, como professores, não acreditamos e, frustrados, acabar por fechar as portas. Ou se essa não for a saída para

as comunitárias, então irão sucumbir, cedendo ao mercado (desde que existam leis que permitam a privatização, porque seu capital é da comunidade), a menos que sejam assumidas pelo governo como Universidades federais ou estaduais. Algumas das Universidades Comunitárias, embora tenham feito concessões mercantilistas em nome da sobrevivência, ainda possuem a perspectiva de comunitária, porém de certa forma, já se renderam ao mercado.

Destaco abaixo possíveis horizontes/diretrizes para pensarmos em uma Universidade Comunitária, que caiba os diferentes segmentos representativos da comunidade, a qual encontra-se inserida e na região de sua abrangência, conforme indica a Figura 12.

Figura 12 – Horizontes/Diretrizes da Tese



Fonte: Desenvolvido pela autora com base nos dados das entrevistas desta tese.

A Figura 11 sintetiza os aspectos fundamentais, que precisam ser valorizados, em conjunto, para que possa existir uma mudança efetiva no teor dos tempos que estamos vivendo nas Universidades Comunitárias.

Tudo pode mudar, tudo pode melhorar. Estamos, agora, passando por um momento tenso de pós-eleições, em que o resultado para o Governo do Presidente Lula¹², traz esperança, segundo a concepção de todos os entrevistados desta tese, em termos de uma educação mais valorizada, recursos para o FIES e PROUNI. São tempos de esperança. A menos que o fascismo tome conta e isso não possa ser concretizado.

Finalizo com as palavras do Bispo Dom Octacílio Orlando Dotti: “manter a esperança viva, uma vez que a esperança não é a última que morre, porque a esperança não morre”.

¹² Informo que este candidato foi eleito.

7 Considerações finais

Esta tese foi realizada e finalizada em um momento polêmico, devido à pandemia mundial de COVID-19, quando a educação forçosamente sofreu mudanças, para um modelo síncrono on-line; e em um contexto político conturbado do governo Bolsonaro, com cortes de verbas para as Universidades federais. Houve a exigência de uma reforma nas Universidades e o desmonte da pesquisa no país, com prejuízo para a área das humanidades.

Ainda em transição para as eleições de 2022, aonde o presidente Lula foi eleito e manifestações e protestos ocorrem nesse momento (escrevo essas linhas no quinto dia do mês de novembro de 2022), assim como não se sabe o desfecho desta questão política, que tanto afeta a educação superior no Brasil, conforme mencionado nos resultados e metatexto dessa tese.

Digo que não foi simples instituir a escrita dessa pesquisa. Inclusive, acontece nesse momento, a guerra da Rússia x Ucrânia. Há tensões políticas para todos os lados. A biopolítica está em evidência, a lógica do sistema neoliberal, que viabiliza a mercantilização da educação superior. E a incerteza cada vez maior de que os rumos da política possam vir a favorecer a educação qualificada das Universidades Comunitárias, para que elas possam manter o Compromisso Social a que se destinam.

Em relação ao cumprimento do que se propôs nesse estudo, que tinha como problema de pesquisa a seguinte questão: De que maneira o “dizer a sua palavra” na percepção de investigadores da educação superior poderão auxiliar na

elaboração de possíveis horizontes/diretrizes, no que tange ao compromisso social de universidades comunitárias em tempos de mercantilização? Digo, agora, ao findar a tese, que esses horizontes/diretrizes puderam ser clarificados com as entrevistas aos investigadores especialistas da educação, suas obras e a construção da tese em si, aonde é possível compreender o “dizer a sua palavra” desses experts em educação superior.

Para chegar a esse ponto, foi necessário trilhar uma caminhada rumo ao que se elegeram como objetivos e no que tange ao objetivo geral, que consistiu em: Elaborar possíveis horizontes/diretrizes para as universidades comunitárias no sentido de superação das amarras impostas pelo cenário de mercantilização. Assim, creio ter cumprido esse objetivo ao elencar tais horizontes/diretrizes com os dados que emergiram como categorias de pesquisa e a construção do metatexto, o qual aponta para a direção a ser seguida.

Quanto ao objetivo específico que consistiu em: Traçar o panorama conceitual e histórico de Universidades Comunitárias no Rio Grande do Sul/Santa Catarina; foi sim possível compreender esse panorama e histórico de como surgiram as Universidades Comunitárias nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme os depoimentos dos entrevistados e ainda pela consulta a bibliografia pertinente. Mais que isso, foi possível perceber a força da constituição das Universidades Comunitárias, seu papel, a qualidade e a importância para as cidades onde estão localizadas e suas regiões, contribuindo com o desenvolvimento de suas comunidades.

Um segundo objetivo era o de: Analisar a mercantilização da educação e os impactos decorrentes deste processo em Universidades Comunitárias em relação ao Compromisso Social; e em todos os momentos da Tese, o Compromisso Social foi entendido como seriamente prejudicado pela mercantilização da educação, o que torna até depressiva a

compreensão e escrita desta pesquisa. O perceber desses impactos assusta, de forma que é preciso resistir, lutar para evitar essa lamentável realidade e buscar alternativas de enfrentamento constante, para uma possível superação que favoreça o compromisso social das Universidades Comunitárias, afinal, o Compromisso Social a elas atribuídos está no cerne, nas raízes da constituição dessas Universidades, pois foram criadas com a força da comunidade em parceria com a igreja católica e políticos. Algumas delas, até com o apoio de outras entidades locais.

Outro objetivo específico disse respeito ao fato de: Conhecer “o dizer da sua palavra” de investigadores da temática da educação superior sobre o compromisso social de Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização; e com a realização das pesquisas bibliográficas esse conhecimento já foi se delineando, mas ao entrevistar os participantes desse estudo tudo ficou muito claro, coerente e significativo para a tese, ouvir “o dizer a sua palavra” de estudiosos da educação superior, que são especialistas no assunto e implicados na criação das Universidades Comunitárias e seu compromisso para com a sociedade, foi uma experiência ímpar e valiosa, que pessoalmente valeu a sua escrita. Inclusive recomento a leitura, na íntegra, dessas entrevistas no Apêndice D desse estudo. Pessoas implicadas com seu papel na sociedade, professores e um bispo, todos defensores de uma educação superior fortalecida nas Universidades Comunitárias, bem como, uma educação para a comunidade, um conhecimento por eles aqui apresentado que precisa ser valorizado, a fim de se fazer ouvir “a sua palavra” de cada um deles e na perfeita simetria que ecoa nessas falas e escritas pela educação superior no Brasil. São homens atuantes na educação, mesmo quando aposentados, interessados na educação, estudiosos dessa temática, que, com seu trabalho, gritam, lutam para que “o dizer a sua palavra” sobre essa questão seja ouvido, entendido, realizado.

Já o último objetivo consistiu em: Propor possíveis horizontes/diretrizes voltadas para o comunitário das Universidades Comunitárias e seu Compromisso Social em tempos de mercantilização do ensino superior, o que foi concretizado em comum com o objetivo geral. A tese mostra a realidade, sem ilusões. Aponta alguns caminhos a serem urgentemente implantados, que são difíceis e desafiadores, mas que configuram possibilidades, principalmente em conjunto, para o delinear de uma realidade mais segura para o sistema comunitário e viabiliza manter o compromisso social atribuído a essas Universidades. Visa-se, assim, a excelência em educação superior, pesquisa e extensão, com dignidade e apoio da comunidade em geral e dos governos, como deveria ser desde o início.

Como horizontes/diretrizes para as Universidades Comunitárias, esta Tese indica, de acordo com seus dados de pesquisa, suas reflexões e evidências, que: o compromisso social seja cumprido, acima de tudo. Ele é a máxima expressão de ser de um sistema comunitário de educação. De maneira alguma pode ser deixado no esquecimento em função das demandas mercantis. Não existe como tirar do cerne das Universidades Comunitárias o Compromisso Social a ela atribuído. Todas as ações nesse modelo de Universidade devem priorizar o Compromisso Social. E fazendo parte desse respeito ao Compromisso Social, destaco o que todos sabemos: a importância de se manter uma excelência socialmente referenciada no ensino, pesquisa e extensão. Isso não deixa de ser uma forma de compromisso social. Oferecer ensino de excelência pensando no social, na vida, na emancipação e insistir na pesquisa, seja por manter programas de pós-graduação como devolver resultados em suas pesquisas, que auxiliem não apenas os interesses do capital, das tecnologias que geram capital, mas também pesquisas relacionadas às humanidades, que ensinem sobre aprendizagem, filosofia, psicologia e tantas outras necessidades sociais.

Outros horizontes/diretrizes são traçados através de uma esperança que brota de uma educação emancipatória, que valorize não apenas um diploma, mas o ser. Isso poderá se dar pela inovação para além do mercado (social) nos cursos presenciais, semipresenciais e na EaD. As três modalidades de ensino se propõem a atender as necessidades da comunidade, de acordo com o que cada pessoa necessita ou prefere. No entanto, entre elas, a EaD é a que mais possibilita o acesso. Destaco que a EaD não deve ser pensada como uma educação de baixa qualidade, pois não precisa ser assim e nem deve. Os cursos em qualquer uma dessas modalidades, não precisam ser curtos, podem sim garantir uma formação mais longa, o que os tornam mais caros, desde que se conscientize a comunidade em geral, de sua importância social e formação para excelência, principalmente sendo cursos atrativos, inovadores, que utilizem diversas tecnologias e recursos a seu favor, para encantar o aluno, que aprende de forma dinâmica e que logo percebe valor em estar nesses cursos, na comunitária, onde ele estiver. Que a opção não seja pelo preço, e sim por desejar fazer parte dessa educação ofertada de forma inovadora, criativa, atrativa e que faça valer a pena ser mais demorado, mais caro.

Existe a necessidade de se desenvolver consciência e metodologia comunitária. A maioria dos alunos, alguns professores e funcionários das Universidades Comunitárias não entende o que é ser uma comunitária, menos ainda a comunidade em geral. Por isso, estabelecer uma metodologia comunitária voltada ao desenvolvimento de uma consciência, um espírito comunitário é essencial em termos de compreensão e valorização do que representa fazer parte de uma comunitária ou lutar pela sobrevivência das Universidades Comunitárias. Cabe a gestão das ICEs desenvolver uma metodologia de conscientização comunitária envolvendo sua comunidade interna, o que se expande para a comunidade externa, mas a consciência da comunidade em

geral pode ser também pensada por uma metodologia que, a cada ação social, a consciência da comunidade é expandida estratégica e intencionalmente.

Uma vez que a comunidade em geral esteja consciente do papel das Universidades Comunitárias é possível buscar recursos governamentais, pois se torna fácil justificar o porquê de Universidades que não são públicas e que cobram mensalidades poderem e merecerem receber incentivos públicos, seja do Estado, País ou Município. Esses recursos facilitariam a sobrevivência e com eles seria mais fácil de manter o compromisso social, a excelência em ensino, pesquisa e extensão, bem como, para quem sabe baratear as mensalidades, para facilitar o acesso de mais estudantes. Buscar também ajuda da comunidade em geral para essa busca de recursos, pensar estratégias de envolvimento dessa comunidade, pode trazer resultados mais consistentes. E uma demanda importante das Universidades Comunitárias está em lutar por investimento no FIES, PROUNI e Capes, que não deixam de ser recursos públicos também. No entanto, eles têm sido reduzidos e ainda auxiliam as Universidades privado mercantis. Logo, é necessário exigir maior investimento e repasse para as comunitárias do FIES e PROUNI, bem como ajudar as demais políticas de fortalecimento do governo para com as Universidades Comunitárias.

O investimento nesses programas do governo foi reduzido no governo Bolsonaro e uma das esperanças destacadas pelos entrevistados era de ocorrer a mudança desse governo para o governo Lula, e de fato isso ocorreu. A expectativa nesse governo é de reinvestimento nesses programas, que viabilizam a muitos estudantes ingressarem nas Universidades e ainda as Universidades também serem beneficiadas com o FIES e o PROUNI. Espero que isso seja realmente resgatado, modificado e incentivado, mas é também preciso lutar, se posicionar politicamente como comunitárias em busca desses recursos da sobrevivência, bem como a estruturação

da Capes, para maior repasse de bolsas que valorizem a pesquisa. Como visto, ela está operando em torno de a 1/3 a 1/4 da capacidade que tinha a cinco anos, o que possivelmente levou ao fechamento de 13 programas de pós-graduação da UNISINOS, que chocou a comunidade acadêmica e comunidade em geral (embora já houve aumento das bolsas da Capes no governo Lula em 2023). Os cursos fechados eram voltados à área de não investimento (humanidades). O desmonte feito na educação precisa parar e os incentivos a favor da educação precisam retornar para que as Universidades Comunitárias consigam se manter.

Quando aponto que um dos horizontes/diretrizes é reduzir custos para as ICES e aos alunos, me refiro a buscar e lutar por esses programas governamentais e repasse de verbas, que possibilitem a sobrevivência das Universidades ou instituições de ensino comunitárias a serviço dos estudantes, podendo ainda estrategicamente fazer com que sigam ofertando excelência e repassando um valor mais acessível aos estudantes em geral, visando ao papel social das comunitárias. Outro meio de baratear a mensalidade, seria criar alguns cursos muito especiais, com mensalidades elevadas para quem possa pagar, que pode ser revertido para outros, ofertando bolsas para alunos que não tem a mesma condição. Quem pode, ajuda quem não pode e já aprende com isso sobre o espírito comunitário, sobre realização de ações sociais, para a comunidade.

Para tudo o que estou mencionando ser viável, é imprescindível estabelecer uma gestão das Universidades especializada e estratégica, basta observar que a administração, a gestão de qualquer empresa faz a diferença no seu sucesso e crescimento, contudo, uma gestão realizada por professores de diversas áreas pode ser interessante, enquanto comitê de discussão e opiniões, mas, a administração das Universidades Comunitárias requerem gestores estratégicos e especializados, que sejam conhecedores de estratégias de

alavancagem, e que não se foquem no mercado. Eles precisam estar imbuídos de forte espírito comunitário, para não realizarem o desastre de ceder ao mercado; e esse é um dos medos que paira no ar das Universidades Comunitárias, mas existe sim a necessidade de ação nesse sentido e ainda de melhoria da tomada de decisão, que costuma ser lenta nas comunitárias, o que faz com que deixem passar oportunidades e/ou façam a gestão equivocada de recursos. Ser estratégico quando se está em risco é fundamental, por isso pensar mais na gestão pode representar a diferença entre ter saúde financeira e organizacional ou estar à beira do colapso, que faz ceder às estratégias comuns de mercado, que não representam o que é ser comunitária.

Quando nessa tese abordei a criação de um bloco das Universidades Comunitárias voltado a reivindicações e consolidação de políticas públicas, também mencionei que o COMUNG e a ACAFE, apoiadas pela ABRUC, são blocos que se uniram, mas não são tão fortes ou consolidados como seria necessário, no sentido de reivindicar políticas públicas que favoreçam a esse bloco, que deveria já ser consolidado. Quando não estão unidas as Universidades Comunitárias passam a competir e no cenário das ICES colaborar seria mais favorável, pois as tornaria mais poderosas. Afinal, a união faz a força, não é mesmo? Várias instituições consolidadas se unindo enquanto uma categoria, para receber verbas de políticas públicas ou programas sociais, que auxiliam a todas, também são Universidades que poderiam comprar estrategicamente em bloco, assim como poderiam delinear o futuro dos cursos e, se necessário, dividir expertise relacionada aos cursos, ou até mesmo dividir os cursos entre elas.

Mas, implicitamente, hoje estão competindo por alunos, o que já se sabe vai ainda piorar, devido ao perfil demográfico brasileiro, que aponta para uma séria redução do público universitário, devido ao envelhecimento da população, para os quais também seria possível ofertar extensão de forma

criativa e atraente, pois essa é uma realidade e a imensa estrutura das pungentes Universidades Comunitárias, tende a sucumbir a menos que sejam estratégicas, unidas, e saibam se impor aos governos como forma de sobrevivência.

Existe ainda a necessidade de democratização de todos seus espaços e processos com participação de todos os segmentos representativos, pois ao que se vê já existe uma briga de poder, dentro das Universidades Comunitárias, bem como a concentração de decisões a determinados grupos, sem que outros fiquem sabendo, o processo eleitoral também é uma concentração que já foi mais democrática. Quando os prefeitos deixaram de assumir as fundações, se criou um processo eleitoral, centrado em organismos constitutivos das Universidades Comunitárias, um processo legal e legitimado, mas talvez professores e funcionários deveriam participar desse processo e o ideal seria que os alunos e comunidade também fizessem parte, ou tomassem conhecimento desse processo ao menos. O que também tem relação ao protagonismo de toda comunidade universitária, que poderia estar mais envolvida, com as diversas questões das Universidades Comunitárias, afinal, faz parte dela. Talvez daí poderia surgir mais apoio e até mesmo soluções para o enfrentamento da crise mercantil vivida pelas Comunitárias na atualidade.

A parceria com empresas sem render-se a lógica mercantil, parece uma alternativa de mercado, mas na verdade visa a levar conhecimento, pesquisa e soluções para as problemáticas empresariais, disseminando o conhecimento produzido nas Universidades e sendo essa parceria paga pelas empresas, no sentido de levar sustentabilidade para as Universidades Comunitárias. Por outro lado, poderia aproximar a comunidade acadêmica do mercado, levar alunos para a experiência prática, o que só ocorre em cursos com prática e estágio. Isso também aproxima a extensão, o que hoje é requerido até mesmo pelo MEC, quando sugere que a Universidade vá para a comunidade, na extensão de seus

conhecimentos e práticas, unindo comunidade em geral e comunidade acadêmica, o que não deixa de ser o compromisso social praticado.

De fundamental importância, está a valorização do professor. Uma educação de qualidade não se faz sem professores, ou só com tutores, ou com professores sem formação necessária, na intenção de baratear os custos organizacionais. É verdade que nem sempre um professor com currículo é um bom professor, mas é verdade que um professor sem muito conhecimento não será um ótimo professor. Se o professor tem o conhecimento, podemos melhorar a didática, mas se não tem conhecimento, só a didática não adianta. E quando não se tem as duas, então, isso é muita irresponsabilidade.

Professores aparentemente considerados como ideais, quando desmotivados ou desvalorizados também não serão professores inspiradores, não farão a diferença. Educadores oprimidos, não formam educandos para a autonomia. E de nada adianta ser uma Universidade Comunitária, que valoriza o compromisso social se seus funcionários e professores estão cada dia mais sob pressão de produtivismo, redução de horas, trabalhos voluntários infinitos, que fortalecem a desvalorização do professor e nem um muito obrigado. Muitas vezes, tudo isso vai levando a excelência do ensino, pesquisa e extensão para a impossibilidade, que por sinal é negada.

No lugar da colaboração entre colegas, começa existir competitividade e individualismo. É urgente pensar o lugar do professor/educador nesse momento que as Universidades Comunitárias estão vivendo. Nesse sentido, estar em um processo de doutoramento nessas circunstâncias é quase uma sentença de desemprego eminente. Ao menos é o que escuto de colegas professores, que dizem e repetem isso o tempo todo. Ou seja, muitos desanimaram e estão jogando a toalha, falando de forma figurativa, mas de fato é o que ocorre.

Para que serviria a educação superior em Universidades Comunitárias, se não for para o objetivo maior de eman-

cipação do estudante? Romântico pensar assim, mas ao menos todos os entrevistados nessa tese têm a mesma visão. Educar para a emancipação é necessário, fundamental e desejado: tornar alunos, educandos, estudantes, pessoas pensantes, críticas, conscientes, emancipados, libertos e com autonomia. Uma utopia que pode se concretizar por meio de professores emancipados, nem oprimidos, nem opressores, mas motivados, fazendo apenas o que precisam fazer educar para a autonomia, mudando as pessoas para que elas possam transformar o mundo, como não apenas disse Freire (1987), mas também desejou.

E, por fim, não ceder ao mercado, não tem como ser uma Universidade Comunitária que pratica o compromisso social se ela ceder a mercantilização da educação. Se desejar aplicar todas as práticas das Universidades privado/mercantis, visando a uma competitividade que é desleal e para a qual as comunitárias sempre vão perder, essa não é a alternativa válida, para o enfrentamento da crise, e, sim, exigir dos governos incentivos e políticas sociais, que viabilizem a sobrevivência das comunitárias, não, necessariamente, na intenção de se tornarem públicas por completo, até porque seu patrimônio é da comunidade, então seguir fazendo o que já fazem, buscando novas possibilidades, mas também recebendo auxílio, afinal, fazem um papel que seria do governo, enquanto praticam o compromisso social.

Muito trabalho existe pela frente no sentido de seguir os horizontes/diretrizes aqui elencadas na escrita da tese, em que se compreendeu como é possível buscar um caminho mais seguro, suas possibilidades e impossibilidades. Embora seja desafiador colocar em prática, são batalhas a serem vencidas em paralelo umas das outras para ao final se vencer a guerra contra uma educação mercantil, pois a educação superior não pode ser um produto em um país de seriedade, o que ainda não somos, e somente por meio de uma educação para a vida, para a autonomia, uma educação libertadora da

dominação do neoliberalismo, do puro interesse do capital em detrimento do humano, poderemos vir a ser uma nação de superação na educação e através da educação, e nas demais esferas da vida em sociedade, em comunidade.

Vejo como o maior compromisso social das Universidades Comunitárias, a educação emancipatória, esperança pura de um país menos desigual, menos polarizado, mais pacífico e harmonioso, onde professores voltem a ter uma autoestima profissional elevada, sejam valorizados e, ao menos, respeitados. Que as Universidades Comunitárias possam ser locais de conhecimento e não de mercado, mas, inclusive, para o mercado de trabalho. Que tenhamos cursos empolgantes que despertem o desejo pelo saber e não apenas a necessidade de comprar um diploma e o quanto antes. Que as aulas sejam momentos prazerosos do conhecer, descobrir, criar, emancipar e de fazer amigos que possam ser para a vida toda, ou não. Que os vínculos sejam gostosos entre os colegas, os professores e a comunidade acadêmica. Que gestores façam seu trabalho com o apoio da comunidade e para a comunidade, com mais leveza e mais segurança. Que estudantes gostem de estar em aula, de aprender, de conviver, de fazer acontecer, de forma autônoma, sabendo o que desejam e o que estão fazendo para suas vidas, profissões e para a comunidade ou em comunidade.

Por fim, finalizo dizendo que sou filha de uma Universidade Comunitária, a UCS, e nela também sou docente e doutoranda. Amo essa instituição e o que ela me tornou. Meus olhos foram abertos por ela. Amo sua estrutura e tudo o que ela representa para a comunidade de Caxias do Sul e da região. Toda sua ação social pode ser vista e sentida como presentes para a comunidade. Desejo, profundamente, que para sempre esse compromisso social seja mantido com facilidade por esta Universidade e também em cada uma das Universidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do

Brasil, como um todo, pois os brasileiros carecem de conhecimento e emancipação.

Vida longa às Universidades Comunitárias e ao compromisso social por elas exercido, superando a mercantilização da educação superior!

Referências

- ACAFE. **Home**. 2022. Disponível em: <https://acafe.org.br/site/>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- ACAFE; COMUNG. **UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**: pioneiras na democratização do acesso à educação superior com compromisso social, inovação e qualidade. Colombia: Cres, 2008. 4 p. Contribuição do COMUNG e da ACAFE para a elaboração do Documento Referência do Fórum Nacional de Educação Superior, 2008.
- ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.
- ANDREOTTI, Bruno. BIOPODER, BIOPOLÍTICA E MULTIDÃO: Uma análise do desdobramento conceitual de Foucault em Antonio Negri. **Reu**, Sorocaba, v. 37, n. 2, p.59-79, dez. 2011.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. 362 p.
- BARBOSA, Fabiane Machado. Resenha: comunidade, imunidade y biopolítica. **Ius Gentium**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 236-242, 2018. Quadrimestral.
- BERTOLIN, Júlio Cesar Godoy; DALMOLIN, Bernadete Maria. As universidades comunitárias e a emergência de mercados na educação superior: entre a pressão da competição e o diferencial dos valores acadêmicos. **RBPAE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2014.
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. 2022. Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BITTAR, Mariluce. **UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**: uma identidade em construção. 1999. 252 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999. Cap. 3.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. DOU, Brasília, DF: 5 out. de 1988.

BRASIL. Constituição de 1996. **Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Constituição de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Educação Superior Brasileira 1997-2004**. Santa Catarina. Brasília, DF: INEP, 2006.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2011**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências DOU nº 72, Seção 1, de 15/4/2004. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe Sobre Incentivos à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Regulamento Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa,

à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n. 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei n. 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional n. 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Lei n. 13.530, de 7 de dezembro de 2017.** Altera a Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória n. 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n. 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei n. 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **FUNDACRED.** Quanto e como é o gasto do Brasil com educação. 2020. Disponível em: <https://www.fundacred.org.br/site/2019/04/16/quanto-e-como-e-o-gasto-do-brasil-com-educacao/>. Acesso em: 1º out. 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. 2021.

BROOKS, S. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, n. 395, v. 10227, p. 912-920, 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações.** 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CHAER, Thiago. **O novo normal e o futuro da educação:** como será a educação pós-COVID-19, no Brasil. São Paulo: Future Education, 2020. 19 p.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática.** Org. de Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001. 208 p.

CHAUI, M. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARLOT, Bernard. **Relação com a escola e o saber nos bairros populares**. Perspectiva, Florianópolis, v. 20, n. Especial, jul./dez. 2002. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10237/9476>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Trad. do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Edufu, 2011.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Narrative inquiry**: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

COMUNG. Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. (Caxias do Sul). In: Seminário do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, 1999. Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

CRUZ, Priscila; BORGES, João Marcelo; NOGUEIRA FILHO, Olavo (org.). **Nota Técnica**: o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da COVID-19. Brasil: Todos Pela Educação, 2020. 33 p.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #FIQUEEMCASA: educação na pandemia do COVID-19. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-2017, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomia do novo neoliberalismo**: Artigo De Pierre Dardot E Christian Laval. Artigo de Pierre Dardot e Christian Laval. 2019. Revista Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 15 set 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 414 p.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 222 p.

DOTTI, Dom Orlando Octacílio. ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 1-24, 2019.

ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

ENTREVISTADO ANÔNIMO. ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

ESPOSITO, Roberto. **Termos da política**. Comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed da UFPR, 2017

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas**: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas*. Origine e destino della comunità. Torino: Einaudi, 1998.

FERRAZ, Fernando Gigante. O díptico *communitas / immunitas* e o pensamento afirmativo. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.22-32, junho/2018.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber (Vol. 1). São Paulo: Edições Graal. (Originalmente publicado em 1976). 2010a.

FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, v. 18, p. 167-194, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**, e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976a.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 1-22, 2019.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão com Doença Social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. 3 ed. Tradução de Ivo Stomiolo. São Paulo: Idéias & Letras, 2007. 338 p.

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações Comunitárias, Relações de Dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2. p. 1-179.

HÖELZ, Jeanete Simone Fendeler. **POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA**: “APRENDA A DIZER A SUA PALAVRA”: aprenda a dizer a sua palavra. In: ABREU, Janaina M.; PADILHA, Paulo Roberto (org.). *Aprenda a dizer a sua palavra*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020. p. 1-232.

INSTITUTO SEMESP (Brasil). Rogério Capelato (org.). **Mapa do ensino superior no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Semesp, 2021. 302 p.

INSTITUTO SEMESP (Brasil). Rogério Capelato (org.). **Mapa do ensino superior no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Semesp, 2020. 192 p.

KLICKPAGES. **Digital influencer**: o que é, quanto ganha e como ser um em 2018. 2018. Disponível em: <https://blog.klickpages.com.br/digital-influencer-o-que-e/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LAVAL, Christian. **A pandemia de Covid-19 e a falência dos imaginários dominantes**. 2020. Publicado originalmente em *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. v. 25, n. 2. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/150>. Acesso em: 01 out. 2022.

LAVAL, Christian. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. 2019a. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-do-neoliberalismo-a-educacao/?fbclid=IwAR1mfrerrP2yiJbldkpCosngz-NVqtevkPdl9p_x3g9o35U3tDQJ5tLHjo. Acesso em: 01 out. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019b. 65 p.

LAVAL, Chistian. **Democratas de todo o mundo estão avisados**: Bolsonaro é um fascista. 2018. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/democratas-de-todo-o-mundo-estao-avisados-bolsonaro-e-um-fascista/>. Acesso em: 01 out. 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2018.

NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de roberto espósito da biopolítica. **Filos**, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 79-105, dez. 2013.

MCCOWAN, Tristan. A desagregação do ensino superior. **Revista Eletrônica de Educação**, Londres, v. 2, n. 12, p. 464-482, 2018.

MCCOWAN, Tristan. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. **Educar em Revista**, Curitiba, Ed. da UFPR, n. 55, p. 25-46, 2015a.

MCCOWAN, Tristan. A base conceitual do direito universal à educação superior. **Conjectura**: Filosofia e Educação, Caxias do Sul: EDUCS, v. 20, p. 155-182, 2015b.

MICHELIN, Lessandra; LINS, Rodrigo Schrage; FALAVIGNA, Asdrubal. **COVID-19**: perguntas e respostas no centro de telemedicina da UCS. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. [Livro Eletrônico].

MORAES, Roque; GALIASSI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3 ed. rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2020. 264 p.

MORAES, Roque; GALIASSI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

NEVES, Bárbara das. A biopolítica em Roberto Esposito: imunidade e comunidade. **Complexitas**, Belém, v. 2, n. 2, p. 2525-4154, 2017.

PASSOS, João Décio (org.). **Carisma e ação da universidade comunitária**: experiências da PUC. São Paulo: Educ, 2008.

PEGORARO, Ludimar. ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro Setor na Educação Superior Brasileira**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2013. 337 p.

PEREIRA, Simone Beatriz Rech. **O Ensino Médio Politécnico e a avaliação a partir da área de matemática**: um estudo de caso em uma escola estadual no Município de Caxias do Sul – RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCS, Caxias do Sul, 2019.

RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 128, p. 61-77, 2014.

REGO, T. C.; BARRETO, Bruno L. E. N. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador: entrevista com Bernard Charlot. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO: A Nova Lei de Educação Superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? Rio de Janeiro: SciELO, n. 29, jan. 2005. Quadrimensal. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a02.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

RODRIGUES FILHO, José Alberto Florentino. **Trabalho docente no ensino superior**: uma análise das políticas retributórias e seus efeitos. 215. 125 f. Tese (Doutorado) – Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Unicampi, Campinas, 2015.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RYDER, Guy. **Um novo normal?** 2020. ONU/Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-um-novo-normal/>. Acesso em: 2 ago. 2020.

SALATINO, Vialana Ester; MORÉS, Andréia. Pedagogia do oprimido: educador oprimido ou opressor? *In*: Seminário Internacional De Educação, Biopolítica E Formação De Professores, 1., 2018; Jornada Interuniversitária De Pós-Graduação Em Educação Brasil/Argentina, 2., 2018, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2018. Cap. 3. p. 184-189. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-i-sibforp_2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. 32 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *et al.* **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. 4 v.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: ILSA, 1998.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo**: como gestão do sofrimento psíquico. São Paulo: Autêntica, 2021. 301 p.

SAWAÍÁ, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2. p. 1-179.

SCHMIDT, João Pedro. ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

SCHMIDT, João Pedro. **Universidades Comunitárias e Terceiro-Sector**: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2018, 247 p.

SCHMIDT, João Pedro. Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 3, n. 47, p. 300-313, 2011.

SCHMIDT, João Pedro. O Comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

SERAFIM, Milena Pavan. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. ENTREVISTAS DA TESE. 2022. Disponível no Apêndice. Realizadas por Vialana Salatino. Disponível aqui na Tese.

SGUISSARDI, Valdemar. O banco mundial e a educação superior: revisando teses e posições. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-20, jun. 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. O que será das instituições de educação superior comunitárias e confessionais? **Comunicações**, Piracicaba, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Privatização da educação superior no Brasil – 1995-2001. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 3, n. 31, p. 23-45, 2002.

SILVA, Regina. Como o mundo, os professores nunca mais serão os mesmos após a pandemia. **Revista Educação**. 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/06/08/professores-pos-pandemia/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SOARES, Magda. **Discurso na solenidade de recebimento do prêmio Almirante**. 2015.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas SP: Vide Editorial, 2018. 243 p.

STECANELA, Nilda; PICCOLI, Márcia Speguem de Quadros. Paradoxo mercantilização do Ensino Superior e formação profissional humana: uma crítica a partir das contribuições de Paulo Freire. **Conjectura – Filosofia e Educação**, Caxias do Sul: EDUCS, v. 25, n. 16, p. 274-293, 2020.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 508 p. 4. ed. rev. amp.

SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL. BRASIL. S/IDENTIFICAÇÃO. (comp.). **Resultado das Eleições 2022: presidência. Presidência. 2022**.

TÖNNIES, F. 2009. **Comunidad y asociación**. Granada, Comares, 196 p.

TREVISOL, Joviles Vitório; TREVISOL, Maria Teresa C.; VIECELLI, Eloir. O ensino superior no Brasil: políticas e dinâmicas da expansão. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 215-242, 2009. Semestral.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

Apêndice – Entrevistas da pesquisa

Entrevista com o Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti

Essa entrevista foi realizada no dia 02/05/2022 com o **Bispo Dom Orlando Octacílio Dotti** investigador da educação, um dos envolvidos na criação histórica dos movimentos comunitários que criaram as primeiras Fundações que possibilitaram as Universidades Comunitárias. A entrevista durou cerca de uma hora.

A entrevista inicia com uma fala de agradecimento em relação ao aceite em fazer parte da pesquisa, e foi presencial, devido à dificuldade de audição do entrevistado que possui 93 anos de idade. A entrevista, durou cerca de uma hora e foi realizada pela orientanda e seu orientador, com o entrevistado Dom Orlando Octacílio Dotti, na Mitra Diocesana de Vacaria. Em seguida a entrevistadora explica a temática da Tese que está desenvolvendo e faz a primeira pergunta do roteiro de entrevista, um roteiro semiestruturado.

Vialana Salatino – Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a elas atribuído?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Do ponto de vista do trabalho e do conhecimento da universidade sou filho de Ijuí, onde existia um movimento comunitário, que derivava da própria universidade. O movimento comunitário formou uma

mentalidade de lugar da comunidade. Qual é o lugar, o espaço da comunidade na vida, não apenas na universidade, mas na vida das pessoas. Isso foi o mérito deles, eu digo do diretor daquela época que era o Mário Osório Marques, e que foi meu diretor, por muito tempo. Ele queria que todos os professores, se engajassem no movimento comunitário, e eu entrei necessariamente, porque eu fui o coordenador da universidade em Santo Ângelo. Eu tinha que coordenar não somente o trabalho da universidade, o trabalho acadêmico, mas também o trabalho do movimento comunitário, o que me obrigou necessariamente a ter que entrar em cheio nesse espírito do movimento comunitário. E tinha uma metodologia muito própria, que era de ouvir as bases, depois vinha para o núcleo maior, e vinha para um terceiro núcleo mais reduzido. Cada um dava sua opinião sobre a situação e sobre os projetos que deveriam ser aprovados para aquela comunidade. Então era uma metodologia muito séria e muito rigorosa. Mas ao mesmo tempo as pessoas se sentiam muito a gosto, para dar sua contribuição. Eu como filho da universidade de Ijuí e do movimento comunitário fui nomeado para Bispo de Caçador em 1969. Fui para lá com um firme propósito de trabalhar na pastoral, mas quando eu cheguei lá, logo fui motivado e até certo ponto eu fui quase constrangido a entrar no serviço do ensino. Estavam projetando a criação de um curso de ensino médio, mantido pelo governo estadual, porque já existia um curso das irmãs e outro dos irmãos maristas e eles queriam um curso científico preparando mais para a universidade, mantido pelo governo do estado. Aceitei o desafio e criamos aquele curso, que levou depois o meu nome o Colégio Dom Orlando Dotti, eu não fazia muita questão, mas eles quiseram. Depois vi claramente que era necessário trabalhar para criar também cursos de ensino superior, para toda aquela região, porque não havia, em parte nenhuma naquela época. Eu tinha certa prática porque havia secretariado em Ijuí, as atas das reuniões que fazíamos nos municípios, para transfe-

rir a universidade de Ijuí que era dos Freis, para uma fundação educacional, a FIDENE. Eu fiz a maioria das atas da criação da FIDENE. Nos municípios que visitávamos, com isso tomei conhecimento desse processo, da criação de uma fundação comunitária. Ao organizamos em Caçador alguns cursos para aquela época o interessante é que em determinado momento, alguém perguntou, qual vai ser a mantenedora? Vai ser a diocese? Eu era Bispo e eu disse, a Diocese não, vai ser uma fundação comunitária instituída pela prefeitura, porém comunitária. Surge aí um problema teórico, como uma entidade pública, cria uma universidade comunitária? De fato, ainda hoje tem essa questão não tem uma resposta definitiva. Mas a verdade é que quase todas as universidades de Santa Catarina surgiram como universidades comunitárias, criadas pelo poder público.

Geraldo da Rosa – Dom Orlando? Que comunidade? Pelo que se vê pela sua fala, em Ijuí, existia todo um processo dos pequenos grupos, até os grandes grupos, e essa metodologia do Mário Osório Marques, ela continuou? Ou com o tempo ela foi se desvirtuando?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Enquanto eu estive em Caçador ela esteve sempre muito presente, porque de certa maneira ela estava muito encarnada em mim, não era apenas uma ideia, era toda uma prática que eu tinha tido durante muitos anos, de trabalho comunitário e, também é interessante porque a chamada FAFI de Ijuí, passou para a comunidade, mas também através das prefeituras. A prefeitura de Ijuí criou a fundação, juntamente com as prefeituras da região, aí se deu esse problema, de uma entidade pública criando uma entidade comunitária, e porque, veja bem, ainda mais tem esse outro caso, no caso de Caçador o prefeito da mantenedora era presidente da mantenedora, por estatuto, ele era criador, foi o fundador e se tornavam todos os prefeitos que o sucederam, mais tarde determinaram que não mais o prefeito seria o presidente da mantenedora, mas

alguém eleito pela comunidade. É interessante perceber que no primeiro momento, nós tínhamos muito essa ideia de que o prefeito era o presidente da mantenedora, depois eles perceberam que não é necessário que seja o prefeito, embora seja um instituidor, não era necessário que continuasse a ser o prefeito, mas aquele que fosse eleito pela comunidade acadêmica.

Vialana Salatino – *Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?*

Dom Orlando Octacílio Dotti – Sim...

Geraldo da Rosa – Ou como o senhor analisa essa caminhada das comunitárias. Me parece que fugiu da comunidade e agora?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Gostaria de lembrar aquele trinômio que era muito comum no ensino Superior, excelência de ensino, de pesquisa e de extensão para a comunidade. Eu insistia nessa extensão para a comunidade. Certa vez um dos alunos me perguntou, o que é extensão para a comunidade? Eu lhe respondi: o que você está fazendo como professor? A sua atividade na escola influencia na comunidade? Pois isso já é um início de extensão da escola para a comunidade. Tudo o que a escola faz em função da comunidade é a escola saindo de si a serviço do bem comum. A partir daí organizamos projetos comunitários de acordo com o grupo de alunos e da região de onde vinham. E começaram pequenas transformações comunitárias, eu não sei se respondi?

Vialana Salatino – O importante aqui é o senhor trazer a sua experiência de como foi esse processo, a sua história, não tanto responder literalmente essas questões. Fique tranquilo. E outra pergunta: Se o Senhor acompanha o que acontece hoje nas universidades. **Como o senhor percebe a**

influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Depois de Caçador, fui pra Bahia, e quando estava no interior da Bahia fui indicado para o Conselho Federal de Educação, fui um dos Bispos indicados para o Conselho Federal de Educação. Eu havia sido do Conselho Estadual de Educação em Santa Catarina, eu fui o primeiro membro do Conselho Estadual de Educação do Planalto, os outros membros eram todos da baixada Catarinense, os ‘barriga verde’, fui o primeiro e quem me nomeou foi o governador que de certa maneira estava imbuído de espírito comunitário. Quando Bispo na Bahia fui indicado para uma das cadeiras que pertencia aos Bispos naquela época, fiz parte de uma lista tríplice, mas não fui nomeado por estar no interior da Bahia, não tinha mais nenhum trabalho com uma Universidade. Quando vim para Vacaria fui indicado pelo prefeito para ser diretor da Falev e não aceitei o cargo de diretor, mas de vice-diretor.

Mas numa certa oportunidade, nós fomos a Caxias para participar de uma reunião com o Reitor Abrelino Vasata da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Fomos eu, o diretor Nelson Benvenuto e a delegada de ensino daquela época Marina Vidalina Borges Basso, para propor que a UCS assumisse a Falev. Explicitamos a situação e ele disse, não é uma má ideia, mas eu não posso responder por conta própria, vou ter que consultar o conselho. E mais tarde, isso se concretizou. Depois eu tive uma certa ligação bem próxima com o professor e diretor Ruy Pauletti, porque ele havia sido meu aluno em Ijuí. Depois disso, liguei-me ao trabalho da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e quem entregou o processo da Universidade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fui eu. Atualmente não tenho ligação nenhuma como ensino superior, mas percebo claramente que o ensino como um todo está sendo objeto da economia de mercado, em que

se procura o lucro e o enriquecimento de grupos poderosos que detém grande parte do ensino superior.

Vialana Salatino – O que o senhor acha da educação hoje, daquilo que o senhor vê, e acompanha?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Eu vejo que há uma série de problemas, mas há uma série de avanços, não se pode dizer que a educação ficou parada. A tecnologia entrou muito forte na Universidade, um grande benefício para o próprio aluno e para as Universidades. A tecnologia é fundamental como um caminho para o progresso da própria ciência. De outro lado vejo que a Universidade antiga tinha um projeto para a comunidade. Hoje a universidade se atém a um projeto mais individualista: formar pessoas para que possam vencer na vida, vencer na vida significa pragmaticamente vencer economicamente. Eu creio que a universidade e a educação como um todo peca nesse particular. Forma pessoas capazes de dar uma resposta a área em que é formado, não se importando com a formação integral das pessoas.

Geraldo da Rosa – E onde que se perdeu Dom Orlando?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Todos nós somos parte de um sistema, de um sistema liberal, o neoliberalismo que não olha para a pessoa, mas valoriza a liberdade econômica.

Geraldo da Rosa – Não querendo induzi-lo e como que esse neoliberalismo entrou dentro da universidade? Haveria outra alternativa para as universidades? Ou o que nós poderíamos fazer nesse sentido de superação do neoliberalismo?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Todo o trabalho que se fizer, será um trabalho contra a corrente. O sistema valoriza o lucro, nosso trabalho deve ser da valorização das pessoas, de seus valores, da corresponsabilidade, da solidariedade. O sistema cria desigualdade, o trabalho que nós devemos fazer é da valorização da comunhão do espírito comunitário e dos valores espirituais e morais.

Geraldo da Rosa – Eu vou fazer outra pergunta, depois vou me calar, Dom Orlando não é meio paradoxal, existia uma metodologia do Mário Osório Marques, de repente, aquele trabalho do micro para ir afunilando para todos participarem e chegar a um processo, quando o prefeito ele era o presidente da fundação, não é paradoxal? Porque aí entra a questão política, não a política com “P” maiúsculo, mas aquela política partidária etc. e tal e não limita esse processo de formação dentro da universidade?

Dom Orlando Octacílio Dotti – É uma questão muito séria que foi posta e você está propondo agora de novo, muito séria, mas quem trabalhou, como eu trabalhei na fundação de Ijuí e depois nas fundações de Santa Catarina, acontece que as pessoas do prefeito de Ijuí como de Caçador, eram pessoas muito dignas. Por isso a gente não previu o problema, era um problema que não foi levantado, e não só a nossa fundação de Caçador, mas todas as fundações de Santa Catarina. As pessoas que eu conheci, por exemplo, o primeiro prefeito de Caçador, quando eu cheguei, depois para o fim do ano ele concluiu o mandato dele e não foi mais candidato. Em seguida veio o prefeito Adelino Grando, uma pessoa muito estimada, um homem que trabalhava no banco antes de ser prefeito então a gente não levantou problema. Um terceiro presidente foi o prefeito Moisés Comazzetto, também pessoa de muita experiência no campo da indústria e comprometido com a universidade. Por isso nesse período não houve problema nenhum.

Geraldo da Rosa – Sim, mas criou-se outro problema, porque de certa forma tirou a representatividade do comunitário, aí quem faz a escolha, são os grandes grupos econômicos, não sei se o senhor está entendendo o que eu estou dizendo.

Dom Orlando Octacílio Dotti – Não houve a preocupação de criar um organismo para a eleição do presidente, porque por estatuto era o prefeito local. Então o que veio em

seguida foi um pouco traumático, teve problemas em Caçador na eleição do presidente, porque não houve inicialmente um organismo ou uma entidade dentro da universidade que fosse responsável pela eleição do presidente da fundação. No início tudo foi muito tranquilo, mas depois tornou-se traumático, de tal maneira que, o quarto presidente, já não foi o prefeito local, mas alguém eleito pela comunidade e que não fazia parte do poder político da região. Nem por isso, se evitou a contingência de eleger alguém que detinha grande poder econômico na região. E de qualquer maneira a comunidade interveio muito pobremente nessa escolha.

Vialana Salatino – *No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitárias em relação ao compromisso social diante do cenário que se apresenta?*

Dom Orlando Octacílio Dotti – A gente sabe que o ensino superior hoje está nas mãos de muitas organizações que visam lucro, e essas estão se expandindo muito rapidamente, inclusive em nossa região toda. Eu vejo que precisa em primeiro lugar, resgatar o espírito comunitário, daquelas universidades comunidades que de fato, atuam comunitariamente.

Vialana Salatino – E quem tem que fazer isso, como se faz isso Dom Orlando?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Quem tem que fazer isso em primeiro lugar são as próprias universidades comunitárias. Devem fortalecer interiormente o espírito comunitário para depois agir na comunidade. É a própria instituição que deve salvar a sua especificidade de ser comunitária. Ninguém de fora poderá substituir o papel que é próprio da instituição, por isso a necessidade de aprofundar o conhecimento e a prática social da comunidade universitária. A maneira pela qual o compromisso social deve ser preservado, se faz pela reflexão e criação de instrumentos com esse propósito. Ser pensado por uma constante reflexão do papel da universidade

comunitária, e que os alunos sejam capazes de entender que o compromisso social, deriva do seu engajamento com a comunidade.

Vialana Salatino – E as Universidades teriam condições de fazer isso? Na sua opinião?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Teria que parar para estudar essa realidade, por que o contexto hoje é diferente? Teria que se parar, e tentar criar um grupo pensante, um grupo que acredite no comunitário, e que tenha uma visão correta da comunidade, o que não é muito simples? E teria que trabalhar a comunidade, a própria universidade. A intuição inicial da universidade de Ijuí, era de uma intuição comunitária, o centro de nossas reflexões era sempre a comunidade. Como fazer isso hoje? Através de um grupo pensante comprometido com uma mudança social.

Geraldo da Rosa – O que é esse comunitário para o Senhor? Por que o pessoal que está lá dentro, que está num processo de mercantilização, eles se dizem comunitários, eles utilizam o termo comunitário, e o que é o comunitário para o Dom Orlando?

Dom Orlando Octacílio Dotti – A comunidade não é estática, a comunidade é dinâmica. Depende muito do estágio em que se encontra a comunidade, o comunitário é a valorização das pessoas que vivem dentro de um determinado espaço, em um determinado lugar, e aí essas pessoas têm que ser valorizadas por aquilo que são, e não por aquilo que produzem. Na comunidade as pessoas têm nome e as pessoas têm referências. Na comunidade todas as pessoas têm responsabilidade e vivem solidariamente. Na comunidade é “um por todos e todos por cada um” a comunidade tem também laços afetivos, e principalmente demonstram solidariedade nas horas difíceis das pessoas. Na comunidade valorizasse o bem comum acima do individualismo, a organização comunitária varia de acordo com as pessoas e as

necessidades locais, não há um molde em que se enquadrem todas as comunidades elas são diferentes e plurais.

Vialana Salatino – *O que o senhor criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?*

Dom Orlando Octacílio Dotti – Penso que não tenho autoridade porque eu sempre acho que as coisas acontecem no tempo e no espaço, eu hoje sinto certa dificuldade de estar num ambiente acadêmico de ensino superior, me parece que eu estou deslocado. Não estou a par de tudo que acontece na universidade. Apesar disso eu acredito que dentro das universidades há pessoas preocupadas com seu aspecto comunitário. Há muitos que não se deixam levar pela forte tendência de mercantilização, mas querem transformar a universidade num serviço à comunidade, visando valorizar as pessoas com quem a universidade trabalha, esta é a minha crença e também certeza. Hoje em termos de universidade eu me sinto como um peixe fora d'água.

Geraldo da Rosa – Muito dentro d'água.

Dom Orlando Octacílio Dotti – Mas eu me alegro muito porque existe pessoas, um bom número de inquietas com a universidade, com o ensino e, com a educação hoje. Existem pessoas inquietas, propondo soluções, e apontando caminhos. Essa inquietude é um sinal profético de transformação.

Vialana Salatino – *Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um compromisso social?*

Dom Orlando Octacílio Dotti – Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que esse tema da educação emancipadora, que nós na igreja costumamos chamar de educação libertadora, faz parte do nosso conteúdo teológico. Teologicamente, nós pensamos nas nossas comunidades eclesiais, em nossas comunidades de fé, como comunidades libertadoras. E

que elas mesmas procurem se libertar de tantos problemas, de tantas amarras e, claro através de uma mentalidade aberta, que nós chamamos também de uma mentalidade ecumênica. Toda a educação libertadora ela é ecumênica necessariamente. Então é muito interessante que a gente procure internamente no nosso trabalho de pastoral nós procuramos muito essa mentalidade emancipatória que é uma mentalidade libertadora, e muito a partir dos profetas, a partir das pessoas que fazem trabalhar nesse sentido. Vejo que este seu conceito por sinal precioso de comunidade emancipatória deve coincidir com o conceito de igreja de comunidade libertadora, que está presente, no antigo testamento, nos profetas e no novo testamento, principalmente em Jesus Cristo, que quer a libertação, isso é a emancipação das pessoas no sentido mais completo da palavra. Afirma-se que ninguém liberta ninguém, mas cada um liberta-se a si mesmo comunitariamente.

Vialana Salatino – Bispo! Você lá no início disso tudo e olhando para hoje o que você desejaria para essa educação superior nas comunitárias?

Dom Orlando Octacílio Dotti – Eu sempre penso que toda ação nasce de uma profunda reflexão, a ação não é espontânea, tudo que a pessoa humana faz, é porque refletiu e pensou. Creio que o importante seria debruçar-se em primeiro lugar em estudar que tipo de comunidade nós temos hoje, ou até perguntar: será que ainda temos hoje espírito comunitário, em nossas capelas, em nossas comunidades, ou se o individualismo já matou esse espírito comunitário, nós temos que nos perguntar, talvez porque o individualismo hoje é a marca de um sistema: o liberalismo econômico. O liberalismo surgiu como uma luta pela liberdade, inicialmente um movimento, na época das corporações. A corporação era dona do produto, de quem estava a ela filiado, por exemplo, o sapateiro que produzia sapato. Quem enriquecia não era o produtor, mas os dirigentes da corporação, daí o movimento

liberal, que consistia numa luta pela liberdade de pensar, de trabalhar, de negociar livre das amarras da corporação. Por isso, inicialmente o liberalismo era também chamado individualismo. Dava formas de liberdade ao indivíduo e a sua atividade. Hoje o individualismo se exacerbou, em vez de ser um individualismo que contribui é um individualismo que inibe a ação do outro, ou então até exclui a ação do outro. A educação como um todo tem por objetivo libertar as pessoas, dar-lhes condições de agir com autonomia dentro da própria comunidade, este será sempre um grande desafio para toda a educação. Formar pessoas que livremente cresçam em sua dimensão humana e também econômica. Trata-se de criar uma metodologia e uma prática que leve em conta a comunidade como centro de toda a educação. A comunidade na qual a pessoa humana é sujeito e não objeto.

Vialana Salatino – O senhor vê o futuro das Universidades como algo positivo, ou lhe parece que a gente não chega lá?

Dom Orlando Octacílio Dotti – A gente sempre tem que acreditar, é melhor pecar acreditando que desacreditando, nós sempre temos que manter a esperança viva e a esperança não é a última que morre, porque a esperança não morre. [...]

Vialana Salatino – Tem alguma outra coisa que o senhor queira nos contar, nos dizer sobre tudo o que falamos?

Dom Orlando Octacílio Dotti – (Fez sinal que não) e agradeceu a entrevista.

Entrevista com João Pedro Schmidt

Essa entrevista foi realizada no dia 18/04/2022 com o Professor e investigador da educação, **João Pedro Schmidt**, um dos teóricos citados na Tese com certa frequência devido a sua atuação e envolvimento com as questões da Universidade Comunitária.

A entrevista inicia com uma fala de agradecimento em relação ao aceite em fazer parte da pesquisa, e uma breve apresentação; teve duração de cerca de 1 hora. Em seguida a entrevistadora explica a temática da Tese que está desenvolvendo e faz a primeira pergunta do roteiro de entrevista, um roteiro semiestruturado.

Vialana Salatino – Se o senhor quiser falar um pouco da sua experiência, do seu lugar em relação às Universidades Comunitárias.

João Pedro Schmidt – Bom eu estou aqui na UNISC desde 1988, portanto, já faz mais de trinta anos e, tive uma experiência anterior na PUC de Uruguaiana ela era uma universidade local lá, que depois foi encampada pela PUC, fiquei dois anos lá e depois desde 1988 estou aqui e vindo pra cá acompanhei todo o processo de democratização da UNISC que havia iniciado em 1986, então eu cheguei nos primeiros tempos, na efervescência aí da criação democrática da nossa universidade, ela foi criada em 1993 e segui sendo professor a partir de 2003 fui convidado a ser pró-reitor de planejamento e permaneci até 2013 no cargo, ou seja dez anos, nesse período eu também tive oportunidade enquanto pró-reitor de participar de certo modo de ser um dos principais agentes da formatação das leis das universidades comunitárias, a Lei 12.881 de 2013, fazendo a interlocução com o COMUNG e a ACAFE, depois com a ABRUC e o Congresso Nacional, então acabei definitivamente vinculando a questão das comunitárias também no meu interesse de pesquisa, porque no processo de formulação da lei, eu percebi que a nossa

literatura nacional era frágil para subsidiar teoricamente essa iniciativa, por isso acabei estudando sobre o comunitarismo norte americano, o professor Amitai Etzioni é minha principal referência e acabei fazendo meu pós-doutorado em 2016 com ele, consequência de uma iniciativa prática que deu certo do ponto de vista legal, em termos de consequências práticas ainda existe pouco, mas tem sua importância. E eu acabei juntando meus estudos teóricos em torno dessa temática, a partir daí, eu trabalho no programa de pós-graduação em direito, aqui na universidade, além de dar aula na graduação.

Vialana Salatino – É uma experiência importante né professor? Em relação às comunitárias.

João Pedro Schmidt – Na verdade eu tive a oportunidade de participar enquanto professor de uma comunitária de um processo legislativo e acabei estudando sobre o assunto, por conta das exigências vinculada a essa iniciativa, então é uma caminhada bem interessante.

Vialana Salatino – *Em relação à universidade comunitária você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a ela atribuído?*

João Pedro Schmidt – Na verdade é melhor falar de universidades comunitárias no plural, porque há uma diferenciação no modo de ser de cada qual, por exemplo, as universidades catarinenses, de modo geral tem uma vinculação maior às prefeituras, ao poder público local, enquanto no Rio Grande do Sul, o poder público local é um integrante de um conjunto de outras instituições. Eu destacaria que o fato de ter sido desencadeada com sucesso em alguns espaços, ensejou que outras regiões também buscassem seguir. Por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul, a experiência da Unijuí, talvez tenha sido a mais destacada nos primórdios em termos de uma concepção de uma universidade com características próprias pertencente a organizações da sociedade

civil, e com um ideário específico que juntava elementos do público estatal com características do público não estatal, ou seja, das questões regionais ligadas as comunidades. Então o fato de ter dado certo em alguns desses espaços – foi o caso do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no caso das Universidades regionais – influenciou para que outras regiões como a nossa se passassem a pensar nessa modalidade como uma alternativa à ausência das desejadas universidades federais, que já se percebia que não iriam vir. As Universidades Comunitárias confessionais também têm trajetórias específicas. Tem a PUC no Rio Grande do Sul ligada aos maristas, e em outros estados estão vinculadas aos jesuítas, é uma história que tem relação com as congregações religiosas. O que eu falei antes, de ter dado certo em algumas regiões e ter expandido para outras, é uma característica mais das universidades regionais.

Vialana Salatino – Na segunda questão professor: ***Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?***

João Pedro Schmidt – Penso que ele é imprescindível, se nós nas universidades comunitárias não conseguirmos mostrar um diferencial de que nós temos laços mais consistentes com nossas regiões, a tendência é que o único grande critério passe a ser o preço, uma vantagem em termos de mercado. Ou seja, nós somos uma alternativa ao mercado. Então o compromisso social regional das Universidades regionais precisa ser mostrado, o que também se aplica às Universidades confessionais; é preciso mostrar o benefício que trazem ao seu entorno, que as diferencie das organizações tipicamente privadas. Manter esse compromisso é uma questão de sobrevivência.

Vialana Salatino – ***Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?***

João Pedro Schmidt – A mercantilização é um fato histórico datado, ela vem dos anos 1990. Até lá a percepção que se tinha nas várias regiões era uma espécie de monopólio das Universidades regionais, se pensava: ou você vai para uma federal, numa capital ou numa cidade que tivesse uma Universidade federal, ou você faz sua faculdade na sua região, nas comunitárias. Então no final dos anos 1990, com as políticas introduzidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma flexibilização para estabelecer novas Universidades, faculdades e cursos. Esse foi um primeiro passo da mercantilização, uma espécie de quebra de monopólio das Universidades comunitárias nas suas diferentes regiões, o que se tornou preocupante porque o nosso modelo comunitário tinha algumas características importantes, como por exemplo, além de um ensino de qualidade, se incentivava o gradual desenvolvimento da pesquisa, bastante incipiente nos anos 1990. Comparado com as Universidades federais, as Universidades Comunitárias, de um modo geral, tinham uma capacidade de pesquisa muito menor. Ela foi se desenvolvendo gradualmente, mas se pretendia fazer tanto bom ensino, boa pesquisa e, algo que era uma marca forte, a extensão. A característica das comunitárias era a presença no interior, presença nos bairros, vínculo com as empresas, com as diferentes entidades regionais. Esta marca da extensão era favorecida porque, se podia na época transformar o retorno social em relação à filantropia em projetos sociais. Com o PROUNI esse retorno teve que ser gradativamente feito por meio de bolsas. Neste contexto a extensão acabou prejudicada, havendo uma redução em termos de projetos sociais. A mercantilização prejudicou profundamente todas as Universidades Comunitárias. O início das dificuldades crescentes das últimas duas décadas está no processo iniciado no final dos anos 1990. Isso se agudizou gradativamente porque a mercantilização começou a ter um novo ingrediente, a presença de grandes grupos com capital internacional,

que estão praticamente em todas as regiões do sul do país e em todo o país. A mercantilização agudizou o uso da lógica de mercado em uma área que deveria estar protegida da lógica de mercado. A educação superior, qualquer nível de educação, não combina com regras de mercado. Nós tínhamos uma certa proteção, num certo período, mas a partir do final dos anos 1990 acabou vindo a vigorar uma espécie de livre mercado na educação, o que não é benéfico.

Vialana Salatino – Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?

João Pedro Schmidt – Eu escrevi um artigo para a Revista Textual do Sinpro, em que eu sistematizei – você pode conferir lá, eu posso te passar uma cópia da revista – três possibilidades que eu vejo. As opções não são excludentes. A primeira é a retomada do FIES, que talvez se concretize em ganhando um governo de centro-esquerda; retomando-se um FIES mais forte nas eleições de outubro, pode haver um novo cenário no ano que vem. Uma retomada do FIES ajudaria, não resolve os problemas das comunitárias, mas é muito importante, ele permite que muitas famílias optem por qualidade ao invés de pagar o que conseguem, algo que milhares de famílias hoje enfrentam. Então uma retomada do FIES, um programa importante, que foi desidratado a partir de 2016, quando do impeachment da presidente Dilma e o novo governo Temer assumiu e o atual governo seguiu isso, o FIES acabou sendo desidratado e retomar isso seria uma alternativa importante. A outra é algo que as comunitárias têm carência: elas falam internamente, há muito tempo, em maior integração/cooperação, mas este processo nunca foi fácil porque o comunitário tem muito a ver com o regional, ou no caso das confessionais, com sua congregação religiosa. Se nós conseguíssemos agir como bloco, seja bloco estadual, ou regional do sul do país, ou melhor ainda nacional, nós teríamos mais força. Se nós juntássemos as dezenas

de Universidades que já carregam o título de Instituição Comunitária da Educação Superior, e ainda as outras que ainda não tem esta qualificação, que ainda não se credenciaram junto ao MEC para obter esse título legal, nós seríamos mais fortes. Poderíamos oferecer cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão em melhores condições. Enfim, nós, como bloco das comunitárias, seríamos mais fortes, mas acontece que o nosso comunitário está muito ligado a uma identidade regional; não há a ideia de uma comunidade nacional, e sim a ideia de uma comunidade regional, local, o que é um empecilho para a cooperação entre as instituições. Eu participei de reuniões em que isso foi levantado, mas as práticas de cooperação das universidades entre si, em termos de compras ou de ofertas de cursos, elas são bem limitadas. Este é o segundo caminho, ele pode se somar, por exemplo, ao FIES. E isso nos protegeria contra o que vem acontecendo hoje com as comunitárias, que são obrigadas a trabalhar no campo das estratégias de mercado, do menor preço, enxugamento de todos os custos possíveis, otimização dos recursos. É o que nós temos à mão, mas com alcance limitado. E uma terceira alternativa seria o estado brasileiro colocar em prática o que a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior possibilita: o repasse de recursos públicos para as comunitárias. Quando nos esforçamos para que a Lei fosse aprovada a nossa ideia era que o ingresso gradativo de recursos provenientes do Fundo do Pré-Sal, da parcela a que a União tem direito, uma parte desse dinheiro novo fosse investido nas comunitárias, criando condições para oferecer um serviço de qualidade a um preço mais acessível. Querendo ou não, educação superior de qualidade custa caro. Então esse dinheiro novo, esses recursos novos, seria dinheiro público subsidiando o público não estatal. Isso ainda não aconteceu, mas é possível, é preciso vontade política. E isso também exige que a gente consiga explicar para a sociedade por que o dinheiro dos impostos é utilizado para universidades que co-

bram. No Brasil é forte a ideia de que o público é gratuito, isso é uma ideia brasileira, não é uma ideia universal. No Chile onde as universidades e a saúde pública não são gratuitas, há um processo nesse sentido. Também é o caso dos norteamericanos: os Estados Unidos não têm educação superior gratuita; nenhuma, nem as públicas nem as universidades sem fins lucrativos, muito menos as privadas, não há ensino gratuito. A ideia do público enquanto serviço gratuito não há nesses países, mas aqui no Brasil nós precisamos explicar para as pessoas por que universidades que se dizem comunitárias, mas cobram, merecem recursos públicos. Temos que deixar claro que é para que os estudantes tenham possibilidade de estudar com preços mais acessíveis, ou mesmo sem custos para a família, que isso é uma opção política, que depende de legitimação social, ou seja, do convencimento das pessoas de que isso é importante. Essas são as alternativas que vejo, não vislumbro outros milagres. Ou temos recursos públicos, ou nos juntamos para otimizar, para ir mais longe, para prestar serviços de maior qualidade de um modo que as pessoas possam pagar.

Vialana Salatino – Eu achei maravilhosas as tuas possibilidades, porque realmente me parece que os professores estão paralisados, não sabem o que fazer, e os alunos nem imaginam o que está acontecendo, não entendem isso, ao menos a maioria deles, e precisamos exigir que essas questões ocorram, pra que a gente possa mesmo ter uma mudança, senão, nosso destino é feio, não sei como isso termina... tem que existir movimentação e fico me questionando como é que a gente faz para que a comunidade perceba essa necessidade, é só conscientizando eles, porque se não houver isso, não vai existir da parte deles, um que outro que percebe, o que acontece, então fica complicado e é lamentável a gente perder tudo que as comunitárias, ao menos na minha experiência aqui em Caxias do Sul, tudo que a UCS representa

para a comunidade enfim, e as coisas estão indo de mal a pior infelizmente.

João Pedro Schmidt – É, o quadro é bem preocupante, se você deixa uma área como a educação superior ao livre jogo das regras de mercado, vira um panorama em que as pessoas é que tem que pagar. As famílias querem pagar o menor preço e ter o melhor benefício, mas têm dificuldades de perceber qual é o melhor benefício, a questão do menor preço, pesa muito.

Vialana Salatino – Com certeza e como as comunitárias não recebem esse incentivo público, elas precisam se manter e competir, então a gente entra num cenário triste, muito triste. Mas vamos trabalhar para mudar isso, né?

João Pedro Schmidt – Com certeza.

Vialana Salatino – *O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o compromisso social?*

João Pedro Schmidt – Há outras iniciativas, dentro dessa lógica de repasses públicos para instituições que são públicas não estatais, um caráter que as comunitárias sempre reivindicaram, o de que não são privadas, são públicas não estatais, ou seja, são da comunidade e estão a serviço de uma comunidade. Boa parte delas são democráticas, outras tem pelo menos mecanismos de consulta interna, enfim, que essas Universidades nossas mereçam recursos públicos. Em Santa Catarina tem algumas iniciativas importantes. O repasse de recursos públicos está prescrito na Constituição Estadual, de 5% para bolsas de estudo. E aqui no Rio Grande do Sul o COMUNG está reivindicando novamente 0,5% do orçamento das receitas estaduais para bolsas para nossos alunos. Então é preciso insistir que não existe milagre; alguém paga: ou as famílias pagam ou o poder público paga. O poder público paga com recursos públicos, recursos da

própria sociedade. Não existem milagres. Melhoria da gestão é importante, nós temos que ser excelentes gestores dos nossos recursos. Ao longo do tempo foi falado muitas vezes que nossas universidades são lentas na decisão, por outro lado, na medida em que a decisão está tomada, ela é efetiva, ou seja, a lentidão é um obstáculo a ser superado, mas pela minha experiência, eu acredito que a lentidão já nem é um grande problema, o grande problema é encontrar alternativas viáveis, compatíveis com o poder aquisitivo, com as necessidades que as pessoas sentem. Por exemplo, se você perguntar para as pessoas se elas acham importante que tenha bons professores para os seus filhos, todas vão dizer que sim, mas elas não conseguem associar isso ao fato de nossos cursos de licenciatura estarem completamente esvaziados nas últimas décadas. Se elas forem alertadas, muitas vão dizer sim, que temos que promover ações para que haja bons cursos de licenciatura, mas quem tem que fazer isso acontecer são os gestores públicos e os gestores das universidades. Então há muita legitimidade no que nós podemos oferecer em termos de benefícios públicos, e os nossos cursos de licenciatura gradualmente vão sendo destroçados e ao mesmo tempo estão faltando professores nas escolas. E esta falta de conexão ela vai produzir resultados ruins para o país, para as nossas regiões enfim. O fato é que é necessário agirmos com a rapidez possível e a sensibilização das autoridades tem que ser no mesmo patamar da sensibilização das nossas comunidades para a importância daquilo que foi construído regionalmente, no caso das nossas instituições, e as confessionais também em busca da sua legitimação, também tem que fazer esse trabalho de convencimento das pessoas.

Vialana Salatino – O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?

João Pedro Schmidt – Tem sido apontado ao longo do tempo por vários estudiosos uma gestão um tanto amadora, ou seja, como nossa Universidade, por exemplo, tem eleições, isso seria motivo para talvez você não ter gestores profissionalizados e sim professores de boa vontade cuidando da gestão, sem o devido preparo. Acho que sempre há o que aprender, mas olhando para o nosso mercado e para as organizações privadas se nota que profissionalização não é garantia de sucesso. E todas as nossas Universidades ao longo do tempo procuraram se valer de consultorias, geralmente orientadas por uma visão privada da educação superior. Grande parte das consultorias voltadas à educação superior disponíveis hoje no país elas têm uma visão de mercado, só pensam em termos de público e privado, em que o comunitário é apenas um segmento do setor privado. Então uma boa gestão de fato é imperiosa em qualquer organização, agora quais são os caminhos e quem pode oferecer as melhores experiências, as melhores sugestões de boa gestão para instituições com o nosso perfil? Esse é um obstáculo. Ao longo do tempo eu tenho acompanhado o que surge nesse mercado das consultorias e me parece que nenhuma é talhada ainda para o modelo comunitário. É uma lacuna, um elemento a ser sanado. Outro aspecto: nós precisamos de recursos humanos com mentalidade comunitária, de profissionais com visão comunitária quando vêm trabalhar nas nossas instituições. E o que recebemos na verdade são professores formados ou dentro das federais, das públicas, com uma visão mais estatal, ou formados em instituições privadas, com mentalidade tipicamente privada. Nós carecemos de recursos humanos que venham aqui entendendo o nosso modelo, e muitos repercutem na sala de aula e na pesquisa e na extensão essa visão. Temos um acúmulo ao longo do tempo, ao longo de décadas, um acúmulo de reflexão sobre o comunitário, algo muito importante, mas faltam professores mais experimentados, talhados, nesta concepção. Ao virem

para nossas instituições, os professores têm que de certo modo reorganizar suas ideias para entender que eles não estão em uma instituição privada e sim numa comunitária. Os alunos igualmente, em grande parte entram e saem da Universidade Comunitária achando que estudaram numa Universidade privada. Eles valorizam quando tem eleição, eles valorizam quando tem participação, mas não chegam a entender profundamente o nosso modelo, então essa é uma limitação.

Vialana Salatino – É aquilo que falávamos anteriormente né professor, além de termos que conscientizar a comunidade, também temos que conscientizar os professores...

João Pedro Schmidt – Professores e os estudantes, a comunidade externa muito defende o nosso referencial, mas boa parte, principalmente no âmbito empresarial, esse tipo de segmento só consegue raciocinar em categorias mercantis, dificilmente conseguem entender o nosso modelo. Enquanto ele está funcionando bem, pela minha experiência aqui em Santa Cruz do Sul, por exemplo, enquanto vinham recursos públicos, via FIES e PROUNI, vinham estudantes de toda a região, alugavam apartamentos e consumiam nos supermercados e em toda a área de serviços, enfim, a Universidade era colocada como uma força econômica importante da cidade. Quando cessaram o FIES e as políticas públicas que viabilizavam isso, já existem muito mais dúvidas sobre se o modelo da Universidade é importante ou não. Se confunde o retorno econômico proporcionado especialmente às sedes, aos centros regionais, onde estão situadas fisicamente as nossas Universidades, com a sua importância em termos de organização da própria vida em sociedade. Para a absoluta maioria das pessoas e dos pesquisadores só existem dois mundos, o mundo público estatal e o mundo privado, e as Universidades são colocadas nesse mundo privado. Não conseguem entender que na sua frente, em todas as nossas regiões, há uma expressão de um outro mundo, inclusive

economicamente, que é o mundo das entidades comunitárias ou entidades da sociedade civil, onde não a lógica do lucro o que mobilizou as pessoas para criar essas Instituições e para se engajar nelas. O lucro não é o elemento central, não é o objetivo buscado. Observe-se por exemplo, o que acontece em igrejas, em escolas, em associações, e você verá que o lucro não é o motor dessas organizações da sociedade civil, só que os nossos óculos binários público/privado permitem que a gente só enxergue isso. E esses óculos binários utilizados pelos pesquisadores muitas vezes, impedem que enxerguem o que é específico naquilo que estão estudando, algo diferente do público e privado, estritamente falando. É uma batalha nossa, das Universidades Comunitárias, mostrar que há mais de dois mundos, que há pelo menos três mundos. Temos que sair desse binarismo, temos que falar da tríade público-comunitário-privado, me parece. É o que eu aprendi com o comunitarismo norte-americano, na vertente dos cientistas sociais e politólogos. Ao adotar esta tríade se abre um horizonte novo para pensarmos não o que deveria ser, não uma utopia, e sim aquilo que está na nossa frente, e que vemos de forma reducionista porque os nossos óculos não são adequados.

Vialana Salatino – Certo, é verdade, concordo, muito bem destacado, porque é difícil das pessoas enxergarem, e por vezes, como o senhor mesmo disse, se formam, saem de uma comunitária e não percebem isso, esse terceiro setor enfim...

João Pedro Schmidt – Sim.

Vialana Salatino – *Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um compromisso social?*

João Pedro Schmidt – Eu acredito que sempre há espaços, há um espaço de liberdade que está colocado para cada pessoa, e também um espaço de ação nas Instituições Comunitárias, sem dúvida nenhuma, eis que há muito o que

fazer, mesmo dentro dos limites atuais. O mais importante é, eu tenho tentado trabalhar nessa linha, as Universidades Comunitárias são um elemento de um vasto mundo polarizado entre o público e o privado, em que o terceiro setor, não é visto com a importância que possui. Então a educação emancipatória, a meu ver, precisa ser pensada numa perspectiva mais macro, ou seja, nós queremos de fato uma sociedade em que a sociedade civil seja parte da solução, mesmo que não seja a salvação dos problemas, ou vamos continuar ensinando que a salvação só pode se dar pelo estado ou pelo mercado? De um lado temos o neoliberalismo fazendo o discurso do mercado e do outro lado o discurso estatizante falando da importância do estado. Se nós superarmos essa polarização, eu acredito que a educação emancipatória pode ser pensada na perspectiva não apenas de uma cidadania como um vínculo entre indivíduos e Estado, mas como um vínculo do indivíduo com a sua comunidade, uma esfera em que você não está orientado pela lógica política do Estado, mas sim pela lógica do livre associativismo, do livre entendimento das pessoas que querem agir em comum. É uma outra perspectiva de cidadania, apontada por autores que ressaltam a importância das comunidades. Explicando minimamente, comunidade é uma esfera em que você não se orienta pela legalidade, pelo que está escrito na Lei ou pelo que o estado determina. Você resolve se juntar com outras pessoas na sua igreja, no círculo de pais e mestres da escola, ou na associação de moradores, ou na associação de agricultores, ou no sindicato, ou seja, há uma outra motivação que leva a se aproximar das pessoas. Quando você percebe a importância das comunidades como um espaço diferente do estado. As comunidades não são a esfera pública alargada, na linha de Habermas e de toda uma teoria crítica. O estado se organiza como uma instituição enorme, regida por regras, onde em última análise funciona a coerção, tem que fazer porque isso está decidido. O Estado, quando faltam outros

argumentos, apela para a coerção; na comunidade isso não funciona, as comunidades se mantêm na medida em que há valores a que elas se vinculam, que há uma vontade coletiva gerada e vinculativa de cada pessoa, por acreditar que é importante ficar junto, agir junto porque uns precisam dos outros. Então a educação emancipatória para essa nova perspectiva, aberta por teorias como capital social, teorias de comunidade, o comunitarismo entre elas, teorias da cooperação, isso ainda acho que está pouco assimilado pela literatura brasileira que fala em educação emancipatória. Emancipar do que afinal? Do que eu quero me livrar, do que eu quero me emancipar? O que é o infantilismo pedagógico, por exemplo, do qual eu quero me desvincular, ou o infantilismo de vida, é para que eu tenha uma ação pública, uma espécie de ativismo permanente? Ou eu vou aprender a valorizar o fato de estar com outras pessoas próximas a mim, no meu bairro, na minha cidade, nas organizações da sociedade civil? A meu ver precisamos conseguir vincular as questões da comunidade às questões de cidadania. O nosso discurso de cidadania como eu falei, ainda é muito marcado pela ideia de participação na esfera pública, que é muito importante, que vai além de votar, é também participar do orçamento participativo e de reuniões públicas. Se for só isso, eu acho que nós não vamos conquistar grande parte das pessoas, a maioria se cansa desse tipo de ação pública, mas elas não se cansam das escolas, das igrejas, do seu bairro, do seu clube de mães, do seu grupo de amigos e de amigas, e dessas múltiplas formas de sociabilidade. Nós temos que vincular melhor essas formas de sociabilidade que a gente chama de comunitárias às questões da cidadania. Falo isso não porque os comunitaristas tenham todas as respostas, mas porque têm intuições de carências do discurso da educação emancipatória. E as instituições comunitárias talvez sejam o melhor espaço em que isso tem sido tentado ao longo dos anos. Nas nossas Universidades Comunitárias geralmente as coisas

não funcionam enquanto as pessoas não se convencem, e enquanto elas não se convencem não adianta. Pois é, isso é comunidade, porque se for estado vai chegar o momento em que a autoridade vai bater na mesa e dizer acabou, é assim, a Lei está do meu lado, e vai ser feito assim, e quem não quiser que se retire. Eu acho que o lócus das Universidades Comunitárias é um grande laboratório para nós entendermos melhor as articulações entre cidadania e comunidade. Por isso, me parece que as nossas experiências deveriam ser fortalecidas e estimuladas, torço para que isso aconteça.

Vialana Salatino – Eu também gostaria muito. E a pergunta seguinte: ***Qual o rumo que a educação superior vai tomar em sua opinião? E isso é favorável ou desfavorável considerando o compromisso social?***

João Pedro Schmidt – Eu acho que há poucos sinais de que o Estado brasileiro, vai de fato proteger, que é o que precisa, proteger o modelo comunitário, a única coisa no horizonte é o FIES, é pouco, mas é alguma coisa. Nós não temos nenhuma ação protetiva do Estado nos últimos anos, e nosso modelo está sendo fragilizado em todo o país. A gente tem aprendido coisas para se virar, para lidar com esse ambiente complexo, mas eu vejo nuvens escuras, mais do que algum sol radioso no horizonte, e é preciso ação política, algo em que nós não somos bons. Se você olhar quem é bom, você pode olhar por exemplo, as bancadas do congresso nacional, a bancada da bíblia mostra que as igrejas neopentecostais são boas em articulação política, a bancada da bala, a bancada do boi, são bancadas informais fortes. Isso é ação política. Nós não temos nada parecido com uma bancada comunitária, então sem ação política, nós ficamos à mercê de parlamentares que nos conhecem e simpatizam um tanto com o que fazemos, mas ação política é muito importante. Os nossos melhores momentos eu acho que aqui no Rio Grande do Sul foram na década de 1990, quando nós tentamos transformar as comunitárias na UERGS. A

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul era para ser a junção das Comunitárias, e a razão principal pela qual isso não aconteceu é que o Estado do Rio Grande do Sul não tinha verba nem talvez de cinco por cento para custear a estrutura que já existia naquela ocasião nas comunitárias. Os recursos destinados para a UERGS estatal que foi criada são uma parte pequena de qualquer uma das nossas grandes Universidades Comunitárias regionais, sem comparação com o conjunto das mesmas. De todo modo, a ação em torno da UERGS foi uma boa experiência. A ação das comunitárias catarinenses para conseguir a dotação orçamentária, eu acho que é de um por cento das receitas estaduais lá, foi uma boa ação. E depois, a nossa junção nacional em torno da Lei das Comunitárias foi muito importante. Fora isso, foi esporádico. A inclusão na Constituição de 1988 do artigo 213, que faz uma menção explícita às escolas comunitárias, com possibilidade de repasse de recursos públicos, foi uma ação mais da CNBB, através de um abaixo assinado puxado pela igreja católica, do que das próprias comunitárias. Então nós temos poucos momentos de articulação, embora cada segmento, cada instituição faz o que pode, mas como bloco, e é triste constatar isso, somos fracos em termos de articulação política. Temos falhado também em alguns momentos, como por exemplo, aqui na região falhamos em não defender o modelo comunitário dos pedágios. A EGR foi privatizada, sob o silêncio das nossas Instituições. Ora, toda vez que uma comunidade cede espaço ao modelo privado nós perdemos força. E em Santa Catarina, a Unisul, que era uma universidade comunitária, foi privatizada. Há algumas exigências legais que nos amparam, mas se hoje as comunidades não quiserem manter as suas comunitárias, elas não vão sobreviver. Então acho pessoalmente que a ação política continua sendo fundamental, e nós deveríamos ser melhores com isso do que temos sido até hoje.

Vialana Salatino – Professor as minhas perguntas eram essas, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de destacar, de trazer a esse respeito?

João Pedro Schmidt – Eu acho que naquele texto que vou te enviar por e-mail, ele é um texto curto, pela característica da Revista Textual do Sinpro, num formato simples, menos acadêmico, mas ali eu consigo organizar melhor minhas ideias sobre as comunitárias. Acho que a gente não deve idealizar, não somos um modelo extraordinário de anjos aqui na terra, não tem nada disso, é um modelo que tem a ver com outras organizações do terceiro setor, os hospitais, os bancos comunitários do nordeste, as cooperativas, a tradição histórica das escolas comunitárias, criadas não por desejo das pessoas, mas porque era a alternativa que tinha, seja em Caxias, quando os imigrantes italianos chegaram aí, ou seja quando os imigrantes alemães chegaram aqui em Santa Cruz do Sul. Somos um modelo de organização que não partiu do zero. Na verdade, repetimos aqui a partir dos anos 1950, 1960, 1970 e 1980 algo que é próprio dos humanos do planeta terra, de se virarem. Hoje a ação comunitária muitas vezes acontece quando o Estado não dá conta ou quando o mercado não atende, isso nos últimos duzentos e cinquenta a trezentos anos de capitalismo, mas antes disso, a maneira como as pessoas resolviam seus problemas, foi basicamente de forma comunitária. Então estamos tentando reviver ao final do século XX e início do século XXI uma receita que deu certo no Planeta, que é a resolução comunitária de problemas, mas dentro de um quadro muito complexo. A polarização estado x mercado envolve também uma aliança, porque só existe o mercado onde há Estado. Essa aliança levou a uma capacidade de produção enorme e de consumo enorme, em sociedades populosas a partir de meados do século passado. Uma aliança que está nos levando ao colapso, não tenho dúvida nenhuma. Este capitalismo é uma sociedade que vai para o colapso, e não demora, como as mudanças climáticas

estão mostrando. Este modo de vida e modo de produção está condenado. Então a comunidade é uma esperança, porque em comunidade a gente consegue construir soluções coletivas, que muitas vezes escapam quando o Estado chama a si. Por isso, nossa organização é um dos elementos de esperança de encontrar alternativas para um futuro tenebroso. Ou saímos desse modelo baseado na aliança entre Estado e mercado para produzir cada vez mais, as custas da natureza, ou nosso futuro será muito ruim. As comunidades não estão isentas, mas as comunidades ao mesmo tempo que compartilham desse modo de vida a ser superado também são um excelente espaço para construir alternativas. Estamos todos no mesmo barco, e o ambiente comunitário é um fértil espaço para pensarmos urgentemente soluções mais rápidas para uma sociedade com tantas perspectivas ruins pela frente. Somos desafiados a fazer a nossa parte e esperamos que as nossas Universidades Comunitárias continuem fazendo um bom trabalho, e talvez sejam mais fortes num futuro que por enquanto a gente não enxerga, mas não vamos deixar de lutar por isso.

Entrevista com Ludimar Pegoraro

Essa entrevista foi realizada no dia 30/05/2022 com o Professor e investigador da educação, **Ludimar Pegoraro** devido a sua atuação e envolvimento com as questões da Universidade Comunitária. A entrevista durou cerca de uma hora e meia.

Vialana Salatino – Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos

Ludimar Pegoraro – As instituições comunitárias nascem num contexto sócio-político-econômico, especialmente em Santa Catarina, muito favorável para suas institucionalizações e desenvolvimentos, foi um período. O Estado de Santa Catarina encontrou no sistema fundacional uma saída para não se responsabilizar pelo oferecimento de vagas para a educação superior. Com a ditadura militar, na época, elas se fortaleceram porque havia um movimento de descompromisso do Estado com relação à educação. um desafio sobre a função do Estado, do compromisso do estado para com a educação pública. Nesse sentido, o sistema fundacional aparece como um substituto da função social do estado. Em Santa Catarina isso é muito forte, muito representativo. Isso também acontece em outros estados da Nação, mas não com a mesma intensidade de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul também desenvolveu um modelo fundacional, como é o caso de Caxias do Sul, Passo Fundo, Ijuí, Santa Cruz, enfim o sistema fundacional do Rio Grande do Sul ele também é muito forte, mas ele tem um modelo de institucionalização das fundações. É importante observar algumas fontes de pesquisas sobre isso. Nesse sentido indico meu trabalho de pesquisa, um livro publicado pela Editora Leitura Crítica de Campinas, intitulado: Terceiro Setor na Educação Superior Brasileira.

Em Santa Catarina, o modelo é diferente, porque é um sistema de educação superior que é diferente dos outros estados porque ele tem a participação, para a criação das fundações, basicamente alicerçado nos patrimônios advindos dos seus municípios de origem.

Municípios de médio e grande porte, que tinham uma perspectiva de desenvolvimento e que, de certa forma, tinham entre si uma espécie de competição, criam instituições de Ensino Superior. Foram as primeiras criadas em Santa Catarina. A Uniplac é uma das primeiras Instituições que foram criadas na época, em 1964. Nesse período, a região de Lages e Meio Oeste possuíam uma grande quantidade de madeira nativa e muitas empresas de madeira realizavam a extração dessa madeira. A região se fortalecia economicamente. Lages era um dos municípios com maior quantidade de madeiras eram um polo muito forte de exportação da madeira. Ali havia uma forte concentração de renda. A Uniplac nasce nesse contexto, em 1964.

As demais instituições são criadas num período muito curto. Eu recomendo que seja observado meu trabalho, publicado em 2013, O terceiro Setor na Educação Superior Brasileira, e aí vais encontrar importantes informações sobre esse tempo da criação das fundações.

Não tenho muitas informações sobre o Rio Grande do Sul, mas, pelo pouco que sei, é possível considerarmos que o processo não foi muito diferente. Os dirigentes se conversavam e trocavam informações. Uma pessoa importante nesse contexto foi Dom Orlado Dotti, nomeado Bispo de Caçador. Ao chegar em Caçador começa a liderar a criação de muitas fundações por entender que a formação superior possibilitaria um desenvolvimento mais equilibrado na região. Ele estava em Ijuí, onde também estava sendo instituída a UNIJUI. Outras instituições também estavam sendo criadas, como nas cidades de Passo Fundo, Caxias, Santa Cruz. Todas com o apoio da Igreja Católica Há uma diferença na criação

das fundações do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. No RGS elas são criadas no sistema de criação de instituições normalmente adotado na época, já em Santa Catarina são criadas por leis municipais e seus patrimônios iniciais são doados pelos municípios o que as caracteriza como fundações municipais.

Na época, o Estado/Federação, por si só, não oferecia vagas do sistema público federal para atender as necessidades dos Municípios, então eles vão buscar alternativas para atender suas necessidades, por meio de políticas regionais.

Você pode ver o que aproveitar dessa parte que segue. No meu livro está melhor organizado.

Mas antes disso, tem também a Constituição Federal e a Constituição dos Estados, tanto é que o Estado de Santa Catarina até hoje distribui recursos para o sistema fundacional, ainda tem verbas para a pesquisa, para atividades da Instituição, para bolsas de estudo, e isso foi assegurado na Constituição do Estado de Santa Catarina, até porque aqui no Estado só tinha, até 2009, Universidade Pública Federal e estadual na Ilha e em Lages. Depois de 2009 com o PROUNI e os processos de ampliação do acesso à educação superior é que vão surgir do sistema federal, por meio e ligados a UFSC, os polos de curitibanos e Joinville e Araranguá. Também foi criada a Fronteira Sul em Chapecó, com um campus em Chapecó, que poderia ter se expandido para outras regiões do estado, entretanto, se expandiu para o Paraná e Rio Grande do Sul. É uma Universidade multicampi, um modelo diferenciado no sistema federal. Eu tive participação em muitas reuniões e no processo da criação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS). Bom e passado esse período vem um outro período que é o período da mudança de fundações, faculdades isoladas, para o modelo em universidades. Aí já é uma outra realidade. Levando em consideração o modelo socioeconômico, denominado de globalização neoliberal, vai forçar as Instituições a terem um outro comportamento.

Como sozinhas não conseguiam ser universidade precisaram se unir para galgarem essa transformação. (melhor ver meu livro....)

E hoje inclusive, muitas delas estão irregulares, frente ao sistema nacional de fiscalização, porque elas não possuem as normas básicas do Ministério da Educação que é dois doutorados e quatro mestrados, a maioria dessas Instituições estão irregulares junto ao sistema federal e algumas delas inclusive ficaram pendentes, só agora que passaram para o sistema federal, mas até então não havia, estavam no Conselho Estadual especialmente em Santa Catarina, que tinha o Conselho Estadual de Educação independente. E algumas fundações e Universidades do Estado de Santa Catarina, hoje para mim seriam muito mais como Faculdades isoladas que Universidades, mas enfim, não migraram e agora tiveram necessariamente que migrar para o Sistema Federal. Então isso é um pouco da história, claro que teríamos que olhar com muito mais detalhes que isso, mas já está escrito então não há necessidade de muita coisa. Ver o livro, pode ajudar.

Mas você me fala de papel social e eu acho que inicialmente elas cumprem um papel social muito importante. Se nós olharmos para os anos de 1970-1980 os nossos estudantes não tinham opção, e com a mercantilização da educação especialmente com o Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro da Educação da Época, que era o Paulo Renato, houve uma abertura para o mercado, o próprio ministro da Educação era dono de uma empresa que criava Universidades. Como Ministro da Educação ele tinha uma agência privada para a criação de Universidades e como Ministro não criou nenhuma para o sistema federal, não teve nenhum projeto da educação superior, mas teve muitos projetos que ele participou e estava por traz da Anhanguera, e de outras aí, algumas gestões únicas voltadas para o mercado.

Então assim, me parece que num primeiro momento essas Instituições desenvolviam esse papel muito importante, numa perspectiva regional. Mas, depois, eu acho que elas se perderam, com esse negócio da mercantilização elas se tornaram muito mais mercantis do que o próprio sistema privado. Certo? Se a gente for fazer uma comparação com mensalidades por exemplo, entre o sistema fundacional e as privadas. O sistema fundacional está mais caro que o sistema privado, existe uma série de alegações, mas aí me parece que existem muito mais coisas, que a gente precisa olhar mais detalhadamente, por isso, que eu acho tão importante o trabalho que vocês fazem agora, que dá uma continuidade no trabalho de pesquisas que a gente iniciou e precisa ser continuado. Mas me parece que o sistema se perdeu um pouco, tanto é que em Santa Catarina eu não sei como é no Rio Grande do Sul hoje, mas em Santa Catarina muitas das fundações não são mais administradas pelos Municípios, embora o patrimônio delas pertence aos Municípios. É uma coisa que precisa ser muito bem analisada. Eu até entendo que logo, logo, se continuarmos nessa direção de estado, de sociedade, a legislação será mudada no sentido de privatizar essas fundações, claro que até hoje não está sendo possível porque a constituição não permite, que se transfira o patrimônio público para o privado, porque o patrimônio dessas fundações todos eles são municipais, porque tem na sua base uma Lei municipal que cria a fundação e aí elas pertencem ao município. Mas se nós olharmos em Santa Catarina o caso da Unisul de Tubarão e da Univali de Itajaí, elas estão já sendo administradas por instituição corporativas, instituições que estão aí na bolsa de valores, e daí eu vou te perguntar qual o compromisso social que se tem aí? Certo? Não sei, daí é algo muito duvidoso. Até é possível admitir que algumas coisas existam, mas não dá para saber ao certo o quanto estes estudantes estão satisfeitos. É possível perceber muita insegurança e muito descontentamento com o sistema fundacional.

As fundações estão nas mãos de corporações, famílias e grupos de empresários, grupos fortes economicamente que se alteram no poder das fundações e estão sendo vistoriadas por promotores públicos desqualificados de compromisso social. Aí o caminho do fim do sistema está muito próximo.

O compromisso social vai para o espaço, porque, não se olha para isso, se olha como um vai proteger melhor o outro. E a continuidade dos gestores são fechadas, eles não abrem isso para a sociedade. Na verdade, a sociedade civil deveria fazer parte da constituição deliberativa dos poderes que representam as fundações, mas é um engodo o que se faz lá dentro. Grande maioria são empresários ligados a maçonaria....

Vialana Salatino – É professor o contexto é o mesmo me parece que os professores eles não se manifestam, eles têm medo.

Ludimar Pegoraro – Eles estão calados,

Vialana Salatino – Calados, oprimidos.

Ludimar Pegoraro – Sim eles estão numa situação de desconforto porque existe uma outra coisa que também existe uma convivência do Ministério Público, porque o promotor é o primeiro curador das fundações. E o que acontece com o Ministério Público? Ele não está comprometido com o sistema, então eles não querem problemas, hoje no judiciário eles não querem trabalhar, o judiciário não quer trabalhar. No Ministério do Trabalho, com a reforma trabalhista, se faz qualquer acordo e está tudo certo. Com relação às fundações é a mesma coisa. Tudo vale. Muitos promotores e juízes são convidados para serem professores nas fundações. Recebem títulos honoris causa, sem causa nenhuma. Recebem diplomas por trabalhos que não fazem, mas perante a sociedade está tudo muito certo.

Vialana Salatino – E a gente tem uma sociedade que não entende o que está acontecendo né?

Ludimar Pegoraro – Me parece que é uma sociedade adormecida. As consequências já são muito sérias.

Mas se formos falar em compromisso social dessas instituições eu não posso dizer que não tem, mas está difícil de identificar. Eu acho que elas perderam a sua direção, hoje elas são empresas de mercado, são corporações, tem algumas coisas que é difícil também de se qualificar, mas elas estão tomadas por um grupo aí, que se chama maçonaria. A maçonaria ela está na política, ela está no governo federal e hoje ela está na maioria das instituições, não estou falando mal da maçonaria, mas são corporações que se auto protegem, se autodefendem e aí a instituição em si perde alguns valores, algumas direções e acaba virando protecionismo de grupos ou pessoas.

Vialana Salatino – *Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas Universidades Comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?*

Ludimar Pegoraro – Eu não diria que ele é importante eu diria que ele é essencial. Ele é a essência da existência dessas instituições, onde é que nós vamos perceber a importância disso, no seu compromisso social, na relação com a sociedade, no quanto essas instituições vão causar e produzir, usando um termo mais coerente, vão desenvolver? Então como é que a instituição vai se mostrar para a sociedade, naquilo que ela vai desenvolver, naquilo que ela vai criar de condições para que as pessoas se qualifiquem, e isso é o compromisso social que está expresso na sua missão, nos seus objetivos e finalidades, e não só estarem expressos eles precisam ser demonstrados para a sociedade, então se nós pegarmos algumas instituições aí, eu não sei qual a diferença que elas têm do ponto de vista desse compromisso social. Essa relação de instituição comunitária que a própria palavra já diz sociedade, é uma relação intrínseca, ela existe em função disso. E ela deveria privilegiar essa questão comunitária

e seguir a finalidade social dela, o compromisso social dela. E aí ela demonstrar isso através do espaço que ela vai produzir para que os estudantes tenham seu espaço de desenvolvimento profissional e que tenha uma formação do movimento profissional qualificado e, que sejam expressos nas ações que as instituições fazem. Eu ouvi em muitas instituições por aí em que seus dirigentes diziam que a Universidade não é para pobre.

Vialana Salatino – Dói né? É não é mesmo desse jeito...

Ludimar Pegoraro – Aí quando uma instituição tem os dirigentes que pensam dessa maneira, bom daí me parece que fica difícil você falar em compromisso social.

Vialana Salatino – Sim é o compromisso social para qual grupo daí?

Ludimar Pegoraro – Sim, para quem? Embora, hoje, a gente tem um contexto muito diferenciado no Brasil, agora tem uma política federal que a gente está vendo que é exatamente nessa direção, é para os ricos, os filhos deles já não estão mais estudando no Brasil, porque se fosse no Brasil eles não iam pagar mensalidade. Mas como eles estudam fora a um preço, e às vezes até sem preço, daí os filhos dos outros precisam pagar mensalidade.

Vialana Salatino – Isso aí! E pagar caro né?

Ludimar Pegoraro – E pagar caro, que é o que se está tentando fazer agora a nível nacional novamente.

Vialana Salatino – E estão conseguindo.

Ludimar Pegoraro – Sim, uma hora o sistema federal será privatizado se continuarmos nessa direção. A sociedade está parada, a militância político-social parou, agora a juventude é uma outra geração, é um outro contexto político, não tem mais o mesmo comprometimento que a gente tinha. A gente não vê mais a juventude envolvida com um desenvolvimento, com a preocupação com o país, eles estão preocupados com outras coisas. Talvez quando eles..., mas

é a geração desse tempo, a gente não pode pensar que eles precisam pensar como a gente?

Vialana Salatino – A gente também tem uma contribuição nesse pensamento deles.

Ludimar Pegoraro – Perfeito.

Vialana Salatino – Professor, vou seguir com as perguntas, então. **Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias?**

Ludimar Pegoraro – A influência da mercantilização da educação pode ser vista de várias maneiras. Mas eu nem vou falar de questões econômicas, vou falar de valores sociais. Há muita gente na Universidade que não tem a menor noção do que é ensinar e aprender, e eles estão preocupados com uma única coisa, que se chama sucesso. E eu não estou falando só da Universidade Comunitária ela está na mesma direção da Universidade Federal, como é a Universidade privada mercantilista. Percebo que o sistema fundacional ele está pior que o sistema privado mercantil, porque no sistema privado mercantil eles querem um certo resultado e o sistema fundacional comunitário ele não tem dono, na verdade ele tem dono, os que estão mandando, que estão como donos, não são proprietários, a propriedade é da sociedade, mas eles estão aí como donos. Diferente do que é ser proprietário, porque o sistema privado mercantil ele é próprio, ele tem o patrão. E aqui tem o patrão também onde ele quer ser o patrão no sistema fundacional, tem o patrão, entretanto, tem uma outra coisa que para mim é mais grave, que o sistema privado também faz e o sistema comunitário também vem fazendo e agora é muito mais acentuado na comunitária. O fato de eles não terem o plano de carreira, e terem o contingente de profissionais que tinham numa certa trajetória histórica, o sistema fundacional deu um jeito de eliminar esse pessoal, os que tinham uma certa consciência política, ética profissional de formação, acabou sendo expulso dessas

fundações, e daí o que acontece, quem está nessas universidades são recém formados, às vezes a maioria terminou a graduação agora e não tem noção muito apropriada do ensinar e do aprender e não tem domínio didático, pedagógico, filosófico. Eles não têm uma compreensão de para onde é que se vai e de qual é a importância da instituição como instituição social e eu poderia dizer uma série de outras coisas, mas, uma coisa muito séria é que a universidade, o sistema fundacional, não discute mais a sociedade. E o que se ensina na sala de aula está muito mais associado a essa visão econômica, em como você tem que fazer para ganhar dinheiro, e você tem que ganhar dinheiro, porque se você não ganhar dinheiro nessa sociedade você não vai viver. E agora nós nos deparamos com uma outra coisa que é a seguinte, o período pós pandemia, que está nos chamando a atenção para o cuidado com o outro, o cuidado com o outro, e a Universidade não tem cuidado com o outro. Então se ela já vinha de uma crise muito séria, muito pior agora, porque essa Universidade ela está ausente, essa Universidade está trabalhando apenas com o “Ibope”, é como aquele sujeito que vai a Universidade e aprende a fazer marketing pessoal, não tenho nada contra, mas também não sou a favor. O que é o marketing pessoal hoje no contexto socioeconômico que a gente vive? É você tentar mostrar ao outro aquilo que você não é. É vender uma impressão que a Universidade faz muito, então eles ficam pegando coisas muito pontuais, uma coisa chamada de mérito, que para mim hoje passa a ser um problema, nós precisamos ter uma outra consciência que não só a consciência do mérito, porque ela acaba sendo tão desigual, e aí a gente precisa ter uma outra discussão sobre isso. Precisamos identificar qual é o mérito dessas instituições? E a gente não vai encontrar, vamos pegar inúmeros casos e temos que olhar para cada uma delas, e encontrar uma quantidade de situações, que demonstram claramente que elas perderam por completo a função social. Reafirmo que a essência delas é essa

relação com a sociedade e elas se constituem por ela, por isso elas, se perderam no caminho. Hoje elas são instituições de mercado como qualquer uma outra, mas usam do estado ainda. Aqui em Santa Catarina elas não saem das tetas do estado e tratam as questões públicas com desprezo.

Vialana Salatino – O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o compromisso social?

Ludimar Pegoraro – Uma coisa importante que precisamos considerar, quando falamos de Universidade Comunitária, é que elas fazem parte do terceiro setor. E as instituições do terceiro setor acabaram assumindo muitas funções do Estado. O terceiro setor não deve substituir o Estado. Ele deve ser parceiro do Estado. Quem é responsável por definir e implantar políticas públicas é o Estado. Por isso, para mim há um agravamento muito sério, essa postura do atual governo em relação a privatização do sistema federal, com a cobrança de mensalidade, talvez não seja só a privatização, mas a cobrança de mensalidades, isso não existe em outros países, da forma como se faz aqui no Brasil. Portugal por exemplo cobra uma mensalidade, mas quanto que é essa mensalidade? Representa o valor de uma mensalidade do ano todo do nosso sistema, então todo mundo paga, e mesmo assim se não tiver condições de pagar, vai ter alguma forma de continuar estudando. Eu vejo que o sistema comunitário, isso que se convencionou chamar de terceiro setor, porque temos o primeiro que o privado, o mercado e o segundo que é o Estado, acabou assumindo um conjunto de políticas públicas, que não são de responsabilidade dessas instituições. Ele pode ser parceiro do estado, mas ele não é responsabilidade por viabilizar essas políticas. Eu acho que essa é uma questão muito séria hoje, então quem tem que garantir direito é o Estado. Então o Estado, vamos falar de Santa Catarina, quais são as políticas de desenvolvimento social? Como é que o governo

vai decidir isso? O que será que dá prioridade para que essa sociedade se desenvolva de uma maneira mais equilibrada? Enfim, e como serão implantadas as políticas? Isso é de responsabilidade do Estado. O Estado vai fazer sozinho, não, ele vai chamar o sistema fundacional, e vai desenvolver políticas a partir daí. O que queremos? Para onde vamos? E hoje, o que temos? Temos uma sociedade de mercado, nós não temos políticas sociais, por isso, o que regula tudo é o mercado. É só a gente pegar aí a situação em relação aos combustíveis. Porque os combustíveis chegaram na situação que está? Porque não houve mais intervenção do Estado. O Estado colocou todas as regulações para o mercado e os preços todos foram para a mesma direção, aumentos excessivos. Sou a favor da existência de uma política econômica de mercado, me parece possível, mas eu não sou favorável a uma política social de mercado, por isso, quando o Bolsonaro diz que vai cobrar a saúde, vai cobrar a educação, vai cobrar um monte de coisas o que é isso? É uma política social de mercado. Como as pessoas vão conseguir ter acesso a muitas coisas importantes para continuarem suas vidas?

Então, eu entendo que o sistema comunitário é um sistema importante ainda, desde que ele retome seu caminho. E aí, conseqüentemente, quem tem que garantir políticas não é o sistema comunitário. Sua relevância social vai se tornar mais forte quando o sistema se colocar no seu lugar e for parceiro na implantação das políticas públicas, que são importantes para o desenvolvimento da sociedade. É por aí que elas precisam caminhar, seja como fundações isoladas, ou seja como Universidades. Hoje a maioria delas tem um título de Universidade, mas são meras instituições de ensino isoladas, porque a pesquisa e a extensão são inexistentes. Fazem também pauperrimamente o ensino, inclusive.

Vialana Salatino – Até porque não sei se o senhor concorda com isso, mas reduzindo o quadro de professores,

contratando professores menos qualificados, reduzindo currículo né? Como é que vai manter a qualidade?

Ludimar Pegoraro – Sim é isso aí, isso é um outro problema. Um problema do sistema. Mas aí eles alegam os valores de mensalidades, e quando a gente vai ver o valor de mensalidades que eles cobram é mais caro que no sistema privado, algumas vezes é mais do que o dobro e pagam menos seus professores. Contratam professores recém-formados e sem nenhuma formação pedagógica para pagarem menos. Tudo virou um negócio, inclusive enganoso.

Vialana Salatino – *O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?*

Ludimar Pegoraro – Aí você pode olhar o quadro que eu faço lá no livro, aquele quadro ajuda na análise, então uma das coisas importantes é a abertura da Instituição, é a transparência, e a consciência de seus dirigentes, não tem outro caminho. Por isso, que algumas Instituições, às vezes vão bem e outras não. Umás estão melhores, porque passa pela cabeça de quem está dirigindo, uma consciência sociopolítica. Quando colocam, o grupo empresarial faz isso, um dirigente acadêmico sem formação adequada, só com compromissos econômicos, muitos ainda mal preparados, surgem as expressões desse tipo: “a universidade não é pra pobre”, entendeu? Qual é a intervenção social?

Vialana Salatino – É me parece que não é mesmo.

Ludimar Pegoraro – Pesquisa e ensino não é para nós, essa é a visão e consciência do atual governo brasileiro. A grande elite acha que nós não temos que saber nada de ciência, pobre não precisa aprender a pesquisar. Os estudantes têm que formar para o trabalho, devem servir como mão de obra. Devem ser escravos de um sistema capitalista muito arcaico, porque essa nova via entre o social e o econômico ela

não nasceu ainda para nós. A social-democracia também foi um grande engodo. Acho que não tem muito o que inventar é isso aí. É um sistema que eu vejo assim, ou o sistema também vai melhorar e se qualificar ou ele vai sofrer sérios embates.

Vialana Salatino – *Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um compromisso social?*

Ludimar Pegoraro – Veja, tudo isso passa por um projeto pedagógico, a consciência política não é algo que é dado ela tem que ser construída. Mas se nós não discutimos relações e convívio social, se nós não discutimos essa relação coletiva como deve funcionar a Universidade, qual é a emancipação que a gente vai ter? Então o que acontece hoje, você vai se emancipar do que? Então, é a construção de uma consciência coletiva que vai fazendo a cena diferente, senão nós vamos viver cada vez mais isolados. E a emancipação política ela se dá por uma consciência política, é a visão do outro, a visão do coletivo, o cuidado que você precisa ter com o outro, uma série de aspectos, de valores que hoje já não se fala mais. Se a Universidade não traz isso nos seus conteúdos, no seu trabalho de formação, como poderá existir mudanças? Essa é uma questão social do sistema fundacional comunitário. E as pessoas que passam por esse sistema deveriam ter uma visão da vida diferente. Mas o que se discute de comunitário no sistema comunitário? Nada, é pior que o sistema privado ou igual, senão pior que o sistema mercantil. A consciência política dos professores é muito ruim, muito degradante, porque o professor também vai lá com essa visão que hoje todo mundo tem de entregar. Ele vai lá e está entregando aula, o jogador de futebol nem joga mais, porque ele entrega futebol. O Professor entrega a aula, hoje é a linguagem que está na mídia, hoje o mundo está entregando. Uma palhaçada intelectual enganosa.

Vialana Salatino – *Qual o rumo que a educação superior vai tomar em sua opinião? E isso é favorável ou desfavorável considerando o compromisso social?*

Ludimar Pegoraro – Eu acredito que nós estamos sem rumo. Eu não vejo perspectivas, porque o sistema está contaminado. Então precisa retomar algumas coisas a nível nacional, algumas políticas que são necessárias para que essa consciência coletiva se reestabeleça. Por isso, que eu acho que se o sistema comunitário estivesse realmente comprometido, mas não estão, não vai fluir para essa direção. Mas veja, como o próprio sistema indica, comunitário, Se visão fosse trabalhada com mais criatividade no próprio sistema, a nível de processo pedagógico, se os estudantes saíssem com essa consciência diferenciada, se desenvolvessem essa consciência mais aprofundada nos estudantes, aí eu acho que a Universidade retomava muito sua direção. Mas hoje eu não vejo perspectiva, eu acho que nós vamos mais ainda para o individualismo, pior do que já estamos, hoje o mercado é o fim de tudo e isso já está posto. Cada um salve-se como puder. O outro não é mais o meu colega, o meu parceiro, ele é um adversário de mercado.

Vialana Salatino – O senhor acha que daqui a pouco a gente não vai mais ter Universidades Comunitárias e sim privadas?

Ludimar Pegoraro – Certamente se continuarmos nessa direção. Isso só não aconteceu, conforme falei no início, porque a legislação não encontrou ainda um caminho para transferir o patrimônio das fundações para o sistema mercantil privado.

Vialana Salatino – Mas se houver uma legislação?

Ludimar Pegoraro – O caminho já está feito, privadas elas já estão, mercantis elas já estão e são, o que falta é dar o cunho legal. Outra coisa que nós deveríamos estar falando é sobre a questão da regionalização das Instituições e nacio-

nalização, são dois contrapontos que estão aí, muito sérios, porque hoje esse modelo on-line e a modalidade à distância, ele deu uma dimensão de nacionalização para muitas coisas.

Vialana Salatino – E até de internacionalização está se trabalhando hoje né?

Ludimar Pegoraro – Verdade é outra coisa que se você for olhar o sistema comunitário ele tem muito mais de regional, o foco do sistema comunitário é no regional, só que agora com esse modelo à distância, houve uma desconstrução do modelo regional. Você pode analisar, eu tenho um artigo publicado com o Joviles, numa revista paulista que foi publicado com uma orientanda do Joviles, que é sobre a questão da expansão do sistema, nessa dimensão esse artigo pode te ajudar também.

Entrevista o Professor Valdemar Sguissardi

No dia 14 de abril de 2022 realizei a entrevista com **Valdemar Sguissardi**, professor e investigador da educação.

Esse autor é importante para esta Tese, pois faz parte dos referenciais teóricos estudados e citados na escrita dela. E poder entrevistá-lo se fez essencial.

Já aposentado, Sguissardi aceitou participar dessa entrevista que durou mais de 3 horas. Entretanto, permito-me aqui apresentar apenas os recortes relacionados à temática da Tese, utilizando o sinal “[...]” a cada corte nas falas sem relação com a Tese e em conversas pessoais entre entrevistadora e entrevistado. Foi solicitada permissão do entrevistado para a gravação da entrevista por meio do Google Meet.

A entrevista iniciou-se com uma fala sobre a aposentadoria e sobre as produções atuais de **Valdemar Sguissardi**. Em seguida, a entrevistadora expôs a temática da Tese que elabora e fez a primeira pergunta do roteiro semiestruturado da entrevista.

Vialana Salatino – Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a elas atribuído?

Valdemar Sguissardi – Talvez eu deva iniciar por dizer qual é a experiência que tenho com Universidades Comunitárias. A primeira coisa a dizer é que sou “produto” de uma Universidade Comunitária na graduação, a Unijuí, na época denominada Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), com sede em Ijuí, RS; havia campus também em Santo Angelo, Cruz Alta e Santa Rosa. Entre 1963 e 1966 fiz a Faculdade com os Freis Capuchinhos e, como religioso, acabei fazendo a licenciatura em Filosofia e, no 4º e último ano, que se chamava de Didática, pedi permissão para deixar o convento de Ijuí por um ano e ir para o norte do Paraná. Fui para a cida-

de de Paranavaí, onde moravam duas irmãs, e lá fiz o meu quarto ano da Faculdade que, essencialmente, compunha-se de um estágio supervisionado na disciplina de Português da 1ª. Série Ginásial do Colégio Estadual dessa cidade. A gente tinha que fazer uma espécie de exposição escrita sobre Filosofia da Educação para fundamentar o estágio supervisionado e seu relatório final. Como parte das tarefas do estágio supervisionado visitei por duas vezes todas as famílias dos alunos de uma das quatro turmas nas quais eu lecionava. Entrevistei pais e demais membros da família de cada aluno sobre diversos temas, entre os quais sobre as condições econômico-sociais e de estudo. Fiz um relatório desse estágio de umas 300 páginas. Voltei para Ijuí ao final do ano de 1966. A responsável pela Prática de Ensino era a professora Eronita Barcelos que, depois, chegou a ser Reitora da Unijuí. Obtive nota máxima. Enfim, fui aprovado porque as diversas disciplinas pedagógicas que compunham o 4º ano, de Didática, eu já as tinha antecipado.

Então essa é a minha primeira experiência em uma instituição comunitária. Diria que foi uma formação de alto nível. Tenho escrito sobre isso. Sobre as razões dessa avaliação. No memorial que fiz para o concurso de professor titular da Universidade Federal de São Carlos, em 1992, escrevi, pelo menos umas dez páginas das suas cem, sobre minha experiência de Ijuí, da Faculdade de Filosofia, do Movimento Comunitário de Base, e de tantas outras coisas sobre o que eu posso falar mais adiante.

Esta foi minha primeira experiência. Depois disso, envolvi-me, como professor, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (municipal) de Paranavaí em 1967. Em 1968 e 1969, fiz pós-graduação na USP. Finda a pós-graduação (Curso de Especialização de 2 anos em Metodologia do Ensino Médio), em janeiro de 1970, candidatei-me a uma vaga de professor da recém-criada Universidade Estadual de Maringá (UEM);

criada em janeiro de 1970, em março eu já era um dos seus primeiros professores; isto há 52 dois anos.

Como professor da UEM e tendo sido eleito chefe do Depto de Educação em março de 1970, sete meses depois fui para a França para fazer o doutorado. Como disse, eu já tinha feito um programa de pós lato sensu que era considerado equiparável a um mestrado no Brasil (vários colegas puderam fazer o doutorado em seguida), mas, quando cheguei a Paris, para fazer o doutorado, com bolsa doutorado da Capes, fui aconselhado por meu futuro orientador a fazer primeiro o mestrado, depois o doutorado. Consegui que a Capes concordasse com a mudança da bolsa – de doutorado para de mestrado – e fiz o mestrado em dois anos, para, depois, em três anos e meio, fazer o doutorado, sempre como bolsista da Capes. O mestrado concluí em junho de 1972 e o doutorado, em 30 de janeiro de 1976.

Voltei para a Universidade Estadual de Maringá, onde trabalhei por quatro anos e, depois, mudei-me para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na qual trabalhei por treze anos, ao final dos quais aposentei-me no serviço público e vim para a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) em 1992, universidade em que trabalhei por mais dezoito anos até me aposentar em 2010.

Desde 1983 dedico-me a estudos e publicações sobre políticas de educação superior. O tema das instituições de educação superior comunitárias nesse tempo esteve sempre presente como parte do objeto de meus estudos, embora sem ter sido um objeto específico. Além da experiência da graduação na Fidene, acompanhei a trajetória de algumas outras comunitárias do RS. Fiz conferências na Universidade de Santa Cruz do Sul, RS (Unisc), e na Universidade de Passo Fundo (UPF). Com a de Caxias do Sul (UCS) não tive nenhum contato maior. Depois, aqui no Estado de São Paulo, tive experiência, como professor de graduação e pós-graduação, na Unimep, que é considerada uma comunitária (confessional),

embora não tenha muita semelhança com a Unijuí. Tive contato com a Universidade de São Francisco (USF) de Bragança Paulista, onde fiz conferências. Também tive contatos frequentes (conferências e minicurso) com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Fui membro das bancas de qualificação e de defesa pública de uma Tese sobre as instituições comunitárias, escrita e defendida por Mariluce Bittar.

Mariluce Bittar era professora da UCDB, coordenava um grupo de pesquisa, tendo falecido alguns anos depois da defesa de sua Tese. Tendo participado da banca final, fui convidado por ela para fazer o prefácio do que deveria ter sido o livro publicado pela Editora da Unijuí, sobre as comunitárias, decorrente dessa Tese. Nunca fiquei sabendo das razões exatas porque o livro não foi publicado. Soube que sua publicação teria sido aceita, contanto que se fizessem algumas mudanças, que ela não teria conseguido fazer a tempo, antes de adoecer e falecer de um tumor cerebral. Até hoje temos, então, uma Tese que poderia ter sido publicada como livro. Algum tempo após sua morte, fizemos uma tentativa junto a seus familiares para a publicação do livro, nem que fosse no formato e-book; penso que foi a melhor Tese que já li sobre as instituições comunitárias. Como forma de homenagem póstuma, foi criado um grupo de pesquisa em educação com seu nome dela na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Mais tarde, tive contato com o professor Walter Frantz, que foi Reitor da Unijuí e que escreve muito sobre as comunitárias. Estive na Unijuí várias vezes. Encontrei-me com o prof. Mário Osório Marques ou Frei Matias (de São Francisco de Paula), que foi o criador, grande pioneiro, incentivador e construtor, eu diria, da Unijuí. Estive com ele um ano antes de ele falecer de diabetes, com sessenta e sete anos, salvo engano. Conversamos muito sobre os velhos tempos do Movimento Comunitário de Base. Tínhamos planos de escre-

ver juntos sobre o Movimento Comunitário de Base, porque eu lhe havia falado que tinha escrito sobre este Movimento e sobre a própria Fidene em meu Memorial de Concurso de Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ele interessou-se e me propôs de escrevermos juntos um livro, uma coletânea; infelizmente, não deu tempo, ele faleceu.

Depois conheci, assim de relance, uma obra de alguém que foi aluno e professor da Unijuí e que hoje mora no Rio de Janeiro, cujo nome é Cândido Grzybowski. Ele tem uma Tese sobre o movimento comunitário de base. É hoje um dos líderes de uma importante ONG, Ibase, no Rio de Janeiro. Tem sido um dos animadores, dos responsáveis pelos fóruns sociais mundiais de Porto Alegre. Sociólogo, viveu na França, onde foi exilado. Casado com Lourdes Carvalho que foi aluna da Unijuí, também da Fidene, militou na JEC na época em que militamos juntos no Movimento Comunitário de Base, no teatro para agricultores, na organização das associações de bairro e dos núcleos da Frente Agrária Gaúcha, nos anos 1963 e 1964, até o Golpe Militar de 1º de abril desse ano.

O que mais posso dizer? Que participei recentemente da banca de uma Tese sobre uma Universidade Comunitária do Vale do Paraíba, aqui no Estado de São Paulo. O livro, decorrente da Tese, defendida na Unimep, foi publicado. O orientador foi o colega Bruno Pucci, especialista na teoria crítica de Frankfurt, que também orientara a Tese acima referida de Mariluce Bittar na UFSCar. O autor da Tese inspira-se bastante tanto na Tese da Mariluce Bittar quanto no livro que Mário Osório Marques escreveu, intitulado Universidade Emergente – O ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983 (Ijuí: Fidene, 1984).

Essa é a minha experiência de Universidade Comunitária, da sua discussão: seja pela Tese da Mariluce Bittar, seja por minha experiência, seja pela Tese desse outro autor sobre a Universidade do Vale do Paraíba. Tenho escrito algo sobre as universidades comunitárias e a aprovação de lei a

elas concernente em Relatório de uma consultoria para o Conselho Nacional de Educação, em 2014, que tratava das políticas de expansão da e acesso à educação superior no Brasil – 2002-2012, e, há cerca de três anos, um artigo sobre o provável futuro das instituições de educação superior comunitárias e confessionais. Seu título: O que será das instituições de educação superior comunitárias e confessionais? (Comunicações Piracicaba v. 25 n. 3 p. 27-42 set.-dez. 2018 – DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v25n3p27-42>).

Vialana Salatino – *Em relação às Universidades Comunitárias você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante em termos do compromisso social a elas atribuído?*

Valdemar Sguissardi – Se eu não falasse da minha experiência não daria para entender muito o que eu vou falar a seguir. Falarei da minha experiência, do que eu vivi e como vivi na Fidene, que, depois, transformou-se numa universidade comunitária, mas que, desde o início, teve esse objetivo de trabalhar com o chamado comunitarismo, com a questão comunitária.

Aí existem diversos autores que tratam dessa temática. O Mário Osório Marques, com certeza, cita em seus livros quais foram as principais inspirações na criação dessa fundação e, depois, do Movimento Comunitário de Base.

O Movimento Comunitário de Base em Ijuí nasceu em 1961, por aí, e se estende até o final dos anos 1970. Foi o movimento que caracterizou, que marcou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou a Fidene de meu tempo. Diante da ideia do comunitarismo, surge logo a ideia da comunidade, a comunidade local. Você não funda uma universidade para pensar primeiramente a nação, para pensar o mundo. O primeiro objeto, o mais próximo, de uma Universidade Comunitária deveriam ser os problemas dos municípios, regionais, onde se instala a universidade. No caso da Unijuí, eles

conseguiram que essa fundação tivesse participação financeira, salvo engano, de 16 municípios da região. Então cada município estabelecia lá um tanto, um quantum, não sei se era um percentual ou um índice da arrecadação municipal, dos impostos; não sei se a fonte era o ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), que tipo de imposto era, para a fundação. E a fundação, você sabe a história... As fundações, em princípio, têm que ser constituídas por um patrimônio e um conselho administrativo que administra esse patrimônio, sem fins lucrativos. Então não existe um proprietário, não é uma Cogna (maior empresa de educação do país), não tem acionistas, não tem donos. É uma fundação e as fundações têm origem ainda na Grécia antiga. Estão muito vinculadas à área da solidariedade, da benemerência, da saúde. Por isso, as Santas Casas em geral são fundações.

Sobre fundações e a história das fundações eu tenho um capítulo inteiro no livro que é este aqui [...] (mostra e indica o Livro Universidade, fundação e autoritarismo, sobre a história da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, do qual lê o Sumário). Há um momento que, no Brasil, se começou a falar sobre transformar todas as Universidades Federais em fundações. Foi lá por 1967. Houve, em 1967, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a educação superior e, no interior desta, muitos debates, muitas exposições em que se discutia a questão da fundação.

A fundação na universidade também foi proposta por um assessor norte-americano chamado Rudolf Atcon, que era ligado à USAID (United States Agency for International Development), que, em 1965, durante a ditadura militar, foi convidado para visitar as quatorze universidades federais de então, fazer uma análise e emitir um parecer/proposta de reforma. Ele escreveu um parecer chamado Rumo à reestruturação da universidade brasileira, em que defendia a adoção do modelo fundacional, da fundação.

Existem fundações de todo tipo. Nesse capítulo desse meu livro isto fica claro. Ali se discute tudo isso, primeiro, a partir das ideias do Atcon; depois, a partir os relatórios de uma comissão Brasil-Estados Unidos [...] enfim, tinha um grupo de especialistas norte-americanos e brasileiros que propunham ideias para a reforma universitária que se daria via Lei 5.540 em 1968.

Voltando lá, o nascimento de uma universidade comunitária como a Unijuí – eu sempre me refiro e me baseio na experiência de Ijuí –, com essa finalidade de pensar a região, os problemas regionais e sociais de Ijuí, isto implica na importância da extensão universitária como um elemento-chave. Aliás, a Fidene/Unijuí tem uma revista – Educação e Contexto – que o Mário Osório Marques editou durante muito tempo. Se você conseguir a coleção desta revista, vai encontrar muita coisa ali sobre universidade comunitária; tenho alguns números aqui. Na Unijuí, em sua Biblioteca Central, você pode conseguir um documento importante do Movimento Comunitário de Base, que se chama Uma Comunidade em Busca de seu Caminho, elaborado pelo Mário Osório Marques e pelo Argemiro Brum, em que tratam da universidade comunitária e desse movimento comunitário de base. O Argemiro Brum, professor de Economia da Fidene, nos meus tempos (anos 1960 em diante), é o pai da Eliane Brum, grande escritora, jornalista, que vem escrevendo bastante na Revista Época e no jornal El País. Trata-se de uma das melhores cientistas políticas do Brasil. O Argemiro foi meu professor lá em Ijuí. Era dos mais jovens, recém-formado. Faleceu faz pouco tempo [...].

O que eu quero dizer é o seguinte: a Fidene/Unijuí nasceu assim. Não é uma universidade pública, ou melhor, não é estatal. Para mim, nós temos um Estado composto por dois núcleos fundamentais, o núcleo dos interesses públicos e o núcleo dos interesses privado-mercantis. Isto desde o nascimento do Estado liberal com Hobbes, Locke e daí em diante.

Sou professor de Teoria do Estado e então conheço um pouco essa história e a literatura a respeito. O que eu quero dizer é que, dizer que uma universidade é pública porque é estatal, não é correto, porque há muita empresa estatal, muito instituição autárquica que tem muito pouco de público. A Petrobras, por exemplo, é estatal, mas eu não posso chamá-la de empresa pública. Por quê? Porque 51% são ações de um Estado que, por sua vez, tem a uma grande parte dos seus interesses, de seus objetivos, privado-mercantis; a outra metade dos acionistas, ou 49%, são acionistas institucionais e não institucionais, que também são proprietários da Petrobras. Então, desse ponto de vista ela não é uma empresa pública, ela é uma empresa do mercado de capitais como o Banco do Brasil; a Caixa Econômica Federal já não, porque ela não tem capital aberto.

Então, voltando lá, as universidades são estatais, estatais federais, estatais estaduais e estatais municipais. E existem as privadas, e as privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos. As sem-fins lucrativos podem ser comunitárias, confessionais, filantrópicas – hoje não se utiliza muito o termo filantrópica. Temos as privadas, privadas simplesmente, digamos a Fundação João Pinheiro, a FGV (Fundação Getúlio Vargas) que são fundações e as fundações podem ser de direito público ou de direito privado. A Universidade Federal de São Carlos, por exemplo, é uma fundação de direito privado, mas é mantida pelo fundo público, pelo dinheiro público do Estado. Então, é uma fundação de direito privado mantida pelo fundo público do Estado, pelo conjunto de impostos, contribuições e taxas, que, tudo isso forma o fundo público federal, estadual e municipal. Quando uma universidade é mantida, constitucionalmente, pelo fundo público, significa que ela é mantida pelo dinheiro chamado público, o dinheiro do fundo público. E as comunitárias então são parte das universidades privadas porque não são estatais. O estatal e o privado, segundo entendo, não são opostos. O que

é oposto ao público? Uma coisa é o estatal, outra coisa é o não-estatal; uma coisa é o público, outra coisa é o privado, e outra, ainda, é o privado-mercantil. De tudo isso, naquele relatório que eu vou te mandar, Estudo Diagnóstico das Políticas de Expansão (e acesso à) da Educação Superior no Brasil – 2002-2012, se fala um pouco. Porque uma universidade privada pode ter fins lucrativos, não ter fins lucrativos; dentre estas, que não têm fins lucrativos, algumas são fundações privadas e, outras, fundações públicas. Em geral, as comunitárias e/ou confessionais são fundações. A Unijuí é uma universidade comunitária, mantida por uma fundação, a Fidene. E isso é importante saber: em geral se confundem as comunitárias com as confessionais, porque são, em geral, as ordens religiosas que tomam a iniciativa de criar instituições sem fins lucrativos, preocupadas com a questão social, com a questão comunitária. Daí essa associação frequente entre confessional e comunitária.

Da COMUNG, aí do Rio Grande do Sul, composta de 14 universidades, tem algumas que são comunitárias-confessionais, como era Unijuí, mas penso que hoje está não seja mais caracterizada como confessional, porque a ordem religiosa fundadora abriu mão de todo o patrimônio e o entregou a uma fundação (Fidene), que deve ser laica. Normalmente uma fundação se constitui via doação de uma ordem religiosa, de um empresário de petróleo ou de outro ramo de negócios, que resolve doar em vida ou a partir de seu testamento, digamos, 20% de todo seu patrimônio para criar uma fundação. Esse patrimônio tem que ser administrado por um conselho de administração sem receber nada, sem fins de lucro, para oferecer serviços seja de educação, seja de saúde, isto é, aquilo que era o objetivo proposto para tal fundação. Então as fundações normalmente são criadas dessa forma: inicialmente pela constituição de um patrimônio. A UnB – Universidade de Brasília – que é federal, foi criada em 1961 como fundação. Recebeu, como patrimônio, um conjunto de

superquadras do Plano Piloto de Brasília, ações da Rádio Nacional, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e, com isso, constituiu-se a fundação mantenedora da UnB. Mas, apesar de ter uma fundação mantenedora, com todo esse patrimônio, nunca conseguiu sobreviver só com os rendimentos ou dividendos desse patrimônio. Portanto, ela teve que sempre receber ajuda do fundo Público Federal, do Ministério da Educação, como qualquer outra universidade federal.

Depois do golpe de 1964, a UnB e todas as universidades federais que foram criadas, até recentemente – não sei as últimas – mas em geral as criadas desde a UnB, em 1961, o foram como fundações. Até então, até a UnB, as universidades eram criadas como autarquias: a federal do Rio de Janeiro é uma autarquia, a Federal de Santa Maria e a Federal do Rio Grande do Sul são autarquias e assim por diante. A UnB, a UFSCar, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e todas as mais recentes são fundações, mas poucas delas tem, de fato, um patrimônio. A que tem o maior patrimônio é a UnB: 40%, aproximadamente, do que ela gasta em custeio, em manutenção, água, luz, laboratório, seria coberto por recursos da própria fundação, o que não ocorre com a Federal de São Carlos, por exemplo, que não tem patrimônio a não ser o campus, antiga fazenda desapropriada e doada à fundação (FUFSCar) pelo município de São Carlos. Hoje, a UFSCar possui quatro campi assim distribuídos: São Carlos, Sorocaba, Araras (antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool) e Lagoa dos Sinos (Buri, São Paulo); este campus foi doação do escritor Raduan Nassar, que escreveu o clássico *Lavoura Arcaica*. Nassar doou uma fazenda, contanto que ali se criassem determinados cursos voltados para as necessidades da região.

Então, temos as comunitárias que nascem, em princípio, com essa mentalidade, religiosa ou laica, voltadas para ações sociais muito mais do que as universidades privadas em ge-

ral, em especial as com fins lucrativos, cujo objetivo último, no caso desta é, normalmente, a valorização do patrimônio, do capital. As com fins lucrativos, capital aberto e ações em bolsa de valores, fazem parte do Mercado de Capitais. Por exemplo, agora na pandemia, qual é o problema das grandes empresas que têm fins lucrativos para evitar prejuízos? É reduzir ao máximo o quadro de professores, aumentar a carga de trabalho dos remanescentes, além de diminuir-lhes o salário, para poder continuar lucrando, continuar valorizando as ações, de tal forma que os aplicadores, os acionistas do mundo inteiro, sabendo que, apesar da crise, elas vão indo bem financeiramente, continuem a comprar suas ações. Com isso, valorizam suas ações e são dispensadas de ter que depender de empréstimos bancários para sua manutenção e eventual expansão. Essa é a grande vantagem da abertura de capital e entrada de uma empresa na bolsa de valores.

Basicamente é isso: elas nasceram assim e essa experiência minha da Fidene/Unijuí me mostrou isso. De todas as faculdades que eu conheci à época esta era a que melhor demonstrava essa preocupação social, com seu Movimento Comunitário de Base que, como disse acima, foi criado por obra do Frei Matias, Frei Leonardo, do Argemiro Brum e outros voluntários. Tinha-se essa ideia de como fazer com que a universidade não fosse apenas "privilégio" de alguns dos estudantes, dos jovens que conseguissem entrar na faculdade, mas que também, de alguma forma, estivesse beneficiando a comunidade como um todo. Então, a extensão universitária, o Movimento Comunitário de Base, por exemplo. Havia, inclusive a preocupação com o setor infantil. Para tanto, criou-se, em Ijuí, uma biblioteca infantil sob responsabilidade, salvo engano, da Fidene. O frade capuchinho que coordenou essa biblioteca, na minha época de estudante na Fidene – 1963-1966 – foi o Frei João Batista, preto. Havia, igualmente, um movimento de organização de associações de bairros, para tratar dos problemas de cada bairro: problemas de escritura

dos lotes, do esgoto, da água, do transporte público. Como Ijuí era uma região rural, um município rural, desenvolveu-se, a partir da Fidene, em conjunto com a Cooperativa Triticula Serrana de Ijuí (Cotrijuí), um movimento aliado da Frente Agrária Gaúcha (FAG), de âmbito estadual, que se ocupava da nucleação dos pequenos agricultores e sem-terra. Eram os núcleos da FAG. Chegamos a criar, de 1963 a 1965, cerca de oitenta desses núcleos de pequenos agricultores em Ijuí, Cadeado, Ibirubá e outros municípios da região de Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa etc.

Como se pode ver, o Movimento Comunitário de Base foi uma atividade típica de uma instituição comunitária de educação superior, pois teve uma preocupação muito grande com a extensão e com a pesquisa. Diante da pergunta sobre que pesquisa se iria fazer? A resposta seria: a que interessa à região, isto é, a pesquisa com função social, visando resolver, superar os problemas regionais: fazer ciência, como dizia Galileu, nas palavras Berthold Brecht, em seu livro Vida de Galileu, para alívio da miséria da existência humana. A ciência tem que ter uma função social por excelência. E numa universidade comunitária... essa era a impressão que eu tinha: que, ao estudar na Unijuí, na Fidene, eu estava aprendendo a fazer ciência, a fazer principalmente ação social, extensão com esta finalidade de aliviar a miséria da existência dos pobres, dos pequenos agricultores, da população em geral. Para tanto, os vários campos de atuação. É só pegar esse período. Não sei hoje como é, mas durante dez a quinze anos, se se verificarem os planos de desenvolvimento da universidade, os relatórios anuais da Fidene, os projetos de pesquisa, os projetos de extensão, ver-se-á que eles tinham essa característica. Eu trabalhei, por exemplo, com a nucleação dos agricultores; trabalhei em programas de rádio para agricultores; como estudante, envolvi-me com teatro para agricultores. Tínhamos um grupo de teatro que realizou em torno de vinte e cinco apresentações durante

o ano de 1963, nos fins de semana, nas capelas do município de Ijuí. Depois veio o golpe de 1964, quando tivemos que suspender todas as atividades externas do Movimento. As apresentações de teatro eram feitas na carroceria aberta de um caminhão Mercedes Bens, dos frades capuchinhos. A gente anunciava, em programa de rádio para agricultores, na semana que antecedia a apresentação, em que capela e em que horário do domingo seguinte iria ocorrer a apresentação do grupo de teatro da Fidene. No dia, íamos na carroceria do caminhão de quarenta a cinquenta pessoas estudantes; chegava-se no destino, abria-se a carroceria, improvisava-se um palco e, ali, faziam-se esquetes, pequenas peças teatrais, entoavam-se cantos populares com letras modificadas, tudo focando a problemática da agricultura, da reforma agrária, da política brasileira, da necessidade de reformas – era o período das chamadas Reformas de Base, antes de 1964. A gente estava nesse envolvimento total. Então, vinha gente de diversos lugares do Brasil para ver, participar e aprender. Tínhamos um Centro Popular de Cultura (CPC) ligado à União Nacional de Estudantes (UNE). Envolvi-me com esse grupo, seja fazendo parte de um grupo de jogral, que declamava poemas constantes de publicações da UNE chamados de Cadernos do Povo – Violão de Rua. Ali havia poemas de Vinícius de Moraes, de Moacir Félix, de Ferreira Goulart, entre outros, todos com temática social. [...] O que eu quero dizer é que, depois do golpe de 1964, continuamos trabalhando internamente à Faculdade, fazendo reuniões, chamando o povo para vir para Faculdade, para reuniões, cursos, mas com todo o cuidado para não sermos presos, para não termos problemas com a ditadura, e muita gente teve problemas. Então, essa experiência de uma universidade comunitária foi para mim a riqueza da minha formação na graduação.

Depois da Fidene, fui ser professor, tanto no Ensino Médio (Filosofia, Sociologia) como na Faculdade (Didática e Filosofia), em 1967. Em 1968 e 1969 fui para a Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo (USP). Como universidade estatal pública, era bastante crítica em termos científicos e sociais. Ali se tinha maior liberdade de pensamento e de ação. Na USP havia os movimentos de docentes e discentes que se opunham à ditadura empresarial-militar, aos acordos do Ministério da Educação com a USAID. Faziam-se frequentes manifestações das quais participei nessa luta contra a ditadura nos anos 1968 (ano do Ato Institucional n.5 – AI-5) e 1969.

Em 1970, como já dito, ingressei na recém-criada Universidade Estadual de Maringá e, em setembro desse ano, fui para a França. Lá passei a me encontrar com gente (principalmente, estudantes) do mundo inteiro, muitos envolvidos em movimentos revolucionários. Participei, desde que lá cheguei, de uma Comunidade Latino-americana de Estudantes, que organizava apresentações de teatro, de filmes, críticos da situação vivida pelos países latino-americanos. Contava-se, então, com uma biblioteca comunitária. Envolvi-me bastante com essa biblioteca que contou com a colaboração de um bibliotecário de um Centro de Documentação, do México, onde atuava o famoso jesuíta Ivan Illich, autor de uma obra famosa, intitulada *Uma sociedade sem escolas*.

Voltando ao tema da universidade comunitária, preciso dizer que, na minha concepção, ela é uma variante de instituição privada. É privada no sentido de que não faz parte do Estado. É privada sem fins lucrativos, ou seja, é uma IES privada que tem uma preocupação com o social que a distingue das IES privadas em geral. Dizer que ela não é pública eu acho um erro, porque ela é privada administrativamente, mas tem igualmente um caráter público, tanto quanto as estatais, porque o público e o privado não se opõem. O que se opõe ao público é o privado-mercantil. A minha vida privada não é um mal. Meu carro, a minha casa são bens de uso, não mercadorias, valores de troca, que criam valor. O que é um mal é o que não se concilia com os interesses públicos, ou

seja, é o privado mercantil, é a transformação, seja da ciência, seja do saber, de tudo, em mercadoria, em algo que produza valor, que produza mais-valia. Então, quando se mercantiliza a educação, faz-se daquilo que deveria ser um bem público um bem privado-mercantil; transforma-se em mercadoria algo que deveria ser apenas um valor de uso, não um valor de troca, valor, para usar a terminologia marxista. [...]

Se se transforma o ensino e tudo o que se faz numa universidade em algo para lucrar, para valorizar ações, para que no mercado de ações se compita com outras instituições... O que o Future-se (Projeto de Lei 3.076/2020) está propondo? Que as instituições (universidades e institutos) federais transformem-se a médio prazo em organizações sociais (OS)? Que possam concorrer, que possam competir entre elas? Isto é típico do neoliberalismo. Está na base do neoliberalismo a ideia de exacerbar a competição, a concorrência, que é algo típico no capitalismo desde o seu início, mas que, agora, no neoliberalismo, isso se tornou tão vital... Então, o essencial é que tudo tem que ser transformado em mercadoria, tudo tem que visar a competição. Para o atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, precisava-se acabar com tudo aquilo que, na Constituição Federal de 1988, estabelece que as instituições, como as universidades federais, sejam mantidas pelo Fundo Público. Por isso estas instituições não precisam agir como empresas, não precisam agir como quem vende serviços, como quem cria valor, quem utiliza a ciência, a pesquisa, como valor de troca. Ele defende que as universidades federais deixem de depender do Fundo Público para sua manutenção e vendessem projetos, consultorias, cobrassem mensalidades, anuidades; que conseguissem recursos com parcerias público-privadas junto a empresas, a fundos de investimentos etc. Uma instituição comunitária foge disso, não é uma pública estatal, não é mantida pelo dinheiro público, mas, mesmo cobrando anuidades, tem uma fundação sem fins lucrativos, ou seja, não tem um dono, não

tem um proprietário, nem acionistas. O “cara” pode ser reitor da Unijuí ou da UCS. À hora que ele disser “eu caio fora”, ele sai com o que ele tiver no banco, que ele recebeu como salário, mas nenhuma cadeira, nem um livro ele pode levar, porque ele não é dono, a comunitária não tem dono. É isso uma universidade comunitária.

Vialana Salatino – Na sua opinião o compromisso social é importante de ser mantido pelas universidades comunitárias no cenário da mercantilização da educação superior?

Valdemar Sguissardi – Se há uma coisa que é importante, não só nas comunitárias mais nas universidades como um todo, é a resistência à mercantilização. Isto se dá com esse compromisso social, com o fazer do ensino um bem público, um serviço público e não um bem privado-mercantil, não uma commodity, não um valor de troca. Essa luta é das comunitárias e tem que se manter porque é uma das formas de se resistir ideologicamente à avalanche das privado-mercantis que têm como objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão, apenas formalmente, apenas nos documentos oficiais. Do ponto de vista vital, do ponto de vista real, pragmático, é o lucro, é a valorização das ações; doutra forma, não teria sentido abrir o capital, ser privado com fins lucrativos. E isto é parte do avanço do neoliberalismo e das mudanças que vêm ocorrendo na economia, no Estado, porque até cinquenta anos atrás era muito difícil se pensar numa empresa de educação com fins lucrativos. No Brasil isto está acontecendo desde 1997, desde os decretos 2.207 e 2.306, o primeiro de abril e o segundo de agosto de 1997, pelos quais se legaliza, de alguma forma, a mercantilização, a transformação da educação numa mercadoria. Daí em diante, dez anos depois, em 2007, quatro dessas empresas abrem o capital e entram na Bolsa de Valores de São Paulo: a Kroton/Pitágoras, a Anhanguera, a Estácio e a Sistema Educacional Brasileiro (SEB). A Kroton, em 2007, tinha vinte e sete mil alunos e,

em 2013, seis anos passados, já tinha cerca de quinhentos mil alunos. A USP levou quase 90 anos para chegar a 80 mil alunos; a USP que está no estado mais rico da federação. A Kroton, em seis anos, multiplicou vinte vezes seu número de alunos. Depois, em 2014, incorpora a Anhanguera, com outros quinhentos mil alunos e chega praticamente a um milhão de matrículas na educação superior e mais quinhentas mil na educação básica, contando com cerca de 850 escolas neste nível. A Kroton, hoje transformada na holding Cognia, é uma empresa tão importante que tem características de uma grande empresa econômica, tipo a Vale do Rio Doce, a Petrobras, com dez vice-diretorias. No estudo diagnóstico, de 2014, a que já fiz referência, descrevo tudo isso, inclusive a incorporação da Anhanguera pela Kroton, formando-se verdadeiros oligopólios no setor.

Vialana Salatino – pensando em tudo que o senhor falou professor, como vamos ter qualidade na educação, principalmente em termos de compromisso social, como olhar no entorno, se para competir estão cortando currículo, demitindo, contratando professores menos qualificados etc.?

Valdemar Sguissardi – Se o objetivo for o lucro, a formação é a que for possível, principalmente em áreas que não exijam muito investimento por parte da instituição de educação superior. Então, nesse estudo que eu gostaria que você pudesse ler todo, você vai se dar conta de uma porção de coisas, que eu destaco, por exemplo, em que áreas investem as instituições privado-mercantis? Fiz um levantamento: eles não investem quase em engenharia, medicina, cursos que precisam de investimento em laboratórios, mas principalmente investem em Direito e Negócios. Cerca de 48% a 50% das matrículas da educação superior privada-mercantil estão numa única área, que é Direito e Negócios, Administração, Contabilidade. O restante são as universidades públicas que estão oferecendo, as federais, estaduais,

municipais e as privadas sem fins lucrativos, as comunitárias, quando podem, quando têm condições, porque a maioria das comunitárias estão tendo problemas, porque não estão conseguindo vencer a concorrência. Esse artigo que escrevi sobre o futuro das comunitárias está focado nisso.

Vialana Salatino – Como você percebe a influência da mercantilização da educação no compromisso social das Universidades Comunitárias? Creio que o senhor já respondeu a essa pergunta, nas respostas anteriores; quer falar um pouco mais sobre isso.

Valdemar Sguissardi – Creio que sim, já falamos um bocado nisso.

Vialana Salatino – No seu ponto de vista quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitária em relação ao compromisso social diante do cenário que se apresenta?

Valdemar Sguissardi – Como disse antes, não estou vivendo, não estou acompanhando as vicissitudes das comunitárias hoje. No caso da Unimep, que está falindo; a Unimep, a Metodista de Piracicaba está falindo; a de São Paulo, São Bernardo, chamada de Universidade Metodista de São Paulo (Unimesp) também está com dificuldades e concentrando-se cada vez mais na educação a distância, e nessas áreas em que não exigem grandes investimentos. Aqui, a Unimep já fechou mais de metade dos cursos, os cursos diurnos; já fechou o campus de Santa Bárbara do Oeste, um campus moderno, prédios modernos; Lins, outro campus também está quase totalmente fechado. Apenas para dizer que acompanho os problemas seriíssimos de uma comunitária confessional que é a metodista de Piracicaba. Mas posso citar as dificuldades que a PUC do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, e a de São Paulo; as PUCs, em geral, estão tendo problemas; a própria Unijuí está tendo muitas dificuldades. O número de alunos, por exemplo: a Unimep já teve quatorze ou quinze mil alunos e hoje tem dois mil. Enfim, algumas delas estão se salvando,

não sei se é o caso da PUC do Rio Grande do Sul ou da PUC do Paraná. São aquelas que, por formas de atuação empresarial, por planejamento estratégico empresarial, devem ter contornado, conseguido superar alguns dos limites que outras não conseguiram. Essa Tese aí, de que falei anteriormente, está mostrando, para a autora, que é professora há muito tempo e tem sido responsável pelo setor de avaliação institucional da universidade...ela está se dando conta do que a Unimep não teria feito que essas grandes empresas fizeram. Isso sem entrar no mérito quanto à questão moral/ética etc. Mas, como forma de garantir a sobrevivência, então o que elas podem fazer? A primeira coisa é verificar do ponto de vista empresarial e institucional todas as possibilidades que elas possam encontrar de conseguirem sobreviver, buscando recursos junto a instituições públicas, porque por exemplo, na pós-graduação, as bolsas da Capes e do CNPq são uma fonte de recursos. Hoje, infelizmente, a própria Capes está sendo abandonada pelo atual governo; hoje, está recebendo recursos que correspondem a 1/5 ou pouco mais de um quinto do que recebia há cinco anos. Hoje a Capes, tendo que coordenar cerca de 4.600 programas de pós-graduação, mais do que o dobro do que existia há quinze anos, com 400 mil mestrandos e doutorandos, mais do que o dobro do montante de 15 anos passados, hoje ela está recebendo o mesmo volume de recursos. É como se disséssemos que hoje a Capes está oferecendo ajuda de bolsas e auxílios no valor total de 1/3 ou 1/4 do que oferecia cinco anos atrás. Isso é um absurdo porque estamos destruindo o sistema de formação de pesquisadores. Porque a Capes, hoje, tem por função essencialmente ocupar-se da formação do pesquisador e não tanto com a formação do professor universitário, como quando foi instituída.

Um dos grandes déficits, dos problemas, na formação pós-graduada no Brasil é não se preocupar com a formação do professor, porque uma coisa é ser um especialista em

matemática e física, um grande pesquisador, e outra é ser professor. O “cara” não vai ser um grande professor se não for um bom matemático também, mas só ser matemático, sem estudar psicologia de grupos, dinâmica de grupos, relação professor-aluno, relação mestre-discípulos, se não houver esse treinamento também, o “cara” pode ser o melhor pesquisador de física do mundo, mas pode ser o pior professor. Então o que tem que fazer? Como disse, não tenho muitos conselhos a dar; o que eu estou dizendo é que as causas dessa situação pode ser duas: primeiro, a mercantilização, abertura de capital e entrada na bolsa de valores de certo número de empresas de educação, a concorrência com essas instituições que barateiam o ensino reduzindo o salário dos professores, conseguindo recursos junto aos acionistas na bolsa de valores. Então, a mercantilização, a privado-mercantilização da educação superior é uma das causas do fracasso das comunitárias, das privadas sem fins lucrativos, das comunitárias-confessionais. O segundo fator, normalmente, pelo que estou entendendo, dá-se porque os responsáveis pela administração dessas instituições não se atualizaram em termos de formas de desenvolvimento dessas instituições, sem precisar cair no mercantilismo, na mercantilização, na transformação do ensino e da pesquisa e da extensão em mercadoria. Seria falta de melhor administração. Esse é meu ponto de vista, mas não tenho condições de ficar demonstrando essa hipótese. A primeira causa, esta sim é fácil de entender por que, na região aqui, quando a Unimep reinava soberana e a economia ia bem, no governo Lula, por exemplo, ela funcionava bem e chegou a ter de quatorze a quinze mil alunos e pagando bem. Ela pagava melhor os professores que as federais, com carreira como a das federais.

Portanto, aos poucos, foram se multiplicando essas faculdades, vinculadas a grandes empresas que abriram capital e entraram na bolsa de valores. Aos poucos, estas empresas de educação foram exigindo menor qualificação do corpo

docente, pagando cada vez menos, colocando turmas muito maiores, quer dizer, buscando todas as formas de lucrar e, com isso, barateando a mensalidade. Enquanto a Unimep cobrava R\$ 1.200,00 reais a mensalidade de determinado curso, essas concorrentes conseguiam cobrar R\$ 300,00 ou R\$ 400,00. Esse barateamento foi provocado pelas formas de gerir e pelas facilidades legais que possibilitaram a expansão dessas empresas, superar o preço das concorrentes. Estas vencem na concorrência qualquer instituição comunitária que é obrigada a manter altos padrões de qualificação do corpo docente com bons salários, garantir evolução na carreira etc. [...].

Em 2017, sob demanda dos organizadores de um dossiê sobre os docentes da educação superior na América Latina (publicado pela Revista Educación y Integración, da Universidade de Córdoba, Ar, fui encarregado de escrever sobre a situação dos docentes no Brasil. Nesse estudo fundamentei-me em livro que escrevemos (com João dos Reis Silva Jr) a partir de uma pesquisa chamada Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico, que trata da situação dos professores das federais, e em Tese defendida por um colega que foi presidente da associação de docentes da Unimep, durante uma grande crise que tivemos nesta universidade, quando da demissão de 148 professores; isto em 2006. Esse colega que é da área da computação resolveu fazer o doutorado em educação na Unicamp de cujas bancas de qualificação e defesa de Tese participei. Sua Tese forneceu-me dados para analisar a carreira docente, nas IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos, sobre vários aspectos, tais como: como são selecionados os professores nas diferentes categorias administrativas de IES; qual é o modo de engajamento e de entrada. E aí você já vai ver a grande diferença, na entrada, entre as federais, estaduais e as privadas, e privadas, principalmente as com fins lucrativos. Depois, o tempo de permanência, isto é, por quanto tempo

o docente permanece na instituição? Enquanto nas federais 60% das pessoas têm mais de dez anos de permanência, nas privadas, 60% têm no máximo três anos; a média, nas instituições privadas com fins lucrativos, é de dois anos de emprego e depois o docente é demitido, pede afastamento. Faz novamente outra entrada, faz concurso ou não, entrevistas etc. O terceiro aspecto da carreira desses docentes é como essas pessoas são desligadas, demitidas? Como se dá o processo de afastamento, de demissão, de desligamento. Então, vai-se ver uma diferença fundamental entre as federais, as estaduais, as privadas sem fins lucrativos e as com fins lucrativos.

Valdemar Sguissardi – Mais alguma coisa?

Vialana Salatino – *O que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior para favorecer as Universidades Comunitárias e o compromisso social?*

Valdemar Sguissardi – Eu poderia dizer o seguinte: nesse Estudo Diagnóstico, de que já falei, veja, lá no final, “Elementos de um Prognóstico”, isto é, o que se pode fazer para acabar com a mercantilização da educação superior. A primeira coisa mais geral, de que eu lembro de ter escrito, é diminuir a desigualdade social, pois ela está na raiz, na origem, da mercantilização da educação. São quatorze ideias que eu desenvolvo ali, porque o pedido foi que eu fizesse um diagnóstico, mas também apontasse propostas de “saídas”. Encontramos tais propostas no final do Estudo...

Vialana Salatino – Fácil, não é professor?

Valdemar Sguissardi – Risos....

Vialana Salatino – *O que você criticaria construtivamente nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?*

Valdemar Sguissardi – Além da experiência aqui da Unimep e da PUC-SP, muito mais por ler sobre o caso de outras e de conviver com os colegas professores, meus ex-orientandos, o que teria que fazer, eu falei alguma coisa já: uma delas é o planejamento estratégico de todos os aspectos, contratar pessoal especializado em cada campo para projetar o funcionamento de uma instituição que não tem fins lucrativos, que não pode abrir o capital, entrar na bolsa de valores, mas que tem que ter condições de sobrevivência, no mercado. Como é que se faz isso? E o que tem que ser feito? Ah! não é possível, então tem que denunciar, tem que combater a mercantilização, tem que exigir do Estado ajuda para uma instituição que não é estatal, mas tem muito de público. Se ela for comunitária, se fizer investimentos em extensão, investimento social, se todas as suas pesquisas estão voltadas para o interesse social da comunidade, ela teria condições de reivindicar e brigar para ter auxílios do fundo público, por que não? Eu não sou contra utilizar recursos do Fundo Público para uma IES comunitária, desde que sua pesquisa, sua pós-graduação, suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão estejam tendo aquele caráter público, de interesse público que muitas vezes nem as estatais têm.

Vialana Salatino – E o senhor acha que essa iniciativa partiria dos professores, da gestão, da comunidade?

Valdemar Sguissardi – De todos, os professores e os alunos teriam que se dar conta disso e pressionar os responsáveis, exigir planejamento estratégico, exigir o debate público da crise, das saídas possíveis. Tudo isso é um debate; se não se fizer isso, a maioria delas vai morrer como uma ovelha no matadouro e sem berrar, sem espernear.

Vialana Salatino – Eu não vejo essa resistência, eu não vejo essa briga acontecendo de fato...

Valdemar Sguissardi – Pois é, mas por quê? As pessoas não têm consciência. É necessário permanentemente estar fazendo esse diagnóstico da crise. Quem é que está

analisando a crise das comunitárias hoje? Quem é que está de fato buscando os fatores que a produzem. Se não se fizer isto, ocorre como num tsunami: vai chegando, vai chegando...

Vialana Salatino – O que eu percebo, são os professores com medo de serem demitidos e calados...

Valdemar Sguissardi – Pois é.

Vialana Salatino – Por isso na Tese, a gente traz um viés de Freire sobre a opressão e o oprimido, sobre o quanto esses professores estão oprimidos hoje que não conseguem resistir. É por isso que eu lhe questionei sobre isso, porque é a minha inquietação: o que nós professores estamos fazendo para mudar isso? Nada.

Valdemar Sguissardi – Exatamente, então veja, cabe a todos os envolvidos, os alunos de pós-graduação, a associação de pós-graduação tem que estudar, verificar as causas dessa crise e agir em consequência, eliminando as causas. Nesse diagnóstico aí que eu fiz e que vou te mandar a ideia era essa, era fazer o diagnóstico, contribuir com algumas ideias, mas em todas elas, não há nada de novo. A questão é ter consciência, por exemplo, de que um país com uma desigualdade social que o Brasil tem, não vai muito longe e sem democratização da educação, está claro. O que é democratizar a educação, a universidade? É fazer com que todos tenham igualdade de condições de acesso, de proveito, aproveitamento dos estudos nas áreas selecionadas, e, depois, tem um grande problema sobre o que eu vou falar em seguida, que é a questão do engajamento no mercado de trabalho. Enquanto não haja o máximo de igualdade de acesso e permanência, de condições de permanência, de bom proveito e de engajamento no mercado de trabalho, nós não podemos falar em democratização.

Há um outro artigo meu que vou te enviar, “Democratização ou massificação”, publicado na Educação & Sociedade, que é uma espécie de síntese desse “Estudo

Diagnóstico”, em que eu coloco o dilema: educação ou massificação mercantil? Porque o que está acontecendo hoje: nós temos oito milhões e meio de matrículas na educação superior, contra três milhões há quinze anos; mas isso é democratização ou é massificação mercantil? Quem é que está podendo estudar e que qualidade têm esses cursos que estão sendo oferecidos? Hoje nós temos seis milhões e meio na educação privada e dois milhões e pouco na educação pública, e dos que entraram nas instituições privadas, esses quatro milhões e pouco que estão em instituições com fins lucrativos, qual é a qualidade do ensino que eles estão recebendo? Os bolsistas, do FIES e do PROUNI, qual é a qualidade de ensino que eles estão tendo, porque não há PROUNI e nem FIES para a educação pública federal; ali existem outras formas de auxílio, quando tem o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), por exemplo. Mas quanto à igualdade de condições de acesso, o PROUNI e o FIES de alguma forma facilitaram um pouco a entrada, mas é muito pouco e, nesse ritmo e ultimamente, até isso está diminuindo. Do ritmo que tínhamos até a chegada de Temer, até o golpe de 2016, iríamos levar uma ou duas gerações para democratizar o acesso, três ou quatro para democratizar a permanência e, talvez cinco ou seis, para democratizar o engajamento no mercado de trabalho. Porque uma coisa é eu ter condições de acesso a qualquer tipo de instituição; não é a UCS, não é a USP, não é uma universidade de bom nível. Trata-se de instituições privadas, em especial as com fins lucrativos, cujos alunos têm o benefício do PROUNI e do FIES. Portanto, não são as de melhor qualidade; mais uma vez são as migalhas. Então, é um tipo de democratização manca, frágil, capenga. E a permanência?

Vialana Salatino – Mas e essa “democratização” é intencional, não é?

Valdemar Sguissardi – Sempre foi. Como dizia Darcy Ribeiro, é um projeto... Mas voltando à permanência, à es-

colha das profissões; a permanência começa com a escolha da carreira a seguir. O que acontece com os pretos pobres? Eles olham para trás, para a família e não se lembram de nenhum médico preto, não se lembram porque não tem ninguém na família que sequer entrou numa faculdade ou universidade. Você acha que ele vai ter coragem de fazer medicina? Culturalmente, embora em condições intelectuais de se inscrever para medicina, raros têm essa coragem. Então ele tenta a enfermagem. A esse fenômeno a gente chama de “exclusão dos incluídos”, os incluídos se autoexcluem já na escolha da profissão. E, depois, é a questão do custo do aluguel, morar fora da roça, da própria cidadezinha, de ir morar numa capital, numa cidade grande, onde tem a faculdade. Então, os custos de sobrevivência: aluguel, alimentação e tudo mais. Começa por aí. Depois como é que você vai fazer medicina se um manual de medicina pode custar mil reais? Quem vai comprar? Hoje, os meios eletrônicos estão facilitando um pouco, os meios online, mas ainda assim é muito mais difícil para o pobre – preto ou não, indígena ou não, de olho azul ou não – fazer um curso do que um “filhinho de papai”, de classe média alta ou das classes A e B.

Vejamos a 3ª etapa desse processo de democratização. No caso das cotas, por exemplo, foi um grande feito: as federais hoje já têm nas matrículas aproximadamente o mesmo número de afrodescendentes que, proporcionalmente, existem, 56% – 57%. As federais já conseguiram, em cerca de dez anos desse programa de cotas, resolver esse problema do acesso. Para fazer o curso, entretanto, nem todos têm as mesmas facilidades, por conta da escolha da carreira e das dificuldades inerentes. Então, já temos hoje, digamos, 25% dos que se formam nas universidades federais são afrodescendentes. Como é que eles vão trabalhar? Como é que se dá o engajamento no mercado de trabalho? Escrevi, no prefácio de um livro sobre as ações afirmativas nas federais, recentemente, e também num artigo sobre a desigualdade social e a

educação superior, alguns dados de um estudo realizado pelo Instituto Ethos, de São Paulo. Segundo esse estudo, feito com as quinhentas maiores empresas nacionais e transnacionais, de cada cem funcionários executivos, do staff, dessas empresas, apenas quatro eram afrodescendentes. Então imaginemos quantas gerações terão que passar para que esse percentual chegue a 56% do total? Essa é a pergunta. A desigualdade social tem tantos matizes, tantos traços que vão desde a cor da pele, ao gênero, à riqueza, à religião, e a tantos outros. Tudo aquilo que a Constituição Federal diz: que a democratização é isso, igualdade de condições. A democratização tem que fazer desaparecer a diferença de riqueza, a diferença de cor, a diferença de religião, a diferença de orientação sexual, tudo. Isso é democratizar. Sem isso não há democratização. A democracia é isso. Quando a gente diz que o Brasil não é uma democracia, é porque é isso. É uma democracia incipiente, mas com retrocessos significativos nos últimos cinco ou seis anos. Penso que a gente vinha avançando, com dificuldades, às vezes com vieses importantes. Hoje, é fácil fazer a crítica dos treze, quatorze anos, do PT no governo do país. Mas, em algumas coisas avançou-se. Na lei de cotas, por exemplo, que foram um avanço. Quanta gente foi contra, quantos negros foram contra. Hoje, temos o “cara” da Fundação Palmares, preto, que é contra tudo que é avanço para os negros. Mas, enfim, é isso que eu tenho realmente para dizer [...].

Vialana Salatino – *Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das universidades comunitárias, como um compromisso social?*

Valdemar Sguissardi – No contexto do capitalismo e do neoliberalismo tudo joga contra e não é só na educação. A nossa vida, a nossa luta, como trabalhadores, os sindicatos, os movimentos sociais, tudo isso tem que visar o contrário, tem que se opor a esta falta de emancipação, a essa transformação de todo mundo em reféns do mercado, em reféns

do consumismo, em reféns das ideias dominantes. A escola tem que ser necessariamente emancipatória, que leve à autonomia dos sujeitos. É o que você está fazendo com uma Tese de doutorado. O que está acontecendo com você? Você está aprendendo a ser autônoma, aprendendo a pesquisar, aprendendo a buscar, está aprendendo a ver o que é de fato diagnosticar um problema, porque não é só responder à pergunta: o que é isso? Como se relaciona e quais são suas relações? O quê e o como? Mas, principalmente, a partir do quê e do como, ir além, e buscar na história, historicizando o fato, não o naturalizando, sabendo que ele é um fato histórico, um fenômeno, uma crise, mas especialmente por que ele é como é, por que ele funciona assim, quais são os fatores que o explicam? Quais são os fatores que explicam a luta dos dominantes neoliberais para fazer da escola uma escola não emancipatória? Se você não buscar responder à pergunta por quê, quais são os fatores que determinam essa realidade... Marx dizia que o real concreto, por exemplo esse smartphone, é uma síntese de múltiplas determinações. Mas quais foram essas múltiplas determinações que fizeram com que chegasse a existir um smartphone dessa natureza? Já imaginou os inventos, os trabalhos, as explorações, as relações de exploração entre patrões e empregados nos institutos de pesquisa ou nas fábricas desses aparelhos? Isto aqui é uma síntese de milhões e milhões de horas de trabalho mental e físico, de trabalhadores, que se ocuparam de mil formas para que nós pudéssemos hoje ter um aparelho como este, que se comunica com o mundo inteiro, que possibilita copiar tudo, é uma enciclopédia universal fantástica o smartphone. Então, veja, nós temos que pensar que você, ao fazer uma Tese de doutorado, está no caminho, no processo de emancipação, no processo de autonomização. Todo o meu esforço como orientador foi de criar pessoas autônomas, críticas da realidade, que não se deixem iludir, que acabem com a ingenuidade. Então ser pesquisador ou ser orientador

é ser um “desengenuizador”, é fazer as pessoas superarem a ingenuidade, fazer com que elas percebam que isto está acontecendo por isto e busquem saber a quem interessa isso? A quem interessa que a escola seja a escola que nós temos aí hoje? Massificada, a escola sem partido, a escola doméstica. E esqueceu-se que a principal função da educação escolar, na escola, é a socialização. É tornar as pessoas, os indivíduos, seres coletivos, seres sociais. É passar da heteronomia para a autonomia. Quando nós somos crianças ou jovens, nós somos heterônomos, nós somos “bobos”, acreditamos em Papai Noel, em qualquer bobagem que um político fale, que um adulto fale. Aos poucos vamos ter que aprender a dispensar a heteronomia e nos tornarmos autônomos, donos de nós mesmos, senhores de nós mesmos. Quando você terminar essa Tese, não deixe orientador, ninguém, colocar o nome junto com o teu na hora da publicação do livro decorrente da Tese, porque isso é um grande problema hoje: grande número de professores e/orientadores acaba colocando o nome em artigos escritos por alunos de graduação, de mestrado, de doutorado. Orientação não é autoria. Ser orientador não é ser autor. Para mim, quem faz uma Tese de doutorado tem que se sentir orgulhoso/a de sua Tese, do seu produto. Tem que colocar o nome dele/dela e não o do orientador, mesmo que seja em segundo lugar; em primeiro lugar, então, não faz o menor sentido. Ah! mas eu li, eu revisei. Revisor não é autor. Orientador não é autor. E assim por diante. Como orientador, eu sou um leitor crítico, sou um “cara” que diz assim: cuidado que aí tem uma pedra nesse caminho, desvie. Agora quem faz o caminho é você, é você que tem que formular o projeto, o problema, as hipóteses; a bibliografia eu ajudo, sobre isso eu conheço um livro. É isto que estou fazendo agora: é uma forma de orientação. Se você, um dia, publicar sua Tese e quiser me agradecer, você coloca lá numa nota de rodapé: agradeço as entrevistas com os entrevistados. Isto é o máximo, o resto não importa. Toda vez que quiseram colocar o meu nome em

algo que eu apenas orientei, revisei, eu disse: gente, eu não sou autor, eu só ajudei.

Vialana Salatino – A gente entra nessa outra questão da Capes, não é, porque daí se exige o “produtivismo”.

Valdemar Sguissardi – As pessoas são tão pressionadas para publicar, para ter um currículo Lattes de primeira, que um/a pesquisador/a que esteve em evidência no meio político no ano passado, por pouco não assumiu um Ministério, tinha registrado em seu Currículo Lattes 83 três projetos no período de 2011-2021. Em vários anos atuou em cerca de vinte projetos diferentes. Havia registro de seu nome associado à autoria de cerca de 150 artigos em menos de dez anos. Isto é possível? É impossível, mesmo que seja um gênio, um Einstein, um Fleming. Que artigos são esses? A maioria deles com três, quatro, cinco, seis ou mais autores; há artigos com vinte e cinco autores. São todos autores de fato? [...] Outros trinta e quatro capítulos de livro em oito anos. Mais três livros. Quanto à participação em eventos científicos, teriam sido 427, em menos de dez anos: 2011-2020. Dá para acreditar na seriedade disso? O que eu quero dizer é o seguinte, como é possível? Isto está no currículo lattes de alguém de renome nacional.

Um dos grandes problemas do produtivismo acadêmico é que há jovens como você, que fazem mestrado e doutorado e tendem a naturalizar o produtivismo acadêmico. Porque quando veem uma pessoa dessas, com essa autoridade, acham que é assim que tem que ser, que sempre foi assim, naturaliza-se, [...] ou seja, tudo é histórico, tudo tem uma explicação, isso é produto de uma série de fatores que são explicáveis – econômicos, políticos, ideológicos – e isto está levando à desqualificação da ciência, da pesquisa séria; isto está alimentando o negacionismo, o anti-intelectualismo, o anticientificismo. Estou escrevendo um artigo sobre isso. E não tem função social: é apenas para contar pontos, porque está na moda escrever sobre isso e vai ser publicado numa

revista científica dos Estados Unidos, em inglês, sobre doenças tropicais.

Vialana Salatino – Que vai servir muito lá, não é?

Valdemar Sguissardi – Exatamente isso. Escrevi, com um colega, sobre o produtivismo acadêmico – Trabalho intensificado nas Federais – Pós-Graduação e Produtivismo Acadêmico (Navegando, 2020, edição eletrônica). Na escrita desse livro descobrimos que o Departamento de Saúde Tropical de uma universidade federal só pública em inglês. Perguntei: que país tropical fala inglês? Qual é o país que fala inglês que tem doenças tropicais para vocês publicarem lá e não aqui em português? Ou, então, no Congo, em Angola e em Moçambique, no Daomé ou no Paraguai, em português, em espanhol, em francês. [...]

Tenho um artigo que se intitula “Avaliação defensiva no modelo Capes de avaliação – Como conciliar a avaliação educativa com a regulação e controle do Estado?” Esse artigo foi o mais difícil de escrever na minha vida, porque eu fui bolsista da Capes por cinco anos nos anos 1970, fui coordenador de programas de pós-graduação em educação na UFSCar e na Unimep, membro de comissão de representantes da área junto à Capes por cinco anos e sabia que a maioria das pessoas valorizava a Capes e o modelo de avaliação da Capes. E eu tinha que fazer a crítica, tinha que mostrar que havia e há um equívoco, que o modelo de avaliação da Capes não é avaliação, que é muito mais um processo de regulação e controle; avaliação pressupõe autoavaliação e os programas de pós-graduação, no modelo Capes de avaliação, não faziam autoavaliação, não era exigida autoavaliação, não era valorizada autoavaliação. Com isso, nós não podíamos dizer que se tratava de avaliação, porque avaliação é isso que nós estamos fazendo: enquanto estamos falando você vai avaliando seu trabalho, o que você já leu, o que não leu; eu avalio daqui a pouco tudo que falei, se falei muita besteira, eu estou me autoavaliando. Aquela entrevista valeu a

pena? Como podemos melhorar? Isso é fazer autoavaliação, isso é avaliação educativa. Agora quando você vai lá e pega artigos publicados, quantos e de que revistas? Basicamente é só quantidades e você vai avaliar um programa por esses números, isso não é avaliação, isso é regulação, são medidas de regulação, isto é, para ver a regularidade dos títulos, a validade nacional dos títulos, e controle do financiamento: se as bolsas e os auxílios estão sendo bem utilizados. É muito mais para garantir a regulação e controle das atividades da Capes, que não deveria ser uma agência de financiamento, apenas de avaliação. O financiamento deveria ser uma função separada, exercida por outros órgãos próprios, e na maioria dos países do mundo é assim. Aqui no Brasil é um caso típico, e eu mostro que isso aqui não é avaliação. E o “novo modelo Capes de avaliação”, vai ser pior ainda, porque as áreas de pesquisa tecnológica serão supervalorizadas, as que produzem inovação para o mercado, que conseguem recursos para manutenção das instituições, e que vão dispensar o fundo público de manter os programas de pós-graduação.

Vialana Salatino – *Qual o rumo, em sua opinião, que a educação superior vai tomar? E isso é favorável ou desfavorável considerando o compromisso social?*

Valdemar Sguissardi – Dar uma resposta como essa é dizer o seguinte: a educação depende do quê? Primeiro, não dá para responder a essa pergunta se a gente não pensar o que é que faz da educação uma educação de qualidade, uma educação democrática, uma educação que leve à emancipação, que leve à autonomia. Para isso, primeiro, é preciso uma economia democrática, é necessário que haja a menor desigualdade social possível. Segundo, é necessário que se tenha um sistema, um Estado de direito que valorize a educação, a cultura, a arte, tudo aquilo que vá além da produção material, do consumismo, da produção de bens materiais. Como não valorizar uma obra de arte? Ela pode não valer um centavo, não ter valor de troca, não estar à venda, mas pega

a Vênus de Milo, o Davi de Michelângelo, apenas para dar exemplos extremos.

Eu estava vendo ontem esse abajur meu aqui: olha a coluna. Eu estava olhando aqui e pensando: quem fez isso foi um marceneiro com um torno, mas ele fez tanta diferença, a parte de cima é de um jeito, depois, a parte mais abaixo, de outro, e tudo bem coordenado e proporcional. As cores têm azul marinho e têm roxo, marrom e pátina. Então são três cores que se combinam perfeitamente. Todo o pedestal é de pátina. Enfim, estou querendo dizer com isso que um Estado de direito, uma Constituição, uma forma de organizar a sociedade em que haja o máximo de igualdade entre as pessoas, sob todos aqueles aspectos de que falamos há pouco... Então, a educação democrática ou a educação de qualidade depende de todos esses fatores, aí – como é que eu posso dizer? – o que vai ser da educação no ano que vem? Se continuar o mesmo regime do governo, o mesmo sistema de governo que nós temos hoje, a minha expectativa é a pior possível, é a destruição do que resta de democrático, do que resta de qualidade na educação, desde a creche, na educação formal, até a pós-graduação, até o doutorado. Então, esta é a questão fundamental: eu só posso acreditar que a educação vai melhorar, que vai voltar ao estágio anterior em que ela foi melhor, e de fato foi melhor nos dez a quinze anos atrás, mas, nos últimos cinco anos para cá, qualquer índice que você tome, até numérico, está mostrando uma degradingolada, uma desqualificação total, a destruição do sistema educacional, principalmente das instituições públicas e o avanço da instituição privada com fins lucrativos que, para mim, isso não é educação, isso não é cultura, isso é formação de um profissional que vai dar lucro para uma empresa, vai ser uma mercadoria utilizável e explorável; mais uma mercadoria, é o conhecimento-mercadoria. O dono do conhecimento, possuidor do conhecimento-mercadoria vai ser mercantilizado, vai ser uma mercadoria, o trabalhador como mercadoria.

E o neoliberalismo trata disso como sendo empreendedo-
rismo. Nós todos temos que ser empreendedores. A educação
formando empreendedores. No projeto do Future-se, propõe-
-se a instituição do Dia do Estudante Empreendedor. Veja-se
aonde chegamos. Coloquei isso como epígrafe de um artigo
sobre o Future-se, foi publicado recentemente, porque é um
absurdo. Então, a minha expectativa depende de uma série
de condições, de fatores, que deverão existir ou não. Agora
é incrível que a população brasileira seja tão primária em
termos políticos, em termos críticos da realidade, que não
perceba que o que se fez nos últimos cinco ou seis anos des-
de o impeachment, passando pela eleição de 2018...Hoje, as
pesquisas mostram 30% e 35% da população acreditando
que dá para continuar desse jeito. Eu estou dizendo da minha
opinião e do meu desespero diante da situação que estamos
vivendo, porque um dos meus males é ler todos os dias sobre
a situação brasileira em todos os aspectos, e ter a consciên-
cia crítica que eu pretendo ter, e ter que escrever sobre isso,
e ter que falar sobre isso, fazer palestras, lives e tudo o mais.
[...]

Vialana Salatino – Agradeço sua disponibilidade nessa
manhã inteira.

Valdemar Sguissardi – Me preparei para ter esse tem-
po e não pensei que eu tinha tanto para falar.

(Depois ficamos conversando um longo tempo, sobre
materiais, sobre escrita e o professor me enviou inúmeros
materiais, dele e de outros autores, que serão utilizados na
Tese, em razão da qualidade desses materiais. A entrevista
foi uma aula, e uma acolhida, quando falamos até mesmo
sobre sua trajetória de vida, decisão de estudar e ser quem é
hoje. Uma história linda de vida e uma pessoa incrível. Essa
entrevista valeu o doutorado, pois além da admiração por
esse investigador da educação, fica também a admiração
pela simplicidade, genialidade e acolhimento desse ser hu-
mano especial e muito acima da média).

Entrevista com Entrevistado Anônimo

Esta entrevista foi realizada no dia 31/6/2022 com o professor e investigador em Educação, nomeado aqui como **Entrevistado Anônimo**, devido à sua atuação e ao seu envolvimento com as questões da Universidade Comunitária. A entrevista durou cerca de uma hora e meia.

APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADO ANÔNIMO – Eu integrei uma universidade comunitária, fiz parte do processo de criação dela e fiquei nela por dezenove anos. Quando eu entrei nem se chamava Universidade, era uma pequena fundação educacional; não era uma Universidade ainda, e isso foi em 1991; assim começou o processo de transformar as pequenas fundações educacionais em universidades. Naquele contexto foram criadas duas universidades comunitárias no Oeste de Santa Catarina: a Universidade do Contestado (cidades de Caçador, Concórdia, Mafra etc.) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (cidades de Videira, Joaçaba e Chapecó). Passei a fazer parte dela ainda bem jovem, em 1991. O ato de autorização da UNOESC foi assinado pelo Ministro da Educação em 1996. Eu fiz parte desse processo e depois, mais adiante, depois de concluir o doutorado, eu fui pró-reitor, coordenei programa de pós-graduação e muitos outros projetos. Então eu conheço relativamente bem o modelo das IES comunitárias. Também orientei dissertações e escrevi artigos sobre as universidades comunitárias e ensino superior no Sul do Brasil e em Santa Catarina, enfim. O entendimento que tenho decorre das experiências e do conhecimento acadêmico produzido. As universidades comunitárias do Sul do Brasil cumpriram e cumprem, mas eu quero destacar o passado, elas cumpriram um papel extremamente importante num determinado momento, porque, como você sabe, não havia nenhuma possibilidade de expandir a educação superior pública em Passo Fundo, em Caxias do Sul, em Erechim, em Ijuí, em Chapecó, em Joaçaba, em muitas cidades do Sul do Brasil. Não havia a possibilidade de criar

universidades federais, tanto é que Santa Catarina criou a primeira Universidade Federal foi criada apenas em 1961. Foi relativamente ali – parece tão distante, mas historicamente não é –, porque antes não havia a possibilidade de levar universidades públicas para o interior (federais e estaduais). A Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina) foi a primeira e única Universidade do Estado de Santa Catarina, criada bem depois. Pois bem, as Comunitárias surgiram inicialmente como fundações, como Passo Fundo, Ijuí, Caxias, que você conhece. E surgiram muito pela mobilização, do que a gente chama, da comunidade, mas no início, a maioria das IES comunitárias do Rio Grande do Sul foi encabeçada por lideranças próximas à Igreja Católica. A UCS, a UPF, a Unijuí, a UNISC e outras tantas, que você bem conhece. Elas surgiram do engajamento e da luta das lideranças locais e regionais. Os cursos superiores também demoravam para ser aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação. E assim foram se implantando gradativamente os cursos na área de formação de professores, porque havia essa necessidade. Os cursos de Administração, Contabilidade, Direito vieram mais adiante, e só muito mais adiante, foram implantados os cursos da área da Saúde e de ciência e tecnologia. Nesse contexto, as IES Comunitárias foram as principais responsáveis pelo processo de interiorização da educação superior, e formaram uma grande quantidade de professores, de administradores, contadores, profissionais do direito, profissionais da saúde, engenheiros etc. Elas responderam pela formação superior nessas regiões interioranas. Na época havia enormes limitações com transporte e comunicação. O forte vínculo com as comunidades deu vitalidade para as pequenas IES. A sustentabilidade financeira sempre veio da cobrança de mensalidades. Elas implantaram um modelo específico e sui generis. São IES públicas de direito privado, constituídas na forma de associação ou fundação, cujo patrimônio pertence às entidades da sociedade civil e/ou ao poder público. São

instituições de direito privado, mas com fins públicos; são administradas pelas fundações/associações que as mantêm. Os dividendos/lucros não ficam para as pessoas, para os dirigentes, mas ficam para a instituição. São instituições que historicamente sempre tiveram compromisso com o desenvolvimento das regiões onde estão instaladas. Penso que esse é um grande patrimônio, isso não é uma coisa pequena. É preciso que as lideranças educacionais, que os dirigentes do campo da Educação superior comunitária, assim como as lideranças políticas de um modo geral, tenham isso muito claro para não desperdiçar esses valores que são muito importantes e que foram os principais responsáveis pela estruturação dessas instituições. As IES comunitárias, de um modo geral, estão bem-organizadas do ponto de vista acadêmico e de infraestrutura. Eu fico impressionado ao observar a infraestrutura e o esforço que elas fazem para se manter e cumprir com o seu papel. O esforço não é pequeno. E o esforço que fazem para, além de oferecer o ensino, também oferecer a pós-graduação e a pesquisa, para manter os professores da pós-graduação. Para finalizar essa primeira parte, quero enfatizar que as IES comunitárias não interiorizam só o ensino de graduação, também a pesquisa e a pós-graduação. A gente normalmente não fala disso. As IES comunitárias vêm contribuindo para interiorizar os cursos de mestrado e de doutorado também. Hoje os jovens podem fazer o seu doutorado a cerca de 100 ou 200 km da sua residência.

Vialana Salatino – Em relação às universidades comunitárias, você destacaria algum aspecto histórico ou conceitual importante, em termos do compromisso social a elas atribuído? Na verdade, já está incluído na sua fala anterior, não sei se tem mais algum fator a destacar.

Entrevistado Anônimo – Creio que eu já destaquei que o compromisso social emerge desse processo histórico mencionado acima. O termo compromisso social significa vários aspectos: compromisso educacional, compromisso com o

desenvolvimento regional, compromisso com a sustentabilidade, com o desenvolvimento científico e tecnológico. Eu tive a oportunidade de estudar detalhadamente a expansão da educação superior em Santa Catarina. O que me chamou muita atenção é que, a partir dos anos 1960-1970, começa a existir um crescimento muito grande de municípios, de criação de municípios, de emancipação de municípios, que precisavam contratar pessoas capacitadas para fazer a gestão. No caso do Oeste de Santa Catarina ocorreu uma grande expansão das empresas vinculadas ao agronegócio (frigoríficos). Na época a Sadia e a Perdigão cresciam extraordinariamente. Os frigoríficos precisavam contratar administradores, contadores, advogados, técnicos de todas as áreas e, então, as IES comunitárias exerceram esse papel. Elas foram demandadas a formar os profissionais para atender essas demandas. Dinâmica similar também ocorreu em outras regiões do Sul do Brasil. Naquele contexto o compromisso social tinha uma materialidade. Era, simultaneamente, o compromisso com o desenvolvimento econômico, social, educacional, cultural etc.

Vialana Salatino – Sim, ele é abrangente, não é?

Entrevistado Anônimo – O termo compromisso social não pode ser uma categoria descolada da história, do processo econômico, social, político e cultural dessas regiões. As dinâmicas de desenvolvimento da educação superior que estiverem conectadas com outras dinâmicas. A criação das instituições de ensino superior veio acompanhada da criação de municípios, escolas, empresas, hospitais etc.

Vialana Salatino – *Na sua opinião, é importante ser mantido o compromisso social pelas Universidades Comunitárias, no cenário da mercantilização da educação superior?*

Entrevistado Anônimo – Sim, o compromisso social tem que ser mantido/perseguido pelas IES comunitárias. Mas eu acrescento também que ele deve ser buscado pelas

IES públicas também. É um reducionismo falar apenas nas IES comunitárias; o compromisso social tem que ser um princípio norteador, um valor para as Universidades públicas como um todo, para as Universidades Comunitárias e para as Universidades privadas também, porque a educação não é mercadoría. Ela precisa estar a serviço da sociedade. A educação é uma dimensão absolutamente central para a formação dos indivíduos e da sociedade. As IES comunitárias precisam sempre enfatizar isso porque o compromisso social é uma das características centrais da história dessas instituições. As IES públicas também devem ter compromisso social. Aliás, é praticamente desnecessário dizer isso, pois elas também estão a serviço da sociedade. As instituições públicas são financiadas pela sociedade para lhe prestar um bem público.

Vialana Salatino – Sim.

Entrevistado Anônimo – Uma universidade pública, ou uma escola pública ou um hospital público devem gerar um bem para a sociedade. Agora, no caso das universidades comunitárias, eu tenho observado que nos últimos anos elas vêm sendo desafiadas pela crescente concorrência. A enorme expansão das IES privadas particulares e da educação a distância tem criado grandes dificuldades para as Universidades Comunitárias. Tem havido um desordenado processo de expansão dos cursos com fins claramente lucrativos. Sobretudo a partir de 2012 houve um crescimento absurdo dos cursos e das matrículas de EaD. Isso compromete os compromissos sociais das Universidades Comunitárias. O mercado da educação superior está cada vez mais agressivo e voraz. As instituições comunitárias são obrigadas a pagar suas contas. Elas têm custo com manutenção, com pagamento de folha de professores e funcionários, etc. A educação à distância tem ofertado modalidades alternativas de ingresso e também facilidades para o desenvolvimento de cursos, com mensalidades mais baratas e sistema de oferta

mais flexível. Os estudantes podem realizar o curso em casa, com baixo custo de deslocamento menor. Eles não precisam ir toda noite para a Universidade. Está havendo um forte processo de flexibilização e de mercantilização. O mercado da educação superior pressiona o sistema comunitário e força as IES comunitárias a reduzir curso, flexibilizar currículo etc. Muitas instituições comunitárias já não são mais comunitárias. Elas já cederam para a concorrência e o mercado. Muitas delas já entraram na lógica do privado, isto é, se portam como qualquer outra instituição privada. Muitas cederam para a concorrência a fim de manter as matrículas e as recentes orçamentárias. A situação das comunitárias não é confortável. Os dirigentes são pressionados a garantir a sustentabilidade financeiras das instituições.

Vialana Salatino – Como você percebe a influência da mercantilização da educação no Compromisso Social das Universidades Comunitárias?

Entrevistado Anônimo – Sim, claro que sim. A mercantilização é crescente.

Vialana Salatino – Sim, isso mesmo.

Entrevistado Anônimo – Sim. É preciso haver apoio para as instituições comunitárias. Sem isso elas tendem a sucumbir, elas tendem a ceder. Algumas delas já cederam e se portam como se fosse qualquer outra instituição privada particular. Então, a mercantilização é um processo agressivo para as instituições, o mercado é agressivo. E daí os grupos fortes hegemônicos, que têm maior poder, concentram milhões de matrículas, eu não vou citar as redes, porque já são conhecidas, não é?

Vialana Salatino – Sim.

Entrevistado Anônimo – Mas eles concentram milhões de matrículas e, via educação a distância, eles oferecem cursos bem mais em conta.

Vialana Salatino – E, claro, não querendo interferir na tua fala, a gente sabe que são cursos com uma qualidade inferior, mas estão aí tomando conta.

Entrevistado Anônimo – É nem entramos nessa questão da qualidade, é mais ou menos como ir para o hospital e ter um atendimento ruim. Só para fazer um comparativo, nós todos buscamos hospitais privados ou públicos porque queremos o melhor atendimento. Na educação também; qualidade é a razão fundamental para que as crianças vão para a escola, para que os jovens vão para a Universidade, ou seja, é para ter uma formação adequada, para participar da sociedade de forma a contribuir e de acessar, inclusive, o mercado de trabalho.

Vialana Salatino – *No seu ponto de vista, quais seriam as possibilidades para as Universidades Comunitárias, em relação ao Compromisso Social, diante do cenário que se apresenta?*

Entrevistado Anônimo – Eu vou repetir: se não houver essas parcerias com o setor público as IES comunitárias vão sucumbindo. Precisa haver políticas de apoio e financiamento público mais estáveis para essas instituições desenvolverem a graduação, a pesquisa e a pós-graduação. Os programas de financiamento como o FIES, o PROUNI e as diferentes modalidades de bolsas para a pós-graduação e a pesquisa são fundamentais. Nos últimos anos houve cortes orçamentários nessa área. Eu não vejo outro caminho. O mercado vem estrangulando as IES comunitárias. Elas estão lutando para sobreviver num cenário de crescente concorrência. Muitas IES já renunciaram aos seus compromissos sociais para conseguir sobreviver.

Vialana Salatino – Você entende que isso já está acontecendo dessa forma? De repente já estamos vivendo esse estrangulamento?

Entrevistado Anônimo – Estamos vivendo isso, principalmente na pós-graduação. O orçamento da CAPES e do CNPq caíram extraordinariamente. Em 2015, o orçamento da CAPES era de 7.1 bilhões. Em 2021 foi de cerca de 1.8 bilhão. A Capes deixou de financiar grande parte da pesquisa e da pós-graduação no país. Nos últimos anos, principalmente no atual governo Bolsonaro, todo financiamento à pesquisa e a pós-graduação foi comprometido. Então, as comunitárias também foram impactadas. Os programas FIES e PROUNI também foram impactados pelos cortes de orçamento. Entendo que é necessário criar linhas mais estáveis de financiamento para as IES comunitárias em âmbito estadual também. Não apenas no âmbito federal. Apenas a título de ilustração, há em Santa Catarina um há um programa de bolsas chamado UNIEDU, que concede bolsas para os estudantes das instituições comunitárias. Eu conheço e estudei bastante também o processo de criação das escolas básicas no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina, e, na maior parte das cidades, as primeiras escolas foram criadas por instituições religiosas, que eram organizações comunitárias, algumas eram financiadas pela Alemanha inclusive, as Igrejas tinham vínculo com a Alemanha, com a Itália, mas a própria educação básica foi sendo aos poucos criada no interior dos nossos estados, por força da iniciativa comunitária, das Igrejas, e elas conseguiram coordenar, liderar e levar adiante essas escolas até determinado tempo. A partir de um determinado momento, os governos dos estados começaram a assumir aquelas escolas, foi a saída para aquele enorme patrimônio, não é só o patrimônio físico, mas o intelectual, cultural. Então, nos estados começou o processo de “estadualização”, mais adiante houve o processo de municipalização, mas antes houve o processo de “estadualização” dos estabelecimentos educacionais. Então eu penso, e talvez eu esteja muito equivocado, que o melhor destino delas, no futuro, o melhor destino para elas seja se tornarem público-

-estatais, ou público-federais, ou ainda público-estaduais. O processo de federalização delas é longo, tem uma aqui em Santa Catarina que está em tentando ser uma IES pública federal (a FURB, de Blumenau). Talvez seja esse o caminho a ser seguido nas próximas décadas. Agora tem um ponto que eu gostaria de chamar a atenção, já que tu estás estudando este tema: nós temos e teremos um desafio grande que é o novo perfil demográfico do País, certo? Quando as Universidades Comunitárias foram projetadas – daí se pode entrevistar os reitores também – não se tinha presente a mudança do perfil demográfico. Está de fato nascendo menos crianças. Diminuiu também o número de pessoas que não puderam fazer sua faculdade no tempo certo, a gente fala no ano certo, na idade certa, aquele fluxo de pessoas de 30/40 anos, já fez; a maioria que tinha vontade de fazer já fez ou está fazendo EaD, e os pais de classe média, que têm um ou dois filhos, eles estão muito conscientes de que a educação é um ativo, é um patrimônio, é uma herança; por isso os pais pensam assim: temos um único filho. Vamos oferecer a melhor educação possível. Uma parte das famílias de classe média estão dispostas a enviar seus filhos para outras cidades e até para o exterior estudar. A grande fase da expansão das matrículas das instituições comunitárias já passou. Esse grande ciclo de expansão não volta mais.

Vialana Salatino – *Então o que você indicaria em termos de superação da mercantilização da educação superior, para favorecer as Universidades Comunitárias e o Compromisso Social?*

Entrevistado Anônimo – Eu não considero que as políticas de educação superior devam ser exclusivas para o setor comunitário. Precisa haver políticas específicas sem dúvida, mas temos que pensar mais amplamente, e vou ser bem direto em relação a isso. Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2016, nós tivemos governos neoliberais que não têm compromisso com a educação de qualidade e muito menos

com as Universidades Comunitárias. Têm compromisso com a mercantilização. É o voto que define. Dependendo do voto. Eu não vejo outra saída a não ser por meio de uma agenda política nacional, que recoloca o papel da educação no país. As soluções dependem de decisões políticas. O Brasil precisa se reconectar com uma agenda positiva.

Vialana Salatino – Sim eu sei eu sou psicóloga também.

Entrevistado Anônimo – Então você conhece bem.

Vialana Salatino – Sim, infelizmente. Vamos então às próximas questões: ***O que você criticaria, construtivamente, nas Universidades Comunitárias em tempos de mercantilização? E quais os possíveis caminhos de superação?***

Entrevistado Anônimo – Sim, eu acho que é um equívoco, e tem vários, mas o primeiro deles é que parte das instituições comunitárias já declinou, já desistiu da pretensão de ser comunitária, já se entregou para o mercado; opera no cotidiano como uma empresa; então, se eu tivesse que dizer qual é a diferença entre uma instituição comunitária e uma mercadológica, eu fico confuso, eu não sei. Porque, se é a mesma coisa, bem, então, se é a mesma coisa por que fazer a defesa de “A”, se “A e B” são iguais, então para que defender “A”? Não sei se me entende?

Vialana Salatino – Entendo sim.

Entrevistado Anônimo – Então, a primeira crítica é esta: muitas IES comunitárias abriram mão do compromisso social e de seus vínculos com a comunidade regional. Abriram mão de um valor importante, de um grande patrimônio cultural. Quando se abre mão dos valores e dos princípios, fica-se livre para adotar qualquer filosofia de gestão. Se for necessário demitir docentes, demite, se tiver que implantar cursos mais rápidos, se tiver que fazer mudança curricular de PPCs para tornar os cursos mais rápidos, muda-se! Vai vendendo, vai reduzindo os padrões de qualidade em troca de retorno financeiro. E o problema é que grande parte dos jovens e das

famílias não dimensionam isso. Eles querem é um diploma, de preferência que exige o menor esforço. A qualidade vai sendo comprometida. O detalhe é que a precarização da educação não afeta a todos. A precarização do ensino afeta principalmente os estudantes mais pobres. Os ricos não defendem a precarização para os filhos deles; os ricos sabem que a educação faz a diferença. O Brasil não é um país pobre; é um país desigual. Temos uma elite que vive extraordinariamente bem, que tem um nível cultural comparável aos países ricos. A precarização não atinge a todos igualmente. Temos cursos de elite no Brasil, há Universidades de elite no Brasil, e a classe média alta coloca os seus filhos ali. Não vai oferecer EaD para os filhos.

Vialana Salatino – É triste, mas é real. Então deixa eu ver o que mais temos: ***Você acredita em uma educação emancipatória no contexto mercantil das Universidades Comunitárias, como um Compromisso Social?***

Entrevistado Anônimo – Eu não só acredito como eu defendo, o conceito de educação emancipatória tem muitas dimensões. Você deve ter estudado Paulo Freire no mestrado e no doutorado. Eu fui orientando de outro pensador chamado Boaventura de Sousa Santos, eu fiz um pós-doutorado com ele em 2006-2007; ele trabalha muito com o conceito de emancipação. Agora, eu não acredito que o processo de mercantilização vai promover a emancipação. O neoliberalismo é ávido por privatização, por obtenção de resultados financeiros, por lucro. O neoliberalismo compromete qualquer proposta de formação com qualidade, com formação mais crítica, mais cidadã, mais emancipadora. Mas, por outro lado, quero dizer também que o jogo não está perdido, porque é luta política, as forças vão se enfrentando: ora perdem, ora ganham, ora perdem, ora ganham. Então a História não acabou, nós estamos passando por momentos muito delicados, mas a História é dinâmica, e virão outras fases, é preciso a gente se preparar, ter clareza e lutar pelo que a gen-

te acredita. Então a educação emancipadora ela precisa ter as condições, a gente não faz educação emancipadora sem ter as condições para fazer. E nós temos que lutar para ter as condições para fazer o nosso trabalho bem-feito.

Vialana Salatino – Não.

Entrevistado Anônimo – Mas tem que ter as condições para fazer um bom trabalho, e lutar para ter as condições, principalmente nessas áreas em que trabalha com o povo, em que presta um serviço para o público, para a comunidade, para as pessoas, para assegurar um direito para elas, fazer a diferença. E isso, para dizer que o conceito de emancipação não é só um conceito filosófico, ele tem materialidade, é isso que eu queria dizer, ele tem materialidade.

Vialana Salatino – E as últimas perguntas: ***Qual o rumo, em sua opinião, que a educação superior vai tomar? E isso é favorável ou desfavorável, considerando o compromisso social?***

Entrevistado Anônimo – Eu vou ser bem direto também, acompanhando igualmente os números. Eu já estudo este assunto há muito tempo, não só estudo como também já fiz parte de gestão. Eu vejo fundamentalmente duas perspectivas. A primeira perspectiva é a mercantilização da educação superior. É uma dinâmica muito rápida e agressiva. Ela busca o lucro. O setor privado vai muito bem no Brasil. As grandes faculdades e conglomerados de educação superior estão dispostos a comprar as faculdades menores e mesmo as Universidades Comunitárias. Hoje eles não têm mais interesse em comprar patrimônio físico. Eles compram apenas a parte operacional das instituições, sobretudo as matrículas. O setor privado responde por cerca de 76% do total das matrículas de educação superior do país. Esse setor vai poderoso e atua fortemente no Ministério da Educação e no Congresso. Ele acessa recursos e cresce, independentemente da linha ideológica do governo. O segundo é o setor público, formado pelas IES públicas. Esse um segmento que sofreu

muitos cortes nos últimos anos. Mas um setor estratégico para o desenvolvimento do País e que tem compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa. Eu acredito que as Universidades Comunitárias estão no meio desses dois modelos. Elas procuram alianças ora com um, ora com outro segmento. Por isso eu não falei em três modelos, eu falei de dois, porque tendo a dizer que, para o futuro, falando em vinte ou trinta anos, o setor comunitário vai se redefinir, não acredito muito que ele vai ter força para se consolidar como uma terceira opção.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 120 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1.500 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:

